



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Tatiana Ranzani Maurano

A visão anarquista de Maria Lacerda de Moura:
interfaces entre a Educação, a Igreja Católica e o fascismo na década de 1930

Marília
2024

Tatiana Ranzani Maurano

A visão anarquista de Maria Lacerda de Moura:

interfaces entre a Educação, a Igreja Católica e o fascismo na década de 1930

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Marília.

Área de Concentração: História e Filosofia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho

Marília
2024

Tatiana Ranzani Maurano

A visão anarquista de Maria Lacerda de Moura:

interfaces entre a Educação, a Igreja Católica e o fascismo na década de 1930

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação

Banca Examinadora

Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho
UNESP – Câmpus de Bauru
Orientador

Prof. Dr. Acácio Augusto Sebastião Júnior
UNIFESP – São Paulo

Prof.^a Dr.^a Samantha Lodi Correa
Faculdades Integradas Maria Imaculada –
Mogi Guaçu

Prof.^a Dr.^a Roseane Michelli de Castro
UNESP – Marília

Prof.^a Dr.^a Rosa Fatima de Souza Chaloba
UNESP – Araraquara

Marília, 18 de março de 2024.

M453v Maurano, Tatiana Ranzani

 A visão anarquista de Maria Lacerda de Moura : interfaces entre a
educação, a Igreja Católica e o fascismo na década de 1930 / Tatiana
Ranzani Maurano. -- Marília, 2024

 218 f. : tabs., fotos

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

 Orientadora: Macioniro Celeste Filho

 1. Educadoras. 2. História. 3. Anarquismo e anarquistas. 4. Igreja e
educação. 5. Fascismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Dedico este trabalho a todas as mulheres da História, pelo que fizeram por todas nós. As que foram queimadas nas fogueiras, as que não aceitaram as condições que lhes foram impostas historicamente, lutaram por nossos direitos, fizeram greve, foram presas, torturadas. As que enfrentaram todos os preconceitos e estudaram, reescrevendo a história da mulher. A todas as mulheres que começaram a ocupar espaços públicos, os quais antes nos eram negados, para que hoje estivéssemos aqui. Às nossas antepassadas, às minhas mestras e minhas doutoras, quer no conhecimento científico, quer no ancestral, tradicional ou popular, às que estão na luta pela emancipação da mulher no âmbito público e privado e às que estão por vir. Às mulheres de minha vida, minhas avós, minha mãe, minhas tias de sangue e as de coração, às minhas irmãs de sangue e às de coração: amor, luta e resistência!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Magá e Pedro, pela minha existência, por sempre me questionarem e ensinarem a não aceitar as coisas da forma como são apresentadas. Por me proporcionarem exemplo de respeito, solidariedade, conhecimento crítico e ético. Com todas as discordâncias e com todo amor, vocês são a minha base primeira.

Às minhas queridas, querides e queridos, meus irmãos, irmãs de sangue e de jornada. Aqueles com os quais posso chorar, rir e me fortalecer, com seus exemplos de luta e resistência. Ao meu amor de vida, que, apesar de trotskista, me ama de forma libertária e me ensina todos os dias o que é respeitar e ser respeitada.

Ao meu terapeuta, por me ajudar a me libertar de mim mesma!!!

Ao meu orientador, Macioniro, por ser, além de um orientador de pesquisa científica, um orientador pela saúde, livre de toxidade, neurose e colonialismo. Obrigada por me instigar, me ajudar a compreender que as coisas podem ser mais simples e menos dolorosas, além de poderem ser prazerosas e belas! Meu respeito e amizade eternos!

Obrigada à Banca de Qualificação e de Defesa, pela disponibilidade, generosidade e leitura crítica deste trabalho. Suas indicações de leitura, suas leituras críticas e questionamentos me fazem ser melhor como pesquisadora e ser humano.

A todas as pessoas dos grupos anarquistas, centros culturais, cursinhos abertos, editoras, espaços culturais, musicais, teatrais, escritores, pesquisadoras e pesquisadores, por manterem sempre viva a chama da mútua-ajuda, o combate ao esquecimento histórico e ao preconceito equivocado em relação a, como eu entendo que diz Maria Lacerda de Moura, essa filosofia de vida, de transformação pessoal e social chamada anarquismo.

Obrigada a Rony, revisor, pela parceria, paciência e respeito mútuo!

À Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, à Pós-Graduação em Educação da Unesp de Marília, através de suas(seus) professoras(es), pela oportunidade de adquirir o conhecimento necessário para a realização desta Tese de Doutorado, a todas as(os) funcionárias(os), por seu trabalho e dedicação. Aos colegas de disciplina, representação discente, orientação, os quais muitos me ajudaram a enfrentar momentos difíceis da vida acadêmica, todo o meu respeito e amizade: espero ter vocês sempre em minha vida. Agradeço ao CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa, nos últimos anos (2022-2024) do Doutorado.

Gostaria de acreditar que isso é uma história que estou contando. Preciso acreditar nisso. Tenho que acreditar nisso. Aquelas que conseguem acreditar que essas histórias são apenas histórias tem chances melhores.

Se for só uma história que estou contando, então tenho o controle sobre o final. Então haverá um final, para a história, e a vida real virá depois dele. Poderei recomeçar onde interrompi.

Isso não é uma história que estou contando.

É também uma história que estou contando, em minha cabeça, à medida que avanço.

Conto, em vez de escrever, porque não tenho nada com que escrever e, de todo modo, escrever é proibido. Mas se for uma história, mesmo em minha cabeça, devo estar contando-a para alguém. Você não conta uma história apenas para si mesma. Sempre existe alguma outra pessoa.

Mesmo quando não há ninguém.

Uma história é como uma carta. *Caro você*, direi. Apenas você, sem nome. Acrescentar um nome acrescenta *você* ao mundo real, que é mais arriscado, mais perigoso: quem sabe quais serão as probabilidades lá fora de sobrevivência, da sua sobrevivência? Eu direi *você, você*, como uma velha canção de amor. Você pode ser mais de uma pessoa.

Você pode significar milhares.

Margareth Atwood (2017, p. 52).

RESUMO

O objetivo desta Tese em História da Educação, foi entender, segundo os escritos de Maria Lacerda de Moura, em seus livros publicados na década de 1930, quais os instrumentos e mecanismos utilizados por duas instituições, para manter o controle e a domesticação dos corpos e mentes. A primeira delas é a Igreja Católica (Clero), como representante de Deus na Terra, donos do código moral da sociedade, colocando a educação religiosa como única possibilidade de ensino para a salvação da população. A segunda são as instituições governamentais (Estado), na década de 1930, com seus governos autoritários, organizando e nacionalizando o país, dizendo trazer algo novo. Mas ambos têm como premissa a manutenção do Capital e, para isso, se utilizaram de diversos mecanismos de controle, na construção de uma sociedade sem equidade, que tolhe e controla a liberdade dos seres humanos. Dentro dessa lógica perversa de dominação, a educação é um dos principais instrumentos usados por essas instituições, segundo a autora. Os objetivos específicos dessa investigação foram analisar tais escritos, examinar o que Lacerda e outros anarquistas escreviam sobre educação na imprensa anarquista brasileira, na década de 1930, e compreender a concepção de Maria Lacerda de Moura sobre a importância da educação e do quanto a Igreja Católica e o fascismo a ela recorrem, como instrumento de manipulação do povo. Nada como um autodidata para compreender uma autodidata e, nesse sentido, a forma de pensar e questionar o *status quo*, de Maurício Tratenberg (2004), propiciou a compreensão exata sobre a metodologia da pesquisa. Conhecer a história de vida de Maria Lacerda de Moura, seus escritos e as pesquisas realizadas sobre seus diferentes temas foi crucial para se compreender a autora e verificar que não havia ainda investigações sobre sua obra, em relação à Educação, Igreja Católica e fascismo. Para compreender a concepção educacional, anticlerical, antifascista de Maria Lacerda de Moura sobre a educação e as interferências da Igreja Católica e do fascismo, na década de 1930, assim como de outros anarquistas sobre a educação, fez-se uma análise dos escritos de Maria Lacerda de Moura sobre educação, Igreja Católica e fascismo, na década de 1930, e o que outros anarquistas escreveram sobre educação, na imprensa anarquista brasileira, naquele período. Através dos livros de Maria Lacerda de Moura: *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!* e *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, e de alguns autores anarquistas que publicaram nos jornais *A Lanterna* – jornal de combate ao clericalismo e *A Plebe* – periódico libertário, procurou-se compreender a concepção anarquista sobre educação e a interferência da Igreja Católica e o fascismo, na década de 1930. Através das leituras análise e reflexão dos livros e jornais, pode-se entender essa tríade corruptora apresentada por Maria Lacerda de Moura e outros autores. Ao verificar que o clero e o fascismo não são os únicos responsáveis pelo “embotamento da forma de pensar”, a autora faz uma denúncia contra os intelectuais fascistas, chamando-os de “superelefantes” do fascismo, personagens de uma novela distópica de Han Ryner, autor de referência para ela. Além disso, outro termo muito empregado por ela era o “polvo clerical”, demonstrando dominação da religião católica sobre as instituições sociais. Pela análise dos jornais, pode-se constatar que é um termo utilizado por muitos autores anarquistas da época, como Xisto Leão, o qual se destaca pela concordância de ideias entre os autores. Mas Maria Lacerda de Moura também recebeu críticas de outros anarquistas, as quais são apresentadas, por se acreditar ser importante mostrar que o pensamento de Maria Lacerda de Moura não era unânime.

Palavras-chave: História da Educação. Maria Lacerda de Moura. Anarquismo. Igreja Católica. Fascismo.

ABSTRACT

The objective of this Thesis in History of Education was to understand, according to the writings of Maria Lacerda de Moura, in her books published in the 1930s, which instruments and mechanisms were used by two institutions, to maintain the control and domestication of bodies and minds. The first of them is the Catholic Church (Clergy), as the representative of God on Earth, owners of society's moral code, placing religious education as the only teaching possibility for the salvation of the population. The second is government institutions (State), in the 1930s, with their authoritarian governments, organizing and nationalizing the country, claiming to bring something new. But both are premised on the maintenance of Capital and, to this end, they used various control mechanisms, in the construction of a society without equity, which hinders and controls the freedom of human beings. Within this perverse logic of domination, education is one of the main instruments used by these institutions, according to the author. The specific objectives of this investigation were to analyze such writings, examine what Lacerda and other anarchists wrote about education in the Brazilian anarchist press in the 1930s, and understand Maria Lacerda de Moura's conception of the importance of education and how much the Catholic Church and fascism resort to it, as an instrument of manipulation of the people. There is nothing like a self-taught person to understand a self-taught person and, in this sense, the way of thinking and questioning the status quo, by Maurício Tratenberg (2004), provided an exact understanding of the research methodology. Knowing the life story of Maria Lacerda de Moura, her writings and the research carried out on her different themes was crucial to understanding the author and verifying that there were still no investigations into her work, in relation to Education, the Catholic Church and fascism. To understand Maria Lacerda de Moura's educational, anti-clerical, anti-facist conception of education and the interference of the Catholic Church and fascism in the 1930s, as well as other anarchists on education, an analysis of Maria's writings was carried out. Lacerda de Moura on education, the Catholic Church and fascism, in the 1930s, and what other anarchists wrote about education, in the Brazilian anarchist press, in that period. Through the books of Maria Lacerda de Moura: *Fascism: favorite son of the Church and Capital*, *Clergy and fascism: horde of brutalizers!* and *Ferrer, the Roman clergy and secular education*, and some anarchist authors who published in the newspapers *A Lanterna* – a newspaper combating clericalism and *A Plebe* – a libertarian periodical, we sought to understand the anarchist conception of education and the interference of the Catholic Church and fascism, in the 1930s. Through reading analysis and reflection on books and newspapers, one can understand this corrupting triad presented by Maria Lacerda de Moura and other authors. Upon verifying that the clergy and fascism are not the only ones responsible for the “blunting of the way of thinking”, the author makes a complaint against fascist intellectuals, calling them “super elephants” of fascism, characters from a dystopian novel by Han Ryner, author of reference for her. Furthermore, another term frequently used by her was “clerical octopus”, demonstrating the domination of the Catholic religion over social institutions. By analyzing the newspapers, it can be seen that it is a term used by many anarchist authors of the time, such as Xisto Leão, which stands out for the agreement of ideas between the authors. But Maria Lacerda de Moura also received criticism from other anarchists, which are presented, as it is believed to be important to show that Maria Lacerda de Moura's thoughts were not unanimous.

Keywords: History of Education. Maria Lacerda de Moura. Anarchism. Catholic church. Fascism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Filho dileto</i> - primeira edição	48
Figura 2 – <i>Filho dileto</i> - segunda edição	50
Figura 3 – <i>Clero e fascismo</i> - primeira edição	58
Figura 4 – <i>Clero e fascismo</i> - segunda edição	60
Figura 5 – <i>O clero romano e a educação laica</i> - primeira edição	72
Figura 6 – Obras da autora	73
Figura 7 – <i>O clero romano e a educação laica</i> - segunda edição	74
Figura 8 – <i>A Lanterna</i>	109
Figura 9 – A dupla reacionária	110
Figura 10 – <i>A Plebe</i>	111
Figura 11 – A santa aliança do crime	116
Figura 12 – Exercícios práticos de educação clerical	123
Figura 13 – O polvo clerical	124
Figura 14 – Dando esmolas e sofrendo	125
Figura 15 – A serpente	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <i>A Lanterna</i> (1933-1935) - Maria Lacerda de Moura	117
Tabela 2 – <i>A Lanterna</i> (1933-1935) - educação	120
Tabela 3 – <i>A Plebe</i> (1933-1935) – Maria Lacerda de Moura	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL – Arquivo Edgard Leuerth – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

AIB – Ação Integralista Brasileira

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Instituto de Ensino Superior do Rio de Janeiro.

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FPABRAMO – Fundação Perseu Abramo

LEIM – Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher

ONJ – Organização Nacional da Juventude

PRM – Partido Republicano Mineiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

SNHCT - Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - MARIA LACERDA DE MOURA	22
CAPÍTULO 2 - OS SUPERELEFANTES DO FASCISMO: PODER E RELIGIÃO	39
2.1 Filho dileto da Igreja e do capital	47
2.2 Clero e fascismo	58
2.2.1 Os superelefantes	62
CAPÍTULO 3 - HORDA DE EMBRUTECEDORES: EDUCAÇÃO E RELIGIÃO	71
3.1 O clero romano e a educação laica	72
3.2 <i>Divinis Illius Magistri</i>	83
3.3 Obra Nacional Balilla	91
3.4 Reforma Educacional no Brasil	93
3.4.1 Intelectualidade católica e a educação	100
3.4.1.1 Tristão de Athayde	102
CAPÍTULO 4 - OBJETORES DE CONSCIÊNCIA	108
4.1 <i>A Lanterna</i> – jornal de combate ao clericalismo	112
4.2 <i>A Plebe</i> – periódico libertário	127
4.3 <i>O Estado de S. Paulo</i>	142
CAPÍTULO 5 - SEM PONTOS E SEM iis...	146
CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS	199

INTRODUÇÃO

Maria Lacerda de Moura (1887-1945), com sua história de vida, os preconceitos e inúmeras críticas as quais teve de enfrentar para escrever o que pensava, como mulher e livre pensadora, despertou uma curiosidade pela identificação simbólica com a minha própria história de vida. Minha trajetória como psicóloga social com 20 anos de trabalhos em projetos e movimentos sociais, com diferentes grupos populacionais – profissionais do sexo (homens, mulheres e travestis), usuários de drogas¹, mulheres em situação de violência, população em situação de rua e crianças em extrema vulnerabilidade social –, aguçou-me o olhar como investigadora social, militante dos direitos sociais, ampliando os caminhos para outras rotas de estudos e pesquisas para além dos direitos humanos, assistência social e direito das mulheres.

Os questionamentos sobre os direitos negados a determinadas populações e a liberdade de pensar e agir, proporcionados pelos estudos e movimentos da redução de danos e do psicodrama², levaram-me para a importância da educação e a indagação sobre a serviço de quem ela estaria. Nessa identificação simbólica com a autora estudada, nas leituras de seus artigos e livros, compreendendo sua escrita imbatível e questionadora, sua coragem e determinação em dizer o que pensava, desejei tê-la como companheira de trabalho e debate. Minhas próprias preocupações e questionamentos me conduziram ao encontro de Maria Lacerda de Moura e aos estudos sobre gênero, anarquismo, história e educação, no Mestrado, intitulado *A condição feminina em Maria Lacerda de Moura: análise de configuração textual do livro Renovação (1919)*³.

A dissertação de Mestrado em práticas educativas e movimentos sociais na educação contribuiu para as aproximações com os escritos de Maria Lacerda de Moura, entre tantas temáticas, destacavam-se as questões relacionadas à denúncia da autora sobre a interferência da Igreja Católica e o fascismo na educação. Esse destaque se dava por três motivos: o primeiro, pela temática em si e por descobrir a importância de conhecer a história da educação e do quanto os governos autoritários e a Igreja Católica a influenciaram. Segundo, pelo momento histórico vivido na época da dissertação (2017-2019), pela interferência da Igreja Pentecostal, do governo de extrema direita junto à educação brasileira. O terceiro e último motivo, por não encontrar

¹Usuários de drogas lícitas, ilícitas e injetáveis, dentro da política de redução de danos que passa pelo pressuposto do direito ao uso, recreativo, substitutivo, acesso aos serviços de saúde e a informação para o autocuidado.

²“Trata-se de proposta para trabalhar as relações humanas, em suas necessidades individuais e grupais, pedagógicas e psicológicas, terapêuticas e existenciais, através dos elementos revolucionários do chamado ‘teatro espontâneo’” (Almeida, 1989), criada por Jacob Levy Moreno, o qual trabalhou com prostitutas, em 1914.

³Disponível em: https://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/visualiza.php?cod=MTkwNw==. Acesso em: 10 mar. 2022.

investigações que tratavam do estudo de Maria Lacerda de Moura e dessa aliança entre fascismo e Igreja Católica e a utilização da educação como instrumento de domesticação.

A busca e a curiosidade por conhecer os escritos de Maria Lacerda de Moura sobre as interfaces entre a educação, a Igreja Católica e o fascismo transformaram-se em um projeto de pesquisa de Doutorado: um desafio intelectual a ser enfrentado por uma psicóloga social, com Mestrado na linha de pesquisa em Práticas Educativas e Movimentos sociais, agora propondo uma pesquisa de Doutorado em História da Educação.

Como controlar a população que tem acesso à formação e informação educacional? Através de governos autoritários, usando o orgulho patriótico, o nacionalismo e os dogmas religiosos. Assim, a educação se torna um dos grandes instrumentos de modulação do povo, necessários para a Igreja, para o autoritarismo moderno e a manutenção do capitalismo.

A objetivo desta Tese é entender, segundo os escritos de Maria Lacerda de Moura, quais os instrumentos e mecanismos utilizados por duas instituições: a Igreja Católica (Clero), como representante de Deus na Terra, e os governantes (Estado), frequentemente autoritários, cuja premissa de construção é a manutenção do Capital. Empregaram esses mecanismos para a construção de uma sociedade sem equidade, que tolhe e controla a liberdade dos seres humanos. Dentro dessa lógica perversa de dominação, a educação é um dos principais instrumentos usados por essas instituições, segundo a autora.

Portanto, esta Tese buscou compreender as interfaces em que Maria Lacerda de Moura refletiu, sobre a Educação, a Igreja Católica e o fascismo em seus escritos, na década de 1930. Foram objetivos desta investigação analisar tais escritos, examinar o que Lacerda e outros anarquistas escreviam sobre educação, na imprensa anarquista brasileira, na década de 1930, e compreender a concepção de Maria Lacerda de Moura sobre a importância da educação e do quanto a Igreja Católica e o fascismo a ela recorreram, como instrumento de manipulação do povo. Para essa investigação utilizou-se três livros de Maria Lacerda de Moura publicados em 1930, durante análise pensou-se: esse é um entendimento de Maria Lacerda de Moura ou também de outros anarquistas?

Por que estudar Educação? Por que estudar História da Educação? Por que estudar Maria Lacerda de Moura? Por que continuar estudando Maria Lacerda de Moura? Por que estudar as interferências dos mais diversos movimentos políticos, ideológicos na Educação? Por que estudar o anarquismo? Por que o fascismo e a Igreja Católica? Por que estes livros de Maria Lacerda de Moura e não outros?

Essas são apenas algumas perguntas, no processo do enfrentamento desse desafio, outros vão se apresentando, como, por exemplo, qual metodologia adotar, em uma pesquisa

científica em História da Educação anarquista? Muitas pesquisas sobre o anarquismo se utilizaram – e ainda hoje se utilizam – de teóricos que, em sua base, tenham como metodologia o materialismo histórico-dialético de Karl Marx (1817-1883) e Friedrich Hegel (1820-1895).⁴

Para o materialismo histórico e dialético de Karl Marx (1817-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), especialmente seus pressupostos centrais, resgatar o passado é parte da possibilidade de compreensão do presente, entendendo-se a sociedade como produção humana em constante transformação ou devir. A história é substrato material e a essência do homem, conjunto das relações sociais encarnadas nos sujeitos. Serve como um arcabouço teórico e metodológico que se aproxima do modo como concebemos a vida e a organização social.

Uma das premissas do método do materialismo histórico-dialético é a importância de se alcançar a essência do objeto, capturar sua estrutura e dinâmica por meio de processos analíticos de sua compreensão como objeto de investigação, para se ir além do concreto e visível. Primeiramente, vê-se o concreto. Posteriormente, eleva-se a ordem do pensamento, tentando identificar as inúmeras determinações e possibilidades de compreensão desse mesmo objeto; então podemos vê-lo de outra forma, em sua síntese. Como diz José Paulo Netto (2011, p. 45), assistente social brasileiro, grande conhecedor do materialismo histórico-dialético: “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações” (Maurano, 2019, p. 20).

Na dissertação de Mestrado em Práticas Educativas, utilizou-se como metodologia a Análise de Configuração Textual (Mortatti, 2000), a qual tem como base o materialismo histórico-dialético. Essa escolha foi muito profícua para examinar os escritos de Maria Lacerda de Moura sobre a educação e a condição feminina.

Na Tese de doutorado em História da Educação, seria possível continuar utilizando algum teórico e historiador do materialismo histórico-dialético. Mas, em determinado momento, pensou-se na possibilidade de argumentação de Maria Lacerda de Moura por ela mesma, diante da densidade teórica e argumentativa da autora, tendo como bases filosóficas o estoicismo e o anarquismo individualista de Han Ryner, além dos escritos de Émile Armand. Todavia, esse debate e a tentativa de afirmá-lo teriam a densidade de uma Tese de Doutorado – e esse, infelizmente, não é o foco desta Tese.

Ao pensar e estudar sobre outras possibilidades de metodologia para a Tese, chegou-se a outras respostas. Elencam-se estes autores, para deixar como registro e contribuir para possíveis pesquisas futuras: Alexandre Samis, o qual escreveu um livro sobre a Comuna de

⁴ Saindo do materialismo histórico-dialético, outros pesquisadores e pesquisadoras, para apresentar um outro olhar sobre o método dos estudos anarquistas, têm como base o teórico social, filósofo e historiador Michel Foucault (1926-1984) e outros autores; ainda, em pesquisas, adotam a esquizoanálise, como o filósofo Gilles Deleuze (1925-1995) e o filósofo e psicanalista Félix Guattari (1930-1992), os quais não serão aprofundados neste texto.

Paris, através do olhar anarquista, porém, não trata explicitamente de uma metodologia. Teria que ler com mais cuidado. Através desse olhar histórico e leitura anarquista que ele faz da Comuna de Paris, seria uma possibilidade; Benedict Anderson tem dois livros que podem vir a ser uma possibilidade do fazer pesquisa sobre anarquismo. O primeiro deles se chama *Sob três bandeiras, anarquismo e imaginação anticolonial*, o qual focaliza o método indiciário e estuda os nacionalismos; outro livro, intitulado *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Para terminar, tem-se Paul Feyerabend, que escreveu um livro intitulado *Contra o método*, onde defende uma epistemologia anarquista, mas, ao se ler sua introdução, constata-se não ser anarquista. Algumas coisas que ele escreve são incomodativas, como no sentido de afirmar que, na ciência, “tudo vale”, ao mesmo tempo que se concorda com ele quanto à crítica aos defensores de um único método possível.

Confessa-se que não é possível, nem foi o objetivo desta Tese, responder a essa questão, a qual dá um bom tema de pesquisa. Para responder a essa questão, buscou-se conhecer mais alguns pesquisadores que já estudaram o anarquismo e, no debate⁵ com outros pesquisadores e pesquisadoras de história da educação e anarquismo, chegou-se ao nome do sociólogo, historiador e escritor Maurício Tragtenberg (1929-1998).

A história de vida e a pesquisa desse historiador, na sua crítica ao *status quo*, o seu profundo estudo sobre educação e anarquismo, um dos primeiros a trazer para dentro da academia⁶ essas críticas e estudos, mostraram-se extremamente interessantes, de sorte a se adotar o seu olhar como base desta Tese. Além disso, trata-se de uma homenagem a esse pesquisador brasileiro, o qual, com todo o seu estudo inseriu o anarquismo e a educação anarquista na pauta dos estudos acadêmicos.

Neto de imigrantes judeus ucranianos, nasceu em 1929, no Rio Grande do Sul; vivendo na área rural, de agricultura familiar baseada no apoio mútuo, recebiam vários periódicos libertários – essas são suas lembranças da infância. Em 1936, mudou-se para Porto Alegre, em 1938, para São Paulo. Com o falecimento de seu pai, teve de deixar os estudos e frequentar as universidades da vida. Em 1945, filiou-se ao Partido Comunista, do qual foi expulso, por sua convivência com anarquistas, trotskistas e pelas críticas à revolução russa; fez cursos de formação no PSB com Antônio Candido e Azis Simão; no Centro Cultural Social, conheceu Edgard Leuenroth, Pedro Catalo, Anita Carrijo e Mário Ferreira dos Santos, entre outros espaços como a Biblioteca Mario de Andrade, onde conviveu com muitos intelectuais.

⁵ Samantha Lodi, Daniel da Silva Barbosa, Rodrigo Rosa da Silva, Macioniro Celeste Filho, Rosa Fátima de Souza Chaloba e Dóris Accioly da Silva.

⁶ Entendo a palavra “academia”, aqui, como a universidade, seus intelectuais e a produção de conhecimento.

No decorrer da década de 1950, tendo apenas concluído o quarto ano primário, por sugestão de Antonio Candido e com base na legislação da época, Tragtenberg apresentou a monografia intitulada *Planificação: desafio do século XX* (1967), à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nesse texto, analisa os mecanismos socioeconômicos que conduzem ao planejamento econômico, tanto no capitalismo privado, quanto no capitalismo de Estado. Sobre este livro, escreveu Antonio Candido na apresentação (1967): “com honestidade e heterodoxia, longe de dogmas e preconceitos, o autor circula entre fatos históricos, sociais e econômicos com uma formosa liberdade, manifestando a cada instante uma equação pessoal que não se quer omitir e que atua como presença fecundante”. O autodidatismo que marcou a trajetória de Maurício Tragtenberg conferiu-lhe uma liberdade intelectual pouco vista na universidade, o que não significa ausência de rigor conceitual e analítico (Silva, 2022, p. 4).

Nada como a metodologia de um autodidata (Maurício Tragtenberg), para guiar o movimento de pesquisa e compreensão de uma pensadora autodidata (Maria Lacerda de Moura). Mas, para isso, é preciso compreender esse autor. Para entender a lógica de pensamento de Maurício Tragtenberg,⁷ pode-se ir aos seus vários textos e livros publicados durante sua produção intelectual, além de outros autores que o estudaram⁸. Pode ser considerado o pesquisador responsável pela introdução da pedagogia libertária de Francisco Ferrer y Guardia, na universidade, pois ele, assim como Maria Lacerda de Moura escreve, em seu livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica* (1934), que foi propositalmente esquecido pelos intelectuais da educação, por ser um “desertor da burguesia”.

Ao ler os textos de Tragtenberg (2004), deparou-se com uma crítica bem pautada sobre a academia e a busca desenfreada pela produção, justificação do seu poderio e manutenção da sua dominação, em texto publicado em 1967, intitulado “A delinquência da academia”, onde, logo nas primeiras páginas, destaca que

A universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada a dominação. Não é uma instituição neutra, é uma instituição de classe, na qual as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber “objetivo”, acima das contradições sociais (Tragtenberg, 2004, p. 12).

A denúncia do autor é incisiva, ao trazer o desenvolvimento da lógica capitalista para dentro da universidade, onde, para a educação, não importa discutir os seus fins e sim os meios,

⁷ Nesta pesquisa específica, utilizou-se o livro *Sobre educação, política e sindicalismo*, da Coleção Maurício Tragtenberg, com a direção de Evaldo A. Vieira, pela Editora Unesp, 3ª edição revisada, 2004.

⁸ Dóris Accioly e Silva, Evaldo A. Vieira, Silvio Donizete Gallo, entre outros.

formando professores rígidos e reprodutores da ideologia em voga, formando seus servos ignorantes nas mais diversas áreas (justiça, medicina e educação) e garantindo sua hegemonia.

Como frisa o próprio Tragtenberg, no texto “O saber e o poder” (publicado originalmente em 1978), justamente porque o saber produz o conhecimento necessário para a dominação e, para aqueles que querem dominar, ter o controle sobre esse saber é essencial. O texto segue para a crítica da produção intelectual de sua época, a qual não será abordada neste tema de estudo. Contudo, algo que esse texto proporciona como reflexão para a Tese é o complexo militar-industrial-acadêmico do conhecimento, ao qual Maria Lacerda de Moura incluiria o termo “clerical”.

Essa lógica e entendimento crítico sobre a educação, a produção de conhecimento e a dominação contribuem sobremaneira para o objeto de estudo. É preciso ver além do que é mostrado, a fim de compreender os processos de dominação e controle sociais. Entender o momento histórico, a lógica de quem está no poder ou nos poderes é crucial para enxergar esse processo e legitimar a narrativa daqueles que não concordam com a manipulação da realidade que está imposta.

Em suas diferentes épocas e tempos históricos, vários pensadores e pensadoras se colocaram em discordância com o “dominismo”⁹; entre tantos, encontram-se Francisco Ferrer y Guardia, Maria Lacerda de Moura e, como não, Maurício Tragtenberg. Este último, assim como Maria Lacerda de Moura, apresenta Ferrer como “[...] um dos mártires do pensamento livre” (Tragtenberg, 2004, p. 136).

Ao se ler o texto “Francisco Ferrer e a pedagogia libertária”, de Tragtenberg, publicado originalmente em 1981, a partir da página 136, onde o autor focaliza a obra de Ferrer, encontram-se nove notas de rodapé com citações de Maria Lacerda de Moura, retiradas do seu livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, de 1934. Nelas, a autora, como se poderá ver melhor, no Capítulo 3 desta Tese, alude a Ferrer como um desertor da burguesia, um paladino da Escola Nova, mártir do ensino livre, da preservação do cérebro infantil, do ensino livre de dogmas, além de debater a diferença entre ele e Durkheim.

Para além desses temas, Tragtenberg inicia o texto fazendo um resgate histórico do momento vivido por Francisco Ferrer y Guardia, antes de apresentar o educador. É um movimento de resgate, o qual se pretende nesta Tese, referente ao momento histórico, político e cultural vivido por Maria Lacerda de Moura, mas não antes, porém, concomitantemente à

⁹ Termo empregado por Maria Lacerda de Moura, em seus escritos, para dizer sobre o poder de dominação do fascismo, mas, principalmente, da Igreja Católica sobre a população.

apresentação dos seus escritos e debates presentes nos livros escolhidos da autora e outros “objetores de consciência”.

No enfrentamento desse desafio de uma Tese em História da Educação, procura-se explicitar a investigação realizada, intitulada *A visão anarquista de Maria Lacerda de Moura: interfaces entre a educação, a Igreja Católica e o fascismo na década de 1930*. O presente texto, aborda as questões encontradas durante as leituras das fontes bibliográficas e das fontes primárias que proporcionaram o entendimento sobre qual é a concepção de Maria Lacerda de Moura sobre a educação e do quanto, de que forma e o porquê de a Igreja Católica e o fascismo quererem obter o controle sobre ela, na década de 1930.

O clero impõe a sua educação com base na moral cristã, os governos autoritários se unem à educação religiosa pelo interesse em dominar. Como crítica, a educação laica se configura como alternativa para o exercício da democracia. Todavia, para os anarquistas, como Maria Lacerda de Moura, a educação laica apenas substitui Deus pelo Estado. A educação, para a autora, deve ser sem dogmas, sejam eles religiosos, sejam do Estado, para contribuir na formação de livre pensadores.

Nesse sentido, estudar os escritos de Maria Lacerda de Moura sobre a Igreja Católica, fascismo e educação torna-se uma oportunidade para compreender as minúcias e as entrelinhas controladoras e autoritárias que existem por trás das bonitas palavras de ordem, moral, salvação, civismo, organização e laicidade das propostas educacionais historicamente apresentadas como solução para a educação.

Assim, a objetivo desta Tese é compreender, de acordo com o pensamento lacerdiano, que se propõem esses dispositivos, que têm na educação um dos principais equipamentos, utilizados por essas instituições de controle da sociedade. A Igreja Católica, através do Clero Romano, como representantes de Deus na Terra, e o Estado, com seus governantes, em sua maioria autoritários, usufruindo da educação para tolher, controlar e manipular os seres humanos na construção de uma sociedade sem equidade, a qual beneficia apenas os “escolhidos” que participam e regem essas instituições.

Assim, a finalidade desta Tese é entender, segundo a concepção de Maria Lacerda de Moura, exposta em seus escritos (nesta investigação, foca-se nos livros *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital*, *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!* e *Ferrer, o clero romano e a educação laica*), quais os instrumentos e mecanismos usados por duas instituições, a Igreja Católica (Clero) e o Estado fascista, na construção de uma sociedade que controla a liberdade dos seres humanos.

No capítulo intitulado “Maria Lacerda de Moura”, conta-se a história de vida dessa autora, intercalando-a com os seus escritos e com as pesquisas já concretizadas por outros pesquisadores, nas mais diversas temáticas, como educação e direitos da mulher, entre outras. Através do conhecimento desses estudos, verifica-se que nenhum dos trabalhos abordou a questão da educação, no que tange especificamente aos escritos de Lacerda sobre os domínios da Igreja Católica e do fascismo, objeto de estudo da presente Tese.

A análise dos seus escritos, devido à densidade de temas a serem compreendidos, foi dividida em dois capítulos. Um deles, com o nome de “Os superelefantes do fascismo: poder e religião”, descreve inicialmente o contexto histórico vivido pelos anarquistas, em 1930, década na qual escreveu os livros estudados. Apresenta-se o primeiro livro *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*, escrito em 1935, e parte do livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, de 1934. Diz-se parte pois, nesse capítulo, discorre-se sobre poder e religião, focando do primeiro livro o que se refere ao poder da Igreja Católica e usando, do segundo livro (*Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores!*), a parte onde a autora faz uma descrição minuciosa dos discursos de Benito Mussolini e sobre os intelectuais fascistas que ela denomina “superelefantes”. A objetivo desse capítulo é delinear o contexto histórico, político, econômico e cultural da década de 1930, para depois tratar da concepção que Maria Lacerda de Moura tem sobre o poderio da Igreja Católica e o entendimento sobre a ideologia fascista, deixando a parte da *Obra Nacional Balilla*, programa para educação fascista italiana, para o próximo capítulo.

No capítulo seguinte, “Horda de Embrutecedores: educação e religião”, encontra-se a outra parte do livro *Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores!*, na qual a autora focaliza a educação fascista de Benito Mussolini (*Obra Nacional Balilla*), juntando-a ao terceiro livro, *Ferrer, o clero romano e a educação laica* de 1934, no qual Maria Lacerda de Moura faz a sua leitura sobre a Escola Moderna de Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), grande articulador da pedagogia anarquista, diferenciando a educação libertária da educação laica e tecendo suas críticas à educação religiosa e aos falsos libertários, que se dizem libertários, mas cujos filhos frequentam escolas católicas. Essas compreensões são contrapostas ao entendimento que a Igreja Católica tinha sobre a educação, através da Encíclica Papal de 1929, das argumentações de Tristão de Athayde (1893-1983), com influência junto ao então Ministro da Educação Gustavo Capanema (1900-1985), no governo de Getúlio Vargas (1882-1954). Nesse capítulo, pretendeu-se compreender qual seria a educação libertária com a qual a autora concorda, a qual se diferencia da educação laica e, mais ainda, da educação religiosa, além de se focar as contradições de ensino dos governos autoritários, do clero e seus intelectuais.

Nos primeiros capítulos, por conseguinte, além de se compreender a lógica fascista e clerical, através das críticas a essas instituições feita pela autora, é possível delinear o seu entendimento sobre educação, na década de 1930, uma educação libertária sem a interferência da Igreja Católica, através do ensino religioso, ou do Estado, pelo ensino laico. Esse entendimento de uma educação libertária não era apenas escrito por Maria Lacerda de Moura, mas também por outros militantes e autores anarquistas da década de 1930.

Para confirmar essa hipótese, temos como referências as fontes primárias, com os jornais *A Lanterna* – Jornal de Combate ao Clericalismo (1933-1935) e *A Plebe* – Periódico Libertário (1933-1935). Nos dois jornais, utilizaram-se como indexadores o nome de Maria Lacerda de Moura e a Educação – assim como ensino e escola, para se ter uma maior abrangência sobre a temática citada. Ainda nesse capítulo, buscou-se o nome de Maria Lacerda de Moura em outro jornal, não libertário ou anticlerical e de grande distribuição. No jornal *O Estado de S. Paulo*, fez-se uma procura do nome da autora, para constataremos a abrangência e a relevância do seu nome, na grande mídia, na década de 1930. Esse capítulo teve como nome “Objetores de consciência”, empregado para identificar os pensadores e escritores libertários. O objetivo desse capítulo é de, além de confirmar a concepção de Lacerda sobre educação, na imprensa anarquista, verificar também se seus escritos se contrapunham ou concordavam com o que era dito sobre o tema, entre os anarquistas.

Na leitura feita dos jornais *A Lanterna* e *A Plebe*, encontraram-se, além dos escritos de outros autores sobre os temas da educação, clero e fascismo, algumas críticas feitas sobre a autora. Logo, tornou-se importante compreender quais eram, quem eram os autores e o porquê faziam essas críticas. No capítulo “Sem pontos e sem iis”, entende-se as críticas de Osvaldo Salgueiro e Pedro Catalo a Maria Lacerda de Moura, acerca de seu último livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, principalmente por esse ser um dos livros-base para esta Tese, na compreensão do pensamento lacerdiano sobre a educação, o clero e o fascismo.

Na “Conclusão” apresentam-se as informações que foram descobertas sobre Maria Lacerda de Moura, seus escritos e o que se aprendeu com eles, no contato com outros autores anarquistas brasileiros da década de 1930 e o que eles tratavam sobre a educação e sua importância, não apenas para a formação de livre pensadores como também para compreender a maquinação, vontade e necessidade de os governos autoritários e de o clericalismo terem a educação em suas mãos, como instrumento de controle das mentes, corpos e almas da população. O objetivo da Tese é compreender a concepção de Maria Lacerda de Moura sobre o porquê, o quanto e de que forma as instituições autoritárias, sejam governamentais, sejam clericais, se utilizam da educação como instrumento de dominação.

CAPÍTULO 1 - MARIA LACERDA DE MOURA

Conhecer Maria Lacerda de Moura (1887-1945) é conhecer um pouco da história do anarquismo no Brasil. Maria Lacerda de Moura nasceu na fazenda Monte Alverne, Manhuaçu – Minas Gerais, em 16 de maio de 1887, filha de Maria Amélia Dias Toledo e Modesto Araújo Lacerda. Em 1891, aos quatro anos de idade, mudou-se com sua família para Barbacena. Em 1892, iniciou o curso primário no Externato de Freiras do Asilo de Órfãos e depois na Escola Normal de Barbacena. Nesta instituição, exerceu as funções de professora e diretora, além de colaborar com suas crônicas para o jornal local. Em 1918 e 1919, respectivamente, publicou seus dois primeiros livros. Morou em São Paulo, depois Guararema – uma comunidade anarquista – e Rio de Janeiro, ministrando palestras e participando de conferências nacionais e internacionais, além de publicar vários livros. Faleceu em 20 de março de 1945, na cidade do Rio de Janeiro, aos 57 anos.

Neste capítulo, apresenta-se a trajetória de vida da educadora e escritora Maria Lacerda de Moura, intercalando-a com relatos e dados históricos coletados por outras mulheres pesquisadoras e por alguns pesquisadores também. As informações são resultado de pesquisa bibliográfica feita para a dissertação de Mestrado em educação na Universidade Metodista de Piracicaba, defendida em 2019 e intitulada *A condição feminina em Maria Lacerda de Moura: análise de configuração textual do livro Renovação* (1919) (Maurano, 2019), complementada e ampliada para esta Tese de Doutorado. Somam-se a esse material outros trabalhos de pesquisadores que estudaram os escritos e o pensamento dessa autora, a qual se posicionava como anticlerical e anarquista.

O início desta Tese consolidou-se com a produção do instrumento de pesquisa¹⁰ de – e sobre – Maria Lacerda de Moura. Parte do material sobre a autora para o desenvolvimento desta Tese será constituído por meio de citações literais e parciais. Dentre os escritos de Lacerda, terão como foco os publicados da década de 1930, cujo tema central é a Igreja Católica, o fascismo e a educação no Brasil.

Para conhecer melhor a autora, recorre-se primeiro à pesquisadora Miriam Lifchitz Moreira Leite (1923-2013), a qual, em sua tese de Doutorado, publicada no livro intitulado *A*

¹⁰ “[...] localização dos escritos de e sobre Maria Lacerda de Moura; até o momento, foram localizados 42 documentos de Maria Lacerda de Moura, sendo 14 livros (1918-1934); 21 artigos de jornais e revistas (1920-1935); e 7 conferências (1919-1924). Sobre a vida e obra de Maria Lacerda de Moura localizaram-se 2 resumos científicos; 27 artigos científicos; 1 trabalho de conclusão de curso; 11 dissertações de mestrado; 3 teses de doutorado e 1 livro, totalizando 45 documentos” (Maurano, 2022, p. 1).

outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura (1984), realiza um estudo minucioso da sua história de vida. Leite (1984) reuniu fontes e documentos históricos que, posteriormente, doou para o Centro de Documentação e Memória da Unesp, possibilitando que todas as pesquisadoras, pesquisadores e população interessada em conhecer essa anarquista possam ter acesso, contribuindo, assim, para o estudo sobre Maria Lacerda de Moura.

Alguns desses documentos também podem ser encontrados no Arquivo Edgard Leuenroth, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde, além de vários arquivos sobre Maria Lacerda de Moura (1887-1945), encontra-se uma vasta documentação sobre o anarquismo no Brasil. Trata-se de arquivo oriundo do árduo e consciente trabalho feito por Edgard Leuenroth (1881-1968), um tipógrafo, jornalista, arquivista, anarquista e propagandista anarquista na Primeira República do Brasil. Leuenroth ajudou a fundar vários periódicos e entidades, tendo sido responsável por um dos maiores arquivos anarquistas brasileiros, hoje situado na Unicamp.

O livro e os artigos de Leite (1926-2013) e os vários artigos da historiadora Margareth Rago (1948) sobre as mulheres libertárias, assim como seu livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)*, foram responsáveis por visibilizar os escritos de Maria Lacerda de Moura, na década de 1980.

No livro *Amor & Libertação em Maria Lacerda de Moura* (2020), a pesquisadora Patrícia Lessa reúne parte considerável de informações dos estudos sobre a autora, oriundas das pesquisas feitas até então. Lessa (2020) conta, de forma rica e consistente, um pouco da história de Maria Lacerda de Moura, seu

[...] ativismo com relação às outras espécies, tanto como antivitisseccionista quanto como vegetariana e sua vinculação com o anarquismo individualista, principalmente da vertente francesa. Além disso, interessa nosso destaque sobre a relação da escritora com as questões espiritualistas (Lessa, 2020, p. 28).

Quanto à vida amorosa e familiar de Maria Lacerda de Moura, em 1904, com 17 anos, casa-se com Carlos Ferreira de Moura, funcionário público da cidade de Barbacena, com quem viveu maritalmente até 1925, quando o amor entre eles se transformou em uma amizade fraternal. Ela deixa isso explicado em dedicatória feita em seu livro *A mulher é uma degenerada* (1924):

A Carlos Moura
A primeira e a segunda edição deste livro te são dedicadas, meu grande amigo. Também da terceira. As condições de nossa vida conjugal modificaram-se totalmente. Somos hoje apenas dois grandes e verdadeiros amigos. Somos

apenas dois bons irmãos, absolutamente solidários em todas as contingências da existência trabalhosa e cheia de surpresas, para as quaes nem sempre estivemos preparados.

Entretando somos hoje mais amigos que hontem. A tua dedicação para comigo é notabilíssima e muita vez me tem comovido profundamente.

Quero apresenta-la ao público, como uma homenagem do meu coração ao teu coração generoso e forte, á tua alma estoica.

Que exemplo o teu, meu nobre amigo! (Moura, 2018c, p. 7).¹¹

Os dois, quando ainda casados, adotaram duas crianças, uma menina órfã chamada Carminda e seu sobrinho Jair, do qual se desvincilhou, quando este entrou para a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ela deixa isso explicado em um artigo intitulado *Profissão de fé*, publicado em 9 de fevereiro de 1935, no periódico *A Lanterna*:

Meu filho adotivo morreu. Si amanhã uma “expedição punitiva” vier em minha busca, Jair pode sossegadamente fazer parte do bando – não o reconhecerei no meio dos seus pares.

Não lhe tiro o direito de ser livre. Mas toda liberdade exclue o direito de oprimir o semelhante.

O fascista quer a liberdade para massacrar a liberdade do próximo.

É contra a tirania para se tornar tirano.

Pois bem: que cada qual se arme dentro da sua trincheira.

As minhas armas: a minha pena incorruptível e a força moral do meu caracter, incastado na minha fraqueza física de mulher.

Meu filho morreu. A minha consciência continua livre (Moura, 1935a, p. 3).

Em 1926, conheceu André Néblind e, em 1928, mudou-se para a comunidade Ácrata de Guararema (1928-1937), onde construíram uma relação de amor até ele ser preso (1936) e deportado (1937) pela polícia do então presidente Getúlio Vargas (1882-1954):

Numa tentativa de fuga das opressões do Estado e do Capital, esses indivíduos se retiraram da sociedade, realizando “um retorno à Natureza”, onde dedicavam-se à cuidar de seu pedaço de terra e de levar a frente a propaganda anarquista por meio de textos e cartas, eliminando seus preconceitos. Nesse ambiente de afastamento, Maria Lacerda pôde, além de escrever seus muitos livros e artigos, colocar em prática alguns de seus conceitos de educação, assim como uma nova moral comportamental, avessa aos preconceitos e adepta do amor livre. Talvez pela sua característica de valorizar as ações individuais de recusa do sistema de valores capitalista e burguês, a polícia não tomou conhecimento da existência de uma “comunidade” em Guararema. Para o DEOPS aquilo não passava de um grupo de “extremistas”, sem caracterizar uma unidade política ou organizacional. Talvez porque realmente não fosse (Silva, 2005, p. 98-99).

André Néblind era um anarquista francês, desertor da Primeira Guerra Mundial (Roberto, 1919). Segundo Parra (2014, p. 110), chegou ao Brasil com documentos falsos e seu

¹¹ As citações de Maria Lacerda de Moura e outros autores da década de 1930 serão mantidas conforme aparecem no original, respeitando o português da época.

provável nome era Paul Laurent. Ele incentivou bastante os estudos e escritos de Maria Lacerda sobre o anarquismo individualista e pacifista (Pacheco, 2010):

A sua relação com Maria Lacerda de Moura é citada no estudo de Miriam L. Moreira Leite. Ela e Neblind teriam convivido na Comunidade de Guararema, fundada por Artur Campagnoli, onde, segundo Edgar Rodrigues, “prevalecia o sistema anarquista individualista” e cada morador buscava viver sua própria vida em liberdade e independência, sem haver experiências comunitárias e coletivas de trabalho (Silva, 2005, p. 98 *apud* Rodrigues, 1993, p. 82).

Artur Campagnoli, ou melhor, Arturo Campagnoli, foi um anarquista italiano, joalheiro de profissão, falecido em 1944:

Chegou a São Paulo em 1888, comprou uma área de terra considerada improdutiva e fundou a Colônia Anarquista de Guararema, com a ajuda de libertários russos, franceses, espanhóis, italianos (a maioria) e nas décadas de 20 e 30 teve a colaboração de brasileiros (Rodrigues, 2010, p. 3-4).

Sobre a sua família nuclear, seus pais, “[...] simpatizantes de ideias anticlericais e suas primeiras influências de contestação” (Gonçalves; Bruno; Queiroz *apud* Moura, 2015, p. 6). “Seu pai era um livre-pensador, espírita e membro da maçonaria, o que a influenciou durante toda a sua vida” (Karawejczyk, 2014, p. 108). Vendo a influência que os estudos em uma escola de freiras poderiam ter em sua filha, seu pai sugeriu a Maria Lacerda (10 a 12 anos) a leitura das obras de Maurice Lachâtre:

Maurice Lachâtre nasceu em Issoudun, em 14 de outubro de 1814, faleceu em Paris, em 09 de março de 1900, foi considerado uma das figuras mais corajosas da França, no século XIX, por ser defensor da liberdade de expressão e confrontar a igreja e o Regime de Napoleão III. Entre 1842 e 1843, ele escreveu e publicou a obra *Histoire des Papes: crimes, meurtres, empoisonnements, parricides, adulteres, incestes depuis Saint-Pierre jusqu'à Grégoire XVI*, que teve grande repercussão. Em 1857, foi preso depois de publicar a obra *Mystères du peuple*, de Eugène Sue. Ele teve relevante atuação na França, com repercussão mundial, ficou conhecido por seus trabalhos como editor, escritor, livreiro, empreendedor, socialista, livre-pensador, anticlerical, enciclopedista, republicano e estudioso do magnetismo, da homeopatia e do espiritismo. Ao final de sua vida, aproximou-se dos anarquistas. Com esta e outras leituras valorosas desde tenra idade, Maria Lacerda foi tornando-se uma autodidata, empenhada em ler e estudar as novidades de seu tempo, sem separar e hierarquizar ciência, religião, filosofia e/ou literatura (Lessa, 2020, p. 18).

A própria Maria Lacerda de Moura, em sua autobiografia, publicada no periódico anarquista *O Combate*, na cidade de São Paulo, em 1929, comenta como foi, para ela, mesmo em tenra idade, frequentar uma escola católica:

Durante os 4 annos em contacto com a religião catholico-romana, eu quis ser irmã de caridade e sonhara todo aquelle mysticismo dogmatico; entretanto era mais medo do inferno do que tendencia religiosa estreita. Lembro-me mesmo que nas minhas concentrações infantis, em torno das torturas do inferno, eu imaginara que, si lá fosse ter, immediatamente passaria para o lado dos demonios. Preferia, portanto, martyrisar a ser martyrisada... Bello despertar espiritual! Meu pae, anti-clerical, espirita convicto, quando sentiu, talvez, que essa educação teria influencia sobre nosso espírito, (meu e de minha irmã mais moça que eu) tirou-nos do collegio, onde também, apesar de minha pouca idade (dos 6 aos 10 anos) percebi o espírito de classe, de casta e da injustiça com que os catholicos estabelecem a diferença econômica e de dominismo entre os collegiaes e respectivas famílias, no trato dos ricos, aos notentados, e, no desprezo e exploração para com os pobres, os humildes e os de côr (Moura, 1929a, p. 2).

Aos 16 anos, formou-se professora na Escola Normal Municipal de Barbacena/MG, começou a trabalhar como professora primária por 15 anos e depois como diretora do *Pedagogium*, além de participar dos movimentos sociais e a publicar nos jornais da cidade. Principalmente a partir de 1912, publicou suas crônicas em um jornal da cidade, participou de um mutirão de 22 casas para famílias sem condições, chamada Vila D. Viçoso, além do Lactário e da Liga contra o Analfabetismo.

Pode-se compreender um pouco sobre o que era o *Pedagogium* e confirmar o trabalho como diretora de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), através da Tese de Doutorado em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada *Maria Lacerda de Moura e o “estudo científico da criança patricia”* em Minas Gerais (1908-1925), da educadora Paula Cristina David Guimarães, de 2016:

Os Pedagogiuns foram cursos primários criados por determinação da Reforma do Ensino Bueno Brandão/Delfim Moreira (1910-1911). Nessas instituições, que deveriam ser anexas às Escolas Normais, o objetivo era oferecer a possibilidade da “prática” aos “alunos-mestres” e também proporcionar educação física, intelectual e moral às crianças, sem distinção de sexo. O curso do Pedagogium tinha duração de quatro anos e se compunha a partir das seguintes disciplinas: Leitura, Português, Aritmética, Geometria, Geografia, História Pátria, Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Deveres Morais e Cívicos, Escrita, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto em coro e Ginástica. Ainda de acordo com as determinações do Regulamento, os Pedagogiuns deveriam ser dirigidos pelo professor da cadeira de Pedagogia da escola normal (Mourão, 1962). No caso da Escola Normal de Barbacena, a responsável pelo Pedagogium foi Maria Lacerda de Moura, que foi sua diretora desde sua inauguração, em 1914 (Guimarães, 2016, p. 53).

Em 1918, escreveu seu primeiro livro, *Em torno da Educação*, o qual recebeu críticas positivas de personagens como Olavo Bilac (1865-1918) e críticas, supostamente negativas, de José Oiticica (1882-1957) e Galeão Coutinho (1895-1951), como ela mesma destaca, em seu segundo livro, *Renovação*, de 1919.

Na Tese de Doutorado de Guimarães (2016), a pesquisadora faz um estudo histórico sobre a proposta de Maria Lacerda de Moura (1887-1945) em realizar um estudo científico, com base na psicologia experimental, sobre a criança. Para tanto, atém-se, além dos estudos dos documentos históricos junto à Secretaria de Educação de Minas Gerais, aos escritos de Maria Lacerda de Moura sobre educação, entre os anos de 1908 e 1925, dentre eles, o seu primeiro livro, *Em torno da Educação* (1908), além do livro *Renovação*, de 1919, e o *Lições de Pedagogia*, de 1925.

Sobre o primeiro livro, a própria Maria Lacerda de Moura o critica, anos depois em sua autobiografia, em 1921: “Já havia publicado ‘Em torno da educação’ (que horror!) livro patriótico, exaltado, burguesíssimo, cheio de preconceitos e dogmatismo. Não reconheço mais” (Moura, 1929a, p. 5).

O seu segundo livro foi estudado em pesquisa anterior, sobre as questões de gênero, patriarcado e educação, na qual se fez uma análise do olhar de Maria Lacerda sobre a condição feminina, intitulada *A condição feminina em Maria Lacerda de Moura: análise de configuração textual do livro Renovação* (1919) (Maurano, 2019). Trata-se de um livro que, segundo ela, escreveu para as mulheres:

Moças do meu País:

Se alguém vos dissér que este livro não pode ser folheado por uma menina – não acrediteis.

É possível que o classifiquem de mil modos segundo o espirito conservador, tradicional ou reaccionario.

O que é certo é que eu o escrevi para vós e nada há aqui indigno da donzella mais ingenua ou da mulher mais casta.

O que há é verdade, e muita gente se empenha em no-la esconder (Moura, 2015, p. 43).

Maria Lacerda de Moura (1919) dedicou seu segundo livro a todas as mulheres, mostrando a sua preocupação com a condição feminina e, nesse sentido, sobre a importância de a mulher se instruir, para se desvencilhar das amarras da sociedade patriarcal, conforme podemos confirmar, nesta citação:

A nossa ignorancia é cultivada calculadamente. Quando, por si, a mulher desvendar o grande mysterio, toda a humanidade será emancipada pelas suas mãos generosas.

E o homem, mais feliz, entoará canticos de hosanna (numa linguagem mais doce e mais racional) à sua companheira e caminharão juntos para a Harmonia, para o Trabalho, para a Solidariedade.

Seductôra, fulgirá a aurora nóva da Emancipação (Moura, 2015, p. 53).

No livro *Renovação* (1919), a autora já demonstra a influência recebida da educação racionalista do educador anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia (1858-1909), ao qual dedicou um capítulo específico, em seu segundo livro, além de um livro dedicado especificamente a seus pensamentos e em sua homenagem, *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, com a primeira edição publicada em 1934:

Dizia o apóstolo do ensino racionalista, referindo-se à mulher, que o mundo só caminhará para a evolução mais alta, quando realizar o *matriarcado moral*, isto é, quando o impulso sentimental feminino contribuir diretamente para a conquista da ciência.

Como Ferrer compreendia a necessidade urgente de tirar partido da energia conservadora da mulher, não para cristalizar o seu pensamento em fórmulas rotineiras, mas para despertá-la para a vida e para a beleza! (Moura, 2021c, p. 69).

O professor da faculdade de educação da Universidade de Campinas, Silvio Gallo (1963), um pesquisador que, entre outros temas, se dedica à pedagogia libertária de Ferrer (1859-1909), escrevendo alguns de seus artigos, além de prefaciар a edição brasileira do livro *A Escola Moderna* (1909), de Francisco Ferrer y Guardia, editado pela Biblioteca Terra Livre em 2014, ressalta:

O livro *Escola Moderna*, escrito pelo anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia em 1909, fala sobre as questões relacionadas à educação racional, à coeducação, à laicidade, à ciência e sobre a estimulação do livre-pensamento, questões centrais para este educador. “A essa proposta pedagógica, fortemente calcada nas ciências naturais (com profunda influência, pois, na filosofia positivista), mas atenta aos problemas sociais (o que, por sua vez, a afasta daquela ideologia), Ferrer denominou ‘pedagogia racional’”. É um processo educativo que educa pela razão, para que cada ser humano seja capaz de raciocinar por si mesmo, conhecer o mundo e emitir seus próprios juízos de valor, sem seguir nenhum mestre, nenhum guia. Não se pense, porém, que ele defendia um racionalismo extremado. Para ele, o ser humano não é apenas razão, mas um composto de razão, vontade, desejo e afeto, e um processo pedagógico não pode negligenciar nenhum desses aspectos. Aí vemos uma significativa inovação de Ferrer, que a pedagogia moderna ainda não teve coragem necessária para enfrentar, muito menos para incorporar: a afirmação de que aprendemos pelo afeto. Isto é, as crianças só aprendem quando são afetadas por aquilo que será aprendido, quando aquilo desperta nelas a curiosidade, o desejo de aprender. Por isso, ele afirma que embora o aprendizado seja um ato mental, racional, nada se aprende se antes não passar pelo coração, se não mobilizar o desejo (Gallo, 2013, p. 13).

Outro acadêmico a se debruçar sobre a obra de Maria Lacerda foi o educador Jodar de Castro Roberto, em sua Tese de Doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019, intitulada *Educação e emancipação feminina na obra de Maria Lacerda de*

Moura (1919-1935). Ele pesquisou, de forma ampla, a literatura escrita da autora e suas reflexões acerca da educação feminina. Em determinado momento, pontua:

Vimos que as discussões de Maria Lacerda amadureceram e que buscavam a sua inserção num espaço público ampliado. Divergia dos cientistas internacionais, portando internacinalizava seu discurso. No entanto, mantinha fidelidade aos seus princípios ao buscar as causas que manteriam a mulher servil e submissa, ou seja, os dogmas religiosos da Igreja e o seu formato inquisitorial. Apontava o discurso científico como um dos responsáveis pela condição feminina, especialmente o que tratava a mulher como marcada pela degeneração; reforçava a necessidade de colocar a educação feminina em primeiro plano, como condição essencial para a emancipação da mulher e criticava o modelo assistencial para as crianças. A intelectual chegava a maturidade junto com o seu discurso (Roberto, 2019, p. 194).

Foi por meio das críticas de José Oiticica (1882-1957) e Galeão Coutinho (1895-1951) que Maria Lacerda de Moura (1887-1945) começou a se aproximar dos escritos de educadores anarquistas, entre os quais está o já citado Francisco Ferrer y Guardia (1858-1909). O aprofundamento nas leituras anarquistas fica visível, em seu segundo livro:

Vieram as críticas ao *Em torno da Educação*.
Colhi os primeiros aplausos e os primeiros espinhos.
Admirei ainda mais o animo valoroso de todos os escriptores que melhor souberam ser vigorosos, leaes e verdadeiros.
Vi que era preciso um novo plano na ordem das minhas publicações: esperam de mim um livro nos môldes do que eu idealizára.
Dei um balanço nas minhas concepções. Procurei lêr o que me faltava para pôr em ordem as idéas nóvas e formulei meu programma, estimulada pelas apreciações de José Oiticica... (Moura, 2015, p. 49).

José Rodrigues Leite e Oiticica nasceu em Oliveira, Minas Gerais, em 22 de julho de 1882, e morreu no Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1957. Foi professor do Colégio Dom Pedro II, escritor e militante anarquista e anticlerical. Ele e Maria Lacerda de Moura ficaram bem próximos, como pode-se verificar na Dissertação de Mestrado de Renato Luiz Lauris Junior (2009), intitulada *José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista*. Nessa Dissertação, encontra-se um relato de Sônia Oiticica (1918-2007), filha de José Oiticica, em suas lembranças, que menciona Maria Lacerda de Moura:

Residência bastante movimentada, sempre repleta de gente, vários foram os militantes que por ali transitaram, entre eles podemos destacar Maria Lacerda de Moura, feminista libertária e partidária do amor livre, que Sônia relembra com bom humor uma de suas visitas: “Uma tarde, ao despedir-se de mamãe no portão de casa, apontou em direção ao Palácio Guanabara dizendo: ‘Vou por aqui, se encontrar o homem, puxo-lhe as barbas!’ O homem era o Presidente Washington Luiz” (Lauris Junior, 2009, p. 40).

Na citação acima, constatam-se duas questões: além do humor de Maria Lacerda de Moura , a proximidade dela com José Oiticica , sendo uma entre os vários frequentadores de sua residência.

Salisbury Galeão Coutinho (1895-1951) nasceu em Belo Horizonte/MG e faleceu em Santos/SP. Foi jornalista, romancista e contista. Escrevia também com seus pseudônimos *Cândido* e *João Sem Terra*. Fez arte de associações de escritores, escreveu em vários periódicos, como *A Gazeta*, *A Tribuna*, *O Homem do Povo*, e publicou diversas obras, como *Vovó Morungaba* e *Memórias de Simão, o caolho* (D’Onofrio, 2017, p. 103).

Outros pesquisadores estudaram os pensamentos sobre a emancipação feminina, assim como aqueles acerca de educação, em Maria Lacerda de Moura (1887-1945), os quais tiveram como fonte primária, além do livro *Renovação* (1919), outros livros e artigos da pensadora. Entre as pesquisas, que ainda não foram aqui citadas e se debruçaram sobre a educação no pensamento de Maria Lacerda de Moura , pode-se destacar a Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia de Monica Liliana Gomez, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1998.

Na dissertação de mestrado desenvolvida por Mônica Liliana Gomez, O pensamento feminista de Maria Lacerda de Moura, o objetivo foi traçar o particular feminismo construído por Maria Lacerda de Moura, que, para a pesquisadora, só pode ser compreendido a partir das suas diferentes posições sociais ocupadas na trajetória de São Paulo: como anarquista (concebendo a mulher como sujeito de destaque para uma verdadeira libertação social) e como religiosa (evidenciando a importância da participação feminina para a construção de uma humanidade mais fraterna) (Guimarães, 2016, p. 19).

Há ainda a Dissertação de Mestrado em Educação de Maria Aparecida Lima Dias, intitulada *O espírito da educação: Maria Lacerda de Moura* , na Universidade de São Paulo, em 1999, na qual se estudam os temas de educação e religião. Depois, Joice Oliveira Pacheco, em 2010, defende sua Dissertação de Mestrado, pela Universidade do Vale do Rio do Sinos, intitulada *O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea*.

Também o Mestrado em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Campina Grande, de Denise Cristina Ferreira, intitulado *Educação e sociedade: lições pedagógicas de Maria Lacerda de Moura* , defendido em 2012. A pesquisadora (Ferreira, 2012) discute o pensamento político de Maria Lacerda de Moura, através do livro da autora, *Lições de Pedagogia*, publicado em 1925.

Em 2021, Andressa Oliveira Livério defendeu sua Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade de São Paulo, intitulada *Maria Lacerda de Moura ensina a ensinar: um estudo sobre suas Lições de Pedagogia* (Década de 1920). De forma generosa, resgata as e os pesquisadores que já estudaram a autora e seus escritos sobre educação e analisa o livro da autora, escrito em 1925, como um manual para as professoras de escola normal, algo que só se iniciou em meados dos anos 1950.

A partir das publicações nos jornais locais, Maria Lacerda de Moura (1887-1945) começou a se indispor com sua família e comunidade. Então, a partir da ampliação de seus contatos, após a publicação do seu primeiro e segundo livros, em 1921, muda-se para São Paulo. Nessa cidade, deixa de ser professora e começa a se dedicar à imprensa operária, escrevendo crônicas para vários jornais, fazendo conferências em diversas cidades do Estado de São Paulo e fora dele, além de se empenhar no aprofundamento dos seus estudos e na publicação de seus livros:

Em São Paulo, colaborou assiduamente com a imprensa operária e progressista e, em 1923, lançou a revista *Renascença*. Publicou seus artigos em alguns periódicos tais como: *A Lanterna*, *A Tribuna*, *A Plebe*, *O Combate*, *O Ceará*, bem como na revista espanhola, com sede em Valência, *Estudios*. Maria Lacerda de Moura deixou-nos um legado libertário muito vasto. Ela foi uma profícua escritora, oradora e educadora, além de realizar muitas ações e práticas sociais propositivas; escreveu muitos livros, artigos, matérias jornalísticas, cartas, conferências, folhetos e outros tipos de matérias que foram publicadas no Brasil e em outros países. Aos 34 anos de idade, Em São Paulo, alavancou uma rica produção escrita, sobretudo de livros versando sobre o antifascismo (Lessa, 2020, p. 21).

A dissertação de Mestrado em Tecnologia, de Nabylla Fiori de Lima (2016), intitulada *Maria Lacerda de Moura na revista Estudios (1930-1936): Anarquismo Individualista e Filosofia da Natureza*, faz um estudo dos artigos de Maria Lacerda de Moura, publicados na revista espanhola *Estudios* (1930-1936):

Seus 36 artigos apresentam variados temas: maternidade consciente; crítica aos programas pré-estabelecidos (fossem eles políticos ou religiosos); críticas às verdades científicas e à civilização burguesa, defesa do programa universal da solidariedade biocósmica; defesa do amor plural como base para as relações sociais, bem como para a organização do trabalho não mais baseada na divisão social e sexual do trabalho na sociedade industrial; a aposta na educação como instrumento para a edificação moral da nova sociedade (Lima, 2016, p. 16).

Essa citação mostra o quanto Maria Lacerda de Moura contribui para a revista espanhola *Estudios* (1930-1936), focalizando os temas nos quais a autora trabalhou, nesses

artigos. Na investigação de Lima (2016), demonstra-se a aproximação do pensamento lacerdiano com o anarquismo individualista, a base de publicações da revista.

Anteriormente, Lima e Queluz (2014) realizaram uma análise da revista *Renascença*, com cinco edições feitas por Maria Lacerda de Moura (1887-1945). O estudo intitulado *Representações de Ciência e Tecnologia no pensamento anarquista brasileiro: Análise da Revista Renascença (1923)* foi publicado nos Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT. “Nos seus esforços de contribuir para a formação intelectual e moral feminina, a pensadora anarquista lança a revista *Renascença* em 1923 como mais um instrumento para a libertação das mulheres” (Lima; Queluz, 2014, p. 1).

Do mesmo instituto, anos anteriores, em 2009, temos a Dissertação de Mestrado de Tatiana de Souza, intitulada *Tecnologias políticas do gênero no Brasil: a contribuição do pensamento de Maria Lacerda de Moura*.

Em sua mudança para São Paulo, em 1921, amplia-se sua participação na imprensa operária, com a publicação dos seus artigos em diversos periódicos, realização de conferências, como autora, militante e participante do movimento feminista.

Maria Lacerda de Moura, junto a Bertha Lutz, foi uma das idealizadoras da formação do LEIM. As duas estavam muito entusiasmadas com essa parceria, mas, conforme foram se posicionando politicamente em seus pensamentos sobre a questão da emancipação da mulher, começaram a se afastar. Isso fica evidente pelo silenciamento das cartas. Esse afastamento ocorreu conforme a Liga passou a tratar da questão da luta pelo sufrágio, coisa de que Lacerda discordava por achar que o direito ao voto era um processo inadequado de luta pelo poder, beneficiando algumas mulheres e pouco transformando uma organização social injusta (Maurano, 2019, p. 34-35): “não posso aceitar nem o feminismo de votos e muito menos o feminismo de caridades. E enquanto isso – a mulher se esquece de reivindicar o direito de ser dona de seu próprio corpo, o direito da posse de si mesma” (Moura, 1999, p. 105).

Sobre o anarquismo individualista, em Maria Lacerda de Moura, encontra-se a referência da Dissertação de Mestrado em História de Giseli da Silva, em 2017, pela Universidade Salgado de Oliveira, intitulada *Anarquismo e individualismo: a participação das mulheres no movimento operário Maria Lacerda de Moura e Emma Goldman*. Infelizmente, não encontramos uma cópia dessa pesquisa.

Emma Goldman (1869-1940), muito resumidamente, foi uma importante anarquista, nascida durante o império russo, na atual Kaunas – Lituânia. Em 1885, migrou para os Estados Unidos da América e viveu em Nova Iorque, foi operária, militante e se alinhava cada vez mais ao pensamento anarquista. Ela escreveu diversos artigos sobre o anticapitalismo, a emancipação

da mulher, os problemas sociais, a luta sindical, tendo sido fundadora do periódico *Mother Earth* (Martins, 2018).

A fim de compreender melhor e conhecer o que diziam os escritos dessa corrente filosófica do anarquismo individualista, pode-se recorrer a autores expoentes, como Émile Armand (1872-1962) e Han Ryner (1861-1938), os quais foram referências nos pensamentos e escritos de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), após conhecer André Néblind e se mudar para a comunidade de Guararema, que tinha como princípio básico de funcionamento o anarquismo individualista.

Han Ryner (Jacques Élie Henri Ambroise Ner), anarquista individualista, pacifista, anticlerical, defensor do amor livre, nasceu na Argélia em 1861 e faleceu em Paris em 1938. Entre sua extensa obra destacam-se *Pequeno manual individualista* (1903), *O quinto Evangelho* (1911) e *Os pacifistas* (1914) (Gonçalves; Bruno; Queiroz, 2015, p. 30).

Alguns dos periódicos nos quais Maria Lacerda de Moura colabora, com seus artigos, foram importantes documentos da imprensa operária, anarquista e movimento anticlerical. Para citar alguns: *A Lanterna*, um jornal anticlerical, fundado por Benjamin Mota (maçom), em sua primeira fase (1901-1904), com um cunho mais fraternal, retomado em 1909, por Edgar Leueroth (1881-1968), agora declaradamente anarquista, até 1935, incluindo um subtítulo esclarecedor: *folha anticlerical e de combate* (Mateus, 2013, p. 64). Há ainda o jornal *A Plebe*:

Assim, com os acontecimentos que ascendiam por conta das constantes greves, Edgard Leuenroth organiza um jornal com maior amplitude temática libertária, saindo das críticas ao clero e aprofundando em temáticas de caráter mais emergencial: denunciar as mazelas que o capitalismo produzia aos trabalhadores incitando-os a organizar-se. Assim, em 9 de junho chega às ruas o primeiro número do jornal *A Plebe*, que será reconhecido como (Mateus, 2013, p. 68) “(...) o mais importante veículo de divulgação em língua portuguesa das ideias anarquistas entre os trabalhadores paulistanos” (Mateus, 2013, p. 68 *apud* Lopreato, 2000, p. 35).

Prosseguindo, tem-se *O Combate*, jornal anarquista e operário, fundado em 1914, na cidade de São Paulo. Na monografia em História pela Escola de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, de Vitória Ribeiro, em 2021, intitulada “*O que urge fazer?*”: sobre moradia e transporte nas páginas d'O Combate e d'A Plebe durante a greve de 1917, pode-se encontrar uma descrição do jornal:

[o] Combate foi importante periódico diário e possui um longo e constante período de publicação, entre os anos de 1915 a 1930. Surgiu sob o comando de Nereu Rangel Pestana e seu irmão Acilino Rangel Pestana. Possuiu efetiva atuação no cenário político da cidade de São Paulo, tendo como uma de suas

principais características a produção de matérias investigativas, realizando a chamada “saída a campo”¹³⁷, que possibilitaram a presença de diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto em suas matérias. Os próprios redatores do periódico chamavam esse processo de sindicância (Ribeiro, 2021, p. 43).

No livro de Leite (1984), encontra-se o registro de outros jornais, nos quais Maria Lacerda de Moura (1887-1945) publicou seus artigos, como o periódico do Rio Grande do Sul *O Corymbo*, editado exclusivamente por mulheres, que teve uma longa existência, de 1883 a 1944, ano de morte de sua fundadora e principal editora, Revocata Heloísa de Melo (1853-1944), além da participação editorial de sua irmã Julieta de Melo Monteiro (1855-1928).

Na Dissertação de Mestrado de Caroline Bonilha, defendida em 2010, na Universidade Federal de Pelotas, intitulada *Corymbo: memória e representação feminina através das páginas de um periódico literário entre 1930 e 1944 no Rio Grande do Sul*, verifica-se a participação de Maria Lacerda de Moura na publicação de artigos, inclusive na Coluna Maçônica do periódico, de sorte a se constatar o seu interesse em discutir a participação das mulheres na maçonaria.

Os textos publicados na coluna maçônica podem ser classificados em dois grupos. O primeiro grupo traz textos que falam sobre os maçons dirigidos para um público leigo, portanto, não maçom [...]. Já o segundo grupo é composto por textos que falam com os maçons e tem como principal tema a participação da mulher na maçonaria. A maior representante deste grupo é Maria Lacerda de Moura, que tem vários trabalhos publicados no *Corymbo*. Os textos de Maria Lacerda de Moura são agressivos e diretos, ao contrário dos escritos por Revocata que, apesar de bradar pelo mesmo motivo o faz de forma mais contida (Bonilha, 2010, p. 74-75).

Além disso, é possível observar sua contribuição em outros periódicos, como *Cidade de Barbacena*, e em outras cidades, estados e países – *O Ceará*, *Feira Literária* (São Paulo), *O grito operário* (São Paulo), *O internacional* (São Paulo), *O Operário* (Juiz de Fora), *A Palavra* (São Paulo), *Revista Blanca* (Barcelona), *Revista da Semana* (Rio de Janeiro), *A Tribuna* (Santos), *A Vanguarda* (Rio de Janeiro), *A Vida Moderna* (São Paulo), *Voluntad* (Montevideu) e *Voz do Povo* (Rio de Janeiro) (Leite, 2020).

Entre 1928 e 1937, viveu na Comunidade Ácrata de Guararema, formada por brasileiros, italianos, espanhóis e franceses, anarquistas individualistas, desertores da Primeira Guerra Mundial (Lessa, 2020, p. 23). Maria Lacerda de Moura dava aulas para os filhos dos imigrantes que conviviam com ela na comunidade, em Leite (1984), podendo-se ler o resumo do relato de algumas ex-alunas:

Maria Lacerda morava numa chácara entre outras pequenas chácaras de um grupo de italianos, espanhóis e franceses, e ensinava as crianças. Alfabetizava,

ensinava história, lia poemas, explicava a natureza e os problemas sociais. Como recebiam revistas e jornais da Itália, França e Espanha, aprendiam o francês na leitura, tendo horas fixas para falar italiano. Os depoimentos mencionaram o gosto pelo estudo e as idéias contra a exploração e a injustiça que eram veiculadas nas conversas. Sabiam das ideias avançadas da professora quanto à emancipação da mulher [...] (Leite, 1984, p. 77).

Essa foi a época de maior produção intelectual de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), por exemplo, foram nove livros: *Religião do amor e da beleza* (1929), *Civilização – tronco de escravos* (1931), *Clero e Estado* (1931), *Amai... e não vos multipliqueis* (1932), *Serviço militar obrigatório para mulher? – Recuso-me! Denuncio!* (1933), *Han Ryner e o amor plural* (1933), *Ferrer, o clero romano e a educação laica* (1934), *Clero e Fascismo: horda de embrutecedores!* (1934) e *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital* (1934).

Essas publicações, de teor mais planfetério que analítico, não deixam, contudo, de atingir o objetivo de procurar compreender a natureza do fascismo para poder combatê-lo. Maria Lacerda de Moura manifestou mais frequentemente oposição ao fascismo italiano e a seus processos violentos de manipulação e repressão, sem deixar de exprimir o repúdio ao integralismo nacional e ao nazismo alemão. O paralelo que estabeleceu entre os métodos fascistas de ação e os métodos inquisitoriais da Contra-Reforma ampliou seu anticlericalismo. A partir de 1928, da esfera da defesa da mulher e da criança, submetidas dentro da família e da escola a um jugo tirânico, passou à esfera do indivíduo diante do Estado e da Igreja (Leite, 1984, p. 58).

Além desses, Maria Lacerda de Moura, antes de 1929, também publicara livros, alguns já comentados aqui neste texto: *Em torno da educação* (1918); *Renovação* (1919); *A mulher é uma degenerada* (1924) - um dos livros mais polêmicos da autora, no que diz respeito à temática de gênero, o qual foi publicado também na Argentina; *Lições de pedagogia* (1925); *Religião do amor e da beleza* (1926), e duas traduções: *Liberdade Sexual das Mulheres* (1929) e *Platão, Apologia de Sócrates* (s/d). Sobre *A mulher é uma degenerada* (1924) e *Liberdade Sexual das Mulheres* (1929), Rago (2007) escreve:

Discutindo com o médico português Miguel Bombarda, que procurava demonstrar, na trilha do italiano Cesar Lombroso, pai da Antropologia Criminal, que a mulher é um ser biológica e moralmente inferior ao homem, em seu livro *A Epilepsia e as pseudo epilepsias*, ela escreve *A Mulher é uma Degenerada?*, uma de suas obras mais importantes. Nesta, questiona com profundidade o mito da inferioridade cerebral das mulheres, desautorizando as verdades científicas de sua época. Já no prefácio ao livro do psiquiatra argentino Julio Barcos, *Liberdade sexual das mulheres*, que, aliás, traduz, Maria Lacerda questiona a identificação elementar da mulher com seu órgão reprodutivo e a dupla moral escravizadora do chamado “sexo frágil” [...] (Rago, 2007, p. 8-9).

Júlio Barcos (1883-1960) foi um educador, intelectual e anarquista de Coronda, Província de Santa Fé, na Argentina, onde nasceu, em 1883, e morreu, em 1960, contribuindo com vários periódicos anarquistas, como *La Protesta*, *Ideas y Figuras*; foi um dos dirigentes da revista libertária *Letras* e publicou alguns livros, como este traduzido por Maria Lacerda de Moura (Horácio, 2020).

A pesquisadora Jussara Valéria de Miranda (2006), que escreveu sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Recuso-me! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura*, publica um artigo, em 2011, o qual resume bem a intencionalidade de Maria Lacerda de Moura (1887-1945):

Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio! escrito em 1933, em pleno Governo Vargas, também foi uma campanha contra o fascismo. É resultado de uma conferência realizada em 1932 a pedido da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro. A obra trata de um projeto de lei da época que visava tornar obrigatório o serviço militar para ambos os sexos. A autora realizou reflexões de negação à proposta apresentada e alistou-se à Internacional dos Resistentes à Guerra, associação composta por intelectuais e militantes (Miranda, 2011, p. 5).

Após saber das perseguições da polícia de Getúlio Vargas (1882-1954), em 1937, Maria Lacerda de Moura sai da comunidade agrícola de Guararema e volta para Barbacena, quando, sabendo que sua mãe se encontra doente, fica um tempo ao seu lado (Leite, 1984). Todavia, Barbacena continuava aquela cidade no interior de Minas Gerais que não comportava os pensamentos dessa mulher libertária. Em 1938, muda-se para o Rio de Janeiro, onde fica estabelecida até a sua morte, em 1945.

O período carioca foi marcado pela leitura de horóscopos, na Rádio Mairinque Veiga, aplicando seus estudos de astrologia, e pela colaboração com o professor mineiro de comércio internacional, Aníbal Vaz de Melo, que a cita em *Jesus Cristo o maior dos anarquistas* e *O evangelho à luz da astrologia* (Leite, 1984, xi).

Aníbal Vaz de Melo (1909-1958) escreveu vários livros, entre eles, *Cristo o maior dos anarquistas*, o qual ele faz homenagem póstuma a Maria Lacerda de Moura. Antes do texto do livro, há algumas críticas sobre ele, como as de Romand Roland (1866-1944) e Han Ryner (1861-1938), dois autores que podemos constatar, na pesquisa de Leite (1984) e nos próprios escritos de Maria Lacerda de Moura, como referenciais nos seus estudos, principalmente de Han Ryner, ao qual ela dedicou um livro todo: *Han Ryner e o amor plural* (1933).

São páginas de psicologia feminina e páginas de crítica social nas quais Han Ryner vai até aonde é possível ir o estilete agudo de quem penetra bem n o

fundo da consciência humana para esverrumar as causas do mal-estar do indivíduo no seio da sociedade (Moura, 1933b, p. 30).

Na introdução do livro *Manual Filosófico do Individualista* (1923), de Han Ryner, na edição de Robson Achiamé, Roberto das Neves apresenta o anarquista individualista:

[o] pensamento de Han Ryner, como o de Tolstói, Thoreau, Réclus, Kropotkin e Krishnamúrti, é essencialmente anarquista. O seu espírito é profundamente antidogmático, ferozmente antiautoritário, radicalmente individualista, e estes são postulados indubitáveis do anarquismo. O que vibra em todas as suas obras é sonho de uma sociedade livre, igual e fraterna, onde a caridade seja substituída pela justiça, as horas de trabalho pouco numerosas repartidas entre todos, o descanso e o pão gratuitos, os povos confraternizando como irmãos, na comunhão da paz mundial, na Terra Prometida da Igualdade – enfim, o sonho dos anarquistas (Neves, s.n., p. 7).

Conforme os escritos de Leite (1984), Maria Lacerda de Moura teve uma “vida de pouca saúde”, razão pela qual, durante sua estada no Rio de Janeiro, precisou mudar-se várias vezes de casa, chegando a ir, em 1942, para Ilha do Governador. Veio a falecer em 1945, em Santa Tereza, no Rio de Janeiro.

Ao refletir e apresentar os problemas da condição feminina, ligados à luta contra o autoritarismo, na educação e na política, Maria Lacerda de Moura exprimiu, de 1919 a 1935, o pensamento e as aspirações de uma camada da população brasileira. O estudo de sua vida e de sua trajetória intelectual, por serem estas expressivas de tendências e aspirações difundidas até os dias de hoje, revela uma visão crítica dos universos de que participou e fornece perspectivas da história e do ideário de seu tempo, que foram, em parte, silenciadas pela história dos vencedores (Leite, 1984, vii).

Como se percebe, Maria Lacerda de Moura teve uma vida de transformação pessoal e militância anarquista. Foi professora por muitos anos da Escola Normal, saiu da escola, mas nunca deixou de ser uma educadora. Escritora e intelectual anarquista, escreveu vários livros e artigos sobre temas que até hoje se discute-se e pelos quais se luta.

O objetivo da tese é, justamente, focando em sua produção intelectual na década de 1930, estudar, sob a ótica anarquista de Maria Lacerda de Moura e as interfaces entre Igreja Católica, o fascismo e a educação. Para tanto, será feita uma leitura mais apurada dos livros por ela produzidos, nessa época, principalmente os que discutem esses temas.

Neste texto, pode-se acompanhar um pouco da história de vida de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), as influências familiares, educacionais e amorosas que atravessaram sua vida e a sua obra. Compreende-se a relevância do seu pensamento, para a história da Educação

e o anarquismo, no Brasil, através dos escritos, mas também pelos pesquisadores e pesquisadoras que estudaram essa educadora e anarquista brasileira.

CAPÍTULO 2 - OS SUPERELEFANTES DO FASCISMO: poder e religião

Maria Lacerda de Moura foi uma mulher que escreveu seus pensamentos sem medo das críticas, publicou mais de 14 livros, entre 1918 e 1934. Além disso, escreveu em diversos jornais anarquistas e anticlericais, como *O Combate*, *A Plebe*, *A Lanterna*, *A Tribuna*, *O Ceará*; revistas, como a espanhola *Estudios*, e algumas maçons, como *O Corymbo*. Também idealizou e editou, por um ano, a revista intitulada *Renascença*, em 1923.

Na Tese, o foco se concentrará em seus escritos da década de 1930. Escolheu-se essa década pelo fato de ser aquela na qual Maria Lacerda de Moura mais escreveu e publicou livros e artigos sobre a temática estudada. Privilegiam-se os livros que mais abordam as temáticas referentes ao fascismo, Igreja Católica e educação, entre tantos livros, um dos quais ela dedicou a Francisco Ferrer y Guardia, sua base sobre como entender a educação.

Este capítulo contém um pouco do contexto vivido na década de 1930, além do enfoque nos escritos da autora sobre o fascismo e a Igreja Católica, focalizando os dois livros; no capítulo seguinte, abordam-se educação e religião, compreendendo qual entendimento a autora tinha da interferência e do interesse do fascismo e da Igreja Católica na educação de um povo, contrapondo com a realidade ideológica, política e cultural dessa década.

É interessante debruçar-se sobre os escritos anarquistas da década de 1930, pois, na história do anarquismo, no Brasil, cuida-se principalmente das duas primeiras décadas do século XX e de sua força junto ao movimento operário brasileiro. Todavia, com a repressão aos anarquistas, no início daquele século, pode parecer que ele teria acabado, algo que muda de percepção, ao se fazer uma retomada das fontes documentais, encontrando artigos e livros publicados nas décadas subsequentes, além de pesquisas feitas nas últimas décadas sobre isso. Amplia-se o olhar acerca da presença e resistência do anarquismo, nas décadas subsequentes, observando-se que, desde o seu surgimento, ele nunca deixou de existir, assim como a repressão social.

Um exemplo dessa repressão pode ser lido, com maior profundidade, no trabalho de Alexandre Samis, *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil* (2019), sobre o presídio instituído no governo de Arthur Bernardes, no distrito no Oiapoque, no Amapá, um campo de concentração que ficou conhecido como “inferno verde”. O presídio era especificamente para brasileiros, mas, segundo o autor, alguns estrangeiros também foram para lá encaminhados.

Com o crescimento populacional, a classe dominante vê a necessidade de novos meios de subordinação das massas. A leitura ideológica feita pela intelectualidade europeia contribuiu

sobremaneira para esse intuito. Segundo o Ministro da Justiça, Campos Sales, em 1890, o aumento da atividade policial faz jus ao populacional, não somente em relação a libertos, assalariados brasileiros, mas também com respeito aos imigrantes. As teorias lambrosianas serviam para a discriminação de raça, mas aos imigrantes a pobreza vinha como fator, aos blocos dos indesejáveis.

As faces da repressão governamental aos “desordeiros”, no final do século XIX e início do século XX, comportam os seus decretos. O Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890, institui que é crime desviar os trabalhadores do seu local de trabalho, suspensão de trabalho, por meio de violência, para conseguir aumento do salário ou diminuição do serviço. A década de 1890 foi de expulsão sumária dos estrangeiros. A Constituição de 1891 era de caráter liberal, onde o *habeas corpus* não era executado, por mais que tenham sido solicitados inúmeras vezes. Lei de deportação “celerada” como forma de controle do legislativo.

O Decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907, exigia o cadastro de sindicatos e cartórios e a lista de filiados nacionais ou estrangeiros; seguiu-se o Decreto nº 1641, de 7 de janeiro de 1907, conhecido como Lei Adolfo Gordo, que regularizava a expulsão dos estrangeiros, em resposta ao Congresso Operário Brasileiro, de 15 a 22 de abril de 1906, base da criação da Confederação Operária Brasileira. Essa lei teve a sua edição revisada, com o Decreto nº 2.471, de 8 de janeiro de 1913.

Em 06 de janeiro de 1921, o Decreto nº 4.247, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa e o ministro da Justiça, Alfredo Pinto Vieira de Mello, regulava a entrada de estrangeiros no Brasil, com medidas de deportação (no prazo de cinco anos, por atos como infringir a ordem pública), além de não aceitar deficientes, doentes, sem sustento e prostitutas. Em 17 de janeiro desse mesmo ano, é assinado o Decreto nº 4269, específico para a repressão ao anarquismo, tendo como base o embate com as greves operárias, mas também incidia sobre os tenentistas, tendo como exemplo a prisão de Hermes da Fonseca, em 1922.

Essas duas últimas leis são complementares, uma apresenta a ação, como a deportação, e a outra apresenta a justificativa. A construção da Clevelândia era para a prisão de brasileiros “desordeiros”, mas muitos imigrantes foram enviados. Essas leis não foram grande problema aos imigrantes, como as leis de 1907 e 1913, pois as deportações entre 1917 e 1919 foram numericamente maiores do que a partir de 1921.

O Decreto nº 5.221, de 12 de agosto de 1927, transforma o Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890, crime inafiançável, ampliando a aplicação da lei. Substitui o artigo 12 da Lei nº 4.269, de 17 de janeiro de 1921, liberando o governo a decretar o fechamento de

sindicatos, agremiações, centros e sociedades, que atentem contra a ordem e moralidade pública.

A lei intitulada Adolfo Gordo, de 1907, permitia a expulsão de imigrantes envolvidos nos movimentos operários, que estivessem em greve. Essa lei deportou muitos imigrantes anarquistas que estavam no Brasil.

Entre as medidas colocadas em prática para vigiar e controlar a ação dos militantes estrangeiros, a “Lei Adolpho Gordo” revelou ser o instrumento mais eficaz por estar ancorada na tese de que o anarquismo no Brasil foi obra de estrangeiros, “aves de arribação” que aqui aportaram para disseminar a discórdia e a desarmonia social. A lei era vista como a intervenção cirúrgica necessária para combater o vírus corrosivo do anarquismo (Lopreato, 2003, p. 81).

Muitos anarquistas estrangeiros foram deportados, mas o movimento continuou resistindo, dentro do movimento operário e da imprensa anarquista, além dos centros culturais e de apoio mútuo.

Contudo, o momento histórico desta Tese se encontra na década de 1930, mais uma comprovação de que esse movimento continuou pujante. Nas leituras de fontes documentais da década de 1930 e pesquisas sobre a imprensa anarquista, no Brasil, percebe-se que essa suposta percepção de um fim do movimento anarquista é uma inverdade.

A Dissertação de Mestrado de Rodrigo Rosa da Silva (2005), intitulada *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)*, é um exemplo elucidativo para afirmarmos a continuidade do movimento anarquista brasileiro. O pesquisador fez uma análise da repressão policial aos anarquistas, na cidade de São Paulo, tendo como fontes primárias os jornais anarquistas e os documentos do DEOPS¹² – Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

Nessa pesquisa, Silva (2005) consegue concluir que o movimento anarquista continuou com as suas atividades, nas décadas de 1930 e 1940, através dos movimentos operários, dos sindicatos, dos centros de cultura social e das publicações em jornais anarquistas e anticlericais, assim como também pelos relatórios do DEOPS, comprovando a investigação, a infiltração dos policiais dentro do movimento, a apreensão, o interrogatório e a prisão (muitas vezes, sem justificativa plausível) dos anarquistas, na cidade de São Paulo. Até meados de 1944, ainda se têm registros de apreensões policiais de anarquistas.

¹² “[...] criado em 1924, numa época de agitações políticas e crise social, para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado. Até ser extinto em 4 de março de 1983, o DEOPS cresceu de uma simples delegacia até se tornar um dos departamentos mais temidos da polícia civil do Estado de São Paulo” (Arquivo Público, 2023).

Existem várias pesquisas históricas sobre o surgimento e suposto “declínio” do anarquismo, no Brasil, os quais Silva (2005) apresenta:

A maior parte dos autores que se dedicou a estudar o anarquismo no Brasil – com raras exceções – considerou-o como uma fase embrionária do sindicalismo brasileiro. Quase a totalidade das pesquisas que tratam, direta ou indiretamente, do anarquismo e dos anarquistas no Brasil entende o seu surgimento concomitantemente à chegada dos primeiros imigrantes italianos e espanhóis no último quartel do século XIX, tendo se desenvolvido em conjunto com o movimento operário, mantendo uma forte influência nesse meio até meados da década de 1920, quando, supostamente, sofreu o seu “declínio”. Segundo os autores que partilham dessa teoria, o anarquismo teve seu apogeu durante a década de 1910, sendo a Greve Geral de 1917 seu principal símbolo, e a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, o movimento anarquista teria perdido sua força, chegando até a desaparecer em meados da década de 1920¹³. Outros estudos mais recentes apontam seu “declínio” como consequência da perda de sua influência junto ao operariado e à constante repressão levada à cabo pelos órgãos policiais do período pós-1930. Podemos encontrar uma posição um pouco diferente, principalmente, nos livros de Edgar Rodrigues¹⁴ e em algumas teses acadêmicas produzidas nos últimos anos¹⁵. Nessa produção, os indícios da existência do anarquismo mesmo após a criação do PCB e da “Revolução”¹⁶ de 1930, evidenciam-se na continuidade da publicação de jornais, nas manifestações, especialmente antifascistas e anticlericais e na resistência anarquista nos sindicatos, contra a subordinação ao Estado de Vargas e às leis trabalhistas (Silva, 2005, p. 14-15).

O governo de Getúlio Vargas¹⁷, a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹⁸, dizendo-se preocupado com a “questão social”, acabou por interferir significativamente na auto-organização dos trabalhadores, controlando a legalização dos sindicatos (Brasil, 2018). Para controlar os movimentos contra o governo, em 1935, foi

¹³ Fausto, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, 1976; Magnani, S. L. *O Movimento Anarquista em São Paulo*, 1982; Dulles, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*, 1977 (Silva, 2005).

¹⁴ Rodrigues, E. *Novos Rumos (1922-1946)*, 1972; *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*, 1992 (Silva, 2005, p. 14).

¹⁵ “Azevedo, R. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*, 2002; Nascimento, R. H. Z. *Florentino de Carvalho – Pensamento social de um anarquista*, 2000; Romani, C. M. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*, 2002; Samis, A. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, 2002” (Silva, 2005, p. 14-15).

¹⁶ As aspas colocam-se na palavra “Revolução”, na citação de Silva (2005), deste trabalho, por questionar-se o conceito de revolução aplicado ao texto.

¹⁷ Getúlio Dornelles Vargas (1883-1954), natural de São Borja-RS, família de políticos, advogado e militar, foi deputado estadual, federal e governador pelo Rio Grande do Sul. Em 1930, através de articulações políticas e movimento armado, tomou o poder, mantendo-se como ditador até 1945; implantou reformas, muita repressão e controle aos movimentos operários e sociais, naquilo que ficou conhecido como “Era Vargas” e “Estado de Vargas” (CPDOC).

¹⁸ “1930 - Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, assumindo a pasta o Ministro Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor” (Brasil, 2015).

sancionada pelo presidente a Lei de Segurança Nacional¹⁹, conhecida entre o movimento anarquista como a Lei Monstro²⁰.

O movimento resistiu através da militância junto aos trabalhadores, reivindicando seus direitos com greves e paralisações; por sua vez, a imprensa anarquista era ativa, como se pode verificar nas pesquisas apresentadas. Mas o apoio mútuo e a organização iriam para além disso. A educação e a formação cultural eram bases importantes para os anarquistas, com atividades nos sindicatos, centros culturais, além dos festivais, os quais serviam para conseguir fundos para o próprio movimento e para ajudar outros companheiros que estivessem presos e as suas famílias.

Todavia, como escreveu Dóris Accioly e Silva (2010), no artigo “A chama e o silêncio: memórias e esquecimento das lutas anarquistas no Brasil”: “A trama do olvido e a insurgência da memória são fenômenos que integram as relações de poder na busca de banir o oponente, o outro, gerado pelas contradições sociais” (Silva, 2010, p 116). O esquecimento das ações dos militantes anarquistas foi proposital. Porém, nas últimas décadas, muitas pesquisas vêm apresentando um resgate das ações educativas e culturais do movimento anarquista.

Desde o final do século XIX e início do século XX, a repressão advinda do Estado aos anarquistas, às classes baixas, ao divertimento comunitário e, conseqüentemente, aos artistas do Teatro Social era violenta. O movimento operário, que lutava contra o fim do Estado, da Igreja e do Capital, tinha nas expressões artísticas, principalmente as artes cênicas, um instrumento de formação e organização – e o Estado reconhecia isso.

Destacam-se aqui alguns desses trabalhos e a sua contribuição para a história do movimento anarquista, no que tange a expressões artísticas. No livro *Contos Anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*, organizado e introduzido por Antonio Arnoni Prado e Francisco Foot Hardman (1985), os autores comentam escritos de alguns anarquistas brasileiros, entre eles Maria Lacerda de Moura, em diversos periódicos anarquistas da época, além de serem declamados nos saraus e festivais que aconteciam nos espaços dos sindicatos e centros de cultura social.

Os autores distinguem os gêneros dos contos anarquistas em três: os escritores profissionais que aderiram à causa, os escritores militantes que escreviam para a classe trabalhadora e o escritor operário, este último geralmente anônimo. Em nota, lembram de

¹⁹ Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, que definia os crimes contra a ordem política e social.

²⁰ “A Lei Monstro acabava com liberdades garantidas pela Constituição de 1934: criminalizava a chamada “incitação ao ódio entre as classes sociais” e vetava a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social. Também impedia a impressão e a circulação de livros, panfletos e quaisquer publicações consideradas subversivas” (FPABRAMO, 2023).

autores europeus que, traduzidos, apareciam em muitos periódicos da imprensa operária, como Tolstói, Gorki, Zola, Pia Margall, Pio Baroja e Pi y Arsuaga.

Para os anarquistas, a arte é do povo, do coletivo, do espírito popular, anônima. A arte, antes de ser individual, é coletiva. A arte contempla o artista-povo e o artista-indivíduo, de modo que um não existe sem o outro.

Daí a função pedagógica dessa arte-síntese que se interpõe entre o presente e o passado da humanidade, articulando luta e liberdade rumo à perfeita harmonia para a qual os anarquistas acreditavam estarem todos os homens destinados (Prado; Hardman, 1985, p. 17).

A especificidade do conto anarquista é mostrar a desigualdade social, a exploração dos corpos, a repressão; logo, os personagens psicologicamente não são muito desenvolvidos, porém, o foco é o seu lugar social, como rico ou pobre, denunciando a todo momento a desumanidade que se impõe sobre os oprimidos pela classe dominante.

No Brasil, essa arte veio primeiramente pela difusão das obras de anarquistas estrangeiros, muitos advindos da editora A Sementeira. Lúcia Parra (2017) estuda as principais influências estrangeiras (Faure, Kropotkin, Bakunin, Malatesta, Proudhon, Rocker, Santillán e Luce Fabbri) e dos brasileiros (Florentino de Carvalho e Benjamin Mota). Segundo Horta Duarte (1988), Kropotkin foi um dos mais traduzidos e lidos. O teatro social pode ser considerado como mais uma ação direta do movimento anarquista.

Além de literatura, outra manifestação que, segundo pesquisas, foi presente no movimento anarquista eram as artes cênicas. A pesquisa do anarquista e ator Renato Mendes (2021a), *O Dito e o não dito sobre o maldito teatro anarquista: uma pedagogia libertária do Teatro Social operário em território brasileiro*, utilizando os caminhos da estética, história e pedagogia, é um importante resgate da memória do Teatro Social, no Brasil.

O Teatro Social ou o Teatro filodramático, do italiano que significa amador, pode ser tomado como mais uma ação direta do movimento anarquista. Existem relatos (Mendes, 2021a) das primeiras décadas do século XX sobre o teatro operário ou anarquista ou, ainda, libertário (ácrata, livre, social) brasileiro. Antes de 1917 (Revolução Russa) e 1922 (Partido Comunista Brasileiro), já existiam associações culturais e sindicatos de natureza libertária, desde 1890, de caráter formativo e comunal, onde as cênicas tinham o seu papel. Segundo Foot Hardman (2002), a cultura operária e o movimento andavam juntos, com festas, festivais e veladas, teatro engajado, político e popular, de caráter amador, não pela falta de rigor, contudo, por ser feito junto aos trabalhadores.

A produção teatral anarquista, emergida do seio das vilas operárias e organizações sindicais autônomas na virada do século XIX para o XX, teve sua importância não somente como veículo de propaganda de ideais e convocatória para greves e demais mobilizações, mas também criou, sobretudo no seio e no auge das festas operárias, as chamadas veladas, diversos espaços de sociabilidade eminentemente anárquica. Em um exercício de se recriar e reinventar, artistas-trabalhadores e trabalhadoras ensaiavam abolir as fronteiras entre os sujeitos para combater a opressão social (Mendes, 2021a, p. 73).

O estilo dramático compõe a maioria do Teatro Social do século XX, não estando deslocada das demais escolas artísticas e do “drama moderno”, que discutiam as opressões sociais, mas talvez se diferenciando da estética dita burguesa.

O anonimato era um recurso defensivo entre os anarquistas que lutavam pela abolição do Estado, Igreja e Capital, mas se pode elencar alguns dramaturgos, como Marino Spagnolo, Avelino Fóscolo e Pedro Catallo, este último com uma vasta produção junto ao Centro Cultural Social de São Paulo. Existiam outros autores, como os portugueses Neno Vasco, Joaquim Mota Assunção, o espanhol Gusmán Soller, além dos intelectuais Fábio Luiz, Afonso Schmidt e José Oiticica. Não existem registros conclusivos de autoras anarquistas de teatro, mas,

[...] dentro do campo cênico anarquista, um seguinte estudo poderia mirar os textos de teatro escolar, sobretudo aqueles escritos pela educadora e teórica anarquista mineira Maria Lacerda de Moura que eram interpretados por crianças educandas, filhas da classe trabalhadora que desenvolvia o “Teatro Social” (Mendes, 2021a, p. 66).

A vida dos militantes anarquistas estava entre o trabalho e os espaços de auto-organização, autogestão e ajuda mútua. Nesses espaços dos sindicatos e centros de cultura social, eles se reuniam para lutar por melhores condições de vida e de trabalho, mas também para diversão e autoformação, através das veladas, saraus e festivais, com música, literatura e teatro, em movimento de existir e resistir a toda a opressão e más condições de vida, em meados do final do século XIX e início do século XX.

A década de 1930 é muito rica historicamente, não só pelos acontecimentos no Brasil, como no mundo todo. No Brasil, em outubro de 1930, com o fim da chamada Primeira República (1889 – 1930) e a revolução ou golpe, dependendo do olhar, Getúlio Vargas, através da Aliança Liberal²¹, sobe ao poder, mantendo-se por muitos anos.

²¹ “Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930” (CPDOC).

A ascensão dos governos autoritários na Europa, como o nazismo de Adolf Hitler,²² na Alemanha, e o fascismo de Benito Mussolini,²³ na Itália, marcou os anos de 1930, assim como o movimento antifascista de resistência a esses governos. No Brasil, as coisas não foram muito diferentes. Com a ditadura de Getúlio Vargas (1937 – 1945) e a ascensão do Movimento Integralista (1932),²⁴ cresce a resposta do movimento anticlerical e antifascista.

Dentre os representantes dos movimentos anticlerical e antifascista, no Brasil, estava a resistência anarquista pela via da ação direta, da publicação de panfletos, artigos e livros. Entre estes, encontra-se Maria Lacerda de Moura, que escreveu em várias revistas e publicou diversos livros. É oportuno lembrar que, nessa década, a autora estava na comunidade Ácrata de Guararema (1928-1937).

Na década de 1930, Maria Lacerda de Moura, entre outros escritos, publicou três livros: *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, de 1934 – reeditado em 2021, pelo Centro Cultural Social de São Paulo –, com a apresentação da historiadora Lúcia Parra; *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, de 1934 – reeditado em 2021, com a apresentação da historiadora Samantha Colhado Mendes; e *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*, de 1934 – reeditado em 2018, pela editora Entremares – com prefácio de Elena Schembri. Nesta edição de 2018, juntamente com o texto específico do livro, temos outro texto de Maria Lacerda: *Clero e Estado*, uma publicação da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, em 1931, e, ao final, uma *Cronologia* de Maria Lacerda de Moura, feita por Vladimiro Muñoz.

Os livros acima citados foram escolhidos para serem utilizados nesta Tese, que tem como objetivo apresentar as contribuições de Maria Lacerda de Moura, que foi uma anarquista brasileira, sobre a interferência da religião e do fascismo, na educação, e a respeito de quanto a educação faz parte e é um instrumento de dominação e controle dos corpos e mentes, usados pela Igreja e pelo fascismo.

O livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital*, será abordado neste capítulo, juntamente com as questões relacionadas ao fascismo, focalizadas no livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, sendo o fascismo e a religião a discussão central. No terceiro capítulo, os temas relacionados serão a educação e a religião, adotando-se o livro *Ferrer, o*

²²Adolf Hitler (1889-1945), artista frustrado, lutou na Primeira Guerra Mundial, agente político e depois líder do Partido Nazista, *Der Führer* (O Líder), de 1933-1945. Responsável pelo holocausto, principalmente dos judeus (6 milhões de mortos) e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Britannica, 2023).

²³ Benito Amilcare Andrea Mussolini, foi líder do Partido Nacional Fascista, na Itália, primeiro ministro italiano (1922-1943) e o primeiro ditador fascista da Europa do século 20 (Britannica, 2022).

²⁴“A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista mais [...] organizado no Brasil, fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país [...]” (CPDOC).

clero romano e a educação laica e outras citações do livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*

Maria Lacerda escreveu outros livros, na década de 1930: *Amai... e não vos multipliqueis* (1932), *Serviço militar obrigatório para mulher? – Recuso-me! Denuncio!* (1933), *Han Ryner e o amor plural* (1933) e *Civilização, tronco de escravos* (1934). Esses livros não serão diretamente utilizados, por não tratarem especificamente dos temas do fascismo, Igreja Católica e educação, mas podem ser, conforme a necessidade da Tese, que alguns dos escritos desses livros sejam úteis para compreender ou aprofundar algum outro pensamento da autora.

O fascismo e o clero, na década de 1930, para Maria Lacerda de Moura, virou o seu mote de estudo e escrita combativa. Os livros escolhidos são os três últimos publicados por ela, na década de 1930, todos no ano de 1934. A década de 1930 foi a de maior produção escrita da autora, porque, dos 14 livros escritos por ela, oito deles foram publicados nessa época.

Desses três livros de Maria Lacerda de Moura (*Ferrer, o clero romano e a educação laica*, *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital* e *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*), aqueles nos quais mais a autora enfoca o fascismo e o clero, ou Igreja Católica, como instituição, são os dois últimos citados. No livro *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*, o objeto principal de sua crítica é o Clero, fazendo uma denúncia de seus crimes. No livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, ela discorre sobre a lógica do governo de Benito Mussolini e seus intelectuais fascistas.

O primeiro livro a ser apresentado e analisado é *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, de 1934, onde Maria Lacerda introduz a temática de um Estado autoritário, mas antes e principalmente, apresenta suas críticas aos representantes de Deus na Terra, que têm uma formação hierárquica de obediência dentro da Instituição Católica, o Clero Romano.

2.1 Filho dileto da Igreja e do capital

O livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital* foi publicado por Maria Lacerda de Moura em 1934²⁵; a capa da obra é branca, com escritos “Fascismo”, em vermelho, e “filho dilecto da igreja e do capital”, em branco sobre uma faixa azul, com o nome da autora também em branco sobre uma faixa vermelha acima do nome dela, do lado direito, nas cores branca,

²⁵ Existe uma inconsistência no ano de publicação do livro. Segundo Leite (1984) e a versão digital do *Barricada Literária* (2012), o ano de publicação é 1934, mas, conforme Lessa (2020) e a editora Entremares (2018), que fez a 2ª edição dessa obra, o ano de publicação é 1935. Uma possibilidade também é que o livro possa ter mais de uma tiragem, em anos diferentes.

azul e vermelha, o símbolo do fascismo. Essa primeira edição foi pela Editorial Paulista²⁶ e dificilmente se encontra para comprar.

Figura 1 – *Filho dileto* - edição primeira



Fonte: Barrica Literária (2012)

Mas, em 2012, a Barricada Literária²⁷ disponibilizou o livro digitalizado²⁸ e diagramado por eles, na *internet*, cuja capa é igual à original, porém, não tem prefácio, constam alguns trechos retirados do próprio livro, em uma página inicial, depois uma página com o nome do livro e sua edição, que contém 124 páginas. A ordem do índice não foi alterada, mantendo-se como no original, com tópicos descritos com o nome e início da página, sem ordenação de capítulo, assim como no texto corrido.

Os títulos são nomeados, com os números correspondentes das páginas: A ofensiva do Clericalismo – 7; Os novos Autos da Fé – 20; A Igreja é Escravocrata – 22; ff e Clovis – 27; As origens da intolerância cristã – 36; A letra do Velho Testamento – 39; A Igreja nada mais vale como poder espiritual – 48; Catolicismo versus Protestantismo – 50; D. João Becker e o Gen. Flores da Cunha – 56; A doutrina da espada – 58; A ofensiva do Clero no Brasil – 60; Quantas vezes os “livros sagrados” foram “expurgados” dos erros? – 65; Agapetas ou mulheres

²⁶ Segundo o que se encontra na ficha catalográfica da 2ª edição do livro, feita pela editora Entremares (2018). Nos livros de Leite (1984), Lessa (2020) e na digitalização do Barricada Literária (2012), não se tem a indicação de qual é a editora. Em contato com o coletivo Barricada Literária, obteve-se a informação de que a editora foi a Civilização Brasileira.

²⁷ Grupo de “pessoas anarquistas”, como eles mesmo dizem, criado em 2005, dentro das propostas anarquistas de autogestão, horizontalidade e ação direta. No site <https://anarkio.net/>, pode-se encontrar digitalizados vários livros, como alguns de Maria Lacerda de Moura, de outros anarquistas e alguns textos de produção do próprio coletivo.

²⁸ Disponível em: https://anarkio.net/wp-content/uploads/2020/03/Fascismo_filhodaigreja_capital.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

introduzidas – 67; Elogio dos Cristãos aos Imperadores Romanos – 68; Perseguições, milagres e santos – 69; A tese de Raspoutine – 71; São João Crisostomo precursor da “camaradagem amorosa” – 72; O Livro das Taxas do Vaticano – 74; Libertinagem e Prostituição – 77; As obscenidades das catedrais – 78; O Papa Sixto IV e a regulamentação da prostituição – 79; Benedito IX e o breve: Honestate – 80; Roma Papal: a “Grande Rameira” do Apocalipse – 82; A irmã de Pretrarca – agapeta de Benedito XII – 82 (Barricada Literária, 2012, p. 5-6).

Nos subtítulos expostos que se encontram no livro, é possível ver várias temáticas específicas sobre o funcionamento interno do Vaticano, na história, alguns personagens e, no final, uma poderosa análise da autora sobre a prostituição. Infelizmente, esses temas não serão aprofundados neste trabalho. Eles são, com efeito, muito profícuos, de modo que um trabalho poderia e deveria ser feito, específico, sobre essas temáticas. Contudo, não são o foco desta Tese, que se fechou em contribuir com as análises de Maria Lacerda de Moura sobre as interferências da Igreja Católica e do fascismo, na educação.

Conforme já destacado, em 2018, a editora Entremares republicou o livro, que se encontra com 198 páginas, com organização diferente. Está estruturado internamente da seguinte forma: depois da “nota de apresentação dos editores” (p. 7-9), tem-se o prefácio de Elena Schembri (p. 11-16, e o índice; os 24 itens com títulos do original foram reorganizados pela editora para 10 capítulos, que constituem o livro em si, com atualização gramatical do texto e, em alguns capítulos e no apêndice, algumas ilustrações retiradas de edições do jornal anticlerical *A Lanterna*, nos anos de 1933 – 1935, finalizando com um apêndice composto de outro texto da autora, intitulado “Clero e Estado” e uma cronologia de Maria Lacerda de Moura, feita por Vladomiro Muñoz e publicada, em 1972, na revista argentina *Reconstruir*.

A edição de 2018 está com nova capa em cor laranja, com o nome da autora em laranja escuro, quase marrom, o título do livro escrito em amarelo e, ao fundo, os dizeres em latim “Exurge domine et judica causam tuam. Psalm. 73”²⁹, os quais se encontram em volta da figura de uma cruz e, em torno dela aparece uma serpente.

²⁹ Em latim: “Levante-se, senhor, e julgue o seu caso”. Salmo 73. No Antigo Testamento, Salmo 73, 22 “Erguei-Vos, ó Deus; defendei a vossa causa; Lembrai-Vos do ultraje que, todos os dias, Voa atira o insensato” (Bíblia Sagrada, 1964, p. 451a). Esse Salmo 73 tem como título *Lamentação e oração a propósito da profanação do templo*.

Figura 2 – *Filho dileto* - segunda edição



Fonte: Entremares (2018b)

Ainda sobre a edição de 2018b, verifica-se que a ilustração da capa, onde se encontra essa frase em latim do Salmo 73, é o escudo da Inquisição, que tem do lado direito uma espada, a qual representa o trato com os hereges³⁰, a justiça e, do lado esquerdo, uma oliveira que representa os arrependidos, a misericórdia. Em contato com a editora Entremares, ela explicou que a figura remete a uma serpente saindo de um ovo.

É uma escolha acertada, quando se busca compreender as inúmeras referências e significados que remetem ao ovo, à serpente e, consequentemente, ao homem. Encontra-se primeiramente na peça *Júlio César*, escrita em 1599 por William Shakespeare (1564-1616), em que um dos personagens compara Júlio César ao ovo da serpente, o qual, depois de chocado, será nocivo. Em 1977, o renomado cineasta Ingmar Bergman (1918-2007) utiliza essa expressão, no filme com o mesmo nome, no qual mostra as fases iniciais de ascensão do nazismo.

O “Ovo da Serpente” pode-se dizer que se entende como o prenúncio do mal ou que o mal está em forma embrionária, em gestação. Existe também uma fábula oriental usada pelo psiquiatra italiano Franco Basaglia (1924-1980), quando se refere ao saber psiquiátrico e aos doentes mentais, nas instituições psiquiátricas. Nessa fábula, uma serpente entra pela boca de

³⁰Aquele que pratica uma heresia, que são práticas religiosas contrárias aos dogmas católicos, que se opõe a opiniões de determinados grupos ou deprecia crenças alheias (Dicio, 2023).

um homem, enquanto ele dorme, e se aloja no seu estômago. Ela cresce e vai impondo suas vontades, tirando a liberdade do homem. Um dia, a serpente vai embora, mas o homem não sabe o que fazer com a sua liberdade, pois ele se habituou de tal forma a fazer as vontades da serpente que perdeu a capacidade de desejar. Basaglia diz que somos todos escravos da serpente e que, se não a destruirmos, deixaremos de ser humanos. É nessa lógica que funcionam todos os governos autoritários, seja o nome que se lhes queira dar.

No livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital*, de 1934³¹, Maria Lacerda de Moura faz uma crítica destruidora à Igreja Católica, enquanto instituição religiosa, especificamente ao Clero Romano, realçando o quanto essa instituição se beneficia dos sistemas de exploração existentes na sociedade. Por consequência, o quanto os regimes autoritários se curvam diante dessa instituição, também para se beneficiar da capacidade de exploração de seu povo.

Sentindo a derrocada da sua moral de escravos, a queda irreparável dos direitos divinos da Igreja sacudidos pela razão humana, a diminuição progressiva do seu prestígio na literatura livre de muletas e a decadência dos seu poderio – o Clero Romano faz ressurgir, das lutas políticas, o terror e provoca o renascimento das hostes imperialistas no despotismo das ditaduras modernas³².

Por trás do *braço secular*³³ dos governos – reúne o seu estado maior de tiranos inquisitoriais.

O Clericalismo é o pai do fascismo.

Mussolini e Hitler são os dois *braços seculares* da Igreja neste momento histórico. Representam o desespero do Cristianismo pretendendo reorganizar os Autos da Fé³⁴ e acender outra vez as fogueiras da Inquisição. As aparências têm outro significado.

Cristo é um mito muito alto: não cabe dentro do Cristianismo... O Cristianismo é anti-cristão. É a negação absoluta das palavras de doçura e amor de Jesus de Nazaré.

O Cristianismo, para mim, é a significação mais perfeita de uma civilização voraz de déspotas e escravos (Moura, 2018b, p. 17).

Nessas palavras, percebe-se a diferenciação que a autora faz entre o personagem de Jesus Cristo, o Cristianismo e a Igreja Católica, como instituição clerical. São com essas

³¹ Na pesquisa, emprega-se a 2ª edição, de 2018, da Editora Entremares; isso explica o fato de as citações desse livro aparecerem com a data de 2018.

³² A autora refere-se às ditaduras que estavam acontecendo na década de 1930, como na Itália de Benito Mussolini, na Alemanha de Adolf Hitler e em Portugal, com Antônio Salazar, não imperialistas, porém, de tomada de poder dos Estados constituídos. Assim também usa o termo “Cruzadas modernas”, na página 51, referindo-se à “defesa dos mercados comerciais e religiosos...”

³³ O termo “braços seculares” chama atenção, pelo fato de a autora o utilizar em vários momentos; assim, fazendo-se uma busca atual em pesquisas, constata-se que esse termo é usado principalmente as questões relacionadas à Igreja e o seu alcance dogmático.

³⁴ Auto de fé era uma ação do tribunal do Santo Ofício da Igreja Católica, na Inquisição: os hereges eram expostos, suas sentenças declamadas e eram muitas vezes queimados em praça pública, com o fogo como um meio de remissão dos pecados (Oliveira, 2022).

palavras que Maria Lacerda de Moura inicia seu livro *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*, de 1934, o qual, do início ao fim, é uma crítica ferrenha, além de uma denúncia, aos crimes que lesam a humanidade, exercidos pela instituição do clero romano. Explica que, quando fala em cristianismo, está se referindo à “ordem social burguesa-capitalista”³⁵ (Moura, 2018b, p. 18), pois, excetuando o México³⁶, para ela, no mundo moderno, não existe “[...] um só político de valor que se desembarace ativamente do domínio do clero” (Moura, 2018b, p. 18).

Explica, de forma explícita, o quanto a Igreja, ao se ver perdendo o poder, o seu prestígio para as “literaturas livres de muletas”, ou seja, para os escritos dos livres pensadores, ela ressurgue dentro das “novas” ações políticas e renasce junto às ditaduras modernas. Por trás dos governos, reúnem-se seus inquisidores, pois o clero “é o pai do fascismo”.

Perdendo o seu poder religioso e confessional, perdendo o seu prestígio, a Igreja serve-se de todos os aventureiros da política, revolucionários, incendiários, ateus antirreligiosos, do gênero de Hitler e Mussolini para tornar-se, de novo, por detrás desses arlequins sem caráter e sem consciência, a senhora de todo o orbe, dominando os povos e os Estados pelo terror e pelo fanatismo sanguinário (Moura, 2018b, p. 19-20).

Denuncia, assim, o perigo do Clero que está sempre detrás dos que governam, dissimulam, mascaram, se adaptam, com um “[...] tato psicológico para saber não fazer desconfiar” (Moura, 2018b, p. 20). É direta, ao dizer que, com Mussolini e Hitler, estava-se vivendo uma nova inquisição. Além disso, compara Mussolini – guardadas as devidas

³⁵ “Quando digo Cristianismo, eu me refiro à ordem social burguesa capitalista. É a civilização do bezerro de ouro. O Estado confundiu-se de novo com a Igreja, não no sentido divino como outrora, mas, no domínio econômico-político” (Moura, 2018b, p. 18). “Bezerro de ouro”, expressão utilizada em Êxodo 32, concernente ao falso deus fundido por Aarão, com o ouro do povo, que saiu do Egito seguindo Moisés, mas não suportou esperá-lo descer do monte.

³⁶ Em 1926, o então presidente do México, Plutarco Elías Calles, sobre as críticas dos bispos católicos à Constituição, reformulou o código penal, incluindo uma lei de tolerância religiosa aos cultos, repercutindo na decisão do Vaticano em suspender as atividades religiosas no país. Isso instaurou a revolta dos católicos, na Guerra dos Cristeros (Silva, 2015b, p. 5).

proporções – como o novo Inácio de Loyola,³⁷ ao tentar reerguer a Igreja com a criação da Companhia de Jesus³⁸. Mas, agora, o inimigo não são mais os protestantes³⁹ e sim o comunismo.

Nas tiranias, a Igreja vê o caminho para a redenção “[...] da sua liberdade – para ter a liberdade de massacrar a liberdade dos outros” (Moura, 2018b, p. 24), de modo que invade todos os espaços e tempos, política, magistrado, academia e movimentos, mostrando a cruz da legião e da honra:

A educação clerical está dando os seus frutos.

A Igreja ficou pequena para conter o clero e movimentar os cordéis da sua política absorvente. O Cristianismo é uma organização tão perversamente arquitetada e tão admiravelmente mantida pelo espírito jesuíta – que penetrou todas as instituições, vacinou todos os homens contra o “vírus” da independência e da lealdade, e tomou conta do mundo – através da educação, tão maravilhosamente ministrada que degenerou e imbecilizou o gênero humano até a domesticidade covarde e a apostasia da própria consciência. Vem de longe a aliança entre o altar e o trono: a Igreja sabe contar com o fator “tempo” para sugestionar o subconsciente e apoderar-se da razão, falseando o raciocínio até o obscurecimento absoluto da reflexão. Para isso, reivindicou sempre o direito à educação. Foi através da escola que chegou a reduzir a razão humana à expressão zero...E o seu poder lendário de adaptação?! (Moura, 2018b, p. 25).

Na citação acima, pode-se verificar a crítica de Maria Lacerda de Moura à junção da Igreja com o fascismo e compreender um pouco do porquê da importância que a Igreja dá à educação, espaço da formação das mentes humanas. A Igreja não tem pressa, ela sabe esperar o momento certo de se apresentar para perpetuar a sua dominação milenar. Nesse sentido, a autora descreve sobre o “tempo”, com o qual a Igreja pode contar. Adaptando-se historicamente, revestida de novas roupagens, mas sempre primando pela educação, falseada de boa intenção, para dominar e controlar a mente e a razão humana.

³⁷ Inácio de Loyola (1491-1556). Fundador da Companhia de Jesus, uma das grandes personalidades da Igreja Católica Apostólica Romana, no movimento contrarreforma. Nobre militar espanhol, de origem basca, converteu-se ao cristianismo, em 1521, quando convalescia de um ferimento grave. Em 1522/1523, escreveu *Exercícios espirituais*. Junto a São Francisco Xavier e outros companheiros, fundou em Paris a ordem dos Jesuítas (1534), reconhecida pela Igreja, em 1540. Foi o primeiro superior-geral da Companhia de Jesus e o autor de suas Constituições (1547/50) (Loyola, 1977, p. 695).

³⁸ “A Companhia de Jesus, ordem religiosa formada por padres (conhecidos como jesuítas), foi fundada por Inácio de Loyola em 1534. Os jesuítas tornaram-se uma poderosa e eficiente congregação religiosa, principalmente em função de seus princípios fundamentais: busca de perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e vontade dos homens; obediência absoluta e sem limites aos superiores; disciplina severa e rígida; hierarquia baseada na estrutura militar, valorização da aptidão pessoal de seus membros” (Maciel; Shigunov Neto, 2006, p. 467-468).

³⁹ “O que a historiografia brasileira predominantemente denomina como Reforma Protestante teve início formal em 31 de outubro de 1517, quando o monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546) publicou 95 teses na cidade de Wittenberg, na Saxônia, atual Alemanha, contra algumas doutrinas oficiais da Igreja romana, doutrinas que ele considerava abusivas, entre elas, a das indulgências” (Ramos Neto, 2018, p. 206).

Já no início da citação, apresenta uma diferenciação entre Clero e a Igreja. A Igreja é um espaço religioso; o Clero, por sua vez, forma uma instituição, cujo intuito é controlar todo um povo. Nesse sentido, o espaço da Igreja é pequeno para o Clero, porque ele precisa ampliar os espaços, nas palavras de Lacerda, da sua dominação e, assim, adentrar na política e na educação.

É na educação que o Clero encontra sua amplitude para domesticar e dominar o povo. Maria Lacerda utiliza a palavra “domesticação de consciência”, nessa última citação, como também em vários outros momentos dos seus escritos, ao se referir às formas de ensino que não tenham como objetivo contribuir para uma formação livre e racional, defendendo que sejam baseadas em pesquisas e que deem a oportunidade para os jovens de se desenvolverem livres de dogmas. Essa denúncia de Lacerda, sobre o interesse do Clero quanto à educação, fica evidente na Encíclica Papal de 1929, do Papa Pio XI⁴⁰, acerca da educação cristã da juventude. Essas questões levantadas pela autora serão mais aprofundadas no Capítulo 3 – Horda de Embrutecedores: Educação e Religião.

Nesse sentido, a autora alerta para a importância e a necessidade de os anticlericais lerem os textos bíblicos, pois nele está o código moral da sociedade. Através dessa leitura, podem compreender melhor seus dogmas, conseqüentemente, suas atitudes, para assim poder contestá-las. Sendo a Igreja uma potência política e econômica, aspirando a ser um Estado único e ditatorial, colhendo os frutos de séculos de sua interferência na educação, é preciso, segundo a autora, se opor a essa forma de dominação:

A Igreja esperou pacientemente, desde a Renascença e a Revolução Francesa. Esteve na defensiva. Agora, reata valentemente a ofensiva. O capitalismo serve-se das doutrinas de renúncia e resignação passiva da Igreja, para lançar os seus tentáculos de polvo por sobre as massas trabalhadoras. A Igreja se serve do capitalismo – para armar o *braço secular* do Estado contra a heresia. Porque hoje os governos são os serviços do Capital. A aliança entre César e Pedro⁴¹ é de todos os tempos, desde Constantino⁴², e indispensável à estabilidade do Estado burguês e da Igreja Romana (Moura, 2018b, p. 29).

⁴⁰ 259º Papa da Igreja Católica, de 1922 até a data da sua morte, 1939. A partir de 1929, data do Tratado de Latrão, reconhecimento da soberania do Estado do Vaticano, foi o primeiro soberano do Estado da Cidade do Vaticano. Esta será apresentada com maior profundidade no próximo subitem deste texto, por sua importância em compreender seus objetivos para a educação.

⁴¹ César é um título imperial do ano de 68, derivado do nome Caio Júlio César, ditador romano. Pedro é um dos discípulos de Jesus Cristo, considerado a pedra fundamental de fundação da Igreja Católica. Maria Lacerda de Moura remete-se à história antiga, para descrever a profundidade da aliança entre as instituições do poder político e religioso.

⁴² Entre os anos de 280 e 337, Constantino, o grande, foi o primeiro imperador romano a professar o cristianismo, atribuiu seu sucesso à conversão ao cristianismo, abrindo o caminho para a cultura medieval bizantina e ocidental. Em 313, doou propriedades ao bispo de Roma e emitiu leis que concediam à Igreja e ao seu clero privilégios, fiscais, legais e imunidades (Britannica, 2023).

A Igreja e o Estado, juntos, fazendo a manutenção do poder. Os governos autoritários, ao contrário do que muitos podem pensar, não são anticapitalistas, eles são como um “respiro” para o Capital, uma aliança onde um se serve do outro para dominar, conforme as suas necessidades de sobrevivência e mantendo poderio, no espaço temporal da história. Esse é momento ao qual a autora se refere:

O Capitalismo pressente a sua própria agonia.
A Igreja vê ruir os alicerces de sua soberania.
Daí o Fascismo: é filho dileto do Cristianismo e do Capital.
É a nova aliança do altar e do trono – para o renascimento do terror e do despotismo imperialista – as armas com que os papas, os autocratas, a plutocracia pretendem estrangular de novo a razão humana e subornar a evolução (Moura, 2018b, p. 30).

Nessa citação, Maria Lacerda de Moura justifica o título do livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital* (1934), assim como todo o mote da sua escrita diante da investigação sobre a dominação clerical, fascista, capitalista e como eles se utilizam, ou melhor, precisam da educação para ter condições, no âmbito da cultura de um povo, de perpetuar essa dominação e exploração. Nas próximas páginas desse seu livro, ela se empenha em denunciar a dominação clerical:

Empenhamo-nos em mostrar à juventude que ainda tem fibra e virilidade na alma – armas ferozes dos que, em todos os tempos, só quiseram uma coisa: dominar para tiranizar, separar para reinar, para assalto à bolsa e à consciência, para o assalto à liberdade e à razão.
A Igreja é o Anticristo do Apocalipse (Moura, 2018b, p. 32).

Com essas palavras fortes, ela inicia a sua explanação dos crimes contra a liberdade humana. Primeiramente, os autos da fé, apresentando a queima dos livros feita a mando de Hitler, na Alemanha, um auto de fé moderno, justificando-o nos Atos dos Apóstolos, capítulo XIX, versículos 11, 18, 19 e 20. Exemplificando, eis aqui os versículos 19 e 20:

19: Também muitos dos que seguiam *artes* curiosas trouxeram os seus livros, e os queimavam na presença de todos, e, feita a conta do seu preço, achavam que *montava* a cinquenta mil *peças* de prata.
20: Assim a palavra do Senhor crescia poderosamente e prevalecia.

Queima dos livros de grandes pensadores e escritores que não sejam a palavra do Senhor, tolhendo o conhecimento para prevalecer os dogmas. Esse é um dos exemplos, mas a Igreja seguiu bem a lição, quando Teófilo, no século IV, destruiu a biblioteca de Alexandria.

São páginas e páginas de denúncias históricas que Maria Lacerda de Moura faz sobre a queima de livros e bibliotecas.

Outro crime é a apresentação da Igreja como escravocrata, porque, desde o Velho Testamento, o cristianismo se serviu dela, frisando que cada um deve se alimentar do pão conquistado com o próprio suor. Em *Eclesiástico*, capítulo XXXIII, diz-se que o escravo é ocioso, por isso, deve ser castigado para trabalhar e não buscar a liberdade:

Asseguravam aos povos que a ociosidade é um vício e para eles somente uma virtude...

Fizeram trabalhar aos outros para que lhes sobrasse mais tempo de ociosidade afim de encontrar sempre novos meios de enganar e explorar os povos e assegurar a si mesmos todo o tempo disponível para se entregar às licenças da carne, às libações dos servidores da *vinha do senhor*...à boa mesa e às sextas dadivosas... .

A situação não se modifica no Novo Testamento, onde São Paulo dizia aos Efésios que os servos devem obedecer ao senhor com a mesma devoção a Cristo. Não tendo palavras de reprovação à escravidão, ensinando a resignação e o servilismo. A autora descreve outras passagens de apóstolos que confirmam sua afirmação da Igreja como uma instituição escravocrata e, assim, não se manifestava diante desse crime. “Foi a Igreja a última entidade que libertou os escravos ou os servos” (Moura, 2018b, p. 43).

A maior parte de seu livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital* (1934) enfoca “[...] as origens da intolerância cristã”: são cinquenta e três páginas escritas sobre a tirania, a dominação e a exploração da Igreja Católica Romana. Desde Constantino, o primeiro imperador cristão, o qual queimava os criminosos vivos, a autora explica que, na história, os cristãos mais perseguiram do que foram perseguidos:

Se passarmos os olhos pelos Livros Sagrados, encontramos ali as leis do ódio e do despotismo que constituem o Código da Igreja Romana e as origens do “divino direito” que assiste ao Cristianismo dominar todo o orbe e massacrar os heréticos, ou todos aqueles que não se querem submeter à tirania absoluta da Santa Sé. Isso foi ontem, é hoje, será amanhã – se o pensamento livre não se opuser à desenvoltura sistemática dessa organização satânica e miserável que tripudia por sobre a consciência humana, e como um vampiro vive a sugar as energias dos trabalhadores (Moura, 2018b, p. 60).

Descreve várias citações de textos sagrados que demonstram a intransigência da Igreja com todas as outras crenças. Da mesma forma, os estados nacionalistas defendem o seu chefe como a um poder divino. A cada percepção de Maria Lacerda sobre a tirania da Igreja ou do governo, apresenta uma citação dos textos sagrados como exemplo, mostrando o quanto as opressões sofridas já estavam nas escrituras antigas e que não há nada de novo:

A nossa moral é a mesma moral de Moisés⁴³, a mesma de Jeová⁴⁴ terrível dos exércitos e das vinganças premeditadas e executadas à risca pela Santa Inquisição⁴⁵ e pelos tribunais fascistas.

O código da nossa moral e da nossa política é o Velho Testamento.

Parece incrível!

A moral da Igreja encrustou-se dentro da nossa carne. Foi como se as cinzas das vítimas queimadas vivas nas fogueiras, nós as respirássemos, fazendo-as circular nas nossas veias (Moura, 2018b, p. 66).

Maria Lacerda de Moura afirma que o código de moral da nossa sociedade tem como base o Antigo Testamento e, por mais que hoje as pessoas leiam o Novo Testamento, aquele está em nós, como um resquício de todo o sofrimento perpetrado para os seres humanos, em nome de Deus. Compreendem-se, assim, os vários momentos em que o povo se mostra moralista, violento, opressor ou se culpabiliza por tudo – e pensamos isso ser da índole do ser humano, quando esse ensinamento vem de séculos de uma educação opressora. Uma subserviência violenta que está incrustada em nossa pele e em nossa alma, como se tivéssemos aspirado todo o ódio oriundo das cinzas da Inquisição.

A autora explicita também o quanto a Igreja Católica contribui para a manutenção e a exploração do corpo prostituído das mulheres⁴⁶. Os castigos destinados àqueles que não se submetem são brutais. Esses castigos eram perpetrados nos corpos daqueles que não tinham a quantia suficiente e necessária para pagar pelo perdão do seu crime, seja na antiga Roma, seja na Itália fascista. A Igreja seria grande responsável pela loucura que orbita na Terra, e “[...] os tempos são os mesmos, que a Igreja não mudou” (Moura, 2018b, p. 72). Ela apenas se molda

⁴³ Considerado o personagem mais importante do judaísmo, promulgador da lei divina e do sacerdócio, “[...] mediador da revelação plena por ter visto Deus face a face” (Pacheco, 2019, p. 219), sua “história” está contada nos primeiros livros das Escrituras, autor do Pentateuco, o conjunto de livros do Antigo Testamento. Suas origens até hoje são estudadas no sentido histórico, assim como suas narrativas fantásticas, demonstrando várias inconsistências nos registros e datas (Pacheco, 2019, p. 220).

⁴⁴ De origem hebraica, nome de Deus; a partir da saída dos israelitas (politeístas) do Egito e por influência de Moisés, nos Dez Mandamentos de Monte Sinai, eles passam a cultuar um só Deus, o Jeová do Antigo Testamento (Oliveira, 2002, p. 8). “Eis o que diz o Senhor, o rei de Israel, seu Redentor, o SENHOR DOS EXÉRCITOS: Eu sou o primeiro e o último, não há outro Deus afora eu” (Isaías 44, 6).

⁴⁵ “[...] cenário de poder eclesiástico que se firmava e dava seus primeiros sinais de uma teocracia absoluta e soberana é que o Tribunal do Santo Ofício é instaurado, por volta de 1236, pelo papa Gregório IX, que temendo as ambições político-religiosas do imperador Frederico II, toma para si a responsabilidade de perseguir os hereges que começavam a abalar o alicerce da Igreja Católica, bem como a estrutura dos territórios ‘monárquicos’, que tinham como um dos pontos de unificação de seu poder a religião predominante da época [...] antes de se instaurar o Tribunal do Santo Ofício propriamente dito, a Igreja estruturou sua justiça [...] procedimento era distinto da justiça comum [...] sua investigação era secreta e arrancar a confissão do réu constituía-se no âmago da questão [...] com o IV Concílio de Latrão, 1216, através do papa Inocêncio III, firmou-se o método *inquisition*” (Luz, 2001, p. 14).

⁴⁶ “Sixto IV pode ser que fosse o papa mais intrometido nesses assuntos, mas, outros soberanos pontifícios regulamentaram a prostituição, aproveitando suas rendas em benefício da Igreja, e deles próprios. Benedito IX concedeu a uma de suas penitentes, da qual havia sido confessor, o monopólio da prostituição” (Moura, 2018b, p. 106).

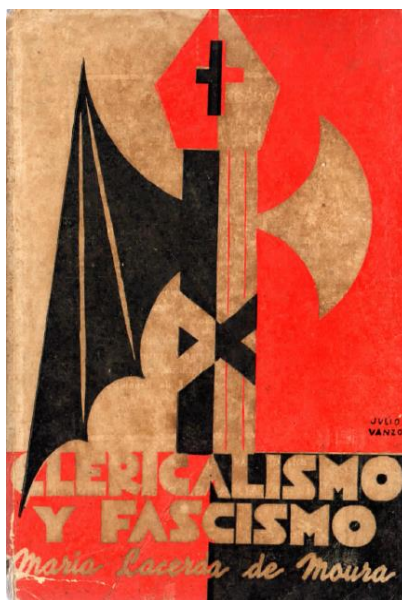
conforme as mudanças de sistemas políticos e econômicos. A escrita de Maria Lacerda de Moura é uma crítica e uma denúncia ao poderio e manipulação das instituições sociais, políticas e econômicas.

Após compreender a lógica da Igreja Católica, apresentada pela autora, a qual para se perpetuar dominando se alia ao governo vigente, chega-se ao livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!* Pode-se aprofundar parte de sua leitura, no que tange à compreensão do intuito da dominação fascista de Benito Mussolini, embasada, ou melhor, copiada pelos intelectuais italianos ao quais Maria Lacerda de Moura intitulou de “Superelefantes”.

2.2 Clero e fascismo

O livro *Clero e fascismo: Horda de Embrutecedores!*, de Maria Lacerda de Moura, foi publicado pela primeira vez, segundo Leite (1984)⁴⁷, em 1934. Na obra original, não há indicação do ano de publicação. A sua primeira edição não se encontra para vender em sebos na *internet*, nem em formato digital com acesso gratuito.

Figura 3 – *Clero e fascismo* - edição primeira



Fonte: Centro Cultural Social - SP

⁴⁷ Uma questão parecida com o que acontece com o livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, referente ao ano da primeira publicação. O livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, segundo Leite (1984) e o Centro Cultural Social (2021), que fez a 2ª edição, a primeira edição foi publicada em 1934, mas, de acordo com Lessa (2020), consta a data do ano de 1933.

A capa da primeira edição tem os fundos metade branco (escurecido pelo tempo) e vermelho, no meio com uma figura, parecendo uma cruz, mas também com o símbolo do fascismo, na parte de cima, com uma mitra⁴⁸ papal; do lado esquerdo, uma asa de morcego e, do direito, uma foice, na parte de baixo, o nome “Clericalismo y Fascismo” e o nome da autora. Após a capa, antes do conteúdo em si, tem-se apenas uma página com nome da autora, do livro, Editorial Paulista e a cidade de São Paulo. O livro tem 212 páginas e o índice se encontra no final do livro, que se divide em itens e subitens, sem número, mas com as letras em maiúsculas, para os itens e em letras minúsculas, para os subitens, como é possível verificar na relação dos nomes e páginas que se fez.

O FASCISMO CONTRA A EVOLUÇÃO HUMANA - 5; O ídolo da Cultura – 11; "Superelefantes". D'ANNUNZIO – 12; D'Annunzio plagiário – 10; Eleonora Duse – 20; Prisioneiro ou Senil? – 22; Fiume – 27; D'Annunzio e a guerra – 34; HORDA DE EMBRUTECEDORES. Papini – 49; De UN UOMO FINITO até GOG – 52; "Declaração de estilo"- 50; "Gog" – 71; Milicias Fascistas – 87; Marinetti – 90; "Musica-Minuto" – 92; Pirandello – 94; Coppola – 97; "CATECHISMO DEL BALILLA" – 100; "Crédo" Balilla – 103; Expansão Fascista – 105; AQUELE QUE MANDA FORJAR OS RAIOS – 109; Mussolini anarquista! – 126; "COLÓQUIOS COM MUSSOLINI" – 128; "Diálogos da prudente razão de Estado com um individualismo hostil à guerra" – 130; Escultor de montanhas – 138; Mussolini e as mulheres – 149; Mussolini e a Lei de População – 162; OS HORRORES DA TIRANIA FASCISTA – 171; A viuva de Matteoti – 189; Malatesta – 193, A anistia – 197; CLERO E FASCISMO – 199.

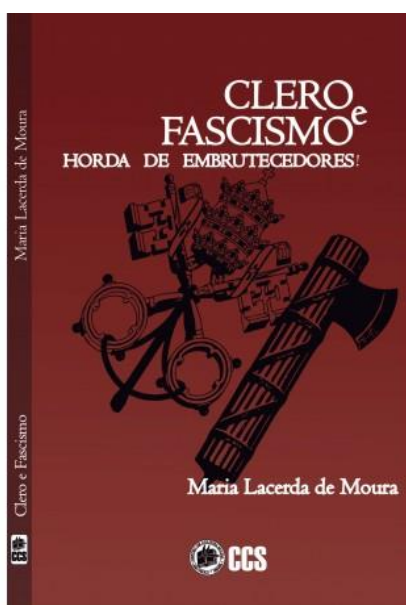
Apresentam-se os subtítulos do índice elaborado por Maria Lacerda de Moura, para que se possa vislumbrar o encadeamento das ideias da autora. Algumas temáticas elencadas no índice serão trabalhadas neste capítulo, principalmente as que desenvolvem a ideia da autora sobre os Superelefantes do fascismo, outras, no próximo capítulo, que discutem as questões associadas à educação, no que tange à Obra Nacional Balilla. Um subitem, que pelo nome já se mostra polêmico, “Mussolini anarquista!”, poderá ser mais bem abordado no quarto capítulo, o qual focará os escritos de Maria Lacerda de Moura e parte da imprensa anarquista, na década de 1930, assim como as críticas que recebeu de outros anarquistas contemporâneos a ela. Outros temas, como, por exemplo, “Mussolini e as mulheres”, ou temas que aprofundem a “Expansão Fascista”, não serão abordados nesta Tese, que tem como fio condutor a educação e o quanto

⁴⁸ Um chapéu do Papa, que o diferencia dos outros sacerdotes da Igreja Católica.

ou de que forma a Igreja Católica e o fascismo se utilizaram dela, para dominação dos corpos e mentes.

A segunda edição do livro saiu em 2021, através do esforço do Centro Cultural Social de São Paulo, com uma capa marrom, com o nome do livro e da autora em branco, nas partes de cima e de baixo, respectivamente, enquanto, no meio, havia duas imagens. A primeira figura, do lado esquerdo, é uma heráldica eclesiástica, que é o brasão da cidade do Vaticano, composta por duas chaves, significando as chaves do céu de São Pedro, sobrepostas, formando um X, na abertura, uma coroa papal, um rico encadeamento de três diademas compostos por pedras preciosas e pérolas, com uma cruz na ponta. A segunda figura, o símbolo do fascismo.

Figura 4 – *Clero e fascismo* - segunda edição



Fonte: Centro Cultural Social, 2021b

A organização interna do livro também foi refeita: depois da capa e antes do texto, há duas páginas, a primeira com o nome do livro, a segunda com o nome do livro, da autora, cidade, ano, editores e, na contra página, a ficha catalográfica do livro, indicando a sua 1ª edição também. Na página seguinte, a apresentação do livro, feita pela historiadora Samanta Colhado Mendes (p. 7-15), depois, a reorganização dos índices, retirando-se o nome dos subitens do original e deixando outros. Essas mudanças não alteraram o conteúdo, porém, constituíram uma atualização da gramática que se alterou, de 1934 a 2021. O livro contém 145 páginas, no total.

No livro *Clero e fascismo – horda de embruteceadores!*, de 1934, Maria Lacerda de Moura faz uma análise de algumas passagens de Benito Mussolini (1883 – 1945) e as contrapõe com alguns escritos de intelectuais italianos:

Não há em toda a história da humanidade um arlequim cuja fantasia tenha sabido vestir-se com tão variados mosaicos, roubados de todas as ideias, “trapeiro⁴⁹ do pensamento”, dançando na corda bamba das frases feitas. (Moura, 2021b, p.17).

Mussolini de tudo se serviu, de tudo se servirá para dominar. A sua moral está contida nesta frase leviana, por ele pronunciada antes da Marcha sobre Roma⁵⁰: “É a segunda vez que a mim me crio uma força pessoal: mas, se o fascismo me não servisse, eu o repudiaria”⁵¹ (Moura, 2021b, p. 18).

Um elogio crítico e irônico, de Maria Lacerda de Moura, à fantasia daquele que cata trapos de pensamento para constituir suas falas, utilizando-se daquilo que lhe serve no momento político, sem escrúpulos e verdades, apenas para alcançar seu objetivo: estar no poder. Essa é a perspectiva que Maria Lacerda tem de Mussolini e dos fascistas, os quais usam, ou melhor, plagiam pensamentos, empregando frases feitas e/ou ideologias que possam lhes servir para estarem e se manterem no poder. A autora apresenta toda a incongruência nos discursos de Mussolini, antes e depois de estar no governo, dizendo eles serem o princípio de um novo mundo.

A peça é velhíssima, o guarda-roupa e *mise-em-scène*⁵² é que foram modificados. O que encanta é o servilismo do rebanho, aprovando incondicionalmente... em todos os tempos, a todos; os discursos e a todos os tiranos...

Mussolini não defende nenhuma ideia nova, nenhum princípio original, nenhum ideal alevantado: sob o disfarce da Roma antiga, fantasiada toda a “Nação Carnaval” com as vestimentas dos gladiadores, dos romanos do tempo dos Césares e das legiões, Mussolini de imperador romano, os “Filhos da Loba” fascista representam uma tragédia no cenário político-social (Moura, 2021b, p. 19-20).

O espetáculo é o mesmo, só as cenas mudam e a legião de servos seguem o tirano. Nada de novo, desde a Roma Antiga, com seus gladiadores, suas legiões e os Césares, até hoje, com Mussolini e seus seguidores: os “Filhos da Loba” fascista, pode-se traduzir como os filhos da Roma fascista. A loba é o símbolo da romanidade, referindo-se à lenda da fundação de Roma, no século XIII antes da nossa era⁵³, quando os irmãos gêmeos Rômulo e Remo eram alimentados por uma Loba, após terem sido abandonados no rio Tibre.

⁴⁹ Aquele que apanha trapos na rua para vender (Dicio, 2023).

⁵⁰ De 28 a 30 de outubro de 1922, a Marcha sobre Roma foi a insurreição do Partido Fascista, com os esquadrões armados (30 mil homens), conhecidos como Camisas Negras, comandados por Benito Mussolini. O Rei Victor Emmanuel III, com medo de perder o trono, se não cooperasse, ou temendo a ascensão da ameaça socialista, não decretou o estado de sítio e, sem o exército, as autoridades públicas se rendem diante da ameaça fascista (Britannica, 2023).

⁵¹ Mussolini foi jornalista, sindicalista e socialista, fazendo parte do Partido Socialista, escrevendo em vários jornais, antes de Primeira Guerra Mundial, sendo inicialmente contra a intervenção da Itália (Britannica, 2023).

⁵² Encenação.

⁵³ Utiliza-se “antes da nossa era”, no lugar de antes de Cristo, por ser uma pesquisa histórica, a qual pretende se posicionar fora da dominação cristã.

Um autoritarismo italiano, que declara, como todos os outros, apresentar algo novo, mas é uma réplica do imperialismo clássico da Roma dos Césares, subindo ao poder através de suas traições e crimes. Maria Lacerda (2018a) responsabiliza os intelectuais fascistas, os quais chamou de “Superelefantes”, como responsáveis pela subserviência cultural de todo um povo, destrinchando o ridículo e os horrores da tirania fascista.

São os intelectuais os responsáveis. É a literatura dos “superelefantes” D’Annunzianos, a literatura da crueldade requintada, do orgulho do dominismo, da vaidade egoísta, da vontade de fazer escola e ser aclamado e vencer pela originalidade sádica, pela voluptuosidade feroz. Adaptar um ideal de bestialidade humana, cultivar requintadamente a perversidade para tirar proveito próprio em nome de teorias ou princípios de idealismo, fazer descer os ideais e pô-los de acordo com os instintos baixos – esse tem sido até aqui mais preponderante da cultura, do intelectualismo, em nome de tudo quanto é nobre e santo e puro (Moura, 2021b, p. 20-21).

2.2.1 Os superelefantes

O que seriam os “Superelefantes”? De onde Lacerda retirou essa expressão?

Esse foi um termo cunhado por Han Ryner (1861 – 1938). Se pudéssemos elencar dois anarquistas que tiveram grande influência no pensamento e na escrita de Maria Lacerda de Moura, seriam eles Francisco Ferrer y Guardia, na educação racional, anticlerical e não violenta, e Han Ryner, no pensamento quanto ao anarquismo pacifista, individualista e ao amor livre.

O anarquista, individualista e escritor Jacques Élie Henri Ambroise Ner nasceu na Argélia francesa e adotou, em 1896, o pseudônimo de Han Ryner, quando começou a escrever para importantes publicações anarquistas individualistas, como o *L’Unique*, de Émile Armand. Com a Primeira Guerra Mundial, começou a adotar também o pacifismo.

Em seu livro *Manual Filosófico do Individualismo* (1923), o único trazido para português, no Brasil, Ryner escreveu seu pensamento influenciado pelo estoicismo e epicurismo. Nomeia, como individualistas, Sócrates, Epicuro, Epiteto e Jesus Cristo (Ryner, 2012, p. 22); questiona Stendhal e Nietzsche, que se autoproclamam individualistas, mas que, segundo o autor, são egoístas agressivos. “Saúdo como individualista a todo aquele que em uma época de grande religiosidade se mostra ímpio, e em um período de civismo sabe rir da cidade ou denunciar os crimes da pátria” (Ryner, 2012, p. 19).

Maria Lacerda de Moura responsabilizou-se por fazer o pensamento de Han Ryner conhecido, no Brasil, dedicando dois de seus livros a esse tema: *Religião do amor e da beleza* (1929) e *Han Ryner e o amor plural* (1933). Neste último livro, inclusive, há uma carta de Han

Ryner, de 1928, dizendo estar muito feliz pela compreensão de Maria Lacerda de Moura sobre o seu pensamento.

Amor plural é um romance de Han Ryner, publicado em 1927, no qual o autor, segundo Maria Lacerda de Moura, questiona para ambos, homens e mulheres, a moral que lhes é imposta pela sociedade da época, onde as mulheres devem se moldar aos homens, que são os verdadeiros dominadores; trata-se de algo errado, pois ambos devem se amar e se compreender mutuamente.

Nesse romance, Han Ryner mostra, a nós mulheres, diferenças primordiais entre o amor para cada um dos sexos e ensina os homens a amar a todas as mulheres, no que elas têm de puro e individual (Moura, 1933b, p. 39).

Han Ryner escreveu diversas obras de filosofia e literatura, entre as quais, em 1929, um romance intitulado *Os super-humanos: uma novela profética*. Nesse trabalho, faz uso da reedição traduzida para o inglês e publicada em 2011. Na citada obra distópica, o mundo passa por um cataclisma e acontece o surgimento de mais um sol, enquanto a humanidade passa por uma nova gênese.

Han Ryner descreve o processo evolutivo terreno após o cataclisma provocado pelo aparecimento de um segundo sol, a ‘estrela de fogo’. A remodelação plástica da matéria - espiritual provocada pelo caos evolucionário que se seguiu ao aparecimento deste novo sol, pela influência das extraordinárias tempestades elétricas e magnéticas, fora acompanhada pela possibilidade, por parte de alguns humanos de redefinir seu próprio ser, corporal e espiritualmente, através da força psíquica do desejo. Desta forma, após alguns milênios e explorações multiformes do ser ocasionadas por diversas reencarnações, constituiu-se a casta dos super-humanos, dividida em três categorias: aqueles que desejavam as asas do amor e da espiritualidade transmutaram-se nos diáfanos Superanjos; aqueles que desejavam transcender a morte transformaram-se nos encouraçados Imortais; e aqueles que ansiavam pelo poder e inteligência viraram os magnificados Superelefantes (Queluz, 2018, p. 68).

Nesse mundo hipotético existem padres, segundo os quais, a única função dos seres humanos na Terra é servir aos deuses e para quem toda negligência é punida. Han Ryner (2011) explicita aqui, adentrando na lógica da sua novela, que mesmo depois de um cataclisma e de terem se passado milhares de anos, a ordem de subserviência ao clero continua a mesma.

Os Superanjos, segundo Ryner, são seres especiais, reluzentes, com grandes asas que tocam música ao se mexerem, dançando e semeando melodias, odores e cores. Eles dizem aos seres humanos – os quais os chamam de Superanjos – que preferem ser chamados de Amores, pois eles são sem ódio, sem ciúmes e sem inveja, puro amor. Explicam aos seres humanos que o pai celestial foi morto antes do nascimento deles e que, se existisse um pai celestial, ele transformaria todos os seres humanos em Superanjos; que os seres humanos devem libertar-se

de todas as coisas materiais e dos sentimentos mundanos e, assim, sentirão as asas do amor brotarem.

Quem são os Imortais e onde se encontram? Em um local deserto: com rochas em círculo, com vozes metálicas, eles dizem ser aqueles que venceram a morte...

[...] pequenos seres emergem da rocha através de rachaduras habilmente escondidas. Baixos e magros como crianças raquíticas, seus gestos lentos rangem como o deslizamento e a fricção de máquinas. Seus corpos cinzentos não são mais como ferro do que carne? Tudo neles é tão duro e tenso quanto a avareza (Ryner, 2011, p. 213).

Movimentos lentos, pois a eles não falta tempo; pequenos, para que a morte não tenha espaço; no coração, o orgulho de ser imortal, o coração calmo e o desprezo aos mortais. A eles não importa o tempo, nem a beleza ou o amor, que, para eles, é o irmão da morte. Sem sexo, porque, como imortais, não têm necessidade de procriar. Um sono que não desperta. Tampouco amam, pois “[a]mar o que vai morrer é semear no coração as sementes do sofrimento. Não seria imortal, se consentisse a dor” (Ryner, 2011, p. 215).

Antes da explicação de Han Ryner sobre quem são os Superelefantes, existe uma passagem pertinente, explicando quem eram os seres humanos daquela época na qual se passa a novela.

Não havia nada particularmente notável sobre os humanos desta época. Eles foram, como em outros séculos, covardes e gananciosos; covardes o suficiente para matar ou morrer por ordem de um mestre; covardes o suficiente para sacrificar, por ordem de um mestre, os tesouros miseráveis de seus corações enlouquecidos, os falsos bens pelos quais sacrificaram rotineiramente suas vidas e as dos outros (Ryner, 2011, p. 216).

Os humanos simplesmente seguiam e serviam cegamente a seus mestres, construindo castelos para estes, mas vivendo em casebres. Seguem as ordens dos Dominadores, sem questionar ou refletir sobre o que fazem covardemente, loucos, gananciosos e ludibriados pelos falsos tesouros que acreditam serem oferecidos pelos deuses, através de seus sacrifícios.

Os Superelefantes são seres que preferem ser chamados de Dominadores, Mestres ou Deuses. Igualados corporalmente aos antigos mamutes, mas com dois troncos. O tronco da direita tinha boca, dentes, garganta, com linguagem. O tronco esquerdo era a fúria com ossos grandes. Nas pernas anteriores, braços e mãos de proporções gigantescas.

No vale onde se reuniam, além dos Dominadores e da imensidão de humanos, havia homens vestidos com ricas roupas sacerdotais, balançando incensos na frente de seus mestres e cantando sua glória, dizendo a terra ser dos Dominadores, os únicos deuses, sendo repetidos em coro pelos humanos, e que estes vieram à terra para servi-los.

Os Dominadores assumem não serem Super-humanos, e sim, os Deuses dos humanos e dos Super-humanos, e que a sabedoria começa com o medo, a justiça, o amor e a escravidão voluntária a eles. A cena que se segue é a do sacrifício, onde as mulheres orgulhosamente entregam os seus bebês, os padres cortam suas gargantas para assá-los e serem servidos, em travessas de ouro, de alimento aos Deuses.

Depois de saciados, os Dominadores, os quais já ameaçavam os Imortais, obrigavam-nos a escolher, a servir a eles, como intermediários entre os Deuses e os humanos, ou serem executados pela fúria da cólera divina.

Obedecer-vos-emos com emoções de felicidade e gratidão. Agradecemos-vos, ó Deuses, por nos terdes chamado, por ter-nos aproximado de vós, por nos terdes ensinado finalmente o significado da nossa vida imortal (Ryner, 2011, p. 222).

Esses são os Super-Humanos da novela profética de Han Ryner, escrita em 1929. Na verdade, segundo os Superelefantes, eles são os verdadeiros Deuses/Dominadores, e os Imortais, agora, servem aos Superelefantes como mediadores entre estes e os humanos. Por fim, só resta uma categoria pura de Super-Humano, que são os Superanjos, categoria desprezada pelos Dominadores pois só consideram outros seres, desde que são para servi-los.

A autora adota esse personagem dos Superelefantes, criado por Han Ryner, para demonstrar o prazer pela violência e dominação de alguns poucos, ao mesmo tempo o gozo do servilismo da massa sendo manipulada e dominada. Nesse ponto, Maria Lacerda está se referindo, especificamente, aos intelectuais italianos, que, para ela, são intelectuais fascistas, como D'Annunzio, Papini, Marinetti, Pirandello, Coppola e Morasso; eles são, segundo a autora, “[...] supernacionalistas italianos, superelefantes do dominismo” (Moura, 2021b, p. 21). Ao citar nomes de alguns desses intelectuais, torna-se importante conhecer, pelo menos um pouco, quem são alguns deles, quais seus feitos, de que forma influenciaram o fascismo italiano e, assim, obter a percepção das razões pelas quais Maria Lacerda de Moura compreendeu-os como os “superelefantes do dominismo”.

Gabriele D'Annunzio (1883 – 1938), um dos principais escritores (romances, dramaturgia, poemas e contos) da Itália, no final do século XIX e início do século XX, foi um dos líderes do protofascismo, movimento político que contribui para o fascismo, na Itália. O romance autobiográfico de 1889, *Il piacere*, já apresentava os heróis super-homens nietzschianos de D'Annunzio e, em *Le vergini delle rocce* (1896), mostrava a perversidade e o egoísmo desses heróis.

O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844 – 1900) cunhou o termo super-homem, em sua obra *Assim falou Zaratrusta* (1883), referindo-se ao homem que por si mesmo chegasse ao

processo evolutivo de valores, libertando-se do pensamento de rebanho – seriam homens supostamente bons e não brutais e autoritários. Para D’Annunzio, através da ação agressiva, a Itália geraria uma nova civilização, e esses novos homens seriam responsáveis pela regeneração da espécie humana (Spinelli, 2014).

Como militar:

Em 1919 D’Annunzio e cerca de 300 partidários, desafiando o Tratado de Versalhes, ocuparam o porto de Fiume (agora Rijeka, Croácia), que o governo italiano e os Aliados propunham incorporar ao novo estado iugoslavo, mas que D’Annunzio acreditava pertencer por direito à Itália. D’Annunzio governou Fiume como ditador até dezembro de 1920, quando as forças militares italianas o obrigaram a abdicar de seu governo. No entanto, por sua ação ousada, ele havia estabelecido o interesse da Itália em Fiume, e o porto tornou-se italiano em 1924. D’Annunzio foi recompensado pelo primeiro-ministro fascista do país, Benito Mussolini, com um título e uma edição nacional de suas obras. (Britannica, 2023).

Dessa experiência de construção de um Estado totalitário originou-se *A Carta del Carnaro*⁵⁴ e o movimento de massa chamado fiumismo, como reação radical ao socialismo e ao liberalismo italiano, oferecendo, assim, um modelo de política ao movimento fascista e suas ideias nacionalistas. Alguns representantes do movimento fascista acabaram vendo em D’Annunzio um verdadeiro *Duce* (Líder):

Depois do fim da experiência política em Fiume, Gabriele D’Annunzio foi procurado algumas vezes por membros da direção fascista, com o objetivo de ser convencido a assumir a posição de líder do movimento. Por seu prestígio como herói da pátria, condecorado com cinco medalhas de prata e uma de ouro durante a Grande Guerra, o poeta era considerado a pessoa mais qualificada para conduzir o movimento. Apenas quando ele renunciou a essa posição, Benito Mussolini pôde se colocar como o único *Duce* do fascismo (Spinelli, 2014, p. 12).

D’Annunzio era muito mais do que um poeta, porque escreveu toda uma lógica de construção de um estado totalitário, sendo uma das maiores influências de Benito Mussolini, que, “[a]proveitando-se da liturgia política, hinos, cantos e ritos inventados pelo poeta, Benito Mussolini aperfeiçoou o processo de formação da ideologia fascista” (Spinelli, 2014, p. 15). Maria Lacerda de Moura chamou-o de cruel sádico (2021b, p. 24). Mas outros intelectuais também estão nessa lista dos Superelefantes, feita pela autora, como se pode conhecer melhor, nas páginas seguintes.

⁵⁴ A Carta de Carnaro (1920) é a lei fundamental do estado novo de Fiume, com base protofascista, que influenciou o fascismo de Benito Mussolini (Spinelli, 2014).

Outro deles é Giovanni Papini (1881 – 1956), escritor, poeta e jornalista italiano, de cético a católico fervoroso, conhecido como uma figura controversa pelos seus escritos. Foi líder do Movimento Futurista e, depois, porta-voz da crença religiosa católica romana (Britannica, 2023). Algumas de suas obras foram traduzidas para o português; entre elas está *Palavras e Sangue*, cuja *Introdução* à edição brasileira foi escrita por Alceu Amoroso Lima (Castagnola, 1981, p. 51), conhecido também como Tristão de Athayde, do qual trataremos mais adiante, neste texto.

Além de D’Annunzio e Papini, tem-se o autor ítalo-francês Filippo Tommaso Marinetti (1878 – 1944), escritor de prosa, romancista, poeta e dramaturgo, o fundador ideológico da Futurismo, um dos autores do Manifesto Futurista (1909), na defesa do mundo da máquina e da velocidade, chegando a servir às ideologias políticas, principalmente ao fascismo (Calbucci, 2008, p. 206).

Para finalizar este breve relato sobre alguns intelectuais italianos citados por Lacerda, tem-se Luigi Pirandello (1867-1936). Ele nasceu e morreu na mesma região da Sicília, atual Agrigento, filho de proprietário de minas de enxofre. Fez faculdade de Letras e Direito e foi professor de Estilística na Faculdade de Magistério de Roma, durante 25 anos (1897-1932). Em 1924, após o incidente conhecido como “delito Matteotti”, adere ao fascismo. Escreveu livros de poesias, romances, novelas, ensaios, peças de teatro, recebendo, em 1934, o Prêmio Nobel de Literatura (Degani, 2007). O “delito Matteotti” é o assassinato, em 1924, de Giacomo Matteotti, deputado do Partido Socialista Unitário, o qual denunciara as eleições, diretamente relacionado à repressão do Partido Nacional Fascista, escrevendo um livro e fazendo discursos contra o fascismo, na Câmara do Deputados.

Depois de conhecer um pouco da vida e obra dos intelectuais italianos, os quais seriam os Superelefantes citados por Maria Lacerda de Moura, tornam-se compreensíveis suas colocações sobre esses intelectuais italianos. Aqui se destaca D’Annunzio, um dos mais significativos, pois, além de escritor, foi militar, não só adepto aos ideais fascistas, como desenvolveu toda uma lógica de dominação de um povo, quando esteve à frente do Fiume, o qual se transforma em um movimento que chega a ser utilizado por Mussolini como base para o aperfeiçoamento do fascismo.

A autora afirmava que Mussolini se alimentava e se forjava nessa literatura “carnavalesca e imperialista”. Durante quase todo o livro, ela apresenta cada um desses intelectuais e as suas influências dentro da tirania fascista. Portanto, acerca dos pensadores intitulados por Maria Lacerda como Superelefantes, de onde ela retirou este termo e por que, alguns paralelos e compreensões começam a emergir.

Se, para Maria Lacerda de Moura, os Superelefantes são os intelectuais fascistas, na lógica da novela criada por Han Ryner, quem é Mussolini? Quem são os intelectuais não fascistas e a população, como um todo? Que personagem está representando, então, o clero?

Os Superelefantes, Superanjos e os Imortais são Super-Humanos, supostamente mais evoluídos que os sacerdotes, os quais são seres humanos subservientes aos Super-Humanos, assim como os demais mortais. Segundo a obra de Han Ryner, eles (Superelefantes, Superanjos e Imortais) seriam de uma outra raça, enquanto os Super-Humanos, forjados no desejo, por milênios e através de diversas reencarnações, seriam semideuses, segundo a história. Os Superelefantes, com o sonho de poder e se autointitulando Dominadores e Deuses. Os Superanjos, evoluídos e esculpidos no amor, autointitulando-se Amores, dizendo aos humanos que, se o criador existisse, todos seriam Superanjos; e os Imortais, que não têm vida, nem amor, pouco se importando com os seres humanos.

Os Superelefantes são os intelectuais fascistas. Mussolini, sendo um fantoche dos Superelefantes, como frisa Lacerda, deveria ser um dos sacerdotes? Afinal, ele se utiliza das falas e escritos dos Superelefantes, para controlar a multidão de humanos. Ou seria um Imortal? Estatura baixa e sem coração, que serve de mediador entre o Dominadores (Fascismo) e a população. Aprofundando um pouco mais, se Mussolini é apenas um fantoche dos Superelefantes, que constituem uma raça superior, os Super-Humanos, como os Superanjos e os Imortais, acredita-se então que Mussolini seja apenas um humano fanático, devoto da dominação e do poder dos Superelefantes, assim como todos os outros representantes dos governos autoritários.

Os sacerdotes, na história de Han Ryner, seriam apenas personagens irreais, ou seriam os únicos reais representantes da não distopia de sua história? Com efeito, pode-se pensar que os sacerdotes dessa história são os representantes do clero, que se moldam conforme o poder vigente, para continuar a controlar e ter algum tipo de poder sobre o povo, a população como um todo, que se dividiria em dois grupos, a massa seguidora dos Superanjos e a dos seguidores dos Superelefantes.

Seriam os intelectuais não fascistas os Superanjos? Pode ser que sim, porque, em alguns momentos da novela, eles são comparados a grandes personalidades, como Gandhi e o próprio Tolstói. Todavia, se os Superanjos são seres de uma raça superior e se os intelectuais não fascistas se colocam nesse patamar de seres superiores, como ficam suas teorias não autoritárias e não dogmáticas? Ora, se um intelectual que se diz não autoritário propõe uma teoria como única e verdadeira, como um dogma, já se percebe uma imposição de um pensamento sobre o outro.

Por conseguinte, aqui se pode pensar em uma divisão entre os intelectuais não fascistas, sejam eles progressistas, sejam comunistas ou anarquistas. Essa divisão ficaria entre os intelectuais que apresentam suas propostas e pensamentos, de forma não autoritária, sendo mais exemplos de seres humanos a expor suas hipóteses, por um lado; e aqueles que se sentem superiores aos demais, por outro lado, trazendo suas verdades, ou seja, seus dogmas.

Os Imortais seriam representados pelas máquinas, pelas fábricas, pelo capital. Não têm vida, não têm amor, são duros, não dormem e servem para sua própria preservação e não aniquilação, aqueles que por ora estão no poder. Os Imortais servem aos Superelefantes, a fim de salvaguardar a sua existência. Essas são algumas reflexões, por enquanto, extraídas dos escritos de Maria Lacerda de Moura sobre as diversas formas e máscaras do autoritarismo.

A autora, em seus escritos, alerta sobre as faces do fascismo, do autoritarismo e, consequentemente, sobre a ruptura do livre pensamento. Em alguns de seus textos, aborda fatos acontecidos na Itália e em outros países, para, no final, retornar às questões brasileiras. Essa não é uma característica exclusiva dela, mas de boa parte dos escritores anarquistas, pois são internacionalistas.

Denunciando a onda autoritária que chegou, em âmbito internacional, ela explica sua preocupação, para além da questão da tomada do poder, da entrada dos ideais fascistas na mente da população, através dos escritos dos intelectuais Superelefantes na educação, preocupação esta que será desenvolvida no próximo capítulo.

A autora faz a denúncia ao domínio do autoritarismo, estuda o fascismo e mostra o quanto a educação pode ser um caminho eficaz para esse controle dos corpos e mentes, através da cultura e de seus intelectuais, aos quais ela chama de “Superelefantes”, utilizando um termo cunhado pelo filósofo Han Ryner, em sua novela distópica *Os Super-Humanos*. Maria Lacerda de Moura, com esse termo, critica esses intelectuais fascistas, que querem o poder.

Essas denúncias feitas por Maria Lacerda de Moura podem ser confirmadas inclusive pelo Manifesto do Intelectuais Fascistas, publicado em diversos jornais italianos, em 1925, o primeiro texto de cunho ideológico, por parte da cultura italiana, escrito por Giovanni Gentile e assinado por muitos intelectuais italianos, como os já citados Gabriele D’Annunzio, Filippo Tommaso Marinetti, Luigi Pirandello e o professor, jurista e futuro ministro de Mussolini, Alfredo Rocco:

[...] foi necessário desenvolver uma ideologia do fascismo, que a despeito das tentativas de unidade e homogeneidade, fragmentou-se em uma multiplicidade de teorias (cada uma delas pretendia representar o “verdadeiro fascismo”); por outro lado, se inaugurava uma política da atenção às classes intelectuais, fazendo os “clérigos” sentirem-se parte da condução do processo

de formação da “nova Itália”, na ilusão de estar guiando o País, no excitante momento do statu nascenti.

Em nome do “terceiro império romano” (Mussolini prometia séculos ou até mesmo milênios de poder fascista), pedia-se aos homens de cultura a contribuição que cada um era capaz de fornecer à máquina do consenso. Em troca, o regime ofereceria, além do reconhecimento ideal, tangíveis sinais do novo interesse do Estado pelos “trabalhadores da mente” (D’Orsi, 2014, p. 2).

Maria Lacerda, neste livro *Clero e Fascismo – horda de embrutecedores!* (1934), focaliza os intelectuais italianos e explica o quanto eles, apesar de não se autointitularem fascistas, o eram, com seus discursos de ódio e dominação pela violência. Para a autora, os “Superelefantes” eram esses intelectuais que incitavam a violência e a guerra, a domesticação do povo, em detrimento de um grupo específico. É assim que a autora vê os intelectuais autoritários ou, no caso específico, fascistas. Não eram intelectuais e escritores que, como ela, escreviam sobre a importância do livre pensamento.

Interessante chegar a essa informação, pois, lembrando frase já citada inicialmente, neste capítulo, entre os discursos de Mussolini enfocados por Lacerda, no livro *Clero e Fascismo – horda de embrutecedores!*, há um específico que trata justamente da utilização das ideologias políticas, até o momento que lhes servir. Essa fala foi antes da Marcha sobre Roma: “E’ a segunda vez que a mim me crio uma força pessoal: mas se o fascismo não me servisse eu o repudiaria” (Moura, 2021b, p. 18).

Mussolini se aproveita dos intelectuais, principalmente D’Annunzio e Marinetti, para realizar os seus discursos, e da Igreja Católica, para se manter no poder. Da mesma forma, a Igreja Católica usa os governantes do momento, independentemente de suas ideologias, para se manter no poder.

Nas páginas deste capítulo, mostra-se o pensamento e a escrita de Maria Lacerda de Moura sobre as temáticas do fascismo e da Igreja Católica. Ao decorrer da leitura de seus textos, torna-se cada vez mais evidente a sua crítica à dominação histórica da Igreja, a qual perpassa todas as ideologias e governos, moldando-se para se manter no poder. O fascismo se retroalimenta de toda essa lógica de manipulação e dominação, com seu nacionalismo de palavras vazias de ordem e progresso, quer na Itália, quer no Brasil.

CAPÍTULO 3 - HORDA DE EMBRUTECEDORES: Educação e Religião

O objetivo deste capítulo é discutir os temas mais voltados à educação e religião, compreender o que Maria Lacerda de Moura pensava sobre a importância da educação. Ainda dentro do tema da educação, examinar a lógica já denunciada pela autora, nos livros *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, e *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, do quanto e por que a religião, no caso, a Igreja Católica, através da instituição Clero Romano, primou pela sua participação na educação da população.

No passado, a formação educacional foi responsabilidade da família e da Igreja Católica, depois sendo responsabilidade do Estado; ora, como a Igreja Católica precisa manter o seu lugar, faz alianças com os governos que então estão no poder. No tempo histórico estudado nesta Tese, a década de 1930, trata-se dos governos autoritários, especificamente de Benito Mussolini, na Itália, e de Getúlio Vargas, no Brasil⁵⁵.

Primeiramente, escreve-se sobre o livro que Maria Lacerda de Moura dedicou à educação. A inclusão do livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, nesta Tese, foi no sentido de apresentar o Francisco Ferrer y Guardia, como a autora o lê e qual o seu olhar sobre a educação. Nesse livro, apresenta a crítica da Escola Moderna ao clero e à educação laica: a educação deve ser livre de dogmas e a educação laica, nesse sentido, não se diferencia da educação religiosa, apenas se troca Deus pelo Estado.

Após essa explanação a respeito do entendimento da autora sobre a função da educação, parte-se para qual é o entendimento da Igreja Católica sobre a “verdadeira educação”, a fim de compreender o intuito dessa instituição em se manter interferindo na educação, mesmo que agora seja responsabilidade do Estado.

Assim, entende-se a aliança do Clero com o Estado, como parte do livro *Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores* (1934) de Maria Lacerda de Moura, em que o Estado autoritário tem uma estratégia disciplinar e de expansão geográfica para todo o país, no caso específico estudado no livro acima citado, a estrutura para educação do governo de Benito Mussolini. Em seguida, a ideia é correlacionar com a educação do governo de Getúlio Vargas, proporcionando o pensamento-base para aprofundar-se na estrutura do Ministério da Educação do governo e a interferência dos então intelectuais católicos brasileiros.

⁵⁵ Na década de 1930, existiam outros governos autoritários que poderiam servir de exemplo e estudo, como o governo de António de Oliveira Salazar, em Portugal, de Adolf Hitler, na Alemanha, ou Francisco Franco Bahamonde, na Espanha. Nesta pesquisa, debruça-se nos governos Getúlio Vargas, no Brasil, e de Benito Mussolini, na Itália, por serem estes os governos acerca dos quais Maria Lacerda de Moura escreve, utilizando-os como exemplo explicativo do seu pensamento.

3.1 O clero romano e a educação laica

O livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, de Maria Lacerda de Moura, teve a sua primeira edição em 1934, pela Editorial Paulista de São Paulo. Ela pode ser encontrada em formato digital com a diagramação feita pela Barricada Libertária, em 2012. A edição original está no Centro de Documentação e Memória da Unesp: para aquisição, o preço não é acessível. Mas é possível adquirir a segunda edição do livro, feita pelo Centro de Cultura Social de São Paulo, em 2021, por um valor bem acessível. Outra opção é acessar em formato digital da Barricada Literária (2012),⁵⁶ no próprio *site* deles ou de outros grupos *on-line*⁵⁷.

A capa da primeira edição é simples, conforme vê-se na figura 5, com o fundo maior em cor branca, estando escrito na parte de cima o nome da autora, no meio o nome do livro e, embaixo, o ano e cidade, tudo na cor preta. Na lateral esquerda, cinco faixas verticais, uma maior da cor vinho, duas pretas e brancas intercaladas.

Figura 5: *O clero romano e a educação laica* – edição primeira



Fonte: Barricada Literária, 2012.

⁵⁶ Disponível em: <https://anarkio.net/index.php/ferer-o-clero-romano-e-a-educacao-laica/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura-maria/1934/mes/91.pdf>, <https://doceru.com/doc/xv8s1> e <https://we.riseup.net/anarkialibraro/ferrer>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Na primeira edição do livro, conforme é possível ver na figura 6, antes de começar o texto em si, há uma página com algumas obras já publicadas, outras que estão no prelo⁵⁸ e outras a sair. Infelizmente ainda não foi possível ter acesso a esses livros. O livro não tem sumário, índice ou dedicatória.

Figura 6 – Obras da autora

DA AUTORA

“A mulher é uma Degenerada” – 3.ª edição – 1931
 Lições de Pedagogia (volume 1) – 1925 -
 Religião do Amor e da Beleza - 1925- esgotado
 La mujer es una degenerado? – 1929 – Edição de Buenos Aires
 De Amundsen a Del Prete – 1928.
 O clero e Estado – Confidência – 1931.
 Civilização – tronco de escravos – 1931
 Serviço militar obrigatório para mulher? – Recuso-me. Denuncio – 1932
 Amai e... não vos multipliqueis – 1932
 Han Ryner e o Amor Plural – 1933.

NO PRÉLO:

Gandhi.
 No País dos Homens Livres (tradução de Les Pacifiques, de Han Ryner.
 Quero aprender a ler, Mamãe. Cartilha escolar aprovado pela Diretoria do
 Ensino de São Paulo.

A SAIR:

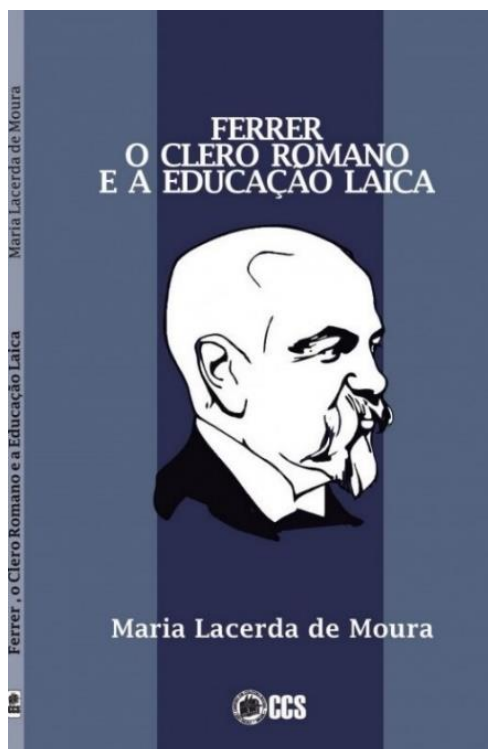
Guerra à Guerra!
 Psicologia Pedagogia – 1.º e 2.º volumes de Pedagogia.
 O Problema do Amor visto pela Mulher: George Sand, Isadora Duncan,
 Alexandra kollontai, Federica Montseny.

Fonte: Barricada Literária, 2012

Na parte interna do livro, da edição da Barricada Literária, depois da capa, tem-se uma página com citações de Maria Lacerda de Moura, de parte do livro, outra página com os nomes da autora, do livro e dos digitalizadores, mantendo-se a página com os nomes dos livros a publicar e a sair, como na edição original. Essas informações se encontram na página 4 dessa diagramação, na cópia na internet; na página seguinte, têm-se as informações da Barricada Literária, da edição do livro, iniciando-se o texto e, através da leitura, percebe-se que a atualização gramatical também foi feita.

⁵⁸ “Prelo” significa máquina de impressão tipográfica, prensa. No prelo, quer dizer que o livro se encontra na tipografia, prestes a ser publicado (Dicio, 2023).

Figura 7 – *O clero romano e a educação laica* – segunda edição



Fonte: Centro Cultural Social, 2021c

A capa do livro acima é da sua 2ª edição, feita pelo Centro de Cultura Social e publicada em 2021, com fundo azul escuro, com o nome do livro na parte de cima, o nome da autora na parte de baixo, ambos escritos em branco e, no meio, um busto de Francisco Ferrer y Guardia em branco e preto.

A organização interna dessa 2ª edição tem, na primeira página, o nome do livro; na segunda, o nome da autora, do livro, da cidade, ano e editores, respectivamente; atrás dessa página, a ficha catalográfica, organizada pela historiadora e bibliotecária Lúcia Silva Parra, a qual também faz o texto de apresentação da autora, intitulado “Maria Lacerda educadora” (p. 9-20). Antes da apresentação, tem-se o sumário, o qual indica esta última e o texto corrido da própria autora (p. 23-77), com as devidas atualizações gramaticais.

No livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, de 1934, Maria Lacerda faz sua homenagem a um dos maiores articuladores da Escola Moderna⁵⁹, Francisco Ferrer y Guardia (Silva, 2013). Apresenta Ferrer como um educador revolucionário e pacífico, fatos que serão focalizados logo abaixo, no texto.

59 “A Escola Moderna foi fundada em Barcelona em 1901 – Maio. Em fevereiro de 1908 havia 50 escolas racionalistas em alguns países da Europa, entre eles Suíça e Holanda. Só em Barcelona havia dez. O professor Samuel Torner, enquanto Ferrer era prisioneiro, fundou a escola de Valência, uma das mais importantes, a Nueva Humanidad” (Moura, 2015, p. 286).

Na segunda edição do livro, conforme destacado, tem-se a apresentação de Maria Lacerda de Moura feita pela historiadora Lucia Parra, contando o quanto a autora circulou entre vários espaços na educação, discussão política e militância, dentro e fora dos meios anarquistas, proferindo conferências em muitas cidades. Afirma a importância da publicação desse livro, mesmo muitos anos após a morte de Ferrer, considerando a popularidade de Maria Lacerda naquela época, entre os trabalhadores, fato importante que contribuiu para o conhecimento desse educador catalão, o qual foi o idealizador de uma das vertentes da Educação Nova ou Educação Racionalista. Realça a historiadora Lucia Parra:

Para a autora, Ferrer y Guardia é propositalmente ocultado entre os educadores e não é reconhecido entre os escolonovistas por representar uma ameaça, mas afirma que ele foi um “criador da Escola Nova”. O conhecimento sobre a pedagógica de Ferrer com a Escola Moderna de Barcelona circula de fato entre os anarquistas e trabalhadores interessados em educação popular, mas não entre os professores formados nas Escolas Normais e não é reconhecido entre os escolonovistas. Atualmente ainda são raros os cursos de pedagogia, licenciaturas ou manuais de história da educação que mencionam Francisco Ferrer ou da pedagogia racionalista (Parra, 2021, p. 15).

Na verdade, é algo que não é uma particularidade referente a Maria Lacerda de Moura ou a Francisco Ferrer y Guardia, mas se estende ao anarquismo, suas lutas, escritos, artes e aos seus militantes e escritores como um todo. Esse movimento, como enfatiza a professora Dóris Accioly e Silva (2010), é indissociável da luta revolucionária internacional, desde as primeiras décadas do século XIX até os anos de 1970: “A trama do olvido e a insurgência da memória são fenômenos que integram as relações de poder na busca de banir o oponente, o outro, gerado pelas contradições sociais” (Silva, 2010, p. 116).

Assim como Lucia Parra e Dóris Accioly, outros autores, como Paulo Marques e Rodrigo Rosa da Silva, também ressaltam os anarquistas e a educação:

Em tempos de discursos sobre “educação integral” e da necessidade de novas metodologias pedagógicas baseadas no “aprender a aprender” e na “interdisciplinaridade” é de se espantar como nos meios acadêmicos ocorre uma seletividade, quer seja ela premeditada, quer seja pura falta de rigor científico, sobre quem foram os pioneiros dessas propostas. Nos referimos à ainda persistente omissão da contribuição dos anarquistas no campo da educação (Marques; Silva, 2015, p. 9).

Esse fato, segundo Maria Lacerda de Moura, ocorre, no caso específico de Ferrer, por ele ser um educador indesejável pela sociedade burguesa e o Estado⁶⁰, pois a luta de classes é

⁶⁰ “[...] filho das organizações sociais, defendido, protegido, mantido pelas quatro castas da civilização moderna – o capitalista, o militar, o sacerdote e o político – dos quais, os capitalistas e o padre exercem predomínio absoluto,

um crime imperdoável para um desertor da burguesia. Desertor, pois, para Ferrer, todos são humanos, sem distinção de classe, de modo que ele sentiu, então, a *dor universal* (Moura, 2021c, p. 35), passando a defender a individualidade da criança e a libertação humana: esses foram os crimes de Ferrer, os quais a sociedade não perdoa:

Ferrer é o filho espúrio da moral social. Porque, defender os interesses do proletariado ou pretender colocar em igualdade de condições sociais, em igualdade de direitos com a burguesia, é quase ofensa aos brios invertidos das classes parasitárias, as quais vivem á custa do trabalhador, certas de que gozam de um direito divino... (Moura, 2021c, p. 36).

A autora, para exemplificar com maior embasamento o seu pensamento, utiliza-se de quatro páginas do livro para apresentar a diferença conceitual entre Ferrer e Émile Durkheim⁶¹ (1858-1917), o qual, para ela, defende a educação como socialização da criança, dando ao cidadão uma comunidade de ideias e sentimentos, isto é, a socialização das massas.

É lamentável simplesmente. E Durkheim não observa apenas o fato geral de cada sociedade ou cada Estado se aproveitar da sua autoridade para fazer a criança instrumento das ambições políticas ou sociais, Durkheim aplaude e acoroça essa atitude. Defende a sociologia burguesa dos acomodados... (Moura, 2021c, p. 37-38).

A individualização fica para os “[...] escol... Parasitários. São os super-homens, os super-elefantes da cultura e dos privilégios” (Moura, 2021c, p. 38). Segundo ela, Durkheim não compreende uma educação antissocial. Explica que o autor prestou grande auxílio, porque, através da sua lógica, ela pode perceber “[...] que todo o ensino contrário ao Estado é antissocial. Claro! O Estado é o filho dileto da sociedade...” (Moura, 2021c, p. 38-39).

Ser contra esse Estado e suas escolas é um dever dos revolucionários; como Ferrer e outras anarquistas escreveram, esse Estado é o responsável pela ignorância humana, devendo-se buscar a independência intelectual e a sociedade, como mãe do Estado, teme esse tipo de

movendo os cordéis do imenso guignol social, o Estado obedece e acata as deliberações e a atitude farisaica da Igreja Romana – a mais admiravelmente organizada de todas as organizações sociais do mundo hodierno” (Moura, 2021c, p. 36).

⁶¹ “David Émile Durkheim (1858-1917) foi um sociólogo francês cujo legado liga-se tanto à consolidação da sociologia como disciplina científica quanto à formação de uma escola de pensamento fundada nos conceitos de fato social, de representações coletivas, de função, integração, regulação e anomia, entre outros. Sua teoria da religião, que tem como ponto de partida o totemismo australiano e como mola mestra a oposição entre sagrado e profano, teve muita importância para a antropologia do século XX” (Moisés, 2022, p. 1).

educação e educadores. Durkheim critica Basedow⁶², Pestalozzi⁶³ e Froebel,⁶⁴ os quais tinham em seus postulados o respeito à liberdade interior.

Sim, porque Durkheim prega uma educação fascista na qual o Estado, a serviço de um ditador qualquer, decreta a escola-comunidade e prepara a juventude na selvageria e na brutalidade para o assalto ao poder [...] Durkheim aproxima-se tanto do fascismo como do bolchevismo na sua doutrina a sociologia – para a socialização ou do coletivismo até mesmo na consciência... na defesa da sociedade formada pelo mais forte grupo que souber defender [...] A sua pedagogia se presta a todos os partidos... É a pedagogia de vencer pela força bruta... (Moura, 2021c, p. 41).

As afirmações da autora, reproduzidas acima e feitas em 1934, saltam aos olhos, diante de sua leitura crítica e profunda sobre a educação, denunciando uma educação autoritária, que serve a um propósito específico de um grupo específico, que não está preocupado com a libertação humana e a formação de consciências críticas e pensantes. Um grupo quer o poder e, para isso, precisa de uma educação que domine a mente das massas.

Segundo Lacerda, Durkheim pensa que a educação deve realizar o homem da sociedade e não da natureza. A autora critica duramente essa afirmação do sociólogo, feita em seu livro *Educação e Sociologia*, traduzido por Lourenço Filho:

É simplesmente monstruoso afastar o homem da natureza e a natureza não se deixa enganar. Estamos justamente, no caos da civilização contra a natureza, pagando erros da lei de causa e efeito. Justamente, todo educador que se presa, todo homem que vê e sente a degradação do nosso regime social – deve sonhar uma educação puramente antissocial em defesa da integridade da consciência livre (Moura, 2021c, p. 42).

⁶² “Johann Bernhard Basedow, (nascido em 11 de setembro de 1724, Hamburgo [Alemanha] - falecido em 25 de julho de 1790, Magdeburg , Brandemburgo), influente reformador educacional alemão que defendeu o uso de métodos de ensino realistas e a introdução do estudo da natureza, educação física , e treinamento manual nas escolas. Ele também pediu o fim do castigo físico e a memorização mecânica na aprendizagem de línguas” (Brittanica, 2023).

⁶³ Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), reformador educacional suíço. “Pestalozzi esteve envolvido com crianças advindas de classes com baixos recursos financeiros. Dedicou muitos anos dos seus estudos às crianças mais pobres e a maioria de suas práticas pedagógicas foi voltada a esse público. Com essa experiência, Pestalozzi desenvolveu concepções de educação, aprendizagem e do papel do educador nesse processo. Ele foi um dos pioneiros em perceber a criança em sua individualidade, a respeitar as nuances da infância e pensar na maneira como a criança aprende. Compreendia que a aprendizagem era tarefa complexa que dependia de fatores internos – psicológicos – da criança” (Adorno; Miguel, 2020, p. 2).

⁶⁴ Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852), educador alemão e reformador educacional (século XIX), foi o fundador do jardim de infância. “Sua contribuição mais importante para a teoria educacional foi sua crença na ‘autoatividade’ e no brincar como fatores essenciais na educação infantil. O papel do professor não era treinar ou doutrinar as crianças, mas sim encorajar a sua auto-expressão através de brincadeiras, tanto individualmente como em atividades de grupo. Froebel criou círculos, esferas e outros brinquedos – aos quais ele se referiu como ‘presentes’ ou ‘ocupações’ – que foram concebidos para estimular a aprendizagem através de atividades lúdicas acompanhadas de canções e música” (Britannica, 2023).

Assim como Maria Lacerda de Moura escreve nesse livro, infelizmente não foi possível, no esforço desta Tese, aprofundar o pensamento e os escritos do sociólogo Émile Durkheim. O pensador, que tratou, dentre tantas temáticas, sobre a sociedade, sua divisão do trabalho e educação, defendia que a falta de uma organização, uma moral, limites a serem respeitados e de uma autoridade são responsáveis pela desordem social. Segundo Munakata (1984), esse pensamento é a base do corporativismo que adentrou no Brasil, já no governo provisório de Getúlio Vargas, em 1930. Redefine-se o lugar da luta de classes, que não são mais os interesses conflitantes entre o proletariado e a burguesia, mas a falta de leis trabalhistas.

Nesse livro, Lacerda expõe as ideias de Ferrer, sem se eximir das críticas a elas, uma característica marcante nos seus escritos. Apresenta-o como um apóstolo da não violência, pois, para ele, a “[...] violência é a razão da ignorância” (Moura, 2021c, p. 23). Um educador revolucionário, o qual coloca a educação como o mote de transformação da realidade social; organizado, a ponto de abrir uma editora para publicar os livros didáticos escritos por cientistas renomados, em suas respectivas temáticas. Defensor de uma escola racionalista, para além de laica, livre, seja da dominação da Igreja, seja da dominação do Estado, porque, em suas próprias palavras:

Deus foi substituído pelo Estado; a virtude cristã, pelo dever cívico; a religião pelo patriotismo; a submissão e a obediência ao rei, ao aristocrata e ao clero, pelo acatamento ao funcionário, ao proprietário e ao patrão (Ferrer, 2010, p. 38).

Essa citação de Ferrer, Maria Lacerda de Moura a utiliza no seu livro em homenagem ao educador, a qual se encontra na edição do Centro de Cultura Social, de 2021, na página 45, mostrando a compreensão que o autor tinha do predomínio do poder sobre a população. Ele acreditava na razão e na ciência, de sorte que, pelo ensino racionalista científico, existiriam seres humanos advindos de uma sociedade livremente organizada. Justamente nessa afirmação se encontra o engano de Ferrer, para Maria Lacerda de Moura. “Neste trecho está contida toda a ingenuidade santa do apóstolo e do precursor” (Moura, 2021c, p. 49).

A Escola Moderna pretende combater quantos prejuízos dificultem a emancipação total do indivíduo, e, para isso, adora o racionalismo humanitário que consiste em inculcar na infância o afã de conhecer a origem de todas as injustiças sociais para que, reconhecendo-as por si mesma, possa logo combatê-las e se lhes opor. O ensino racionalista e científico da Escola Moderna há de abarcar, como se vê, o estado de quanto seja favorável à liberdade do indivíduo e à harmonia

da coletividade, mediante um regime de paz, amor e bem estar para todos, sem distinção de classes nem de sexos (Ferrer *apud* Moura, 2021c, p. 48-49).

Nesse escrito de Ferrer, usado por Maria Lacerda de Moura, na obra em exame, é possível compreender o entendimento desse educador sobre o quanto a Escola Moderna, através do racionalismo científico, pode contribuir para a educação de indivíduos que, além de livres, também compreendam as injustiças sociais e a importância da harmonia coletiva. É justamente nesse ideal que se encontra, para Lacerda, a inocência de Ferrer em defender a ciência pura, sem tecer uma crítica ao uso que os seres humanos podem fazer dela. Destaca Maria Lacerda, nesse livro sobre Ferrer, escrito em 1934:

A ciência é o *Moloch*⁶⁵ moderno.
A civilização do bezerro de ouro vai morrer de apoplexia científica. As guerras de hoje obedecem a uma técnica absolutamente científica.
E duas ou três mais que se repitam, dirigidas como foi a última, pelos sábios dos laboratórios de química, física, bacteriologia – não ficará do gênero humano senão ruínas e escombros, destroços e esqueletos de máquinas e de homens (Moura, 2021c, p. 49).

No entendimento de Lacerda, nossa civilização vai morrer de hemorragia interna, por intermédio do uso indevido das inovações científicas. Se tivermos mais algumas guerras mundiais unidas aos conhecimentos científicos, como foi a última⁶⁶ guerra, não sobrá nada dos seres humanos. Por isso, chama a ciência de *Moloch*, deus ao qual os fiéis entregam suas crianças, para sacrifício em seu nome.

Diferentemente de Lacerda, Ferrer não viu os acontecimentos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais e as atrocidades acometidas contra os seres humanos, utilizando-se da tecnologia e da ciência. Mas percebeu que aos governos e autoridades políticas não interessava a educação do povo, inclusive estes se esforçavam em desenvolver a ignorância e, através da religião, transformar a população em um rebanho domesticado, podendo assim exercer o poder e a autoridade. Quando muito, por exemplo, na educação da indústria e comércio, prepara-os para a concorrência. E, assim, conclui Maria Lacerda:

Daí o desequilíbrio das sociedades modernas – o espírito de autoridade dos dominadores – contra o anseio de liberdade das massas populares oprimidas,

⁶⁵ Uma divindade cananeia associada, em fontes bíblicas, com a prática do sacrifício de crianças. O nome deriva da combinação das consoantes do hebraico *melech* (“rei”) com as vogais de *boshet* (“vergonha”), sendo este último frequentemente usado no Antigo Testamento como um nome variante para o deus popular Baal (“Senhor”). (Britannica, 2022).

⁶⁶ Em 1934, ano de publicação do livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, foi o intervalo entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1938-1945), mas de plena ascensão dos governos totalitários.

de um lado dirigidas pelas consciências livres ou enganadas pelo tartufismo⁶⁷ farisaico⁶⁸ dos políticos profissionais – à cata de posições espetaculosas no cenário do mandonismo, conseguidas à custa de ludibriar as massas com a demagogia da oratória retumbante de palavras e vazia de sinceridade.

E como contra choque, a necessidade econômica e a conquista de mercados a exigir de cada país a formação de um exército inteligente de operários para suplantarem a produção e a indústria das outras nações.

Do choque entre a necessidade absoluta da autoridade política para a manutenção do Estado e da necessidade de formação de um proletariado capaz de produzir inteligentemente – surgir a crise moderna e o nacionalismo absolutista.

É esse choque terrível que fará ruir a civilização do bezerro de ouro.

Não se pode conceber proletariado inteligente, consciente e escravizado. São duas coisas que se chocam.

Daí a reação tremenda dos tempos modernos: de uma parte o fascismo com todos os horrores da perversidade organizada, a deitar as garras por sobre o gênero humano, dentro do espírito medieval, buscando impor de novo os Autos da Fé e a Santa Inquisição – para maior glória da Autoridade e da Igreja. De outra parte as reivindicações proletárias eivadas de excessos racionalistas para opor um dique à credulidade, à ignorância e à superstição (Moura, 2021c, p. 50-51).

Essa é a leitura de Lacerda sobre a realidade, sua lucidez perante os acontecimentos e daquilo que ela acreditava como educação. A sociedade moderna entra em um impasse, porque a população precisa de educação, tanto por parte do povo, que a exige, como para o desenvolvimento do capital, que precisa de trabalhadores inteligentes para a produção. Muito mais forte o segundo motivo, pois a economia precisa de uma horda de trabalhadores com inteligência suficiente para as tecnologias que adentram ao mercado. Mas, como dominar e controlar uma população inteligente e pensante? Como manter o poder do Estado? Nesse impasse é que se encontra o choque da modernidade ao qual Maria Lacerda se refere.

O autoritarismo se apresenta como a solução moderna para esse impasse, utilizando-se do orgulho patriótico ou nacionalismo absolutista, nas palavras da nossa autora. É da incongruência do fato de que não é possível um proletariado inteligente que aceite ser escravizado que advém a nova norma social fascista, a qual tem na estrutura de domesticação humana da Igreja os discursos da salvação necessários para dominação cega e apaixonada de toda uma nação.

Nesse contexto, a educação se torna o grande instrumento de modulação e credulidade necessários tanto para Igreja, que já a adota há muitos anos, como do autoritarismo moderno.

⁶⁷ Aquele que é hipócrita; indivíduo que dissimula ou engana (Dicio, 2022).

⁶⁸ Farisaico [Religião] Membro de um grupo de judeus que obedecia a leis religiosas rígidas, viveram durante o século II a.C., não mantinham relações com os não crentes ou com os judeus estranhos ao seu próprio grupo, e foram considerados hipócritas e formalistas pelos evangélicos. [Figurado] Pessoa que busca transparecer uma piedade, honestidade ou caridade que não possui; falso, mentiroso. [Adjetivo] Que finge ser honesto, caridoso, piedoso; falso, mentiroso, fingido (Dicio, 2023).

Em outras obras de Maria Lacerda de Moura, como no seu segundo livro, publicado em 1919 e reeditado em 2015, *Renovação*, dedicado a todas as mulheres, entre outros assuntos, ela argumenta sobre a importância da educação para a libertação não só da mulher, mas do ser humano. Escreve que um povo com acesso à educação consegue cada vez mais ter a percepção do grau de exploração ao qual é imposto pelos “dominadores”.

Por conseguinte, como o Estado pode dominar um povo inteligente?

Por meio de um governo autoritário. Desses extremos, temos a reação dos tempos modernos, como também as reivindicações proletárias, contra as credices ignorantes de um nacionalismo absolutista, perverso, utilizando-se do patriotismo e da autoridade da Igreja para dominar.

No entendimento de Maria Lacerda de Moura, o educador Ferrer y Guardia acreditava no poder da educação em diminuir a violência, cujo valor estava no desenvolvimento físico, moral e intelectual. Admite que ele não compreendeu toda a complexidade do problema, mas identificou algumas de suas faces:

Afastar de junto da criança quaisquer paixões partidárias, as quais despertem o ódio, o sectarismo pró ou contra o exclusivismo, o espírito de autoridade e a violência - esse é o caráter da Escola Moderna e que não tem sido realmente compreendido pelos revolucionários extremados (Moura, 2021c, p. 53).

Explica que a Escola Moderna, cunhada por Ferrer, vai além do ensino laico e neutro, para uma metafísica livre das religiões e dos dogmas, e que a ciência não pode explicar tudo, isto é, um “[...] preconceito do saber absoluto” (Moura, 2021c, p. 56). As mentes curiosas não se satisfazem com as respostas já existentes e, segundo a autora, não podemos saber de tudo, isso é muito extremista e determinista. Pensar que sabemos tudo e que tudo já tem uma resposta certa nos coloca em uma posição, além de narcísica, de não poder fazer críticas e pensar em outras possibilidades de entendimento sobre algum assunto específico. Importante lembrar que não são pensamentos oriundos de ideias e crenças sem lógica nem pesquisas, todavia, por meio delas.

Os revolucionários extremados não compreendem, segundo Lacerda, o propósito da Escola Moderna de Ferrer. Tomemos como exemplo, novamente, algo que a autora já havia citado, em seu livro *Renovação*, de 1919: uma passagem interessante sobre Ferrer, durante a formação, em 1901, dos profissionais que trabalhariam na Escola Moderna. Quem ficou como

diretora foi Clemence Jacquet⁶⁹, porém, anteriormente, ele havia convidado Henriette Meyer⁷⁰, a qual não aceitou, porque estava de partida para Paris, a fim de lutar contra a pena de morte. Diante disso, Ferrer escreveu para ela, dizendo:

Para transformar a maneira de ser da humanidade não compreendo que haja coisa mais urgente que o estabelecimento dum systema de educação, tal como concebemos, o qual dando frutos facilitará o progresso e tornará a conquista de toda a ideia generosa muito mais facil. Eis porque me parece que trabalhar agora pela abolição da pena de morte e para a *Greve Geral*, sem saber como havemos de educar os nossos filhos é começar pelo fim e perder tempo. (Ferrer *apud* Moura, 2015, p. 284 – 285).

Essa era a ideia de Ferrer sobre a importância da educação; para ele, assim como para Maria Lacerda de Moura, a educação racionalista era o princípio de uma revolução que não tardaria. Outros expoentes do anarquismo mundial que fundaram suas escolas também compreendiam a educação como algo primordial para transformação social, como Léon Tólstoi⁷¹ (1828 – 1910), na Escola Iasnaia Poliana⁷², Sebastian Faure⁷³ (1858 – 1942), na Escola A Colmeia,⁷⁴ no âmbito internacional, e João Penteado⁷⁵ (1876-1965), na Escola Moderna nº 1, no âmbito nacional (Barbosa, 2021).

⁶⁹ Professora francesa, foi diretora da Escola Moderna em Barcelona, desde sua fundação, em 1901, até 1904. Foi ela quem escreveu um dos primeiros estudos para a Escola, intitulado *Compêndio de história universal*, em três volumes, em uma perspectiva anarquista (Silva, 2013).

⁷⁰ Meyer, família de livreiros alemães, cujo membro mais conhecido é Joseph (1796-1856). Em 1826, fundou uma editora que se tornou conhecida por ter publicado a *Enciclopédia Meyer* (1840-1852) (Meyer, 1972, p. 4483). Não encontramos seu nome nas referências dessa enciclopédia. Lacerda a apresenta assim: “A professora Henriette Meyer foi a devotadíssima secretária de Ferrer na sua obra” (Moura, 2015, p. 284).

⁷¹ “Pouco conhecido por suas práticas pedagógicas, o nome de Tólstoi se immortalizou pela escrita de obras célebres como *Anna Kariénina* e *Guerra e Paz*, tendo tomado o título desta última da obra homônima do anarquista Pierre-Joseph Proudhon, cuja influência não se limitou à literatura, afetando também a sua concepção de educação” (Terra Livre, 2021, orelha do livro).

⁷² Escola fundada em 1862 por Léon Tólstoi, na propriedade da família, a escola leva o nome da propriedade. No livro sobre ela, escreve como em um diário, apresentando a escola como um organismo vivo com seus problemas e necessidades de mudança, suprimindo a disciplina, programa e hierarquia e praticando um ensino integral, racional, misto e libertário. As crianças passam o dia aprendendo na leitura, desenho, canto, debate e convivência.

⁷³ “[...] o fundador e principal impulsionador de *A Colmeia*, iniciou sua carreira política candidatando-se ao parlamento pelo Partido Socialista em 1885, abandonando-o alguns anos depois para filiar-se ao ideal anarquista. Colaborou com textos em muitas publicações anarquistas e foi fundador dos periódicos *Le Libertaire*, junto com a Louise Michel, e *Ce qui ‘il faut dire*. Escreveu livros e proferiu conferências de propaganda libertária, idealizou a *Encyclopédie Anarchiste* na década de 1920 e foi, sem dúvida, um dos grandes militantes e teóricos do anarquismo francês” (Marques; Silva, 2015, p. 12).

⁷⁴ “Muito mais que uma ‘escola’, A Colmeia tornou-se uma cooperativa integral, auto-sustentada, na qual o saber e o conhecimento estavam intrinsecamente vinculados à prática, ou seja, à criação dos próprios meios necessários para a sua existência autônoma, principalmente em relação ao Estado ou qualquer outra instituição que a tutelasse (Marques; Silva, 2015, p. 12).

⁷⁵ João Penteado nasceu em Jaú, em agosto de 1877, numa família envolvida na estrutura de “parentela” das chefias políticas local. Filho de Joaquim de Camargo Penteado (de Tietê) e Isabel Arruda Camargo (de Jaú). No entanto, no tempo de nascimento de Penteado, seu pai já não mais participava da política e estava em declínio econômico. Assim, entre seus 10 e 14 anos, ele o ajudou no correio da cidade, entregando cartas, o que lhe possibilitou contatos com diversas personagens locais. Iniciado no espiritismo por Paulino de Oliveira Maciel, sendo autodidata, ele se tornou professor concursado no município, lecionando em Bica de Pedra (hoje Itapuú). Saiu de Jaú com seus três irmãos e sua mãe, para São Paulo, entre 1908 e 1909, onde viveu entre peregrinações de conferências anarquistas

O livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica* (1934) externa o quanto a educação é algo importante para Lacerda, que tem em Ferrer um dos maiores expoentes da educação racionalista, porque já demonstra algumas questões relacionadas à dominação da Igreja pela fé, empregando a educação como instrumento de controle, e a crítica à educação laica, que apenas substitui Deus pelo Estado. Tudo isso na década de 1930, especificamente em um Estado autoritário.

Nem Deus, nem Estado. Mas, como já citado, Lacerda demonstra que, para suprir a necessidade do Clero de dominação de corpos e mentes da população, a Igreja Católica e a política é muito pouco: é necessário adentrar à educação. Historicamente, durante muitos anos, a educação esteve sob a responsabilidade da “benevolente” Igreja. Todavia, a partir do momento em que a educação fica sobre a responsabilidade do Estado, a Igreja precisa, de alguma forma, se manter inserida dentro dos currículos educacionais, com a justificativa de que eles, o Clero, são a verdadeira educação.

Para tanto, em 1929, o Vaticano publica a Encíclica *Divini Illius Magistri*⁷⁶, que tem como intuito apresentar e ensinar a todas as pessoas tementes a Deus de que não existe uma educação moral sem a educação religiosa. Nesse sentido, faz-se necessário discorrer sobre algumas das passagens desse “manual” do Vaticano sobre qual seria a “verdadeira educação”, a fim de compreender melhor e mais profundamente seus objetivos.

3.2 *Divinis Illius Magistri*

Na Encíclica Papal de 1929, o Papa Pio XI⁷⁷, como representante de Deus na Terra, dirige a palavra aos jovens, educadores e pais, no sentido de uma advertência e direcionamento, acerca dos problemas da educação, em sua falta de princípios, indicando aplicações práticas:

e aulas na Escola Moderna nº 1 no bairro do Belenzinho, de orientação pedagógica de Francisco Ferrer y Guardia (Barbosa, 2021, p. 9).

⁷⁶ Tradução do Latim – “Seus Mestres Divinos” é Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, de sua santidade, o Papa Pio XI, de 1929, sobre a educação cristã, também conhecida como a Encíclica Papal de 1929.

⁷⁷ Ambrogio Damiano Achille Ratti (1857-1939), 259º bispo de Roma e Papa da Igreja Católica de 1922-1939. “[...] testemunhou a ascensão ao poder de Benito Mussolini, que assinou (11 de fevereiro de 1929) com ele o Tratado de Latrão, que permitiu a existência do Estado independente da Cidade do Vaticano, sobre o qual o papa governava. O papado, por sua vez, reconheceu o estabelecimento do reino da Itália e anunciou a neutralidade permanente nos conflitos militares e diplomáticos do mundo. Pio concordou ainda que um papa interviria nas relações exteriores não como chefe de um estado soberano, mas como chefe da Igreja. Ao mesmo tempo, uma concordata estabeleceu a validade do casamento religioso em Itália, proporcionou instrução religiosa obrigatória para crianças em idade escolar católica e declarou o catolicismo romano como a única religião de Estado em Itália” (Britannica, 2023).

[...] os homens criados por Deus à sua imagem e semelhança, e destinados para Ele, perfeição infinita, assim como notam a insuficiência dos bens terrestres para a verdadeira felicidade dos indivíduos e dos povos, encontrando-se hoje, mais que nunca, na abundância do progresso material hodierno, assim também sentem em si mais vivo o estímulo infundido pelo Criador na mesma natureza racional, para uma perfeição mais alta, e querem consegui-la principalmente com a educação. (Pio XI, 1929).

A citação acima elucida o intuito do documento, ao criticar aqueles que se concentram nas questões terrenas e temporais, errando em não colocar Deus em primeiro lugar. A salvação se dará através da educação e, na sua essência, não existe educação se não for cristã, que é “perfeita” e “excelente”.

Dos princípios indicados aparece, de modo semelhante, clara e manifesta, a excelência (que bem pode dizer-se insuperável) da obra da educação cristã, como aquela que tem em vista, em última análise, assegurar o Sumo Bem, Deus, às almas dos educandos, e a máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana. E isto no modo mais eficaz que é possível ao homem, isto é, cooperando com Deus para o aperfeiçoamento dos indivíduos e da sociedade, enquanto a educação imprime nos espíritos a primeira, a mais poderosa e duradoura direção na vida, segundo a sentença muito conhecida do Sábio: « o jovem mesmo ao envelhecer, não se afastará do caminho trilhado na sua juventude ». Por isso, com razão, dizia S. João Crisóstomo⁷⁸: « Que há de mais sublime do que governar os espíritos e formar os costumes dos jovens? (Pio XI, 1929).

Assume que a educação é algo social, desde que segundo os preceitos de Deus. A sociedade divide-se em três grupos distintos e unidos por Deus: família (constituída por Deus), sociedade civil (ordem natural) e Igreja (ordem sobrenatural). Esta última é superior à ordem natural.

O primeiro título da Igreja é o magistério, o segundo é a maternidade (ordem sobrenatural); “[...] esposa imaculada de Cristo, gera, nutre, educa as almas na vida divina da graça, com os seus sacramentos e o seu ensino” (Pio XI, 1929). Autodelega à Igreja a missão educativa, pois, sendo perfeita e divina, não erra, independentemente de qualquer autoridade terrena, e o seu exercício do magistério é inviolável.

E por necessária consequência a Igreja é independente de qualquer autoridade terrena, tanto na origem como no exercício da sua missão educativa, não só relativamente ao seu próprio objecto, mas também acerca dos meios necessários e convenientes para dela se desempenhar. Por isso em relação a qualquer outra disciplina, e ensino humano, que considerado em si é patrimônio de todos, indivíduos e sociedades, a Igreja tem direito independente de usar dele, e sobretudo de julgar em que possa ser favorável ou contrário à educação cristã. E isto, já porque a Igreja, como sociedade

⁷⁸ João Crisóstomo (347 – 407), arcebispo de Constantinopla, um dos patronos do cristianismo primitivo.

perfeita, tem direito aos meios para o seu fim, já porque todo o ensino, como toda a acção humana, tem necessária relação de dependência do fim ultimo do homem, e por isso não pode subtrair-se às normas da lei divina, da qual a Igreja é guarda, interprete e mestra infalível (Pio XI, 1929).

Nessa citação, fica explícita a tirania da Igreja para com a sociedade, os seres humanos e a educação, tendo a “liberdade” de decidir sobre os meios para a realização do seu sacerdócio divino. Sendo os “donos” da moral, toda e qualquer razão perpassa pelos ensinamentos de Deus, Jesus Cristo, Igreja e seu enviado na Terra, o padre.

Sobre a extensão dos direitos da Igreja está a de promover a salvação das almas, através da educação cristã (letras, ciências e artes) e vigiar toda a educação, em todo território, seja ela pública ou privada, de seus fiéis, por sua “[...] preciosa providência maternal da Igreja tutelando os seus filhos contra os graves perigos de todo o veneno doutrinal e moral” (Pio XI, 1929).

Compreende que a educação não pode pertencer ao Estado como pertence à família e a Igreja. A função da autoridade civil é dupla: a primeira é a de proteger e promover a família e o indivíduo, mas não substituir. A segunda é a de prover a educação, contudo, sem restringir a participação da Igreja na educação.

Na relação entre a Igreja e o Estado, existem dois poderes: o governamental e o eclesiástico, os dois regulados por Deus. A educação pertence ao Estado e à Igreja, de modo diverso: “[...] um para procurar o útil das coisas mortais, e outro, pelo contrário, para procurar os bens celestes e sempiternos⁷⁹” (Pio XI, 1929). Deixa-se explícito que quem nega a educação cristã negará a Cristo.

Defende as vantagens de um acordo com a Igreja e um Estado, em uma harmonia cristã, pois o cristianismo forma bons cidadãos, como deve ser no governo político. Inclusive a ciência não deve temer o “[...] pleno e perfeito mandato educativo da Igreja.” (Pio XI, 1929). Justifica, citando o Concílio do Vaticano:

A Fé e a razão não só não podem contradizer-se nunca, mas auxiliam-se mutuamente, visto que a recta razão demonstra os fundamentos da Fé, e iluminada pela sua luz, cultiva a ciência das coisas divinas, ao passo que a Fé livra e protege dos erros a razão e enriquece-a com vários conhecimentos. Por isso a Igreja está tão longe de se opor à cultura das artes e das disciplinas humanas que até a auxilia e promove, porque não ignora nem despreza as vantagens que delas provêm para a vida da humanidade e até ensina que elas, assim como provêm de Deus, Senhor das ciências, assim também, se tratadas rectamente, conduzem a Deus com a sua graça. E de nenhum modo ela proíbe que tais disciplinas, cada uma na sua esfera, usem do método e princípios próprios, mas reconhecida esta justa liberdade, provê cuidadosamente a que

⁷⁹ “Característica do que persiste, do que se mantém ou se conserva, para sempre – que é eterno [...] Qualidade do que é excessivamente velho ou antigo” (Dicio, 2023).

não caiam em erro, opondo-se aventurosamente à doutrina divina, ou ultrapassando os próprios limites, ocupem e revolucionem o campo da fé (Pio XI, 1929).

Tudo pode ser feito, desde que se siga a doutrina – é a frase que fica depois de se ler essa citação. Tal orientação é feita para todas as áreas da vida: quem não cumprir, está negando a divina providência, assim, desviando-se da ordem suprema e da verdadeira liberdade. O sujeito da educação cristã é o ser humano, corpo e espírito, unidade natural e sobrenatural, em seu estado original, decaído, mas salvo por Cristo. Mantém-se sob os efeitos do pecado original e desordenado, e, por isso, deve ser guiado, educado desde criança.

A estultícia⁸⁰ está no coração da criança e a vara da disciplina dali a expulsará. Devem-se portanto corrigir as inclinações desordenadas, excitar e ordenar as boas, desde a mais tenra infância, e sobretudo deve iluminar-se a inteligência e fortalecer-se a vontade com as verdades sobrenaturais e os auxílios da graça, sem a qual não se pode, nem dominar as inclinações perversas, nem conseguir a devida perfeição educativa da Igreja, perfeita e completamente dotada por Cristo com a divina doutrina e os Sacramentos, meios eficazes da Graça (Pio XI, 1929).

A estupidez está no coração das crianças e, com disciplina, no caso violenta, pois “a vara da disciplina” vai retirar das crianças sua tendência ruim e organizar as boas, e isso deve ser feito desde muito cedo. Todavia, a educação católica pode, na sua divina providência, salvar a todos da perversão. Assim, segundo Pio XI, na Encíclica Papal de 1929, o naturismo pedagógico que exclui a educação cristã é falso. É uma crítica aos filósofos que buscam um código moral e universal, sendo que já existe o decálogo⁸¹, “[...] esculpido por Deus no coração do homem”. Iludem, assim, seus educandos com uma pretensa liberdade, tornando-os escravos de um orgulho cego.

A Igreja e suas obras educativas, foram – como também as famílias – as primeiras instituições educacionais da história e, por isso, complementares; assim, a educação (pública ou privada) não deve contradizer essas instituições, para não se converter em obra da destruição. Uma educação neutra e laica é contrária aos princípios fundamentais da educação. Os fiéis têm um dever para com a “Ação Católica”, que é a de promover e defender a escola católica, procurando para seus filhos escolas católicas. Dessa forma,

[...] educá-los dum modo mais perfeito e mais conducente à prosperidade da nação, pois que o bom católico, precisamente em virtude da doutrina católica,

⁸⁰ Qualidade, particularidade, característica daquilo que é estulto; que demonstra estupidez ou se comporta de maneira estúpida; tolice, parvoíce (Dicio, 2023).

⁸¹ “Os dez mandamentos da lei de Deus, dados, segundo a Bíblia, a Moisés no monte Sinai” (Dicio, 2023).

é por isso mesmo o melhor cidadão, amante da sua Pátria e lealmente submisso à autoridade civil constituída em qualquer legítima forma de governo (Pio XI, 1929).

A perfeição e a bondade resumem-se à submissão, patriotismo e obediência, à Igreja e ao Estado, independentemente de sua condução ideológica. Uma escola no modelo do apóstolo, “Examinai tudo: conservai o que é bom”, é a garantia de um bom cidadão. As escolas são frutos de um bom mestre. Além de um mestre comprometido com a educação cristã, é preciso “dirigir e vigiar” os jovens, para não se inclinarem ao vício, proporcionando-lhes um bom ambiente, já que “[...] as más conversas corrompem os bons costumes” (Pio XI, 1929). O fim da educação cristã é promover a obra divina na “formação do verdadeiro e perfeito cristão”, pois

[...] a educação cristã abraça toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social, não para diminuí-la de qualquer maneira, mas para a elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e doutrina de Cristo (Pio XI, 1929).

O verdadeiro cristão não renuncia às obras terrenas, naturais, porém, ele as aperfeiçoa com a vida sobrenatural e eterna. Isso é possível ver na história do cristianismo e suas instituições, com a “história da verdadeira civilização” e “genuíno progresso dos nossos dias”:

[...] e particularmente pelos Santos de que é fecundíssima a Igreja, e só ela, os quais conseguiram em grau perfeitíssimo, o fim ou escopo da educação cristã, e enobreceram e elevaram a convivência humana em toda a espécie de bens. De facto, os Santos foram, são e serão sempre os maiores benfeitores da sociedade humana, como também os modelos mais perfeitos em todas as classes e profissões, em todos os estados e condições de vida [...] (Pio XI, 1929).

Dentre eles, Jesus Cristo é o maior dos mestres educadores, e a Igreja é “o corpo místico de Cristo” (Pio XI, 1929), sendo uma “[...] educadora soberana e perfeita” (Pio XI, 1929).

A Igreja tem como objeto a missão educativa. Sendo perfeita e divina, não erra, independentemente de qualquer autoridade terrena, e o seu exercício do magistério é inviolável. Assim, está certa em querer a educação para si. É justamente nisso que se pauta Lacerda, ao dizer que a educação religiosa é uma “apostasia da consciência”, quer dizer, uma renúncia à consciência humana. Os seres humanos, em nome de Deus, seguem suas regras, tornando-se seres humanos domesticados em nome do Senhor.

Durante séculos, foi a instituição religiosa que se responsabilizou pela educação do povo, em nome de uma boa conduta de ensinar e “civilizar” o povo. Com esse discurso falseado

de bondade, entrou nas mentes, influenciando os indivíduos em sua forma de pensar, dominando-os e retirando a sua capacidade de reflexão.

A partir do momento em que os governos formados foram tomando para si a responsabilidade da educação da população, com o passar do tempo, a Igreja foi perdendo o seu lugar na possibilidade da domesticação das mentes, começou a reivindicar o seu espaço, explicando, assim como é explicitamente apresentado na Encíclica Papal de 1929, que não há uma boa educação que não seja a religiosa.

Esse argumento deixa explícita, mais uma vez, a tirania da Igreja para com a sociedade, os seres humanos e a educação, tendo a “liberdade” de decidir sobre os meios para a realização do seu sacerdócio divino. Sendo os “donos” da moral, toda e qualquer razão perpassa pelos ensinamentos de Deus, Jesus Cristo, Igreja e seus enviados na Terra, o Papa, os cardeais, os bispos e os padres.

A Encíclica Papal de 1929 cita inclusive outros enviados de Deus na Terra, como o Papa Leão XIII⁸², ao falar da vigilância necessária, pois, segundo sua advertência, não existe saúde, honestidade e obediência sem o respeito a Deus; sem o soberano. os seres humanos serão seres doentes que perturbam os Estados.

Resumidamente, não existe vida fora da educação clerical, pois, sem ela, os jovens, que para eles não tem consciência, serão induzidos à perturbação. É justamente o contrário que Maria Lacerda de Moura defende, pois, para ela, a Igreja retira dos jovens a possibilidade de pensar por si, o livre pensamento, mas, para a Igreja, não existe liberdade fora dos ensinamentos religiosos.

Conforme Maria Lacerda de Moura, esses ensinamentos religiosos falseiam o raciocínio, porque são ensinamentos dogmáticos, baseados em crenças, os quais muitas vezes negam a razão e limitam o pensamento. Assim, tornam os seres humanos presas fáceis dos tiranos, como Benito Mussolini, sobre o qual a autora trata, no seu livro *Clero e fascismo*: horda de embrutecedores! (1934).

Ao final do livro *Clero e fascismo* – horda de embrutecedores!, tem-se outro texto, cuja primeira e segunda edição foram publicadas juntas. Chama-se *Clero e Fascismo*. Com esse texto, Maria Lacerda faz a seguinte análise:

⁸²Vincenzo Gioacchino Pecci (1810-1903), chefe da Igreja Católica Romana (1878-1903). Primou pelo “[...] princípio da soberania temporal do Papa e continuou a considerar a doutrina tradicional do Estado cristão como um ideal. Ele reagiu [...] contra a Maçonaria [...] e o liberalismo secular. Na administração eclesial, ele continuou a acentuar a centralização da autoridade no papado, e não nas igrejas nacionais [...]” (Britannica, 2023).

É tarde para a Igreja protestar contra o regime do ódio e da violência, defendendo os direitos do homem que ela nunca defendeu, pugnando pela liberdade de consciência que ela sempre espezinhou, massacrou, tripudiando-lhe por cima com os icebergs do dogma. Tanto é tarde que de novo se harmonizam e se aplaudem mutuamente. E a encíclica contra a statolatria pagã será esquecida... ou repudiada pelo papa infalível...

Pobre juventude militarizada, educada na escola da chacina, fazendo parte do bando feroz da Milícia Fascista, guiada pela astúcia e pela prepotência hipócrita e mansa do jesuitismo, da Ação Católica, deformada pelo ódio, bestializada pela violência erigida em religião e em moral.

O ensino religioso, a belicosidade do Balilla — que de crimes perpetrados contra a juventude, crimes que necessitarão de séculos de dores para serem redimidos em gerações menos desgraçadas.

Que de criminosos e degenerados está preparando "l'Italia d'oggi" no consorcio entre a educação religiosa e guerreira ao mesmo tempo. Carducci o pressentiu...

E veio Hitler! Fez em semanas, o que Mussolini fez em anos! A crueldade transformada em heroísmo! Até aonde irá tudo isso?... (Moura, 2020a, p. 143).

Nessa citação, Maria Lacerda de Moura apresenta um rico encadeamento de ideias, as quais é preciso destrinchar passo a passo e, assim, compreender o que a autora quer dizer sobre a lógica fascista, clerical, e de que forma isso interfere no entendimento sobre a educação.

No primeiro parágrafo da citação acima, a autora critica a Igreja, no seu intuito de se fazer defensora dos direitos humanos e da liberdade, frisando ser tarde para isso, pois, durante toda a sua história, ela se utilizou de seus dogmas para controlar e dominar as almas e pensamentos. Ao final desse primeiro parágrafo, transcreve a seguinte frase: “E a encíclica contra a statolatria pagã será esquecida... ou repudiada pelo papa infalível...” (Moura, 2020a, p. 143).

A palavra “statolatria” está em italiano, em português, “estatolatria”, significa uma idolatria a tudo que vem do Estado, como se ele pudesse resolver todas as problemáticas de um povo. Já a palavra pagã se refere a todas as pessoas que não receberam batismo católico e as crenças politeístas. Quando ela fala “statolatria pagã”, ela está se referindo à maçonaria.

Quanto à “encíclica contra a statolatria pagã”, a autora está se reportando à Carta Encíclica *Humanum Genus*,⁸³ do sumo pontífice Papa Leão XIII, de 1884. Nessa carta, o Papa denuncia as ideias filosóficas e concepções morais que são opostas à doutrina católica. Inicia a carta, explicando que o gênero humano está dividido entre aqueles que acreditam e servem um único Deus e os que não o fazem, os quais estão do outro lado, de Satanás (Leão XIII, 1884). Argumenta, citando Santo Agostinho:

⁸³Em latim, *Humanum Genus*, em português, Gênero Humano.

Este reino dividido Sto. Agostinho penetrantemente discerniu e descreveu ao modo de duas cidades, contrárias em suas leis porque lutando por objetivos contrários; e com sutil brevidade ele expressou a causa eficiente de cada uma nessas palavras: "Dois amores formaram duas cidades: o amor de si mesmo, atingindo até o desprezo de Deus, uma cidade terrena; e o amor de Deus, atingindo até o desprezo de si mesmo, uma cidade celestial." Em cada período do tempo uma tem estado em conflito com a outra, com uma variedade e multiplicidade de armas e de batalhas, embora nem sempre com igual ardor e assalto. Nesta época, entretanto, os *partisans* (guerrilheiros) do mal parecem estar se reunindo, e estar combatendo com veemência unida, liderados ou auxiliados por aquela sociedade fortemente organizada e difundida chamada os Maçons. Não mais fazendo qualquer segredo de seus propósitos, eles estão agora abruptamente levantando-se contra o próprio Deus. Eles estão planejando a destruição da santa Igreja publicamente e abertamente, e isso com o propósito estabelecido de despojar completamente as nações da Cristandade, se isso fosse possível, das bênçãos obtidas para nós através de Jesus Cristo nosso Salvador. Lamentando estes males, Nós somos constrangidos pela caridade que urge Nosso coração a clamar freqüentemente a Deus: "Ó Deus, eis que Teus inimigos se agitam; e os que Te odeiam levantaram as suas cabeças. Eles tramam um plano contra Teu povo, e conspiram contra Teus santos. Eles disseram: 'vinde, destruamo-nos, de modo que eles não sejam uma nação'." (Leão XIII, 1884).

Essa encíclica continua, durante todo o texto, alertando sobre os perigos dos maçônicos, acusação que, segundo Maria Lacerda de Moura, será esquecida e repudiada pela Igreja, quando assim lhe convir. Impressiona a leitura dessa encíclica, no que tange à normativa da Igreja: quem não está com ela e suas regras morais, está contra o próprio Deus, é um inimigo conspirador e, assim, pode e deve ser destruído.

Termina ressaltando que o que Mussolini construiu, em anos, na Itália, Adolf Hitler, na Alemanha, fez em semanas, pela rapidez e violência da construção de uma política de controle de corpos e mentes pela força de seus exércitos genocidas, o roubo dos objetos artísticos e a edificação de uma educação que produz seres subservientes e agradecidos pela manipulação em cima de dogmas e disciplinas heroicas.

Podemos constatar a lógica da autora, seu entendimento do quanto a educação, a Igreja Católica (instituição religiosa) e o fascismo (a ordem autoritária do momento histórico) estão imbricados com um único objetivo, dominar seu povo. Da união do governo autoritário com os dogmas religiosos elabora-se uma cultura de dominação e controle, formando corpos servis e disciplinados, através da instituição educacional.

Maria Lacerda de Moura se preocupa em como essa lógica reverbera no ensino da juventude, na constituição de uma milícia fascista que se utiliza, em sua formação, de subserviência entre a violência de dominação política controladora, autoritária e os dogmas da Igreja Católica. Um crime contra a juventude, perpetrado e executado pela Obra Nacional

Balilla, esses criminosos, a formação de degenerados em que está sendo construída a “Itália de hoje”.

O que seria a Obra Nacional Balilla, construída para a educação dos jovens, na Itália fascista de Benito Mussolini, o qual, segundo a autora estava aliada à Igreja Católica, pensando a educação do povo italiano?

3.3 Obra Nacional Balilla

No livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, Maria Lacerda de Moura faz uma crítica ao fascismo da Itália de Mussolini. Nesta Tese, destaca-se a temática da educação. Nesse enfoque, encontraram-se citações importantes que exemplificam o que a autora pensa sobre a temática educacional. Apresenta-se aqui uma parte dessas citações, as quais se encontram no capítulo da autora sobre as milícias fascistas.

A organização e a educação fascistas não se propõem somente assegurar a solidez do regime; o seu fim é fazer do cidadão ligado ao Estado, um soldado Impregnado de espírito militar, dedicado ao exercito como à pátria. "O espírito militar", escrevia recentemente o sr. Rocco, ministro de Justiça⁸⁴, “propaga-se de novo na Itália e penetra através da mocidade fascista em todas as classes do nosso povo". Para consegui-lo, as organizações fascistas tomam as crianças desde a escola, conservam os rapazes até a sua entrada no serviço militar, enquadram-nas de novo à saída deste e conservam os homens enquanto são aptos a servir militarmente ou civicamente.

Por uma lei de 3 de Abril de 1926, a "Obra Nacional Balilla" (Balilla foi um jovem genovês que em 1746 deu o sinal de rebelião contra os austríacos), realiza obrigatoriamente a incorporação das crianças. Em 1928, as organizações católicas independentes foram dissolvidas. Em 1929, a obra Balilla foi incorporada ao Estado fascista, anexando-se-lhe a maior parte do ensino post-escolar técnico e agrícola. Essa obra depende do Ministério da Instrução Pública, e tem em cada província um "comité" provincial que centraliza tudo quanto se refere ao seu funcionamento.

As crianças são divididas em duas categorias: 01 Balillas, de 8 a 13 anos inclusive; os vanguardeiros, dos 14 aos 17 anos. Meninos e meninas formam unidades distintas, articuladas em quadros (11 crianças e um chefe), manipulas, centúrias e coortes (batalhões); 3 a 5 coortes constituem uma legião. Ha atualmente 762 legiões, algumas das quaes comportam centúrias de futuros marinheiros e futuros aviadores. Os Balillas são dirigidos por professores; os vanguardeiros por membros da milicia de segurança. O efetivo desses instrutores orça por 6.050 oficiaes e 38.500 graduados e instrutores. Além disso, 400 professores oriundos da Academia fascista de cultura física se ocupam especialmente com o ensino dos esportes? (Moura, 2020b, p. 67-68).

⁸⁴Alfredo Rocco (1875-1935), Ministro da Justiça de Benito Mussolini, jurista e professor. Escreveu, entre outros livros, *A Política Doutrinária do Fascismo* (1926). Na sua visão, o Estado fascista é soberano, por ser a sociedade juridicamente organizada.

As citações acima demonstram, de forma explícita, o projeto de educação fascista para a população e como o Estado se vale dessa educação para formar o seu exército de “embrutecedores”.

O “Sr. Rocco”, ao qual Maria Lacerda de Moura se refere, no primeiro parágrafo dessa citação, é Alfredo Rocco, professor de Direito e Ministro da Justiça do governo de Benito Mussolini. Para concretizar, de maneira efetiva, uma cultura fascista, é importante que o povo tenha uma formação desde sua tenra idade; nesse sentido, a criação da Obra Nacional Balilla vem para sanar essa lacuna.

A Obra Nacional Balilla (ONB) foi a Lei n. 2247,⁸⁵ de 3 de abril de 1926, sancionada pelo Rei da Itália, Vitório Emanuele III, e sujeita à tutela do primeiro-ministro Benito Mussolini, para a educação dos jovens, tendo ficado sob sua responsabilidade, entre os anos de 1926 e 1937. Depois, foi integrada à Gioventù Italiana del Littorio (GIL), do Partido Nacional Fascista.

Balilla é o nome dado a meninos entre 8 e 14 anos, organizados em formações paramilitares. Com efeito, esse era o apelido do jovem genovês Giovan Battista Perasso, que, segundo a lenda, iniciou a revolta de 1746 contra os Habsburgos que invadiram a cidade, na Guerra de Sucessão Austríaca.

“Obra Balilla nacional para assistência e educação física e moral da juventude” é o nome que compõe o primeiro artigo da lei sobre a educação de crianças e jovens do governo de Mussolini. Dentro da instituição, há uma separação entre os Balillas, crianças de 8 a 14 anos, e a Vanguarda, jovens de 14 a 18 anos, já pertencentes ao movimento de vanguarda que prepara os jovens para a vida militar.

A Obra Nacional Balilla podia tanto criar instituições como subsidiar as já existentes e sem recursos financeiros adequados, desde que essas se propusessem seguir as diretrizes da Obra. Em cada província, cria-se uma Comissão da Obra, que tem dever reportar-se à Obra Nacional. O texto da Lei da Obra Nacional Balilla não apresenta muitos detalhes das propostas educacionais, porém, sobre a sua forma de organização política e expansão geográfica. Aponta que a proposta educacional terá um regulamento, o qual será discutido entre “Chefe do Governo, Primeiro-Ministro, em consulta com o Ministro da Guerra, ouvindo o comandante-geral da milícia voluntária” (Itália, 1926). No seu artigo 8, apresenta uma certa ideia de conteúdo:

⁸⁵ Disponível em: <https://www.normattiva.it/atto/caricaDettaglioAtto?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1927-01-11&atto.codiceRedazionale=026U2247&tipoDettaglio=originario&qId=&tabID=0.14799288980963443&title=Atto%20originario&bloccoAggiornamentoBreadCrumb=true>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Sem prejuízo das disposições legislativas em vigor relativas à proteção e supervisão governamental de instituições públicas e privadas, também de natureza associativa, de qualquer natureza, tendo a fim de promover a educação, a educação moral e física, a introdução a uma profissão, arte ou ofício ou, em qualquer outra maneira, a educação moral e espiritual dos jovens, a Ópera Nacional pode causar as providências necessárias das autoridades competentes para que as referidas instituições informem a sua actuação em finalidade desta lei (Itália, 1926).

A Obra Nacional Balilla, na Itália, preocupava-se com a formação espiritual, ou seja, religiosa da população jovem e, ao mesmo tempo, estava ligada ao Ministério da Guerra, o qual se ocupava da formação disciplinar. Igreja Católica e fascismo, juntos pela educação, seja na Itália, seja em outros países, como o Brasil.

3.4 Reforma Educacional no Brasil

As ações contrárias aos estrangeiros tornam-se cruciais para a formação de uma nacionalidade. Nas explanações sobre o governo de Mussolini e a Obra Nacional Balilla, observa-se a formação de uma educação desde tenra infância que prime pela disciplina, educação moral e cívica para a construção da nacionalidade e de uma massa obediente. A nova aliança do governo com o Clero se dá na participação da Igreja Católica na formação da moral social, perpetrada muitas vezes de forma violenta e autoritária. Essa conjugação de forças para a construção de um poder dominante também acontece no governo de Vargas, nos debates dentro do Ministério da Educação, durante a proposta de Reforma da Educação.

O Brasil, no governo de Getúlio Vargas, tinha como Ministro da Educação o intelectual Gustavo Capanema (1900 – 1985), com a proposta de pensar um Programa Nacional de Educação para o país, com a participação de outros ministérios, entre eles, o Exército Brasileiro e o Ministério da Guerra. Além de mediar os conflitos entre os intelectuais da Educação Nova, que primavam, entre outras questões, pela laicidade do ensino e os que acreditavam que a verdadeira educação acontece quando incluída a formação religiosa.

Como descreve Maria Lacerda de Moura, a Obra Nacional Balilla propõe-se espalhar-se por todo o país, estando presente e organizada politicamente em cada uma das províncias, formando “legiões” de jovens para a vida militar e servindo ao Partido Nacional Fascista. No Brasil, o então presidente Getúlio Vargas teve esse tipo de organização como base da sua política. É possível verificar, em várias áreas do seu governo, a aproximação com o governo fascista de Mussolini, como, por exemplo, as leis trabalhistas. Tem-se essa mesma influência

no que tange à Educação e seu Ministro da Educação – Gustavo Capanema. Mas, para isso é preciso entender o contexto histórico brasileiro.

As mudanças na área de Educação, no Brasil daquela época, acompanhavam uma transformação muito mais ampla no país, chamada de “modernização conservadora” (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 19), pela inclusão de elementos da racionalidade, modernidade, em um contexto de centralização do poder, com a substituição da elite antiga por uma mais jovem:

É natural que os membros dessa nova elite, que vêem seus espaços se alargarem, se identifiquem com a virtudes do novo regime, mesmo que percebendo, e frequentemente criticando, muitas de suas limitações. Isto explica, sem dúvida, a visão contraditória que muitas vezes temos dos tempos de Capanema – tempos da arte moderna, da educação moral e cívica, da criação da Universidade do Brasil, do fechamento da Universidade do Distrito Federal, do estímulo ao ensino industrial, do predomínio da cultura clássica sobre a científica nas escolas, da organização nacional da juventude, do apoio ao rádio e ao teatro, da censura ideológica e do apoio e abertura de espaço para os intelectuais. Tempos conturbados, tempo real (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 19).

A citação acima explica bem o que foram esses tempos. Os personagens à frente do Ministério da Educação foram o advogado e professor Francisco Campos⁸⁶ (1891 – 1968), no Governo Provisório (1930 – 1934) de Getúlio Vargas, antes de assumir Gustavo Capanema⁸⁷. Francisco Campos foi mentor de Capanema. Em seu primeiro cargo como professor da Escola Normal em Pitangui - MG, Campos era secretário do Interior de Minas Gerais. Uma das funções desse cargo era cuidar da Educação, quando ele trouxe uma filosofia pedagógica inovadora, com alguns educadores europeus. Foi quando Capanema teve contato com a Reforma da Educação, tema que só irá trabalhar no Ministério.

Com a aliança Vargas e o engenheiro e governador de Minas Gerais (1930), do Partido Republicano Mineiro (PRM), Maciel Olegário (1855 – 1933), Campos vai para o Governo Federal e Capanema fica em seu lugar, no governo do estado de Minas Gerais. Mas a posição de Olegário no governo provisório não é confortável para Campos, que quer se aliar à ala mais radical e sair da oligarquia mineira (Partido Republicano Mineiro):

⁸⁶ Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), professor, advogado e político mineiro. Era a favor da modernização do país, de sua organização de leis; o seu entendimento sobre a modernização era de um Estado centralizado no poder federal, antiliberal e autoritário (Malin, 2023).

⁸⁷ Diferentemente de Francisco Campos, não é possível colocá-lo em uma única vertente de pensamento, pois ele transitava tanto com os personagens de esquerda quanto de direita. Segundo Silva (2010, p. 11), “[...] é possível tecer uma interpretação deste singular momento da história nacional no qual se destaca a atuação do ministro Capanema como articulador político”.

Isto era formulado em termos de uma ideologia que afirmava a necessidade de criar um governo forte, dotado de uma ideologia social bem definida, e que pudesse se livrar do peso morto da política oligárquica tradicional sem, no entanto, cair no que ele considerava serem as ilusões ultrapassadas da democracia liberal. Esta estratégia, ao ser traduzida para a realidade política brasileira e suas bases de sustentação em Minas Gerais, tinha duas consequências. Uma era a necessidade de enfraquecer a política tradicional do estado, e substituí-la por uma estrutura política própria, cujo principal instrumento seria a Legião de Outubro. A outra era a de envolver a Igreja Católica como fonte de inspiração ideológica e legitimação política para a nova ordem que se buscava estabelecer. A similaridade entre este projeto e os regimes fascistas e totalitários que começavam a se instalar na Europa nessa época não é, por certo, casual. Diversamente dos exemplos alemão e italiano, no entanto; o projeto de Francisco Campos buscava uma vinculação com a Igreja Católica que só seria tentada mais tarde em Portugal e, principalmente na Espanha. Além disto, e apesar da Legião de Outubro, os esforços de substituir as bases tradicionais de poder oligárquico não conseguiram chegar nunca à formas de mobilização radical que eram a marca registrada do nazi-fascismo nascente (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 36).

Francisco Campos, no intuito de substituir o poder da Primeira República, quer formar um base forte, unindo Estado e Igreja, amparo do poder autoritário. Capanema, mesmo com reticências às ideias de Campos, seguiu com o plano de derrotar o Presidente da República (1922 – 1926), o advogado Arthur Bernardes (1875 – 1955), e refazer a comissão executiva do PRM. Com o Movimento Constitucionalista de São Paulo (1932), contornado pelo “apoio mineiro”, consolida-se a cisão e se forma o Partido Progressista, que domina a Constituição de 1934.

O Manifesto da Legião de Outubro ou dos Mineiros foi assinado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari⁸⁸, focalizando os problemas do Brasil, a revolução e sua consolidação:

Defender a vitória da revolução brasileira é combater contra todos os seus inimigos, que são de três categorias: inimigos oriundos do velho regime (os governantes depostos, os aderentes hipócritas e os viciados e corruptos de toda espécie); inimigos existentes no seio da própria revolução (os revolucionários sem convicção, os revolucionários preguiçosos ou céticos e os revolucionários violentos); e inimigos de origem externa (todos os propagandistas e pregoeiros e apóstolos de doutrinas políticas exóticas e inadaptáveis à solução dos problemas brasileiros). (Manifesto da Legião de Outubro, 1931).

A ação política e a educativa permeavam as ideias da “revolução”. Ação política: apoio ao governo e à Aliança Liberal⁸⁹, além da organizar a opinião pública. Ação educativa:

⁸⁸ Amaro Lanari Júnior (1913-1999), engenheiro, administrador público, professor e empresário mineiro. Trabalhou em várias importantes siderúrgicas dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

⁸⁹ “Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930.

fortalecer o espírito de unidade nacional e as virtudes humanas. A organização social da Legião de Outubro tinha voluntários, alto grau de envolvimento, mas não da sociedade civil, pois estão próximos dos políticos e da estrutura militar.

Capanema, como secretário do Interior, controlava a polícia do estado e não ignorou o modelo estrangeiro. Trocou carta e recebeu a legislação fascista diretamente de Cerruti⁹⁰ (1931). A Legião se utiliza da autoridade governamental, a fim de convocar os líderes políticos para as suas atividades, enviando telegramas aos líderes municipais, assinados por Campos, Capanema e Lanari, dando-lhes a incumbências de organizar núcleos da Legião. As Forças Armadas publicaram um manifesto contrário, frisando, ao final: “Olegário já não delibera. Há um Rasputin⁹¹ a seu lado fazendo a desgraça de Minas” (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 40).

Dia 21 de abril de 1931 seria a grande parada da Legião, em Belo Horizonte, com uniforme (camisa e gorro cáqui), hino, tudo filmado. A Legião não perdurou, mas mexeu com a política do estado, acabou sendo a precursora do Partido Progressista, fundado por Olegário (1933), comandando a política mineira até a Constituição de 1934.

“O pacto com a Igreja”, que Campos fez, pareceu mais permanente:

A Igreja Católica deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral, sem os quais, intuía Campos, ele não conseguiria se consolidar. Não importa, aqui, a convicção religiosa pessoal de Campos, mas o papel político e instrumental que lhe percebia para a Igreja em seu projeto político (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 44)

Nessa mesma época, Capanema fazia parte de um grupo mineiro, junto com Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), líder do movimento católico, diretor do Centro D. Vital e da revista *A Ordem*. Existiam convergências e divergências entre Francisco Campos e Alceu Amoroso Lima: este concordava acerca da importância da Igreja Católica, mas discordava nas questões da ideologia fascista, pois acreditava nos princípios da filosofia racional. Para Francisco Campos, a Igreja era apenas um instrumento de mobilização política.

Em julho de 1934, Capanema assume o Ministério da Educação e Saúde, tudo indicando que foi por um acordo entre a Igreja Católica e o regime de Vargas (já proposto por Campos), o que fica evidente com a aprovação das “emendas religiosas”, na Assembleia Constituinte de

Após sua derrota nas eleições, muitos de seus integrantes aderiram à tese da insurreição armada, vitoriosa afinal com a Revolução de outubro de 1930” (Abreu, 2023).

⁹⁰ Vittorio Cerruti (1881 – 1961), diplomata italiano, embaixador no Brasil.

⁹¹ Grigori Yefimovich Rasputin (1869 – 1916), místico que se tornou influente personagem político, na Rússia do Czar Nicolau III.

1934. As divergências apareceram e se radicalizam entre o Movimento da Escola Nova e a Igreja Católica.

Com pensamentos um pouco diferentes, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo “[...] atraíram a ira da Igreja Católica, seriam chamados de comunistas” (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 53). Já Lourenço Filho foi assessor de Capanema, no Ministério, enquanto Campos não voltou à educação, “[...] assumindo mais tarde posição no governo Vargas como seu ministro de Justiça e mentor intelectual do golpe de estado de 1937” (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 53).

O decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas é recebido pela Igreja como uma primeira comprovação de que o Governo Provisório, e mais precisamente Francisco Campos, se manteria fiel aos “compromissos assumidos perante a consciência católica”. Os elogios a esta decisão indicam, no entanto, que a reivindicação da Igreja era muito mais ampla. Referiam-se ao “ensino leigo e neutro” como causa da “anarquia espiritual”. Além de reivindicar o direito do ensino religioso, a Igreja que o próprio Estado se voltasse contra o ensino neutro e a favor do ensino confessional católico (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 57).

Mas Anísio Teixeira (RJ) e Fernando de Azevedo (SP), em posições de poder após a saída de Francisco Campos do Ministério, constituem uma ameaça a esse projeto. A reforma do ensino secundário (1932), de caráter técnico-científico, fora denunciada como laicização do ensino, assim como a retirada da educação moral e cívica, o pragmatismo da Faculdade de Educação, Ciências e Letras e a economia nos cursos jurídicos.

Durante a “revolução” constitucionalista de 1932, os ataques diminuem, mas não param; os católicos continuam a denúncia ao não cumprimento do governo com a consciência católica. Na 5ª Conferência Nacional de Educação, o antagonismo entre os “defensores do laicismo integral do ensino” (Dewey) e os adeptos da “educação integral” (Católicos) só aumenta.

Vitória da Igreja Católica, na Constituinte de 1934, as propostas da Liga Eleitoral Católica passam: indissolubilidade do matrimônio, ensino religioso facultativo nas escolas públicas e assistência às classes armadas, uma vitória doutrinária. Nesse momento, Capanema assume o Ministério da Educação e Saúde. Além da Igreja, as Forças Armadas também viam na educação um caminho para o projeto nacional, inclusive um deles ligado ao fascismo europeu, tendo na união da Igreja e Forças Armadas seu objetivo principal.

O projeto educativo das Forças Armadas, a partir de 1930, cresce na política nacional, com resistência entre os pacifistas e liberais. Mas, em 1937, o governo, a Igreja e outros setores querem “[...] organizar, disciplinar e imprimir na população uma ‘mentalidade adequada’ ao

novo Estado Nacional que se queria construir (Amaral, 1940, nº 4 *apud* Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 66).

Internamente, o Brasil estava fragmentado e o Exército criava sua pedagogia, substituindo as punições por disciplinas: educação moral, cívica, religiosa, familiar e nacionalista. Essa pedagogia inspirará a educação da infância e da juventude brasileira. A base vinha das ideias de Olavo Bilac (1865 – 1918), no início do século, ator importante, não só no fortalecimento do Exército, mas também na instituição do serviço militar obrigatório. Uma escola da ordem, disciplina e coesão, com a obrigação cívica, de higiene e física, formando o cidadão-soldado.

O Exército começa a se impor sobre o interesse na educação brasileira, em 1936, questiona o porquê de não ter sido chamado para elaboração do questionário do Plano Nacional de Educação. Educação e segurança nacional começam a estar vinculadas. Nesse sentido, “[...] a ordem, a disciplina, a hierarquia e o amor pela pátria adquirem prioridade nesta proposta de ação pedagógica” (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 69).

A construção da nacionalidade, como fazer, em um país de imigrantes? A política de nacionalização encontra no Estado Novo, regime autoritário, as condições necessárias para sua operacionalização. No Brasil, temos vários grupos estrangeiros que mantêm, em seu território, a tradição cultural dos seus países de origem.

Entre o Ministério e os modernistas havia muitas tensões. O próprio Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete de Gustavo Capanema), em 1936, quando Capanema chamou Alceu Amoroso Lima ao Ministério, para fazer uma conferência sobre a educação e comunismo, Drummond não comparece e coloca o seu cargo à disposição, o qual Capanema não aceita e continuam até o final do Estado Novo, com essa ponte contraditória, às vezes fecunda, entre educação e cultura.

Em 1938, um projeto do Ministério da Justiça (Francisco Campos) tem a proposta da criação de uma Organização Nacional da Juventude (ONJ), projeto sucinto e objetivo, com regulamento técnico-disciplinar, com objetivo, estrutura organizativa, cargos, encargos e funções. Na hierarquia haveria uma Junta Suprema – pré-militar, com regulamento assinado pelos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e da Guerra, aspirantes (8 – 13 anos) e pioneiros (13 – 18 anos), cuja finalidade seria

[...] assistir e educar a mocidade, organizar para ela períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para a

economia e a defesa da nação (FGV CPDOC Arquivo Getúlio Vargas *apud* Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 124).

Em 1938, novo projeto propõe que a ONJ incorpore outras instituições, como clubes esportivos e atléticos, escoteirismo e de proteção à infância. Seria criado um Conselho Nacional, com 14 membros (1 secretário-geral) indicados pelo Presidente da República e um indicado pela Igreja Católica. O objetivo do Conselho seria implementar a Organização, no território nacional.

Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Justiça) quer inserir o Ministério da Educação e trabalhar essas questões, a partir do ensino com educação cívica, física e pré-militar, as escolas como células da Organização Nacional de Juventude. E, assim, Dutra também não permite a entrada de uma organização no Exército Nacional, pois sua visão era que a ONJ poderia enfraquecer o Exército e, assim, também o Estado e a União.

Com a mudança de organização para movimento da Juventude Brasileira, percebe-se a desmobilização do Estado Novo. Tem-se também o exemplo da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, uma ambiguidade de tratamento do governo, ora apoiando, ora reprimindo e chegando à sua dissolução em 1937, mesmo tendo o governo se aproveitado do movimento para o golpe de 1937.

Existiria uma possível associação entre AIB e ONJ, pela ligação entre Plínio Salgado, líder do movimento, a Francisco Campos, “[...] reiterando a importância daquele movimento para a consolidação da política autoritária que se implantava no Brasil” (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p.135). Em carta de Plínio Salgado (1938) para Vargas, é possível ver como se deu o pedido de apoio, através do Francisco Campos, ao golpe de 1937, sem entender as perseguições do governo à AIB.

A AIB, com toda a lógica patriótica (civismo, ordem, bandeira) e a explícita luta contra o comunismo, acabou sendo alimentada pelo governo, sendo útil para a implantação do regime autoritário que queria. Mas com a Lei de Segurança Nacional (1935), a milícia foi abolida e se criou a Secretaria de Educação Moral e Cívica (Gustavo Barroso).

O pensamento fascista de Campos era visível, todavia, para Vargas, era melhor Capanema, com uma ação mais moderada na educação, que não atrapalharia os objetivos de consolidar o novo regime. A Constituição da Nacionalidade deve basear toda a ação do Ministério da Educação, mas não um Brasil andradiano e, sim, ufânico em verde amarelo, da história dos heróis, culto à autoridade, à religião católica e à língua portuguesa uniforme, no território nacional. Era importante a padronização (modelo napoleônico) em todos os níveis de

ensino (universidade, escola secundária, técnica, livros), com currículos mínimos e fiscalização federal, além da erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais.

A política de nacionalização transforma-se em problema de segurança nacional, é uma preocupação com os grupos migratórios (italiana, alemã, japonesa e polonesa), principalmente alemães, de serem uma ameaça à “[...] consciência patriótica brasileira” (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 142) e à segurança nacional. Era necessária uma ação conjunta dos Ministérios (Guerra, Educação, Justiça e do Trabalho). A Guerra, entrar nos grupos de escoteiros, associações esportistas e imprimir o nacionalismo brasileiro e a criação de unidades nas áreas de maior influência estrangeira. A Educação, desapropriar as escolas estrangeiras, substituindo diretores e professores gradativamente, além de transformar as igrejas com espaços dentro do “espírito brasileiro”. Ao Trabalho, os sindicatos deveriam se inserir nessas áreas e transformar as “[...] agremiações operárias em sindicato nacional” (Shwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 145).

A institucionalização da violência, política de nacionalização do ensino pós-1937, foi conservadora e autoritária, com aversão à diversidade e ausência de integração nacional, com a homogeneização da cultura, costumes, língua e ideologia. Na cultura, era a exclusão dos estrangeiros, independentemente de suas ideologias, perseguindo os comunistas, nazistas e, conseqüentemente, mesmo não sendo mencionados, na maioria dos textos – os anarquistas.

Uma educação homogênea, delineada pelo governo autoritário, que privilegiava o civilismo e a subserviência moral. A aliança com a Igreja Católica é crucial para o alcance de tal objetivo, o qual tem na educação religiosa todos os dogmas necessários para uma educação servil. Os intelectuais católicos brasileiros tiveram papel fundamental na luta para a concretização dessa aliança.

3.4.1. Intelectualidade católica e a Educação

Muitos estudos já foram e continuam sendo feitos sobre a Escola Nova, no Brasil, movimento que teve início no final do século XIX, tendo como expoente John Dewey (1859 – 1952), um filósofo e pedagogo americano. Em 1882, essas ideias chegaram ao Brasil pelo então deputado Rui Barbosa (1849 – 1923). No século XX, muitos educadores aderiram a essas ideias de uma renovação da educação, chegando a assinar, em 1932, o conhecido Manifesto dos Pioneiros da Educação, os quais defendiam uma escola pública, gratuita e laica. Entre esses intelectuais que assinaram esse manifesto estavam personagens importantes para a história da educação brasileira, como o jurista, intelectual, educador e escritor Anísio Teixeira (1920 –

1971), o educador e pedagogo Lourenço Filho (1897 – 1970) e o educador, sociólogo, crítico, ensaísta e jornalista Fernando de Azevedo (1894 – 1974).

No livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital*, Maria Lacerda de Moura foca sua crítica na Igreja Católica, como instituição, e faz um resgate histórico dos seus crimes de lesa-humanidade, aos quais dedica a maior parte do livro, além de tecer críticas ao autoritarismo de Estado. Mas faz algumas citações sobre a educação, de modo que se fez uma busca mais refinada e se encontraram algumas citações em torno do conceito de educação.

Entre elas, destaca-se e apresenta-se aqui um trecho, para exemplificar de forma mais rica e objetiva o pensamento dessa autora, através dos seus próprios escritos:

A Igreja é, hoje, uma potência econômica e política, é um Estado dentro do Estado e aspira a ser o Estado único, a monarquia ditatorial e universal dentro do fascismo ou nacionalismo imperialista. Espera colher, agora, os frutos da educação de há tantos séculos. É uma força viva, ativa, dinâmica, em plena efervescência – domínio absoluto por sobre os povos, as monarquias e as repúblicas (Moura, 2018b, p. 29).

Nessa citação, apresenta-se o objetivo maior da Igreja: ser um estado único, acima de todas as formas de organização política, seja na Itália fascista de Mussolini, seja no Brasil nacionalista de Vargas. No capítulo intitulado “As origens da intolerância cristã”, cita as pretensões no discurso do crítico literário, escritor, professor, pensador e líder católico Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983), também conhecido como Tristão de Athayde, no *Jornal da Constituinte de 1934*, figura importante na discussão sobre a educação brasileira, na década de 1930 e defensor da educação religiosa:

“Cabe a São Paulo, mais que a nenhum outro Estado, velar para que as inquietações passageiras do ambiente não venham prejudicar a obra grave, lenta e delicada da confecção de uma lei básica como a que o Brasil espera dos seus novos constituintes. E essa lei precisa corresponder à estrutura social do Brasil, que tem de basear-se na família estável e sólida, na educação cristã da juventude, no espírito religioso ordeiro e bom do seu povo, etc. etc. Eis o que São Paulo, em harmonia com as grandes forças sociais e políticas de nacionalidade, vai dar ao Brasil...” (Lima *apud* Moura, 2018b, p. 84). Há 40 e tantos anos de República que o clero espreita e vigia. Dificilmente deixará escapar a oportunidade sabiamente preparada, mesmo embora a avalanche de protestos que, de toda parte do Brasil, se avoluma contra as pretensões vorazes e inquisitoriais da Igreja Romana. Cristo tornou-se “prisoneiro de Estado”... Já foi milhões de vezes crucificado. Renova-se todos os dias o seu martírio no “mistério” das missas em todo o orbe – para exploração permanente do seu nome no balcão do Vaticano. Renova-se permanentemente a tragédia do Calvário – como argamassa para solidificar, pelos séculos dos séculos, o prestígio da Igreja na imaginação popular e no subconsciente das gerações de mulheres e crianças que a Igreja amolda à educação clerical.

Admirável tato psicológico! (Moura, 2018b, p. 89).

Assim, pode-se verificar que a autora, para poder fazer suas críticas, estudou não só os escritos bíblicos como os intelectuais religiosos brasileiros, como Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). Além da sua crítica voraz a essa tríade da dominação, a instituição da Igreja Católica, o fascismo, no caso do Brasil, o autoritarismo de Estado, e o quanto se utilizam da educação para controlar e domesticar toda uma nação.

A década de 1930 é uma década de grande ebulição quanto ao debate da educação brasileira. A assinatura do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, os escritos de alguns intelectuais religiosos, como o professor, historiador e pedagogo Jonathan Serrano (1885 – 1944) e Amoroso Lima, questionando aqueles, tendo como base a Encíclica Papal de 1929, a qual aborda especificamente a educação, juntam-se ao início de um governo autoritário que tem como Ministro da Educação Gustavo Capanema (1900 – 1985).

3.4.1.1 Tristão de Athayde

A grande crítica dos intelectuais religiosos como Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), sobre a renovação da educação proposta pela Escola Nova, é o fato de retirarem do currículo escolar a educação religiosa, pois, para pensadores como Tristão de Athayde, não existe formação humana sem a educação religiosa. Athayde, em seu livro publicado em 1931, *Debates Pedagógicos*, afirma que uma educação sem religião seria o retorno à Idade Média. Conhecer melhor esse autor e sua obra torna-se relevante para ampliar a compreensão de suas críticas, inclusive por ser ele o único que a própria Maria Lacerda de Moura cita e por estar diretamente em contato com o então Ministro da Educação do presidente Getúlio Vargas, Gustavo Capanema.

Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) explica que os educadores católicos não estão dispostos a ceder “[...] os direitos do Espírito á formação da nacionalidade brasileira” (Athayde, 1931, Introd. I). Para ele, a “revolução” de outubro colocou o Brasil em disponibilidade e o século XIX foi da América protestante e do individualismo.

Continua argumentando que o modernismo agnóstico ameaçou a pedagogia e que era preciso se defender da apologia do moderno evolucionista, de sorte que todos os educadores católicos deveriam optar pela revolução espiritual brasileira e ir contra a “descaracterização yankista ou soviética” (Serrano, 1931, p. Introd. VII). Afirma que o laicismo separou a educação da instrução, pois, para ele, a educação sem religião é instrução. Critica o advogado,

professor, político e, na época Ministro da Educação do governo provisório, Francisco Campos, quanto ao conceito de Universidade:

Continuamos no mesmo laicismo pedagógico que até agora, e tudo o que o Sr. Francisco Campos disse anteriormente sobre a base “espiritual” da Universidade foi uma simples ambiguidade de termos, tão frequente na *anarchia philosophica* e *filológica* em que vivemos. Espiritual e cultural têm o mesmo sentido na terminologia do eminente ministro da Educação e o que ele queria dizer não era que a Universidade devia ter uma base “espiritual”, como quer a concepção universitária realmente *catholica*, e sim uma base mais ampla de cultura literária e artística (Athayde, 1931, p. 22).

Desnuda o termo “espiritual” do qual Francisco Campos se utiliza, ao aludir à educação, nas Universidades. No seu entendimento, Campos confunde espírito e cultura. Athayde justifica esse erro terminológico “[...] na *anarchia philosophica* e *filológica* em que vivemos”. Evidencia-se infelizmente, um erro terminológico do autor em relação ao conceito da anarquia, sendo usada, como ainda o é, historicamente, como sinônimo de confusão e desorganização.

Para Athayde, a Universidade é filha primogênita da Igreja. A Universidade é o ministro, mas a Igreja é o chefe de governo. Ela é um meio para expansão da doutrina religiosa. O laicismo tem corrompido a Universidade, através dos adeptos da “Escola Nova”, copiando a França no “tecnicismo” e os Estados Unidos com o “modernismo”. Para ele, era preciso vencer os preconceitos que querem impedir “[...] uma das mais bellas obras que o homem pode empreender sobre a terra” (Athayde, 1931, p. 20).

De acordo com Athayde, o decreto (1891) que proibiu o ensino religioso nas escolas foi o mal do Estado Liberal burguês, agnóstico, que não permite que o Estado entenda a importância de uma nacionalidade cristã. A revogação desse decreto seria um passo para reparar o erro laicista de 1891, frisando que, há 40 anos, os alunos estavam privados do ensino religioso. O autor relata o sofrimento de sua formação árida no Ginásio Nacional (1902-1909) e de sua instrução em um regime de absolutismo laicista. Aprendiam muito, mas por aprender, sem saber qualquer finalidade:

Foi um erro que pagamos bem caro. Um dos postulados de qualquer pedagogia racional é que educação e instrução constituem não duas finalidades distintas, mas dois meios indissociáveis de se atingir á mesma finalidade formadora do corpo, da intelligencia e do character dos homens (Athayde, 1931, p. 71).

Um abandono do corpo, pois não havia educação física, muito menos moral e religiosa, apenas a instrução. Conforme Athayde, sua geração viveu desordenada e perdeu a consciência do dever. O decreto de Francisco Campos e Getúlio Vargas sobre o ensino religioso nas escolas

públicas é a vitória sobre o preconceito, repulsa que, em 1924, foi a causa da queda do regime de outubro de 1930. E agora sigamos: “As leis de nada valem sem o espírito que as anima” (Athayde, 1931, p. 74).

A “revolução” de 1930, para ele, serviu para mostrar a incapacidade da Primeira República em formar cidadãos, porque, se o mal ficou limitado, foi graças ao trabalho da Igreja, nos colégios primários, ginásios de ensino secundário e escolas normais. Foram os colégios religiosos que formaram a alma feminina brasileira:

O Brasil, no que tem de melhor, ainda é filho da pedagogia cristã. E quarenta anos de laicismo pedagógico ainda não conseguiram aniquilar, de todo, o grande esforço educativo da Igreja, pelas suas ordens religiosas e pelos seus fieis leigos. “Nada, entretanto, está feito, quando tudo não está feito” dizia recentemente Mussolini, numa das suas frases felizes. E é isso o que devem pensar os catholicos, mesmo victmas de juízos injustos (Athayde, 1931, p. 135).

O decreto de 30 de abril de 1931 pôs fim à laicidade da educação pública, mas os “inimigos” já começam a levantar suas vozes. Os positivistas, responsáveis pelo laicismo de 1891 e destruição da educação espiritual pública, queriam continuar com o “dissidio mortal” (Athayde, 1931, p. 89). Os liberais, dizendo que ensino religioso, num país de imigrantes, pode acabar com a paz conquistada. Isso, segundo Athayde, é falso:

Ninguém nega que isso seja um mal e por isso mesmo o esforço imemorial da Igreja Catholica é procurar a paz entre os homens, a harmonia entre as nações. Mas a paz e a harmonia não estão “além do bem e do mal”. A paz da virtude, a harmonia da verdade – é o que Christo veio trazer ao mundo e o que a Sua Igreja perpetua. O milagre da unidade catholica, em meio da diversidade crescente do mundo que nos rodeia, é uma das grandes provas da origem divina da Igreja. Somos trezentos milhões de seres humaos que aceitamos o mesmo Deus, a mesma fé, o mesmo dogma, a mesma disciplina. E as nações que amam a ordem e a harmonia só podem aspirar a possuir, entre os lações que mais fundamente as reúnem, esse laço espiritual que há dois mil anos faz da Igreja Catholica o maior milagre da história (Athayde, 1931, p. 91).

Para o líder católico, o momento era de luta, precisavam melhorar o decreto, colocar em prática e convencer a negação cristã. Mostrar ao estado liberal e burguês a religião da nacionalidade e o direito dos católicos, sem os ressentimentos pessoais e que entrassem na pedagogia, porque “[...] está em nossas mãos converter em um triumpho decisivo para a causa do Brasil e da Igreja de Christo” (Athayde, 1931, p. 95).

Na visão de Athayde, o movimento contra as religiões nas escolas foi de ignorância, má fé e sofisma:

[...] essa reação anti-catholica tem revelado não é de molde a tranquillizar-nos sobre o futuro da nossa pátria. A leviandade das opiniões, o ódio mal contido contra a Igreja, a falta de cultura, a anarchia dos espíritos – tudo isso tem vindo á tona numa verdadeira emulação de teratologias... (Athayde, 1931, p. 107).

Uma oposição infundada, já que, para ele, as duas pedagogias (católica e ativa) se complementam, segundo Dewey – educação física, intelectual, social, moral e religiosa. A educação intelectual subordinada à moral. A religião católica é, por sua essência, uma prática, ativa:

O catecismo é, portanto, uma escola de pratica, de actividade, de realização. A religião, tal como concebemos nós catholicos, não é apenas um sentimentalismo vago e subjectivo. É a adesão a uma verdade sobrenatural revelada, que não vem contrariar e apenas completar as verdades naturaes que a nossa razão descobre. Sendo assim, o que o sentimento religioso pede é exatamente uma expansão do ser, uma negação do egoísmo e da passividade (Athayde, 1931, p. 112).

Tudo o que a escola ativa apresentava a pedagogia católica já tinha. O que faltava ao sociologismo de Dewey, conforme Athayde, é que não bastava preparar o indivíduo para a sociedade (escola) – isso é um erro individualista para o socialista – pois esta não é um fim e sim um meio. O indivíduo deveria submeter-se a ela (sociedade/escola), para a sua realização plena:

Com a permissão do ensino religioso nas escolas publicas queremos justamente que a escola venha a ser um prolongamento do lar e não uma contradicção com ele. O que faz o laicismo é exatamente provocar esse dissidio ou estender á família a atmosfera de indiferentismo moral e religioso que a escola leiga em geral provoca. O christianismo, esse, é uma pedagogia dos paes, antes de ser a dos filhos (Athayde, 1931, p. 133-134).

Escola Nova, pedagogia moderna, revolução do ensino, só se falava nisso. Olhando esses fenômenos, diz o autor, essas ideias vão tomando conta do pensamento e da ação pedagógica, de forma precipitada. Com tendência ao naturalismo, com raízes na cisão entre nominalismo (filosofia medieval), humanismo renascentista, racionalismo enciclopédico, naturalismo burguês e materialismo proletário.

Nessa linha de pensamento, Athayde se aprofunda nos teóricos e cientistas da época, apontando os seus erros, os quais eram basicamente um tecnicismo e um modernismo que negavam a importância do ensino religioso, na formação do indivíduo em sociedade. A escola, baseada na ordem e na disciplina, unidas à subserviência ao Clero, gerava corpos embrutecidos, a serviço de entidades superiores, no caso, o Governo e a Igreja Católica, sem questionamentos.

Os educadores intelectuais que defendiam a Escola Nova e o seu programa progressista de reformulação da escola, uma escola para todos, gratuita, mas com um grande problema,

segundo os intelectuais católicos – o fato de ser laica –, porque, segundo o que pensavam, baseados na Encíclica Papal de 1929, a única educação soberana e perfeita é a educação religiosa. Os pensadores anticlericais, antifascistas e anarquistas, como Maria Lacerda de Moura, publicavam seus escritos e faziam suas conferências sobre um outro modo de viver, pensar e fazer educação de uma forma mais livre, sem dogmas, sem Deuses, sem Estado, pois a escola laica apenas substitui Deus pelo Estado autoritário.

Maria Lacerda de Moura não entra nessa disputa da Escola Nova entre os pioneiros da educação e os pensadores católicos. Seu debate é direto com a Igreja Católica, o fascismo e suas interferências na educação. Mas faz a crítica a laicidade proposta pela Escola Nova, onde a dominação da Igreja é substituída pela dominação do Estado. Vale lembrar que, por mais que ela não entre nesse debate, ela afirma que Francisco Ferrer y Guardia é um “paladino da Escola Nova” (Moura, 2021c, p. 23), algo confirmado por Parra (2021, p. 15), na afirmação de que Ferrer y Guardia é ocultado dos estudos sobre pedagogia até os dias de hoje.

A autora aborda a importância da educação sem dogmas, sejam eles religiosos, sejam do Estado, uma educação que é um convite para o livre pensamento, base da concepção anarquista de educação. Para isso, apresenta a educação libertária, racionalista ou moderna de Ferrer, escrevendo inclusive um livro, o qual foi focado neste capítulo, sobre esse grande articulador da Escola Moderna.

Além de cravar a instituição católica, como a grande beneficiária dessa educação controladora e manipuladora, demonstra como, historicamente, essa instituição se vale e contribui com os governos que estão no poder para continuar dominando, e, para isso, reivindica sempre a participação na educação do povo.

A educação se torna o grande instrumento de manutenção desse poderio e o servilismo de toda uma população. Por isso, de acordo com a autora, a Igreja insiste tanto em se manter dentro das escolas, para ter a permissão de vigiar e de se fazer presente, empregando inclusive os costumes e toda uma cultura de servilismo, medo e obediência incrustados no inconsciente da população.

Maria Lacerda de Moura dedica grande parte dos seus estudos e escritos da década de 1930 a essas temáticas do fascismo, Igreja Católica e educação, escrevendo livros, alguns deles debatidos neste capítulo, sobre essas temáticas, os quais são divulgados na imprensa anarquista, como nos periódicos brasileiros *A Plebe* e *A Lanterna*, e na revista espanhola *Estudios*, recebendo elogios e sendo citados como indicação de leitura, mas também recebendo algumas críticas, as quais serão examinadas no capítulo seguinte.

A década de 1930 é um período de grande ebulição, não apenas, como já foi destacado, referente às discussões sobre educação, mas também de grande ebulição política e cultural. Até o momento, neste texto, tratou-se dos escritos de Maria Lacerda de Moura sobre educação, antifascismo e anticlericalismo, explicando-se o porquê das denúncias escritas pela autora, contrapondo-as com as discussões sobre educação apresentadas pela Igreja Católica, governos autoritários e seus intelectuais.

4 OBJETORES DE CONSCIÊNCIA

O olhar de Maria Lacerda de Moura sobre educação na década de 1930 é o que se propôs analisar neste estudo sobre a autora. Para ela, o fascismo e a Igreja Católica, juntos, se utilizavam dos institutos educacionais para controlar o que era ensinado à população brasileira, seus corpos e mentes. Este é o seu entendimento sobre o tema. Mas Lacerda não era a única anarquista brasileira a tratar do assunto e, para mostrar isso, recorre-se a dois jornais anarquistas, *A Lanterna* e *A Plebe*, nos anos de 1933 a 1935.

No presente capítulo, pretende-se apresentar os escritos dos objetores de consciência, como Maria Lacerda de Moura, em periódicos declaradamente anticlericais da década de 1930 sobre a temática da educação, mas também, inevitavelmente, em alguns momentos, sobre fascismo e clericalismo, por estar-se contemplando a década de 1930, quando esses temas estavam fervilhando, não apenas no Brasil. Além disso, buscou-se pelo nome da autora em um jornal fora da imprensa anarquista e anticlerical, para assim ter-se uma noção do que se falava de Maria Lacerda de Moura. Mas o que significa ser objetor de consciência?

A objeção de consciência diz respeito à recusa, motivada por razões ético-morais, em obedecer à lei ou alguma obrigatoriedade que o indivíduo considere iníqua. No âmbito do antimilitarismo e do pacifismo, a objeção de consciência geralmente se expressa na recusa ao serviço militar obrigatório. A noção, entretanto, pode ser empregada de maneira mais ampla, inspirada no posicionamento do indivíduo livre diante de estruturas opressivas de qualquer espécie (Gonçalves; Bruno; Queiroz, 2015, p. 30).

Os escritos desses objetores de consciência sobre educação serão expostos, assim como as divulgações dos lançamentos dos livros de Maria Lacerda de Moura, no intuito de enfocar outros autores e aprofundar as temáticas estudadas, muitos deles, como Lacerda, considerados como objetores de consciência. Utiliza-se também o recurso de imagens, porque são inúmeras as *charges*, que serão intercaladas com a escrita, muitas das quais dizem por si.

Através dessas fontes, objetiva-se compreender quem eram as outras e outros escritores, livre pensadores, objetores de consciência que faziam a crítica à dominação clerical, autoritária e à expansão de seu controle, através da educação, os que ecoavam a voz de Maria Lacerda de Moura ou destoavam, criticando alguns dos posicionamentos da autora e, assim, ter-se leitura aguçada dos entendimentos dos anarquistas sobre o papel da educação, na década de 1930.

As fontes que serão usadas são o periódico brasileiro *A Lanterna* – Jornal de Combate ao Clericalismo, com os números 354 a 368, do ano de 1933, números 369 a 383, do ano de 1934, números 387 a 392 e os números 397, 398, 400 e 401, do ano de 1935; *A Plebe* – Periódico

Libertário, com os números de 7 a 34 e 36 a 52, do ano de 1933, os números 53 a 77, do ano de 1934, e os números 79 a 90 e 92 a 102, do ano de 1935, ambos encontrados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), além do jornal *O Estado de S. Paulo*, acessado de forma virtual, tendo como busca o nome de Maria Lacerda de Moura.

Entre idas e vindas, justamente pela repressão política, o periódico *A Lanterna* foi fundado na cidade de São Paulo, em 1901, pelo anarquista Benjamin Mota, circulando até 1904 e voltando a circular sob a editoração de Edgard Leuenroth, em 1909, encerrando-se em 1916. Ficou 17 dezessete anos sem circular, para voltar em 1930, permanecendo até 1935, como um jornal de combate ao clericalismo.⁹²

Figura 8 – *A Lanterna* – jornal de combate ao clericalismo.
São Paulo, 13 de julho de 1933, Ano XI, n. 354, p. 1.



Fonte: AEL – UNICAMP.

A figura 8 acima é referente ao primeiro exemplar de *A Lanterna*, da década de 1930, disponível no AEL – UNICAMP. É possível sentir, com o título e a charge segundo a figura 9 da sequência, os assuntos que serão abordados e o entendimento que esse coletivo de autoras e autores anarquistas e anticlericais tinham sobre o clericalismo no Brasil. Nessa charge de

⁹² Um estudo mais aprofundado sobre a repressão imprensa anarquista pode ser feito pela leitura do trabalho de Rodrigo Rosa da Silva. *Imprimindo a Resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP/IFCH, Campinas, 2005.

Thiollier⁹³, pode-se ver formigas espalhadas por todo o território brasileiro, com mitras⁹⁴ e solidéus⁹⁵, demonstrando a expansão da territorialidade do clero, no país, com os dizeres acima: “Se o Brasil não acabar com a influencia do padre, o padre acabará com o Brasil”.

É possível constatar, na leitura feita de todos os números dos exemplares citados anteriormente, que o jornal é totalmente dedicado a críticas sobre as instituições clericais, sejam elas jesuítas, sejam católicas romanas, apresentando várias denúncias de abuso de poder, escândalos, demonstrações de coligação do clero com o fascismo, não apenas do Brasil, mas na América Latina e na Europa.

Figura 9 – A dupla reacionária



Fonte: *A Lanterna*, 1933, n. 360, p. 4 – AEL UNICAMP.

Já na figura 9 acima, tem-se a demonstração da coligação entre o clero e o Estado e o específico resultado disso, a morte da população, quer física, quer intelectual ou espiritual. Mas, neste capítulo, foca-se o olhar dos artigos que abordam especificamente a educação e citações sobre Maria Lacerda de Moura.

O jornal *A Plebe – Periódico Libertário*, foi fundado por Edgard Leuenroth, em 1917, em plena atividade da Greve Geral, compondo-se em um veículo da imprensa anarquista que iria além da questão anticlerical, para o movimento operário, tendo seção do jornal específica para a luta operária e debate sobre o anarquismo. Considerado o jornal mais duradouro da imprensa anarquista, segundo estudos de Silva (2005), manteve-se em plena atividade durante

⁹³ Infelizmente, não foi possível encontrar informações sobre esse chargista, assim como dos outros.

⁹⁴ “Coifa ou espécie de chapéu que os bispos usam quando vão officiar” (Dicio, 2023).

⁹⁵ “Pequeno barrete com que os eclesiásticos cobrem a coroa ou pouco mais” (Dicio, 2023).

30 anos. A partir de 1932, em sua nova fase, teve como redator-gerente Rodolfo Felipe⁹⁶, amigo⁹⁷ de Maria Lacerda de Moura.

Figura 10 – *A Plebe* – Periódico Libertário, de 7 de janeiro de 1933, n. 7, p. 1.



Fonte: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) – Unicamp.

A figura 10 ilustra o periódico *A Plebe* é a primeira versão disponível dessa nova fase, que tem como redator-chefe Rodolfo Felipe. Ele não contém tantas *charges*, como podemos encontrar em *A Lanterna*, mas reúne algumas. A título de curiosidade, os artigos que podem ser vistos na figura 10 são “A Republica Socialista e os latifúndios”, de A. Néblind, e uma citação de Sebastian Faure, intitulada “A função da Lei”.

O último jornal não faz parte do rol de periódicos da imprensa anarquista, no Brasil. O jornal *O Estado de S. Paulo* foi utilizado para verificar, na imprensa fora do círculo anarquista e anticlerical, se Maria Lacerda de Moura era citada e de que forma. Para essa averiguação, adotou-se o nome da autora, como busca nas edições do jornal. Na sequência, faz-se uma análise dos dois periódicos anarquistas, tendo como palavras-chave, Maria Lacerda de Moura, educação, ensino e escola, além da procura pelo nome de Maria Lacerda de Moura, em um jornal da imprensa não anarquista.

⁹⁶ “Segundo Edgar Rodrigues, Rodolfo Felipe era italiano, imigrado ao Brasil em 1902, aprendeu o ofício da tipografia, ainda jovem, nas oficinas do Correio Paulistano, utilizando, posteriormente sua experiência adquirida na redação de periódicos libertários. Cf. RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros*. v. 5. Florianópolis/SC: Insular, 1998, p. 91-92” (Alvarenga, 2022, p. 47).

⁹⁷ “Entre os amigos mais íntimos de Maria Lacerda de Moura estava Rodolfo Felipe, anarquista, italiano, criado em Minas, redator de *A Plebe*, por vários anos” (Rodrigues, 1993, p. 71).

4.1 *A Lanterna* – Jornal de combate ao clericalismo

Na Bigorna:
 Aí vai uma heresia.
 Eu repito a hipocrisia,
 e detesto o mentiroso,
 assim como o preguiçoso,
 iludindo a humanidade,
 com seu ar de santidade,
 como Inacio de Loiola
 que pôs tudo na gaiola,
 bateu asas e cantou
 até que o diabo o levou
 Senhores padres, perdão;
 eu confesso o meu pecado,
 creio da ciência e malcriado
 não creio em vocês, não.
 Fez bem Cristo á meus amigos
 que dos templos, os vendilhões
 expulsou, a vergalhões;
 são vocês seus papa-figos
 que ainda exploram seu nome
 elegendo o capitão
 ou Rei cabo de eleição.
 O Loiola ficou cõsa
 quasi que levava as brecas
 e meteu-se com os carecas
 pois gostava do sardu,
 daí vem o tal ditado:
 “Para um careca, um côxe
 e para um côso um pau”!

Frei Sovela⁹⁸ (*A Lanterna*, 1933, n. 359, p. 2)⁹⁹

A citação acima é da seção do jornal intitulada “Pingos de Água-Benta”, formada geralmente por escritos pequenos que se encontram na segunda página. Composta por um texto curto ou poema de algum autor, destaca-se esse, acima, por citar Inácio de Loiola, importante figura, fundador da Companhia de Jesus, o qual contribui para o fortalecimento da Igreja Católica em sua reforma e na invasão e aculturação dos indígenas, no Brasil, chamado pelos jesuítas de educação ou salvação dos selvagens. Ademais, utiliza-se do exemplo da história de Cristo, diferenciando-o do clero e da Igreja Romana, assim como Maria Lacerda de Moura e outros autores. Também é um ótimo exemplo de crítica anticlerical, a qual é o objetivo dessa

⁹⁸ Na busca por encontrar quem era esse autor, não foi possível; a suspeita é que ele tenha utilizado o nome de um personagem de um dos poemas de Gregório de Matos, de crítica e sátira aos reverendos (Hansen; Moreira, 2014).

⁹⁹ *A Lanterna* – jornal de combate ao clericalismo; as edições de números 354 (13.07.1933) a 402 (02.11.1935) do Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

nova fase do jornal e por mostrar, de forma poética, uma característica de muitos autores anticlericais e anarquistas, como a autora estudada, que é a ironia e a sagacidade.

*A Lanterna*¹⁰⁰ surgiu, em 1901 em São Paulo, como uma iniciativa das Ligas Anticlericais do Estado de São Paulo, em sua primeira fase, com a direção de Benjamin Mota¹⁰¹, priorizando assuntos anticlericais e de denúncia dos abusos dos clérigos, mas com algum caráter liberal. Em 1909, Edgard Leuenroth é alçado à direção e, com a contribuição de Neno Vasco¹⁰² e outros anarquistas, o jornal assume o anarcosindicalismo, incluindo publicações do movimento operário, no Brasil e fora. Todavia, sua base era o anticlericalismo e o combate à exploração da população pela Igreja, com a ajuda do Estado:

A Lanterna sempre fez jus ao seu nome, insistindo por décadas em iluminar as consciências contra as trevas da ignorância em que, segundo suas páginas, o clericalismo jogava a população. Assumidamente um “jornal de combate ao clericalismo”, suas edições eram repletas de críticas ásperas à Igreja, aos padres e ao Vaticano (Silva, 2005, p. 26-27).

Serão analisados os periódicos de 1933 a 1935, por serem estes os anos das publicações dos livros de Maria Lacerda de Moura. *A Lanterna* era um trabalho colaborativo, como revela a seção “Vida Operária”, trazendo informações sobre as assembleias, enquanto outras seções continham textos das Ligas Anticlericais, de sorte que a cada edição apresentava discussões, reuniões das Ligas já existentes e a fundação de outras, a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo e as reuniões dos estudantes anticlericais, em todo o país.

A Lanterna tinha uma linguagem combatente, muitas vezes intelectual, outras vezes, de uma ironia bem refinada, não apenas nas *charges*, como também nos textos e nos títulos das seções, como as seções “Pingo de Água-Benta”, “Contas do Rosário”, com sátiras aos padres e reverendos, “Lata do Lixo”, com frases e pensamentos clericais, “Os nossos concursos” um espaço livre com perguntas respondidas pelos leitores, como “Para que serve o padre?” Havia outros textos mais críticos, como na seção “Lanterna Mágica”, geralmente produzidos por

¹⁰⁰ Para um aprofundamento maior na leitura, é interessante consultar a Tese de Doutorado em História, pela PUC – RS, 2016, de Maitê Peixoto, intitulada *Identidades Figuradas na Cultura do trabalho: a partilha da experiência visual e a construção da identidade operária através da produção imagética vinculada à imprensa operária e sindical no Brasil (1910-1935)*, e a Dissertação de Rodrigo Rosa da Silva, de 2005, *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 -1945)*.

¹⁰¹ Benjamin Franklin Silveira da Motta (1870-1940), nascido em Rio Claro - SP, jornalista, advogado, anarquista, fundador do jornal anticlerical *A Lanterna* (1901) (Brito, 2016).

¹⁰² Gregório Nanianzeno Moreira de Queiroz e Vasconcelos (1878-1920), lusitano, formado em ciências jurídicas pela Universidade de Coimbra, chegou ao Brasil em 1901; cooperou com suas ideias anarquistas para o movimento, no país, lançou alguns periódicos, como *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre*, colaborou para a fundação das Escolas Modernas, publicou livros e peças de teatro, com enorme contribuição ao movimento anarquista (Rodrigues, 1993).

“Orlando¹⁰³”; “Sermões ao ar livre”, muitos escritos por “Adelio”, ou “Hostias Amargas”, de J. Gavronski. Existia uma seção intitulada “Catecismo Hereje”, com frases de vários pensadores e escritores, dentre eles Maria Lacerda de Moura, Vitor Hugo, Leon Tolstoi, entre outros.

Na leitura feita dos exemplares do jornal, buscou-se por artigos de Maria Lacerda de Moura, citações da autora ou sobre a autora, além de artigos de outros autores acerca de educação. Os temas específicos sobre o fascismo e o clero não foram indexadores de busca, primeiro, por ser o objetivo discutir a questão da educação e, segundo, pelo fato de o jornal ser completamente dedicado à crítica, principalmente ao clero, mas também ao fascismo, como é possível ver já no primeiro artigo do primeiro exemplar analisado.

Nesse artigo, intitulado “E amanhã?”, José Oiticica alude ao Tratado de Latrão, denunciando a aliança do Papa com Benito Mussolini, para o enriquecimento dos dois, ambos “[...] aparelhos de sucção, o fascista e o católico, ambos com suas ventosas terminais aplicadas, coercitivamente... [aos] trabalhadores italianos” (*A Lanterna*, 1933, n. 354, p. 1). Compara a Itália de Mussolini a uma chaleira no fogo:

Pio XI não receia nada. Perigos? São hipotéticos. Seu aliado é um colosso e... braço é braço!
 Todavia, de cá de fora, ousa reear muitos pelas seguranças do recente trono. É lícito comparar a Itália a uma chaleira de água fervendo que um maluco houvesse conseguido, com tampões violentos, clausurar, hermeticamente, nem queiram saber o estouro (*A Lanterna*, 1933, n. 354, p. 1).

Esse é só um exemplo das críticas de José Oiticica e outros autores, como Orlando, K, S.V, Luiz Rogerio, José Gavronski, José Negle, Adelino de Pinho, Benjamin Mota, Anibal Vaz de Melo, Xisto Leão, Isabel Cunha, Raymundo Reis, S, L. Thiers, Souza Passos, Lanterneiro Carioca, Jota Monteiro, Adélio, Demócrito Tavares, Nilo Pareira, Ambrósio, Francisco Alexandre, Aldo, Mabeiva, Lanterneiro X, Lanterneiro Z, João Tonico, Julio Ribeiro, Aristofanes, Lanterneiro Nordeste, Gaucho Santana, Jehan de Bolés, José Kalruz, Umberto Lavezzo, Gabriel Novais e outros tantos, alguns com nomes inventados, emprestados de outros personagens da história real, fictícia ou mitológica e sem assinatura, desses alguns parecendo ser os próprios editores do jornal.

Veja-se, por exemplo, o artigo intitulado “Voltando a Luta”, que fala sobre o retorno do jornal na sua nova fase:

¹⁰³ Muitos autores se valiam de pseudônimos, iniciais, outros usavam apenas o primeiro ou segundo nomes. Alguns, por estilo de escrita, mas também para se precaver da perseguição da polícia política. Seria muito rico tentar buscar cada um deles, quem eram e suas contribuições, mas, infelizmente, não será possível, neste momento, deixando-se aqui registrados seus “nomes” para futuras pesquisas.

O ultramontanismo corruptor age hoje no Brasil como dominador absoluto. A sua influência nefasta infiltrou-se como um vírus peçonhento por toda a parte: no âmbito familiar, devastando lares; nas escolas, tentando dominar as consciências das crianças e da mocidade; na política, transformando os templos em centros eleitorais, servindo-se do confessionário para arrancar votos em favor dos jesuítas de casaca; em todos os ramos da administração pública com o fim de manejar em proveito dos seus privilégios odiosos; nos centros associativos, nas esferas comerciais e industriais, para explorar todas as situações, fazendo da caridade um instrumento do mercantilismo vil, colocando-se ao lado dos vencedores do momento, defendendo a ação dos potentados em detrimento dos direitos do povo. O Brasil está sendo transformado em sucursal do Vaticano, que dispõe hoje de um governo com jurisdição por todo o mundo. Para lutar contra isso que ressurgiu *A Lanterna*. (*A Lanterna*, 1933, n. 354, p. 2)

Destaca-se essa parte do artigo, porque, além de demonstrar bem o intuito do jornal nessa nova fase, também mostra bem a similaridade de entendimento da dominação do clero e do fascismo, na educação e em toda a sociedade, com os escritos de Maria Lacerda de Moura, os quais já foram contemplados nos Capítulos 2 e 3 do presente trabalho. O artigo específico está sem assinatura, mas se pode pressupor que foi escrito por um ou mais redatores do jornal. Poderia ser pelo redator-chefe, Edgard Leuenroth, ou por alguns dos representantes do jornal que apareceram em outras edições, frequentadores de conferências, palestras, festas e reuniões das ligas anticlericais, como João Penteado, J. Carlos Boscolo e J. Gavronski, os quais foram, no dia 14 de outubro de 1933, à comemoração de Francisco Ferrer, em Campinas, junto com Maria Lacerda de Moura:

Coube à ilustre companheira e insigne¹⁰⁴ escritora d. Maria Lacerda de Moura a oração principal da comemoração. Especialmente convidada pela Liga Anticlerical campineira, deliciou a plateia, também, durante cerca de uma hora dissertando sobre a obra pedagógica de Francisco Ferrer, tendo deixado bem patente no espírito numeroso do auditório a influência exercida pelo clero no sacrifício desse mártir da liberdade (*A Lanterna*, 1933, n. 364, p. 3).

Maria Lacerda de Moura participou de várias atividades das Ligas Anticlericais divulgadas no jornal, sempre discursando a favor da educação livre de preconceitos e contra os absurdos do clero e do fascismo. O jornal é todo voltado à crítica da religião católica, seja de ordem romana, seja jesuíta, denunciando as hipocrisias, ditaduras, no sentido do controle das mentes e almas, querendo dominar o mundo através da imposição e violência (inquisição, autos

¹⁰⁴Notado por seu trabalho, realizações e/ou obras; famoso ou ilustre (Dicio, 2023).

de fé e torturas), para com os que se opunham aos seus dizeres, com muitos exemplos na história, como aconteceu com Giordano Bruno e Galileu.

Figura 11 – A “Santa” aliança do crime



Fonte: *A Lanterna*, 1933, n. 354, p. 4, AEL - UNICAMP

“A Santa aliança do crime” é a figura 11 onde a *charge* representa o papa, dando a mão a um homem que está representando o fascismo; ele tem na mão esquerda um cassetete, seu rosto não parece de um ser humano, parece mais uma máquina ou máscara de ferro. Da mão dos dois jorra sangue. Eles estão pisando em caveiras e ossos de revolucionários ou grandes mentes, como Francisco Ferrer e Giordano Bruno. Logo abaixo, os dizeres: “Papado e fascismo dão-se as mãos banhados no sangue dos mártires da liberdade”. A *charge* infelizmente não está assinada.

Através de *charges* ou escritos de colaboradores do jornal, a aliança do clero e do fascismo é denunciada a todo momento. Alguns espaços do jornal são empregados para os escritos de grandes autores da literatura universal, anarquistas e pensadores, como Vitor Hugo, Sebastian Feure, Francisco Ferrer, Bakunin, Kropotkin, Leon Tolstoi, entre outros. Abaixo se tem um exemplo de um escritor muito admirado por Maria Lacerda de Moura, desde os seus primeiros escritos libertários, em 1919:

O que dizia aos padres um grande gênio:
 Vós vendeis o batismo no dia do nascimento.
 Vendeis aos pecadores as inúteis indulgências.
 Vendeis aos namorados o direito de se esposarem.
 Vendeis aos moribundos o direito de agonisarem.
 Vendeis aos defuntos a missa fúnebre.
 Vendeis aos parentes o “ofício” de aniversário.
 Vendeis orações, missas, comunhão.

Vendeis rosários, cruses, bênçãos.
 Nada é sagrado para vós, tudo para vós é mercadoria, até o paraíso.
 O altar para vocês é um balcão.

Vitor Hugo (*A Lanterna*, 1933, n. 354, p. 3)

Utilizando frases e escritos de grandes autores da literatura, como este acima, essas são algumas das inúmeras críticas dos redatores e outros autores de *A Lanterna* – jornal de combate ao clericalismo, tendo nessa sua nova fase e que condiz sobremaneira aos escritos de Maria Lacerda de Moura, no seu livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*. Nas páginas do livro, assim como nas do jornal, é possível verificar a crítica perspicaz dos autores anticlericais e antifascistas em relação a essa tríade de dominação (Fascismo, Igreja e Capital) e o embotamento do pensamento livre.

Esta breve descrição com exemplos de escritos e *charges* do jornal tem como objetivo contextualizar a redação dos colaboradores militantes anarquistas, anticlericais e antifascistas. A presença de Maria Lacerda de Moura é sentida em vários momentos, não necessariamente com artigos publicados, mas principalmente na divulgação dos seus livros, em citações de suas frases, na seção *Catecismo Hereje*, e nas reportagens sobre suas falas como conferencista em algumas Ligas Anticlericais, no interior do Estado de São Paulo.

Abaixo, encontra-se uma tabela elaborada a partir das informações obtidas nas edições do jornal *A Lanterna*, de 1933 a 1935, para demonstrar de forma mais visual a participação da autora no jornal, durante o período nos quais os seus três livros *Ferrer, o clero romano e a educação laica*; *Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores!* e *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, estavam sendo publicados:

Tabela 1 - *A Lanterna* (1933-1935) - Maria Lacerda de Moura no Jornal:

Quantidade	Seção	Número Periódico	Título ou tema
2	Artigos	Nº 388 – 1935a	“Profissão de fé”
		Nº 395 – 1935c	“A escritora Maria Lacerda de Moura retira-se da Rosa Cruz”
8	Catecismo Hereje	Nº 357 – 1933k	A igreja ser contra o divórcio apenas se não for bem paga.
		Nº 358 – 1933m	Covardia mental
		Nº 373 – 1934b	Exploração infantil e ensino
		Nº 375 -1934c	“De Cristo a igreja fez o cristianismo...”
		Nº 376 – 1934d	Desespero da igreja diante da consciência livre
		Nº 377 – 1934e	Igreja benze armas
		Nº 378 – 1934g	Primeiras maldades do cristianismo
		Nº 391 – 1935b	“A força do clero reside nas concessões...”

4	Participação como oradora	Nº 363 - 1933	Comemoração Francisco Ferrer
		Nº 364 - 1933	Liga Anticlerical de Campinas
		Nº 373 - 1934	Liga Anticlerical de Sorocaba
		Nº 378 - 1934	União Paulista
1	Citação	Nº 373 - 1934	Covardia mental

Fonte: *A Lanterna* – jornal de combate ao clericalismo (1933-1935), AEL – UNICAMP.

Na tabela acima é possível visualizar a participação da autora com dois artigos, o primeiro “Profissão de Fé”, o qual foi citado anteriormente neste trabalho, onde a autora trata sobre o seu filho, que para ela havia morrido, por ele ter-se transformado em um integralista; ela termina com os seguintes dizeres: “Meu filho morreu. A minha consciência continua livre”. Este, na verdade, era o filho de sua irmã, o qual Lacerda tinha adotado.

O segundo artigo é uma declaração de Maria Lacerda de Moura:

Declaro que me retirei da Escola Iniciática Rosa Cruz de Ciências Ocultadas cujo instrutor é o dr. Krumm-Heller e cuja sede se acha situada na Alemanha. De há muito eu esperava ter em mãos a documentação segura de que o dr. Krumm-Heller pretendia fazer do núcleo Rosa Cruz do Brasil um centro de defesa do fascismo alemão. De posse, agora, dessa documentação, declaro que não posso harmonizar os estudos de ciências ocultas e o despertar das minhas energias internas com os interesses da feação nazista ou com a defesa da tirania de Hitler.

A documentação a que me refiro é uma carta do dr. Krumm-Heller, cuja copia e tradução me foram entregues, depois de eu mesma ter verificado a autenticidade da assinatura – Hulraoocha, Rosa Cruz – do dr. Krumm-Heller. São Paulo, abril de 1935.

Maria Lacerda de Moura (*A Lanterna*, 1935c, n. 395, p.1).

Nesse trecho, pode-se comprovar a participação de Maria Lacerda de Moura na Rosa Cruz, assim como a sua saída. A participação de Lacerda na Rosa Cruz é uma questão polêmica, que merece algum estudo, não apenas quanto a ela, mas também a Jose Oiticica. Sobre os estudos ocultistas de Maria Lacerda de Moura, é possível encontrar algumas pistas no livro de Patrícia Lessa, *Amor & Libertação em Maria Lacerda de Moura*, de 2020.

A seção do jornal denominada *Catecismo Hereje* é onde mais citações de Maria Lacerda aparecem, por 8 vezes, 2 no ano de 1933, 5 no ano de 1934 e 1 vez no ano de 1935. Essa seção está em todos os números do jornal *A Lanterna*, ao final da primeira ou segunda páginas, com citações de alguns autores e autoras, além da autora estudada: Vitor Hugo, Alexandre Herculano, Montesquieu, Eça de Queiroz, Emílio Zola etc.

Dentre as oito citações de Maria Lacerda de Moura feitas nessa seção do jornal, destacam-se duas, as quais, de alguma forma, contribuem para a discussão sobre a educação, como a seguinte, estampada no n. 358, de 10 de agosto de 1933m: “A covardia mental é a mais

poderosa das forças reacionárias”; essa citação também está reproduzida na página 71 do livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, na edição de 2021c do Centro de Cultura Social.

Mas é na citação do jornal n. 373, de 8 de março de 1934b, que se tem a autora abordando especificamente a educação:

Todos querem, todos se arrogam o direito à exploração da alma da criança. E no momento histórico que atravessamos, já o clero brasileiro se arregimentou para poluir a alma das gerações nossas – através do ensino católico na escola nacional (*A Lanterna*, 1934b, n. 373, p. 2).

Essa citação também se encontra no livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, na página 67 da edição de 2021c. No capítulo intitulado “A alma feminina é a presa diletta das garras do clero”, ela alerta a todos dos intuitos do fascismo e do clero, tendo como viés a educação, tornando as crianças e os crentes em presas fáceis dos defensores da “civilização do bezerro de ouro¹⁰⁵” (Moura, 2021c, p. 68). Outros autores também se utilizam dessa mesma expressão, “civilização do bezerro de ouro”, termo já explicado no presente trabalho.

As participações de Maria Lacerda de Moura como oradora convidada, seja do movimento anticlerical de São Paulo, seja nas Ligas Anticlericais do interior do Estado de São Paulo, acontecem em momentos de comemoração a Francisco Ferrer, fundação ou aniversários dos grupos de militantes. Encontraram-se quatro registros de suas participações, dentre as quais se destaca o evento realizado em Sorocaba-SP, onde a autora esteve presente para a cerimônia de fundação da Liga Anticlerical da cidade. Os redatores explicaram o quanto foi difícil encontrar espaço que aceitasse a proposta; ao final, aconteceu em um cinema da cidade, que lotou e, segundo o jornal, Maria Lacerda de Moura, com a conferência intitulada “O fascismo, filho diletto da Igreja Romana” deu “[...] mais uma prova de sua dedicação pela causa da libertação das consciências da tirania dos preconceitos da igreja [...]” (*A Lanterna*, 1934, n. 373, p. 3).

Demonstrando que a autora, além de seus escritos publicados sobre a importância da educação para a livre consciência humana e, por isso, do quanto a Igreja Católica necessita estar presente na formação das mentes e o quanto o fascismo, ideologia que naquele momento estava ascendendo em seu poderio, se utiliza disso e vice-versa. Maria Lacerda também viaja para outras cidades, levando o seu entendimento sobre essas temáticas e fazendo conferências, debates e, assim, fortalecendo o movimento anticlerical de resistência em outros espaços.

¹⁰⁵Nestas páginas a autora deixa bem evidente o que entende por “civilização do bezerro de ouro”, são os defensores do “[...] progresso material, a técnica industrial, o passado, a rotina, a areação, a autoridade, a tirania, a Inquisição, os autos da fé fascista ou racista” (Moura, 2021c, p. 68).

Uma única citação de Maria Lacerda de Moura, que não estava na seção *Catecismo Hereje* e em nenhuma outra seção, foi localizada. Trata-se de uma continuação da citação feita anteriormente, no n. 358 de 1933m; esta se encontra no n. 373 do ano de 1934b e diz muito sobre a compreensão da autora sobre a necessidade de combater, para além da dominação do clero e sua interferência na educação humana:

A covardia mental é a mais poderosa das armas reacionárias.
O caminho único do gênero humano, si não queremos ser devorados pela reação pejada de violência científico e tecnocrática – é a ‘suprema resistencia’ a covarde domesticidade e a imbecilidade humana aos exploradores da consciência, aos vendilhões de todos os templos (Moura, 2021c, p. 71).

A dominação da consciência pode vir de todos os templos – religiosos, políticos, econômicos ou científicos. Aqui a autora demonstra o seu entendimento em relação aos dogmas que embotam a consciência e o livre pensamento, de sorte que cuidar da educação se torna algo de extrema importância para a autora, nesse sentido, na formação de seres humanos críticos que tenham força mental para resistir a todos os tipos de tentativa de dominação de suas mentes e corpos.

Diante da leitura de *A Lanterna: jornal de combate ao clericalismo (1933-1935)*, foi possível identificar outros autores que abordavam a educação. A seguir, para melhor visualização e para contribuir em futuras pesquisas, construiu-se a Tabela 2, com os autores que escreveram artigos e discussões sobre a educação. Esse recorte foi necessário, pelo fato de o jornal ser todo voltado para a crítica à dominação do clero e do fascismo e por esta ser uma Tese sobre a educação.

Tabela 2 - A Lanterna (1933-1935) – educação

Quant	Autor	Número / Ano	Título
7	Xisto Leão	Nº 357 – 1933a	“Não é de padres que se precisa”
		Nº 359 – 1933b	“Brasileiros, a postos! Oponhamo-nos resoluta e energicamente á expansão do perigo negro que nos amraça”
		Nº 367 – 1933d	“Para que se fez a Revolução? Para o povo? Para os padres”
		Nº 368 – 1933e	“Revolucionarios de verdade, ou joguetes da padralhada?”
		Nº 374 – 1934a	“Não será com padres nas escolas que evitaremos a escravidão fascista no Brasil”
		Nº 380 – 1934b	“O polvo clerical não dominará o Brasil”
		Nº 399 – 1935b	“O monstro clerical e a sua sórdida missão”
4	Sem assinar	Nº 356 - 1933	“Caso Vaticano”

		Nº 360 - 1933	“Na Bala”
		Nº 379 - 1934	“A Universidade católica fascista”
		Nº 391 - 1935	“Sobre o ensino religioso”
3	Luiz Rogerio	Nº 365 - 1933	“O clero, a constituinte e A Lanterna”
		Nº 402 - 1935b	“A obra de rapina dos salesianos no Brasil”
		Nº 392 - 1935a	“O preço da instrução padresca”
2	Arthur Thompson	Nº 371 - 1934	“O que é catolicismo no Brasil”
		Nº 374 - 1934	“A escola leiga é a escola do crime”
1	Adelino de Pinho	Nº 356 - 1933	“Por cima da escola paira a garra jesuítico clerical”
1	S.V.	Nº 359 - 1933	“Terra da promessa”
1	K	Nº 362 - 1933	“O domínio do clero”
1	Isabel Cunha	Nº 363 - 1933	“A obra de Francisco Ferrer”
1	Jehan de Bolés	Nº 370 - 1934	“O ensino religioso”
1	Lins Vasconcelos	Nº 374 - 1934	“Os agentes do vaticano estão preparando a guerra religiosa no Brasil”
1	Catão	Nº 381 - 1934	“O ensino religioso nas escolas”
1	Libero Rosa	Nº 396 - 1935	A ação da igreja e a educação religiosa – são as principais causas de atraso do Brasil”
1	Alvaro Amorim	Nº 375 - 1934	“O catecismo nas escolas públicas”
1	Donato de Almeida Lara	Nº 375 - 1934	“Contra o ensino religioso nas escolas”
1	A.Caldas Barreto	Nº 382 - 1934	“A ameaça do domínio imbecilizante do catecismo”
1	Orlando	Nº 390 - 1935	“A Lanterna Magica – A igreja e a constituição”
1	Reynaldo Aragão	Nº 390 - 1935	“A fábrica dos monstros...”
1	Osvaldo Salgueiro	Nº 391 - 1935	“O ensino religioso nas escolas e suas primeiras consequências”
1	Adolfo Lima	Nº 392 - 1935	“A educação clerical e a educação racional”
1	Coligação Nacional Pró Estado Leigo	Nº 398 - 1935	“Contra o ensino religioso nas escolas”
1	Alunos da Escola Secundaria	Nº 401 - 1935	“Complicações do ensino religioso”
1	Convenção Estudantil Pró-Liberdade de Pensamento	Nº 367 - 1933	“Professor Cesar Gonçalves

Fonte: *A Lanterna* – jornal de combate ao clericalismo (1933-1935), AEL-UNICAMP.

Localizaram-se trinta e três artigos; dezoito autores foram identificados, quer com seus nomes, quer com apelidos, quer ainda com iniciais; 4 artigos sem assinatura, 2 dos movimentos estudantis e 1 da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo. O autor com a maior quantidade de artigos sobre educação escritos foi Xisto Leão, com 7 artigos, depois Luiz Rogerio, com 3 artigos, e Arthur Thompson, também chamado de Almirante Thompson, com 2 artigos. Os artigos não assinados, que contam 4, não entraram nessa contagem, pois podem ser todos de um mesmo autor, mas podem ser também de autores diferentes.

Os outros autores com 1 artigo cada são: Adelino de Pinho, SV, K, Isabel Cunha, Jehan de Bolés, Lins Vasconcelos, Catão, Libero Rosa, Alvaro Amorim, Donato de Almeida Lara, A. Caldas Barreto, Orlando, Reynaldo Aragão, Osvaldo Salgueiro, Adolfo Lima e, depois, os

movimentos da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, Alunos da Escola Secundária e Convenção Estudantil Pró-Liberdade de Pensamento.

Infelizmente o autor que mais escreveu sobre a educação no jornal não pôde ser identificado¹⁰⁶: Xisto Leão era um pseudônimo utilizado por um livre pensador, o qual, por motivos desconhecidos, não se pôde identificar: têm-se possíveis suposições, óbvias para o momento vivido de repressão, mas que não podem ser confirmadas.

Uma vez, os editores do jornal o convidaram para ir até a redação; ele respondeu com uma carta muito respeitosa, que os editores publicaram, no jornal nº 390, de 1935, intitulada “Carta aberta aos companheiros de *A Lanterna* – que cada um dê o que puder nesta batalha encarniçada pela liberdade” (*A Lanterna*, 1935, n. 390, p. 1). Na carta, ele agradecia ao convite de ir até a redação, mas precisava continuar anônimo. Assume já ter sido um católico “papa-hóstias”, porém, que descobriu ser uma farsa, pois a verdadeira religião deveria extirpar a miséria, se assim tivesse condições.

Depois, os artigos não assinados somam 4, podendo ser usados em alguns momentos como argumento de análise, mas não como um autor a ser contrastado ou adotado como referência de um pensador que compartilha das mesmas ideias de Maria Lacerda de Moura. O terceiro autor seria Luiz Rogério, um grande colaborador de *A Lanterna*, com várias publicações nas edições de 1933-1955, não somente com as temáticas da educação, mas também sobre a dominação clerical.

Utilizam-se como maior referência os artigos de Xisto Leão, o qual foi o autor com o maior número de artigos sobre educação, e seus outros artigos sobre a dominação clerical e o fascismo se aproximam sobremaneira dos escritos de Lacerda. Mas se trabalham os artigos específicos sobre educação.

¹⁰⁶Afirmção feita após buscar por seu nome, nos repositórios de dissertações e teses da Unicamp, da USP, da UNESP, no livro *Os Libertários* de Edgar Rodrigues, edição de 1993, na Dissertação de Mestrado de Rodrigo Rosa da Silva, *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 - 1945)* de 2005, e da tese de Doutorado de Lucas Tiago Rodarte Alvarenga - *A Imprensa Operária anarquista: projetos, concepções gráficas, recursos e circulação na cidade de São Paulo (1901-1935)* de 2022.

Figura 12 – “Exercícios práticos de educação clerical”



Fonte: *A Lanterna*, 1934, n. 370, p. 1 – AEL UNICAMP

De modo a iniciar as leituras dos autores, a figura 12, anterior, ilustra o tema, onde se vê um padre, fazendo os “Exercícios práticos de educação clerical”, com uma criança com cabeça de burro. O padre está apontando, ambos olhando para a frase “não furtar”, abaixo, o dinheiro para as almas e, no chão, um baú com a arrecadação do “dinheiro de São Pedro”. Tudo muito bem-organizado para embotamento mental das crianças e enriquecimento do clero.

O primeiro artigo de Xisto Leão, de 03 de agosto de 1933a, no número 357, na primeira página do jornal, intitulado “Não de padres que se precisa”, fazendo uma crítica feroz ao clero e a sua dominação. Ele se utiliza do mesmo termo que Maria Lacerda de Moura, em relação à dominação clerical, chamando-o de “polvo clerical”, constatando-se que essa não é uma particularidade dos escritos da autora ou de Xisto Leão, mas de outros autores e, inclusive, com representações de *charges* desse tipo de dominação.

Abaixo uma *charge* bem representativa sobre esse termo usado por muitos autores da época, no jornal *A Lanterna* (1933-1935); a figura 13 se encontra na primeira página do jornal, com os seguintes dizeres “Serão pelo menos incompletos os resultados de qualquer movimento popular que tenha por fim libertar o povo brasileiro, se não se combater resolutamente o imperialismo do Vaticano”.

Na figura 13, da sequência, pode-se ler um polvo com uma cabeça de clérigo, representando a territorialização clerical sobre o Brasil, e cada tentáculo abraça uma instituição: a assistência social, a fábrica, o lar, o quartel, a política e a escola. Uma *charge* bem representativa do pensamento dos anticlericais e o que pensam sobre a instituição clerical e seus

interesses, no território brasileiro. Infelizmente, essa *charge*, como tantas outras, não está assinada.

Figura 13 – O Polvo Clerical



Fonte: *A Lanterna*, 1935, n. 396, p. 1 – AEL- UNICAMP

Assim como o termo “polvo clerical” une o pensamento de Lacerda com outros objetores de consciência, a crítica feroz ao clero e sua força também o fazem. O movimento anticlerical era muito forte, em todo o Brasil, com representantes em quase todos os estados, nas Ligas Anticlericais, onde se uniam anarquistas, liberais, maçons e, inclusive, alguns republicanos. Através das páginas dos jornais anticlericais, foi possível confirmar algumas localidades (cidades e estados), como as Ligas Anticlericais, em: Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Pelotas, Porto Alegre, Uruguaiana, Sorocaba. É inegável o nível de organização, debate e escritos dos anarquistas, em relação ao combate do clericalismo. O nível de organização chega ao ponto de terem jornais específicos sobre a luta anticlerical, como é o caso de *A Lanterna*, citando apenas um jornal do Estado de São Paulo. Para o movimento anticlerical, assim como para o anarquismo, não existiam fronteiras.

A crítica também vai para além das fronteiras. No artigo anterior, Xisto Leão menciona a dominação do polvo clerical sobre as instituições, incluindo a escola. O artigo no número 361, de 14 de setembro de 1933c, na página 3, intitulado “Não hesitemos: Guerra ao Vaticano! – Abaixo as mistificações e os embustes que nos achincalham e nos aniquilam”, não trata

especificamente da educação, mas facilita a compreensão do autor de ir além do território brasileiro. Escreve sobre a influência do Vaticano em todas as mazelas do mundo ocidental, as guerras, as chacinas, convencendo o povo humilde, através dos dogmas que a eles são ensinados, argumentando que têm que passar por tudo.

Figura 14 – Dando esmolas e sofrendo



Fonte: *A Lanterna*, 1934, n. 381, p. 1 – AEL UNICAMP.

“Dando esmolas a Igreja e sofrendo resignadamente as misérias da vida de hoje, conquistareis a ventura de entrar no céu” – essa é a frase que se encontra logo abaixo da *charge*, demonstrando bem o que foi observado no artigo anterior, sobre a resignação a qual a Igreja impõe ao povo, com a falsa promessa de conquistar o reino dos céus.

Há igualmente o alerta “Brasileiros, a postos! Oponhamo-nos resoluta e energicamente á expansão do perigo negro que nos ameaça” (*A Lanterna*, 1933b, n. 359, p. 3). O perigo negro ao qual Xisto Leão se refere são os padres que vestem a batina preta. Nesse artigo, o autor pergunta aos leitores se existe alguma dúvida sobre a ação do padre e sua interferência na ordem pública, nas suas mais diversas áreas (política, social – entende-se educação também e economia). Chama-os de ladinos, “[...] na sua arte de escamotear e confundir o próximo” (*A Lanterna*, 1933b, n. 359, p. 3). A figura 14 acima representa bem essa “arte ladina”.

Na sua concepção, esse ladino não quer ficar apenas nas igrejas, quer as escolas, briga com os governos pelo direito de instruir as massas:

Sim, senhor, que coragem! Que barbara coragem precisa ter a padralhada para, já não direi querer, mas sim pensar em ter o direito a modelar, mais á vontade e sossegadamente, segundo as suas velhas e ardilosas táticas, o espirito ainda virgem e desprevenido da mocidade (*A Lanterna*, 1933b, n. 359, p. 3).

Através da educação, a instituição clerical tem o privilégio, desde tenra idade, de construir na criança o tipo de mentalidade ideal para continuar a ser uma das instituições religiosas mais ricas e com maior expansão territorial. Qual o produto, segundo o autor, de tantos anos de interferência da Igreja? Um mundo de vícios e erros.

De acordo com sua explicação, todas as coisas que aconteciam eram resultado de uma formação de homens cegos a todas as realidades, criando pessoas impotentes e incapazes de reagir aos desmandos dos dominadores. Eles não defendem o povo, porém, o Vaticano, que representa os exploradores. A educação católica, para Xisto Leão, é “[...] a estagnação do homem na indiferença de todas as questões mais sérias da humanidade: é o desprezo pelo sofrimento alheio [...]” (*A Lanterna*, 1933b, n. 359, p. 3).

As críticas não param por aí: o autor continua falando sobre as guerras que visam somente ao lucro e às injustiças sobre os pobres e famintos, para serem a edificação dos seus templos de riqueza. A Igreja destrói a harmonia social, porque seus ensinamentos levam à irracionalidade.

Mas, especificamente sobre o Brasil, ele pergunta: “Para que se fez Revolução? Para o povo? Para os Padres?” (*A Lanterna*, 1933d, n. 367, p. 1). Essa é a pergunta que o autor faz diante do anteprojeto da Constituição brasileira, quando estava sendo discutido e cogitado o ensino religioso nas escolas, se opcional. Critica a Constituição por ser um

[...] papelacho a favorecer a padraria. Nem mais, nem menos. Os eternos exploradores da ingenuidade popular hão de sentir-se extremamente bem com tais promessas de domínio mais fácil e mais perpetua sobre todos nós.

Pois não foi certamente para converter em leis a própria republica das imoralidades, tão fértil em escândalos e abusos [...] como um atentado a liberdade de pensamento, que se fez a revolução. Não foi, não pode ter sido para mais oprimir e vexar o povo que se preparou e fez estalar o grande movimento armado que deveria conduzir a nação a um regime de garantias de liberdade.

Ensino religioso nas escolas... nada disso...” (*A Lanterna*, 1933d, n. 367, p. 1).

Essa passagem demonstra um pouco da ironia do autor, característica que também podemos ver em outros colaboradores do jornal, assim como já se constatou também em Maria Lacerda de Moura. No artigo acima citado, o autor se pergunta para quem foi feita tal revolução que apenas oficializou o *status quo* das desigualdades já existentes no país. Esse é um

questionamento que se mantém em Xisto Leão, como se pode ver no artigo seguinte, “Revolucionarios de verdade, ou joguetes da padralhada?” (*A Lanterna*, 1933e, n. 368, p. 1), protestando pelo fato de que os homens livres não lutaram para ter ensino religiosos, nas escolas, pelo contrário. “Não será com padres nas escolas que evitaremos a escravidão fascista no Brasil” (*A Lanterna*, 1934a, n. 374, p. 2).

É a reação violenta, bárbara, tirânica da burguesia, atracada nos seus fundamentos, contra o proletariado faminto e maltrapilho que luta por conquistar o seu direito á vida e á liberdade. É portanto, a taboa ultima de salvação da sociedade capitalista, que a ela se aferra de unhas e dentes numa anciã enorme de sobreviver a própria catástrofe (*A Lanterna*, 1934a, n. 374, p. 2).

A cada artigo, Leão vai se apresentando como um escritor que, de várias formas, em vários momentos, comunga com as ideias de Maria Lacerda de Moura, como nesta frase: “O fascismo é, antes de tudo, antes de mais nada, fruto do capitalismo” (*A Lanterna*, 1934a, n. 374, p. 2). E seria também o fim da Igreja que cria os “cordeiros”, como lhe convém, através do ensino religioso.

A resistência a toda essa forma de dominação é necessária, força para garantir a liberdade de consciência: “O polvo clerical não dominará o Brasil” (*A Lanterna*, 1934b, n. 380, p. 4). Leão reafirma a intenção de dominação do povo pelo clero, por meio do ensino religioso nas escolas, defendendo que o povo deve resistir e garantir a sua liberdade consciência. “O monstro clerical e a sua sórdida missão” (*A Lanterna*, 1935b, n. 399, p. 4):

Agrade ou não agrade aos papa-hostias frequentadores de missas, o fato verdadeiro, indiscutível é que a igreja católica não passa de uma instituição genuinamente estrangeira, com sede em Roma, no Vaticano, cuja principal missão consiste em fabricar idiotas para o uso e gozo do potentados do mundo todo (*A Lanterna*, 1935b, n. 399, p. 4).

Assim, esse artigo de Xisto Leão discorre sobre a sua apreciação com respeito à instituição católica, que tem como missão a desculpa ensinar, mas, na verdade, é produzir cabeças não pensantes, as quais possam ser dominadas e seguirem o seu propósito, que é servir a Deus, na verdade, servindo ao sistema clerical e a quem ele designar que esteja no poder.

4.2 – A PLEBE – periódico libertário

O periódico libertário *A Plebe* foi fundado em 1917, esteve presente até 1951, ficando alguns anos sem publicação, por causa da repressão da polícia política e pelas próprias dificuldades de manutenção. O jornal teve diversos colaboradores, os quais escreviam artigos,

os redatores-gerentes Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Pedro A. Mota e Rodolfo Felipe. Os jornais analisados de 1933-1935 são da chamada nova fase do jornal, que tinha como redator-gerente Rodolfo Felipe.

Lançamos “A Plebe” na rua, resolvemos publicar o nosso tradicional órgão de combate e de educação libertária porque, naturalmente, uma obra a realizar, um método de luta a proconizar e a desenvolver...” (*A Lanterna*, 1933, n. 27, p. 4)

Como no jornal anterior, nesse periódico, buscou-se por Maria Lacerda de Moura e sobre educação, incluindo as palavras “escola” e “ensino”, para conseguir abranger melhor a temática. Apresenta-se, na Tabela 3, o resultado.

Tabela 3 – A Plebe (1933-1935) - Maria Lacerda de Moura

Quant	Seção	Número/Ano	Nome / Tema	Observação
5	Artigos	Nº 18- 1933d	“Direitos civis e políticos à mulher!”	
		Nº 19 – 1933f	“A política não me interessa”	
		Nº 24 – 1933g	“A proposito das perseguições aos Israelitas”	Carta que Maria Lacerda de Moura enviou ao Comitê Israelita no Rio de Janeiro
		Nº 34 – 1933j	“Nem governos nem sacerdotes...”	Do livro inédito: <i>Clero, fascismo e antisemitismo</i>
		Nº 36, 37, 38, 39 – 1933l	“A ‘Legião Negra de São Paulo’”	Do livro inédito: <i>A Epopeia Bandeirante... (1932)</i>
6	Conferências	Nº 7 – 1933c	União dos Artífices em Calçados e Classes	Anexa à Federação Operária de São Paulo, junto com J. Carlos Boscolo, Francisco Frola e Florentino de Carvalho
		Nº 24, 25, 26 – 1933h	“O que é guerra”	Festival de solidariedade <i>A Plebe</i> (p. 1 e 4)
		Nº 29, 30 – 1933i	“Antisemitismo”	Conferência pública de <i>A Plebe</i>
		Nº 43 – 1933n	Francisco Ferrer	Reunião comemorativa com Edgard Leuenroth e G. Soler
		Nº 44, 45 – 1933o	“O problema da educação, no pensamento e no idealismo de Ferrer, o mártir da educação racionalista”	Convidada da Liga Anticlerical de Campinas. Representando <i>A Plebe</i> , estavam J. Carlos Boscolo e J. Gavronski
		Nº 57 – 1934a	“O fascismo, filho dileto da igreja romana”	<i>A Plebe</i> em Sorocaba
1	Visita	Nº 39 - 1933	“Vida Libertaria – Concepción Fernandez no Brasil”	Veio visitar Maria Lacerda de Moura e participaram de várias atividades libertárias
5	Divulgação	Nº 10, 12, 13, 14, 19, 23, 49, 52, 58, 59 - 1933	“Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!”	10 vezes indicação do jornal para este livro da autora, edição <i>A Sementeira</i>

		Nº 83 - 1935	“Sociedad y Prostitución”	Livro de Juan Lazarte de que Maria Lacerda fez o prólogo
		Nº 62 - 1934	“Ferrer, o clero romano e a educação laica”	
		Nº 77 - 1934; Nº 82, 89, 94 - 1935	“Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores”	Editora A Sementeira, nº 82, com artigo de Souza Passos sobre o livro
		Nº 96 - 1935	“Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital”	
7	Livros Recomendados	Nº 15, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 29, 32, 36, 42, 64 - 1933	“Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!”	Uma seção específica do jornal recomendando livros, 12 vezes em 1933
		Nº 63, 64, 65, 68, 69, 72 - 1934; Nº 80, 85, 86 - 1935	“Ferrer, o clero romano e a educação laica”	Editorial A Sementeira, com 9 indicações entre 1934 e 1935
		Nº 72 - 1934	“Han Ryner e o amor plural”	Biblioteca Social – Editorial de A Sementeira
		Nº 72 - 1934; Nº 89, 94 - 1935	Civilização Tronco de Escravos	Biblioteca Social – Editorial de A Sementeira, com 3 indicações entre 1934 e 1935
		Nº 75 - 1934	“¿ Que es el antisemitismo?”	Livro com as respostas de Maria Lacerda de Moura, Han Ryner. Romand Roland, Joan Grave e outros.
		Nº 80, 83, 85, 86, 89, 94 - 1935	“Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores”	Com 6 indicações em 1935
		Nº 89, 94 - 1935	“A mulher é uma degenerada”	Com 2 indicações em 1935
1	Munições para a Plebe	Nº 84 - 1935	“Prostituciones y sociedad”	3 volumes do livro doados por Maria Lacerda de Moura para a venda ser revertida para o jornal
2	Estilhaços...	Nº 38, 39 - 1933	Sobre a caridade e sobre errar	Frases de Maria Lacerda de Moura citadas.

Fonte: *A Plebe* – periódico libertário (1933-1935) – AEL Unicamp

Nas 96 edições do jornal, entre 1933-1935, analisadas, Maria Lacerda de Moura foi citada 75 vezes, na divulgação e indicações dos seus livros, nas conferências de que participou, nos artigos publicados. Como resultado da busca pelo nome da autora, obtiveram-se 5 artigos, sendo que o último deles foi publicado em 4 partes, em edições diferentes, 6 conferências na cidade de São Paulo e no interior do Estado; notícia sobre a visita que recebeu da militante argentina Concepción Fernandez, divulgação de 5 livros de Lacerda, sendo citados em diferentes edições, por dezessete vezes; teve 7 livros recomendados, sendo recomendados em cinquenta e duas edições diferentes e ela também doou 3 livros para, com a venda, arrecadar fundos para o jornal, assim como 2 citações de frases suas na seção “Estilhaços...”

Dos 5 artigos publicados de Maria Lacerda de Moura, nenhum aborda especificamente a educação, mas 3 deles conversam com o tema da educação, o clero e o fascismo, pois tratam de política e consciência humana. São eles: “Direitos civis e políticos à mulher” (*A Plebe*, 1933d, n. 18, p. 2), “A política não me interessa” (*A Plebe*, 1933f, n. 19, p. 1) e “Nem governos nem sacerdotes” (*A Plebe*, 1933j, n. 34, p. 2). Além desses artigos, ela publicou mais dois, são eles: “A ‘Legião Negra de São Paulo’” (*A Plebe*, 1933l, n. 36, 37, 38, 39, todos na p. 2) e “A proposito das perseguições aos Israelitas” (*A Plebe*, 1933g, n. 24, p. 2).

Desses dois últimos artigos, o primeiro constitui, na verdade, uma série de artigos publicados em quatro edições do jornal em 1933 e, pelo que está anotado logo após o título do artigo, ele faz parte do livro inédito de Maria Lacerda de Moura, intitulado *A Epopéia Bandeirante...* (1932)¹⁰⁷, uma obra de que, até o momento nas pesquisas feitas sobre a autora, não se tinha a informação sobre a sua existência, algo que seria necessário investigar para se obter maiores informações.

Nesse artigo, a autora faz uma crítica muito consciente, questionando o direito, os portugueses e a revolta de 1932. Primeiramente, elogiando os indígenas e criticando a exploração dos portugueses para com eles e, depois, contra os negros, apresentando Palmares, o quilombo, sua resistência, luta e protesto. Com toda essa luta, quem recebeu prêmio (1697) foi o caçador de negros Domingos Jorge Velho, o qual foi considerado como retrato de herói, na Guerra Civil de São Paulo, em 1932, usando mais uma vez os negros através da “Legião Negra de São Paulo”.

O artigo sobre os israelitas é a publicação, pela redação do jornal, de uma carta que Maria Lacerda de Moura escreveu e enviou para o Comitê Israelita no Rio de Janeiro, manifestando, como intelectual, o seu protesto e repugnância à perseguição fascista, frisando que o Brasil caminha para essa “[...] perversidade medieval que renasce numa psicose coletiva de degenerescência humana”, em um artigo muito forte, em sua crítica, o qual merece ser estudado (*A Plebe*, 1933g, n. 24, p. 2).

Os artigos que contribuem para a questão da educação, nos escritos de Maria Lacerda de Moura, são os três primeiros mencionados acima. O primeiro, “Direitos civis e políticos à mulher” (*A Plebe*, 1933d, n. 18, p. 2), demonstra o quanto a Igreja se utilizará desse direito, para impor suas vontades, ao passo que, no número seguinte, considera a inutilidade do voto:

¹⁰⁷ Ainda não se tinha conhecimento da existência desse livro, pois não foram encontrados exemplares, no AEL-UNICAMP e no CEDEM-UNESP. Esse e outros novos títulos de livros, assim como os de que já se tinha conhecimento, estão ao final da Tese, no instrumento de pesquisa.

Democracia? – Ferrero a definiu: ‘este animal cujo ventre é imenso e a cabeça insignificante’...

O voto não é necessidade natural da espécie humana: é uma das armas do vampirismo social. Si tivéssemos os olhos abertos, chegaríamos a compreender que o rebanho humano vive a balar a sua inconsciência, aplaudindo à minoria parasitária que inventou e representa a ‘tournée’ da teatralidade dos governos, da política, da força armada, da burocracia de afilhados – para complicar a vida cegando aos incautos, afim de explorar a todo o gênero humano em proveito de interesses mascarados nos ídolos do patriotismo, das bandeiras, da defesa sagrada dos nacionalismos e das fronteiras, da honra e da dignidade dos povos...

Depois, a rotina, a tradição, a escola, o patriotismo cultivado, carinhosamente, para que a carneirada louve, em uníssono, o cutelo bem afiado dos senhores. A religião, a família se encarrega do que falta para desfibrar o indivíduo (*A Plebe*, 1933, n. 19, p. 1)¹⁰⁸.

Esse fragmento é apenas uma amostra das fortes e conscientes palavras de Maria Lacerda de Moura, criticando a política e os seus senhores famintos de poder. Para se manter no poder, é preciso domesticar as consciências com bandeiras, dogmas, e a escola tem seu papel fundamental para moldar a obediência servil.

O último artigo, “Nem governos nem sacerdotes” (*A Plebe*, 1933j, n. 34, p. 2), segundo o jornal, faz parte de outro livro inédito de Maria Lacerda de Moura, intitulado *Clero, fascismo e antisemitismo*. Nele, a autora aborda o fato de existirem duas formas de ética em que se resumem todos os problemas humanos:

A primeira fórmula de ética vem da sabedoria antiga, do Templo de Delfos. A sabedoria moderna acrescentou-lhe um poema de beleza e harmonia:

“Conhece-te a ti mesmo” – “para aprenderes a amar”.

A segunda fórmula é consequência da primeira:

“Unir ao individualismo dos espíritos o comunismo das mãos” – liberdade e auxílio mútuo. Pensamento livre, livre consciência e trabalho manual para todos. (*A Lanterna*, 1933j, n. 34, p. 2).

Na citação acima, verifica-se mais uma vez a sua aproximação de pensamentos filosóficos com o anarquismo individualista de Han Ryner e do anarquismo quanto à liberdade e auxílio mútuo.

As ambições e a cultura da imbecilidade aplaudem os déspotas: mesmo assim, o ser humano pode, individualmente, iluminar sua consciência para a fraternidade e acima de todos os despotismos e torturas, sobrevivendo às inquisições políticas e religiosas, de modo a sermos irmãos, no auxílio e respeito mútuo, no culto à liberdade e à bandeira dos Direitos Humanos.

¹⁰⁸*A Plebe* – periódico libertário, números 7 (07.01.1933) a 102 (23.11.1935), Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

Essas aspirações da autora podem se concretizar muito, segundo ela mesma, com a educação do livre pensamento e consciência.

A autora, apesar de suas críticas, acreditava na possibilidade de se viver em um mundo mais harmônico, de respeito às diferenças, pensamento livre e ajuda mútua, sem dogmas, autoritarismos, baseados na consciência livre e respeito às individualidades. Era totalmente contra qualquer forma de violência ou dominação, algo que se pode verificar nas 6 conferências de Maria Lacerda, as quais foram registradas, nesse período, com temas contra a guerra, antissemitismo, fascismo, clericalismo, e a favor de uma educação livre de dogmas, tendo como amparo autores como Francisco Ferrer, ao qual ela dedicou todo um livro, divulgado e recomendado pelo jornal.

Maria Lacerda de Moura recebeu, em 1933, a visita da militante anarquista argentina Concepción Fernandez, a qual Lacerda conheceu, quando foi fazer uma conferência em Buenos Aires. A proposta era que Concepción fosse à Comunidade Ácrata de Guararema, mas acabou realizando conferência no Rio de Janeiro e participou, em São Paulo, do Festival do Centro Cultural Social, na companhia de Lacerda e Herminia Murmana. O artigo sobre sua visita, intitulado “Vida Libertária – Concepción Fernandez no Brasil”, encontra-se no número 39 de 1933, página 4.

Alguns livros de Maria Lacerda de Moura foram divulgados e tidos como indicações para leitura pela redação ou pela editora A Sementeira, no jornal *A Plebe* (1933-1935), como *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!*, que foi divulgado por 10 vezes e indicado por mais 12 vezes, em 1933. O livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica* foi divulgado uma vez, em 1934, e recomendado por 9 vezes, entre 1934 e 1935 – uma delas, com a seguinte avaliação: “Excelente livro de combate e de crítica ao clero e seu desdobramento natural o fascismo” (*A Plebe*, 1935, n. 89, p. 2), sendo um dos três livros estudados na presente Tese.

Por sua vez, *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, foi divulgado 3 vezes (1934-1935) e recomendado por 6 vezes (1935), sendo uma delas por Souza Passos, que a chama de “camarada de ideias” e “colaboradora”. Abaixo, reproduz-se parte do seu artigo:

Somos suspeitos para falar da obra desta escritora cujo dinamismo, arrojo de concepções vigorosas já provocaram o empastelamento de um jornal e muitíssimos insultos de homens e mulheres que não toleram a sua independência.

“Clero e Fascismo”, entretanto, merece que se apresente aos leitores como uma das melhores obras de Maria Lacerda de Moura.

Nunca a escritora revolucionária, por vezes incompreensível até pelos próprios camaradas, foi tão feliz nos títulos das suas obras. Mais do que uma

obra de combate, este livro de Maria Lacerda de Moura é uma obra de crítica literária, de análise psicopatológica dos grandes criminosos da arte e da literatura, como diria Errico Ferri, que forneceram elementos á gênese do fascismo italiano.

D’Anunzio, Papini, Marinetti, Corradini, Coppola e Pirandello, passam pelas mãos *pouco femininas*¹⁰⁹ da autora, que os espreme e lhes faz escorrer, por entre os dedos, a volúpia sensual e artística do egolatrismo delirante que caracteriza as suas obras, as suas vidas e as suas preocupações de domínio e de romanismo.

Produto de concepções nietzchaneanas do super-homem e de celebrações doentias do misticismo D’Anunziano, o fascismo, aliado ao clero por conveniência, pelo serviço que lhe presta no embrutecimento das consciências, forma a “Horda de Embrutecedores”, o sub-título da obra que é assim como a conclusão crítica da análise de Maria Lacerda de Moura faz desse movimento que visa dar marcha á ré na Humanidade cada vez mais ansiosa de justiça e liberdade.

Como em quase todas as suas obras, Maria Lacerda de Moura abusa das citações, talvez na sua ânsia muito natural de fazer com que o leitor conheça aquilo que serve de base á sua crítica demolidora...” (*A Plebe*, 1935, n. 82, p. 3).

Nesse texto acerca do livro de Maria Lacerda de Moura, Souza Passos define bem a proposta e a concepção da obra, parecendo conhecer bem a autora, pois esta é, sem dúvida, uma característica dela, nas várias citações, com a voracidade de suas críticas.

O livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, foi divulgado uma única vez, em 1935:

Com este título acaba de ser publicado um novo livro de Maria Lacerda de Moura, em que a conhecida escritora revolucionária estuda, com a clareza que lhe é peculiar, as origens e finalidades do fascismo (*A Plebe*, 1935, n. 96, p. 4).

Nas edições posteriores, esse livro não obteve indicações, mas críticas que serão apresentadas e mais bem trabalhadas, no próximo capítulo. Outras obras da autora estiveram na seção *Livros recomendados: Han Ryner e o amor plural, Civilização Tronco de Escravos, A mulher é uma degenerada? Que es el antissemitismo?* Lacerda contribuiu com um artigo, respondendo à pergunta do livro.

Quanto aos outros autores que escreveram no jornal sobre o tema da educação, não será feita uma tabela, por serem muitos e vários deles terem escrito apenas um artigo, no intervalo verificado, de 1933-1935. Foram encontrados sessenta artigos, que focalizam a educação, de

¹⁰⁹ Coloca-se em itálico a parte na qual o autor do artigo alude às mãos “pouco femininas”, para registrar que, mesmo com todos os elogios à autora, Souza Passos se equivoca, pois o que seriam mãos pouco femininas, nas críticas à dominação e exploração de um povo?

alguma forma, dentre os quais quinze sem assinatura, 3 de Souza Passos, M. Garcia, Campos Carvalho e um artigo de cada dos 52, alguns sem assinatura, publicadas pelo movimento operário e outros autores que colaboraram com o jornal: J. Carlos Boscolo, Isabel Cerruti, Neno Vasco.

Duas curiosidades se fizeram presentes: uma delas é que um dos artigos está assinado por Lacerda, intitulado “Verdades que machucam”, no jornal número 47, na página 2, de 1933. A forma de escrita se assemelha com a de Maria Lacerda de Moura, mas não é possível afirmar que era realmente dela, pois todos os outros ela assinou com o nome completo. O artigo se refere ao momento em que vivemos, quando o capitalismo e o clero se assentam sobre a plebe sofredora, porém, os dominadores estão abalados, porque o povo está se educando e aprendendo a buscar sua liberdade.

A segunda curiosidade é que um dos artigos do número 69, página 3, de 1934, intitulado “Contrastes Sociais”, está assinado por Isa Ruti, muito parecido com o nome de Isabel Cerruti; se assim for, ela tem dois artigos sobre educação, no jornal *A Plebe* (1933-1935). Esse primeiro artigo enfoca a escassez de assistência social e de escolas para a população pobre; o segundo artigo se encontra na seção “Movimento Operário”, número 53, na página 3, de 1934, e se intitula “Um apelo aos camaradas”; é uma carta dela que a redação reproduziu no jornal, um apelo, uma medida de higiene e de educação, para se abolir fumar nos salões das reuniões e conferências libertárias.

Dos artigos de Souza Passos, o primeiro chama-se “Educação ou retrocesso” (*A Plebe*, 1933, n. 39, p. 4) e questiona o conceito de evolução:

É curiosa essa forma de evoluir, abandonando um conceito da vida livre, uma concepção da dignidade humana que visa colocar o indivíduo na maior e mais ampla expressão científica; que concebe um organismo social formado por um conjunto de indivíduos livres, ligado entre si pela necessidade coletiva do apoio mutuo; que constitui o resultado de pesquisas científicas dos grandes sábios de todas as épocas; que é, finalmente, a própria vida orgânica da natureza onde tudo é revolução e anseio de liberdade, para aceitar um regime político onde o indivíduo perde completamente a personalidade moral, tornando-se um escravo do Estado, com a vida a depender de um aparelho policial que lhe fiscaliza os actos e as palavras, que o segue na escola, na oficina, na rua e no lar, que o obriga a viver enquadrado nos moldes mais férreos de um conceito de disciplina; onde o indivíduo nada tem de si senão a incerteza de viver ou morrer, conforme o determina a acção do aparelho estatal! (*A Plebe*, 1933, n. 39, p. 4).

Indigna-se o autor com a possibilidade de ansiarmos pela liberdade e consciência livre, todavia, vivermos dominados. Isso leva ao seu segundo artigo, “A vida proletária á beira de um abismo – o caso da Austria é um preludio da sangreira com que o capitalismo julga salvar os

seus privilégios”, uma vez que as expressões do fascismo têm como objetivo impedir a realização humana, a fraternidade e a liberdade:

Cada uma delas cultiva o prejuízo nacionalista da superioridade racial, religiosa ou política, dando-nos, como produto da educação, uma colheita de ódios [...].

O fascismo é, pois, pela sua própria essência nacionalista, uma escola de guerra [...] (*A Plebe*, 1934, n. 68, p. 4).

A educação fascista não só cria o ódio como impede o ser humano de se desenvolver em sua plenitude, na liberdade de pensamento e ação, na vivência coletiva e de apoio mútuo, concebidas como proposta pelo anarquismo e seus pensadores. Por exemplo, na educação, com o pedagogo anarquista Francisco Ferrer, o qual é o título do terceiro artigo de Souza Passos. Nele, o autor assevera que o mundo está escravo dos preconceitos religiosos, fruto da educação, de concepções dogmáticas que “[...] comprimiam o coração de Francisco Ferrer onde transbordava a seiva da fraternidade humana” (*A Plebe*, 1934, n. 73, p. 3).

Seres humanos servis e fáceis de dominar e explorar, seja pelo clero, seja pelo fascismo ou capitalismo – esse é o resultado de uma educação baseada em dogmas e preconceitos, sobre os quais já escreveram Maria Lacerda de Moura, Souza Passos, assim como Martins Garcia, no seu artigo “Vida de anarquista – Anarquismo, sindicalismo e revolução social”, quando alerta para as “[...] consequências malignas de uma falsa educação [...]”, que começa na edição de *A Plebe*, 1934, n. 58 e termina no n. 59, ambas na página 2, apresentando as possibilidades de uma redenção:

A transformação da mentalidade humana será consequente da transformação política e econômica operada. É preciso convir que, uma vez modificado o meio econômico, social e político, a cultura intelectual resplandecerá com a luz vivificante, de forma que os preconceitos do passado não aguentarão a investida da moderna concepção da vida. Sustentamos, no campo filosófico, que as idéias não são inatas: são produto da educação e da influência que o meio social exerce sobre o indivíduo (*A Plebe*, 1934, n. 59, p. 2).

A educação é um dos grandes motes da transformação social. A esse coro se une a voz de Campos Carvalho, no artigo “O século da criança”, onde o autor denuncia a descoberta da burguesia em explorar o trabalho da criança: “Esquece a burguesia que aí esta se formando uma criança proletária e que lutará com consciência desde tenra idade até adulto” (*A Plebe*, 1934, n. 71, p. 2), não aceitando o “[...] método de educação da classe pobre, procurando que subsista para sempre a admirável obediência [...]” (*A Plebe*, 1934, n.º 73, p. 2).

Sobre a educação, M. Sanches, em “Momento Pedagógico”, faz um alerta acerca da “[...] a responsabilidade dos professores na formação do ser humano e a uma educação adequada ao desenvolvimento da ciência” (*A Plebe*, 1933, n. 8, p. 2); no artigo seguinte, afirma:

Tem-se um grande receio de ensinar aos alunos a História Natural dentro da sua plenitude de conceitos, mas não se pensa nas consequências desastrosas que produz o lançar nas mentes tenras da infância os preconceitos patrióticos e religiosos, base fundamental da miséria que impera em todo o mundo (*A Plebe*, 1933, n. 11, p. 2).

Assim como Martins Garcia, citado anteriormente, M. Sanches, com outros autores, alerta para as consequências de uma educação baseada em dogmas religiosos e mitos patrióticos. É unânime, em quase todos os outros autores que abordam a educação, melhor dizendo, o problema da educação que tem a intromissão do fascismo, pela autoridade, do clero, pela caridade, pela fé, os quais se embrenham como um polvo em quase todas as áreas, do capitalismo ao proletariado, por meio das campanhas de educação e saúde, transformando-se em fazedores de rebanhos. Critica-se essa educação totalitária e promove, através dos movimentos operários, nas escolas racionalistas, uma educação libertária.

Os outros anarquistas que focalizam o tema da educação, em algum momento, em seus artigos para o jornal *A Plebe* (1933-1935), escrevem 27 artigos, alguns assinados, abreviados ou sem assinatura. Infelizmente, não serão descritos e estudados todos eles, neste documento, pois ficaria cansativo para o leitor e, em alguns momentos, mesmo que examinando a educação, fora de contexto para a Tese. Faz-se um resumo deles, dando os destaques necessários àqueles autores que mais “conversam” com o tema da Tese.

João Pontes Moraes, no texto “O clero e a Contra-revolução” (*A Plebe*, 1933, n. 7, p. 3-4), denomina contrarrevolução o fato de os paulistas reacionários da política burguesa e o clero financiarem o movimento, fazendo a crítica de os hospitais estarem lotados, centenas de desamparados, de não terem escolas suficientes, enquanto a igreja doa ouro para a “revolução”:

O problema social do mundo não desperta a sua atenção. Que se importam eles que haja miséria e desespero. Os imbecis proporcionam-lhes conforto invejável. A bolsa dos burgueses está sempre aberta para encher-lhes as mãos de ouro. O trabalho que prestam á burguesia, de anestesiá-la a consciência do povo, é bem pago [...] Onde o Arcebispo sepultou os ensinamentos do grande revolucionário, Jesus, aproveitado pela igreja como divindade para bestificar a massa? (*A Plebe*, 1933, n. 7, p. 3-4).

Mas a educação das massas está evoluindo e o “Trio Corruptor” (*A Plebe* 1933, n. 13, p. 4), como diz Vanguardeiro, está afundando:

Religião, burguesia e capitalismo, estão, neste século, navegando num barco frágil, apodrecido pelo tempo e gasto na sua estrutura, fazendo água já nos porões da estabilidade graças á evolução e educação das massas (*A Plebe*, 1933, n. 13, p. 4).

Nisso se inclui a educação anarquista, racionalista, pois, em face de tanta injustiça social, não há como não ser anarquista, escreve Alfredo Calderon, no artigo intitulado “Serei Anarquista?” (*A Plebe*, 1933, p 15, p. 1), acrescentando: “[...] a educação transformada em um meio de formação dos espíritos para adaptar ao ambiente; o sentimento religioso convertido em monopólio de uma Igreja que faz dele um negócio e adora um Deus ‘por interesse’ [...]” (*A Plebe*, 1933, n. 15, p. 1).

Ditam-se regras que contradizem os ensinamentos, tendo-se na educação religiosa obrigatória nas escolas uma forma de se eximir do seu trabalho de sacerdócio. Como explica um autor anônimo, no artigo de *A Plebe*, número 16, página 3 de 1933, com o título de “Os dez mandamentos do eleitor católico”; o sétimo fala se refere às escolas:

7º - Para introduzir obrigatoriamente o ensino religioso nas escolas; para que os colégios públicos e particulares deem 5 horas diárias de catecismo às crianças brasileiras, poupando esse trabalho aos nossos queridos sacerdotes [...] (*A Plebe*, 1933, n. 16, p. 3).

Esse é o intuito da Igreja e, para se livrar dessa doutrinação, aconselha: “Trabalhador – sê o teu próprio defensor” (*A Plebe*, 1933, n. 20, p. 2), um artigo anônimo que sugere ao trabalhador cuidar da sua própria educação, instrução e reflexão, pois as castas capitalistas, sacerdotais, industriais e latifundiárias não irão fazer isso, pois a elas só interessa a exploração.

“É como diz o Escritor: pobre educação capitalista!” (*A Plebe*, 1933, n. 20, p. 3), reflete Oliveira Rigonati, em “Conceitos de um caipira paulista”, criticando a imbecilidade de alguns senhores, dando como exemplos o sr. Pinto Serva e o Dr. Baptista Luzardo, este último por considerar a prostituição uma necessidade.

Por isso, a importância da educação baseada na ciência, porque desta depende o nosso futuro: é o que diz aos professores, em relação às crianças, José Ingenieros, no artigo “Pela humanidade futura” (*A Plebe*, 1933, n. 22, p. 4):

Ensina-lhes que entre os deveres do homem, o primeiro dever é a intensificação da própria personalidade, mediante a cultura da inteligência, a socialização dos sentimentos, a educação da vontade: assim se forma o homem livre, o cidadão laborioso, conciente, ativo em sua dignidade de seu semelhantes. Essa é a aurora porvir.

Pode-se destacar alguns “Pontos de doutrina – as razões porque somos libertários ou anarquistas” (*A Plebe*, 1933, n. 22, p. 4), conforme frisa um escritor anônimo, com 6 razões: “1

– Religião explora; 2 – O trabalho manual e intelectual é criador; 3 – o governo é improdutivo; 4 – Polícia é sementeira de ambições; 5 – A lei não impede os delitos e 6 – a pátria é a criação arbitrária dos governantes”.

“Nós libertários queremos uma sociedade em que cada um se governe a si mesmo, e na qual os meios de produção estejam ao alcance de todos os seres humanos” (*A Plebe*, 1933, n. 22, p. 4). Essa fala se aproxima bem do anarquismo individualista de Maria Lacerda de Moura e de outros anarquistas, como André Néblind, Émile Armand e Han Ryner.

E para alcançar estes fins, propomos os seguintes meios de ação: Procurar agremiar todos os trabalhadores assalariados, de boa vontade, decididos a combater os preconceitos religiosos, políticos, econômicos, sociais. Procurar abrir na muralha negra da ignorância, da hipocrisia, de todos os preconceitos e de todas as opressões, uma brecha por onde possa livremente irradiar um pouco de vida e ideal. Procurar facilitar aos espíritos livres e curiosos, que desejem conhecer a questão social, os meios indispensáveis para tal fim. Procurar despertar e estimular, principalmente entre a mocidade das escolas e dos produtores, o gosto e o interesse pela leitura e estudo das diversas escolas sociológicas, filosóficas e científicas, que mais interessem à cultura geral. Procurar, finalmente, contribuir para a difusão das modernas idéias de emancipação humana, preconizadas pelos mais formosos espíritos de cientistas, filósofos e artistas, sustentadas pela parte sã e conciente dos produtores do Universo (*A Plebe*, 1933, n. 22, p. 4).

Essas são algumas diferenças entre a educação de um fanático e um consciente ponderado, como em “O nosso contro – Um Patriota”, de João Távora (*A Plebe*, 1933, n. 24, p. 3) e o que repetem algumas organizações, como o Comitê organizador de Campinas, em “Aos homens de conciencia livre” (*A Plebe*, 1933, n. 29, p. 4).

Inimigo de todo e qualquer princípio de liberdade humana, o clero manteve-se sempre ao lado dos opressores contra os oprimidos. (Haja vistas nas relações amistosas do Vaticano com Hitler e Mussolini). Aqui no Brasil esses propagadores do erro e da mentira tentaram introduzir o ensino religioso nas escolas e vendo fracassado o seu intento, resolveram transformar as igrejas em centros de propaganda política (*A Plebe*, 1933, n. 29, p. 4).

Da mesma forma, a União dos Artífices em calçados, em “O nosso grito de Repulsa contra o bandoleirismo fascista” (*A Plebe*, 1933, n. 34, p. 4), na seção “Ignorancia e Cultura”, enfatiza a importância da educação e da cultura, com base na pedagogia de Francisco Ferrer. Para combater e evitar que o Brasil se torne “A Alemanha subjugada pelo nazismo” (*A Plebe*, 1933, n. 36, p. 4), o autor anônimo explica sobre os campos de trabalho, treinamento e educação militar.

A Federação Operária Uruguaiana, no Rio Grande do Sul (*A Plebe*, 1933, n. 37, p. 3), não se exime de registrar a sua opinião, na seção “Movimento Operário”: “São seus meios de

luta as greves, a educação e instrução dos trabalhadores, os boicotes e todos aqueles que a consciência libertaria aconselhar”, realçando as possíveis formas de resistência ao domínio fascista.

Mas é preciso tomar cuidado com as “Escolas operárias ou arapucas burguesas?” (*A Plebe*, 1933, n. 37, p. 3):

Há por aí um carinho serôdio pela instrução popular, um enternecimento doentio pela cultura proletária, pela educação operária, que convém ter bem em vista e precaver-se contra ela, ou, pelo menos, preservar-se contra a influência nociva e desagregadora (*A Plebe*, 1933, n. 37, p. 3).

A “Escola de Vagabundos” é um bom exemplo, mas referente ao Estado, no qual B. S., no artigo “Paradoxo” (*A Plebe*, 1933, n. 37, p. 4), conta que chegou a uma Chácara, que descobriu ser do governo, pôs-se a conversar com um senhor, que também olhava o ambiente. Ali estavam várias crianças, maltrapilhas e castigadas, em extrema disciplina: plantavam o dia todo, dormiam em barracões e, à noite, iam para a escola, onde, além de tudo aprendiam a rezar e a instrução militar. Ora, e eles eram os “vagabundos”, segundo esse senhor que também os observava?

Esforçava-me por desfazer a confusão que aquele paradoxo me proporcionava: os vagabundos são quem trabalha, quem revolve a terra, quem planta, quem colhe...

Aprendem a rezar e militarizam-se... Esta é a escola que eles recebem!

Que crime terá cometido aquela massa de crianças?

...Ah! Sofrem fome! Tiritaram de frio! Dormiram nas portas das igrejas! Então, prenderam-os, como prendem a todos, para afastar da cidade esse aspecto de miséria que existe em todas as urbes dos países capitalistas.

Que mundo de lodo! (*A Plebe*, 1933, n. 37, p. 4).

É preciso estar atento à falsa educação, e o artigo de Atomo, intitulado “Humildade, resignação, tolerância...” (*A Plebe*, 1933, n. 41, p. 2) alerta sobre os falsos educadores que querem que o povo seja humilde, resignado e se curve diante das autoridades (patrão, padre, general, governador). Essa é uma autoridade artificial, porque todos são e têm como fim a exploração. São os pobres que têm de ser humildes ou devem se orgulhar da sua força, pergunta o autor? Em sua opinião, a resignação foi inventada por ricos, com o objetivo de escravizar. Como nos resignar, se o salário não dá para o sustento? “Sublime escola essa que nos ensina a curvar a espinhela para que os piratas cavalguem!...”

Essas situações despertam para o senso de justiça; por isso, chega Bongado, em “Revolução Social” (*A Plebe*, 1933, n. 42, p. 2), questionando acerca do que é preciso para tal. Deve estar ligada ao sentir, pensar e agir dos indivíduos, sem as autoridades, com os decretos,

leis recompensas, castigos, prisões, propriedades e atos religiosos, cada um com seus próprios interesses. “As lutas políticas e religiosas que se agitam atualmente, partem de percepções despeitadas, filhas duma educação decadente e de físicos doentios” (*A Plebe*, 1933, n. 42, p. 2).

Ora, o homem, como salienta H. Halpern, em “A religião e o proletariado” (*A Plebe*, 1933, n. 42, p. 1),

[...] no albor da sua infantilidade não possui nenhuma noção sobre deus, anjos ou diabo. De tudo isso vem a ter-se conhecimento pelas circunstâncias acidentais em primeiro lugar da mãe, avô, e, naturalmente da escola (*A Plebe*, 1933, n. 42, p. 1).

É preciso continuar lutando e resistindo contra esse “Trio Corruptor”, o qual tenta dominar a todos. E a Conferência Internacional das Trabalhadoras em Bruxelas (*A Plebe*, 1933, n. 46, p. 1) uniu-se a essa luta, aprovou a moção de indignação as violências contra a classe trabalhadora alemã e, entre outras questões, o valor da liberdade individual, a luta contra o fascismo e a importância da educação.

Foi o que fizeram em relação à Alemanha, mas a luta é internacional, porque o polvo clerical se une a todas as forças governamentais e burguesas, para continuar ressurgindo a todo momento, com o seu poderio e domínio sobre o povo. Entretanto, aqui no Brasil, a resistência continua, conforme o autor anônimo de “Vida anarquista – A todos os anarquistas do Brasil” (*A Plebe*, 1933, n. 48, p. 2):

Não obstante haver a certeza de que no Brasil o fascismo não conseguirá medrar, porque, porque as condições de educação e as condições geográficas do país não são de molde a produzir vida a essa planta daninha do clericalismo, acham, entretanto, os anarquistas do Grupo Terra Livre, já em relações com os outros grupos, que, afim de evitar danos maiores á vida coletiva do Brasil, devem ser postas em pratica todas as atividades revolucionarias no combate a essa praga que ameaça a tranquilidade do proletariado brasileiro (*A Plebe*, 1933, n. 48, p. 2).

Era importante a organização dos anarquistas e existia, de fato, uma luta de resistência, assim como no acreditar que a revolução social estava por vir; contudo, essa última fala se demonstra bastante ingênua e divergente do que Maria Lacerda de Moura e outros autores escreveram sobre a dominação do polvo clerical, que inclusive se utiliza das suas localizações geográficas, igrejas e escolas para pregar o seu entendimento sobre o que é certo, no sentido político, espiritual, educacional, de resignação social e obediência.

Como destacado acima, não são todos os autores que comungam desse entendimento do autor anônimo. Por exemplo, Antônio Manoel Vinhais, no artigo “Professores ou agentes do Vaticano?” (*A Plebe*, 1933, n. 52, p. 4), critica a influência clerical em todo o país, dando como

exemplo o magistério e a escola normal, repletos de professores católicos. Convoca os intelectuais de consciência livre contra a arrogância do clero para bloquear o polvo clerical.

Não é diferente quanto à “A questão social na Constituinte” (*A Plebe*, 1934, n. 58, p. 1), na qual outro escritor anônimo, com uma escrita contundente, nega aos membros da Constituinte ou instituições de Estado a autoridade para resolver as questões dos trabalhadores. Diz já saber que a revolução de 30 trairia o povo com sua demagogia que, entre tantas questões, introduz o ensino religioso nas escolas:

Precisamos agora, quando no mundo todo se agitam os problemas sociais visando as massas trabalhadoras, os ‘pais da pátria’ penduram um rosário no pescoço, agarram-se as cordas dos sinos borolentos das teorias inquisitoriais e badalam os artigos do catecismo como a solução aos problemas humanos da liberdade (*A Plebe*, 1934, n. 58, p. 1).

A nossa educação é cheia de vícios e prejuízos, como enfatiza J. Carlos Boscolo, em “Verdades Sociais” (*A Plebe*, 1934, n. 59, p. 2). Por isso, conforme realçado na Conferência Operária Brasileira (*A Plebe*, 1934, n. 62, p. 3), é preciso

[d]esenvolver constante propaganda contra todos os vícios e más hábitos que prejudicam moral e fisicamente os trabalhadores, sustentando, ao mesmo tempo, uma permanente obra de educação e instrução em todos os meios obreiros, procurando elevar o nível dos conhecimentos intelectuais, profissionais e sociais da classe trabalhadora (*A Plebe*, 1934, n. 62, p. 3).

O entendimento da Conferência Operária Brasileira e dos movimentos grevistas estava articulado com o conceito anarquista de luta de classe, como é possível verificar, em “Os movimentos grevistas e o conceito anárquico da luta de classe” (*A Plebe*, 1934, n. 67, p. 1):

A luta de classes, como encaram os anarquistas, é a ação direta dos trabalhadores, como demonstração de uma independência de caráter e de consciência, contra as classes que exploram o trabalho escravizando os indivíduos ou submetendo-os por uma educação disciplinada com base na obediência ao chefe (*A Plebe*, 1934, n. 67, p. 1).

A autoridade tem um papel repressivo, com a desculpa de ser guardadora da moral, cedendo apenas por pressão. A história mostra que autoridade e justiça são incompatíveis, afirma Claudio de Lisle, em “Autoridade e justiça” - “A justiça quer a benevolência, a educação, a grandeza da alma, falando assim, enquanto a autoridade se alimenta da soberba, do orgulho, da vaidade e da violência” (*A Plebe*, 1935, n. 85, p. 2).

Os capitalistas combinam a violência com a precisão maquiavélica. Eles inculcam nas massas as suas ideias. Eles as educam dentro de um espírito e de

uma mentalidade em harmonia com os seus interesses e caprichos. Escravizam, assim, a sociedade duplamente, porque a escravizam material e ideologicamente. Não se contentam em possuir apenas o corpo operários, do soldado e do marinheiro. As ideias impostas á necessidade atual, são ideias da burguesia. Em crianças, os homens aprendem a obedecer sem perguntar, a adorar as imagens e rezar... (*A Plebe*, 1935, n. 83, p. 2).

A citação acima, de Roinvjócira, no artigo “Necessidades Urgentes” (*A Plebe*, 1935, n. 83, p. 2), se pergunta: “E quantos, quantos por aí andam já perdidos no labirinto de uma escravidão branca sob o jugo de uma minoria de mistificadores [...]”. Na dominação do clero, como frisa J. Alves, em “A exploração clerical no Brasil” (*A Plebe*, 1935, n. 93, p. 3), que vai vagorosamente tomando espaços até “[...] o ensino religioso nas escolas, Cristo no Tribunal, a Constituição decretada em nome do padre do Filho e do Espírito Santo, a igreja novamente casa com o Estado [...]” (*A Plebe*, 1935, n. 93, p. 3).

4.3 O Estado de S. Paulo

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi fundado em 1875, tem grande circulação, não é um jornal da imprensa alternativa, muito menos anarquista, libertário e anticlerical e, talvez por isso mesmo, se tornou um espaço interessante de se fazer uma busca sobre Maria Lacerda de Moura e o alcance de seus escritos e pensamentos. O jornal atualmente se encontra *on-line*, inclusive o seu acervo com as publicações antigas, onde é possível fazer a busca da palavra de que se desejar ter informações. Como é um jornal que não é libertário, excluiu-se a busca pelo tema da educação.

Na busca pelo nome de Maria Lacerda de Moura, encontram-se quinze artigos, dos anos de 1918, 1920, 1921, 1929, 1931, 1932, 1934 e 1970. Há menção à publicação dos livros *Em torno da educação*, *Han Ryner e o amor plural*, *Civilização*, *tronco de escravos*, além de uma publicação da revista portenha *Nervio* e as suas participações em congressos e conferências.

Na publicação de 24 de março de 1934, na seção bibliográfica, divulga-se o livro de Maria Lacerda de Moura, realçando que as suas publicações ultrapassam a barreira do país. Em 02 de fevereiro de 1929, Maria Lacerda de Moura esteve em São Paulo, para a Conferência Pacifista, a fim de falar sobre Han Ryner, filósofo, neoestoico, individualista, considerado o “Sócrates moderno”. A autora comenta: “Sem o sorriso da duvida e a musica do sonho, nenhuma liberação é completa” (*O Estado de S. Paulo*, 1929, p. 7). O autor do artigo, que aborda a palestra de Lacerda sobre Han Ryner, pareceu se interessar bastante pelo assunto:

Para a acção, para a vida, o “positivismo da vontade”, que é o estoicismo; para a vida subjetiva, a metaphysica livre do sonho. Não afirmar nem negar:

sonhar. Christo e Epiteto são os dois marcos mais altos da humanidade para a philosophis ryneriana. Christo, Epitcto, Sócrates e Epicuro – os seus grande amigos. Do fraternismo de Christo, do estoicismo de Epitecto, da sabedoria subjetiva de Socrates e da sabedoria de Epicuro, Han Ryner fez a sua filosofia subjetivista, filosofia sentida e vivida em todas as circunstancias de sua vida admirável. Han Ryner não escreve compêndios de filosofia teórica: vive a vida philosophica do individualista da “vontade de harmonia” (*O Estado de S. Paulo*, 1929, p. 7)¹¹⁰.

Essa é parte do escrito do artigo na qual se alude à conferência de Maria Lacerda de Moura sobre Han Ryner. Em outro espaço se afirma que a autora esteve presente, sendo registrado no jornal que foi no Congresso de Proteção a Infância, em 16 de maio de 1920, onde ela falou “Das vantagens da educação intelectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades” (*O Estado de S. Paulo*, 1920, p. 5).

O seu nome apareceu mais quatro vezes, em momentos bastante intrigantes, mas dos quais infelizmente não foi possível, através desses escritos, obter maiores informações; elas precisam ser estudadas e pesquisadas com mais afinco. A primeira foi constatar o nome de Maria Lacerda de Moura na Liga Nacionalista da Campanha contra o jogo, na edição de *O Estado de S. Paulo* de 30 de novembro de 1921, página 6. A segunda, um grande achado, na publicação de 19 de julho de 1918, explica-se que, no livro *Em torno da educação*, boa parte se refere às “Cronicas Femininas” que ela escrevia em Minas Gerais, com um pseudônimo de “Celina”.

As duas últimas curiosidades precisariam também ser confirmadas. A primeira é a divulgação da Conferência “O problema da burguesia”, pelo “jornalista, escritor e sociólogo” Tristão de Athayde, promovida pela Federação das Congregações Marianas e pela Acção Universitaria Catholica e, logo abaixo, anunciando que na segunda-feira seguinte haveria uma conferência de Maria Lacerda de Moura, “Guerra a guerra”, no *O Estado de S. Paulo* (5 de junho de 1931, p. 4).

A segunda curiosidade é a divulgação do livro de Platão, *Apologia de Sócrates*, traduzido por Maria Lacerda de Moura e com a Introdução de Alceu Amoroso Lima, que é, como se sabe, Tristão de Atháide, intelectual católico que lutou pelo ensino religioso e o qual Lacerda critica, em um dos seus livros. A tradução de Lacerda já era sabida, mas a Introdução de Amoroso Lima surpreendeu, em publicação no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 13 de março de 1970.

Um artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* (29/03/1945), infelizmente, não foi encontrado nessa busca no acervo digital. A menção foi encontrada no livro de Lessa (2020),

¹¹⁰*O Estado de S. Paulo*, edições de 19.07.1918 a 13.03.1970, nos arquivos digitais do jornal.

em pesquisa que a autora fez no CEDEM-UNESP, uma matéria sem assinatura, intitulada “Uma escritora”, falando de sua morte.

Encerra-se este capítulo, que teve como objetivo a pesquisa documental sobre Maria Lacerda de Moura e a educação em três jornais, sendo dois deles da imprensa anarquista brasileira e um na imprensa de grande circulação. Os três serviram para verificar o que se falava da autora, na imprensa anarquista ou não, sendo os dois primeiros para descobrir quais eram outros “objetoires de consciência”, autores anarquistas, anticlericais, e o que tratavam sobre educação.

A leitura dessas fontes documentais, principalmente as anarquistas, se fez de suma importância para se compreender que não era apenas Maria Lacerda de Moura que pensava da forma como se apresenta, nos Capítulos 2 e 3, a dominação dos fascistas, da Igreja Católica e seus intelectuais sobre a educação brasileira e seu povo. Pode-se, através desses documentos, verificar em outros autores, alguns conhecidos e outros anônimos, que a percepção sobre a interferência do fascismo e da Igreja Católica estava nos escritos dos escritores e militantes anarquistas e anticlericais.

A luta contra a dominação da Igreja Católica era fortíssima, a ponto de um dos jornais, *A Lanterna*, ser declaradamente anticlerical, denunciando todos os abusos de poder dessa instituição, a qual se utiliza de um dogma e da crença massiva da população para controlar a todos e dominar sobre eles, influenciando inclusive a sua vida política partidária, no sentido de que usa os espaços religiosos para fazer a pregação dos fascistas.

Para esses autores, os espaços de educação são importantes lugares de formação das mentes da população e, assim, o clero, o fascismo e seus intelectuais, ou melhor dizendo, os superelefantes, conforme designou Maria Lacerda de Moura, lutavam para se manter dentro deste campo e perpetuando a dominação, domesticação, controle e servilismo do povo. É o polvo clerical!

O polvo clerical é assim denominado por Maria Lacerda de Moura, como outros autores, entre eles Xisto Leão, autor cuja identidade infelizmente não se sabe e cujas ideias se aproximam demasiadamente com os escritos de Maria Lacerda de Moura sobre educação. Esse polvo que se pretende estar presente em todos os espaços da sociedade, para controlar a população, pois sem ele, sem Deus, os homens e mulheres estão perdidos, de sorte que apenas através dos seus ensinamentos de domesticação e servilismo há salvação.

É preciso, segundo os autores e autoras, combater esse polvo clerical e sua dominação, que é fundamentalista, é imperialista, é capitalista, é fascista, se molda conforme o grupo político que está dominando, para se manter no poder. Nesse sentido, conhecer outros autores,

através dessas fontes, mostrou-se muito profícuo, na contribuição do entendimento sobre o fascismo, a Igreja Católica e a educação, no Brasil da década de 1930. Na busca por esse tema e sobre Maria Lacerda, encontramos a crítica a respeito dessa autora, sendo esta específica sobre um dos livros da escritora, elencado como base para os estudos dos seus escritos sobre clero, fascismo e educação.

O fato de essa obra da autora, que recebeu críticas, ser um dos livros-base para compreensão sobre fascismo, Igreja Católica e Educação, fez-se necessário entender as críticas dos militantes Osvaldo Salgueiro e Pedro Catalo. Por isso, ou pelo fato de, ao iniciar-se um diálogo da autora com esses críticos, a discussão ficou demasiada extensa e densa para a interpretação dos leitores, foi necessário transformá-lo em um novo capítulo, intitulado “Sem pontos e sem iis”.

CAPÍTULO 5 - SEM PONTOS E SEM iis...

No capítulo anterior, que teve como objetivo compreender o que Maria Lacerda de Moura e outros anarquistas da década de 1930 discutiam, encontrou-se uma crítica sobre a autora, referente a um dos seus livros, *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, o qual é um dos livros elencados como base nesta Tese, para a compreensão do pensamento de Maria Lacerda sobre fascismo, Igreja Católica e educação. Portanto, a leitura e entendimento dessas críticas fizeram-se necessárias. A compreensão das críticas e entendimento sobre o que exatamente Lacerda quis dizer, ao escrever, se transformou em um texto o qual se apresenta, nas linhas abaixo.

Maria Lacerda de Moura teve os seus artigos e livros publicados de 1918 a 1944, primeiramente sobre educação, emancipação da mulher e, depois, sendo ampliados os seus conhecimentos e escritos para diversas áreas, como filosofia, anarquismo, fascismo e anticlericalismo. Sua escrita é bem característica, com muitas citações das suas mais diversas leituras, de forma imbatível e crítica, sem economizar ao discorrer sobre os feitos e horrores da humanidade.

Diante de suas ações, recebeu muitos elogios, divulgações e indicações de leituras dos seus livros, como foi possível verificar na leitura dos jornais *A Lanterna*, *A Plebe* e *O Estado de S. Paulo*, mas também sofreu algumas críticas. Por exemplo, tendo como base esses documentos da década de 1930, encontramos uma crítica no jornal *A Plebe* de 1935, número 97, página 4, intitulada “Crítica e Doutrina”, feita por Osvaldo Salgueiro, relativa à publicação do seu livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, de 1935, divulgada pelo jornal de número 96, página 4.

Mas, por que debater sobre essas críticas, sendo que não são especificamente a respeito educação, que é o tema principal do estudo? Ler as críticas, voltar ao texto da autora, tudo isso contribui em demasia para ampliar o conhecimento sobre o pensamento de Maria Lacerda de Moura. É relevante entender o seu estilo de crítica, muitas vezes ácido, outras vezes irônico e em tom de desafio e brincadeira. Lacerda faz pensar, pelo bem ou pelo mal, desafia a si e a seus leitores.

A autora amplia o entendimento sobre a educação, de uma forma não muito vista, ou não muito bem-vista, até os dias atuais. Educação, para Maria Lacerda de Moura, não se resume a educação dentro das escolas e, para ela, tem como dever proporcionar o alcance as outras formas de educação. A escola, para a autora, deve levar ao livre pensamento, sem dogmas, sem dominadores, instigar a sempre conhecer mais. Conhecer inclusive a si mesmo, questionar-se e

ampliar a percepção sobre si e sobre o outro. Nesse sentido, as linhas abaixo, são resultado da compreensão do pensamento da autora, através das críticas feitas a ela, compõem este trabalho.

Após a leitura das críticas, fez-se uma busca sobre o autor delas, para conhecer e compreender a base dos seus escritos. Infelizmente, em uma primeira busca, não foi encontrado estudo específico sobre Osvaldo Salgueiro, nos repositórios de Dissertações e Teses da UNESP, USP e UNICAMP. Sabe-se que foi um anarquista que cooperou não apenas com o movimento operário, mas também com a imprensa anarquista. Na busca por seus artigos, no jornal *A Lanterna* e *A Plebe*, encontra-se um artigo em cada jornal. Em *A Lanterna*, no número 391, página 1, de 23 de março de 1935, o artigo “O ensino religioso e suas consequências”, o qual versa sobre uma conversa com sua prima professora, que tivera problema com duas alunas, porque uma chamou o pai da outra de “burro”, por não querer o ensino religioso na escola, o diretor da escola nada fez, pois também vai às missas de domingo. Em *A Plebe*, aparece o outro artigo, aquele com sua crítica a Maria Lacerda de Moura.

A crítica de Salgueiro acaba por ser endossada por Pedro Catalo, na edição de número 99, página 3, de 1935, com o título “Os pontos nos ii” – Ainda o ultimo livro de D. Maria Lacerda de Moura”, que, em um trocadilho, foi utilizado para nomear este capítulo. Não para criticar os autores, contudo, para demonstrar que a conversa não se encerra neste texto: aqui são apenas possibilidades de pensamentos, diálogos e reflexões entre os autores e a Tese. Sobre essas críticas, alguns pesquisadores já escreveram, como Miriam Moreira Leite, Denise Cristina Ferreira e os redatores da 2ª edição do livro de Maria Lacerda de Moura, *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, de 2018, na parte intitulada “Nota de apresentação: editores” (2018, p. 7-9).

Segundo Leite (1985), houve outras críticas a Maria Lacerda de Moura, no jornal *A Plebe*; a primeira aconteceu em 1923, mas esta não será o foco, por ter ocorrido fora da década que se está pesquisando, embora seja necessário registrar sua existência. A crítica foi resultado da Conferência Conformados e Rebeldes, no Festival de *A Plebe*, organizado pela União dos Artífices em Calçados, onde a autora fez uma conferência, em 25 de agosto de 1923:

Para um público de anarquistas, revoltado com as violentas perseguições movidas na União Soviética aos dissidentes do Comitê Central e pelas deserções em suas linhas em decorrência da formação do Partido Comunista. Maria Lacerda de Moura discorreu sobre a obra do ministro Lunacharsky (Leite, 1935, p. 2).

Esse feito da autora, para Leite (1985), gerou uma série de críticas publicadas no jornal *A Plebe* em 1923, deixando de receber convites para conferências e palestras por quase 10 anos,

voltando a ser publicada nesse jornal, em 1933, unindo-se contra a guerra e o clericalismo. Faz-se mister recordar que esses 10 anos coincidiram com a época em que Maria Lacerda de Moura esteve morando em Guararema, onde se aproximou mais do anarquismo individualista de Han Ryner e publicou a maioria de suas obras.

A segunda crítica à autora ocorreu em 1935, após a publicação do livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, na edição número 97, página 4, de 1935, por Osvaldo Salgueiro, anarquista colaborador do jornal, com o título “Crítica e Doutrina – Fascismo, filho dileto da Igreja e do Capital”. Na edição posterior, de número 98, de 1935, também na página 4, A. N. o qual se acredita ser a abreviatura de André Néblind, saiu em defesa de Maria Lacerda de Moura e, no número 99, de 1935, Osvaldo Salgueiro, na página 2, responde a A.N., ao passo que Pedro Catalo, na página 3, escreve um artigo para encerrar a discussão, denominado “Os Pontos nos ii – Ainda sobre o último livro de D. Maria Lacerda de Moura”.

No artigo de Ferreira (2022), ela frisa que Maria Lacerda recebeu críticas, mas não se esclarece quais foram. Já na “Nota de apresentação: editores” (2018, p. 7-9), no livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, faz eco a resposta de A.N. “Não é mais urgente o combate ao fascismo do que o capricho das palavras?” (2018, p. 9).

Neste capítulo, debruça-se sobre esses artigos, para compreender quais as críticas feitas aos escritos e pensamentos de Maria Lacerda de Moura sobre fascismo, Igreja Católica e Educação, o que outros autores já pesquisaram, escreveram sobre esse assunto, além de se fazer algumas reflexões.

Na edição número 96, de 31 de agosto de 1935, na página 4 do jornal *A Plebe*, encontra-se a divulgação de um livro de Maria Lacerda de Moura:

Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital.
Com este título acaba de ser publicado um novo livro de Maria Lacerda de Moura, em que a conhecida revolucionária estuda, com a clareza que lhe é peculiar, as origens e a finalidades do fascismo (*A Plebe*, 1935, n. 96, p. 4).

Com essas palavras, a redação do jornal publica a divulgação do livro da autora. Na edição seguinte, número 97, de 14 de setembro de 1935, na página 4, vem o artigo de Osvaldo Salgueiro, intitulado “Crítica e Doutrina”, onde o autor faz uma crítica ácida a Maria Lacerda de Moura. Neste ponto, faz-se o diálogo entre as críticas de Osvaldo Salgueiro e a compreensão que se obteve do pensamento de Maria Lacerda de Moura, através da Tese.

Iniciando a leitura do artigo, percebe-se que sua primeira parte não trata do livro, mas da autora. Inicia, questionando as “[...] convicções doutrinárias, filosóficas, científicas, teológicas [...]” (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4) de Maria Lacerda de Moura, dizendo estar fazendo

um esforço e tendo boa vontade com ela e seus escritos, cheios de contradições e logomaquias¹¹¹. Considera os seus escritos apocalípticos.

Escreve, atabalhoadamente, a proposito e a desproposito de tudo, e parece não possuir o indispensável conhecimento acerca de coisa alguma. Além disso, diz sempre as mesmas coisas, sempre as mesmas frases feitas, dando a fastidiosa impressão de que seu ultimo livro é uma nova edição do precedente [...] Maria Lacerda de Moura diz-se individualista, e não pôde aceitar a possibilidade de uma organização social sem o Estado - detentor e controlador da integridade física, intelectual e moral do indivíduo, desde que este nasce até que morre (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

Oswaldo Salgueiro não parece estar falando do livro citado como crítica, todavia, fazendo-a para a autora em si e seus pensamentos. Seria preciso pesquisar melhor, mas, nos livros e artigos lidos de Maria Lacerda de Moura, a autora não escreveu sobre não aceitar a possibilidade de uma organização social sem o Estado, porém, sobre não acreditar que o ser humano tenha condições morais, físicas, intelectuais e psicológicas de viver em uma sociedade sem o Estado controlando. O ser humano, para ela, ainda não estava preparado emocionalmente e intelectualmente para viver em uma sociedade sem governo e, nesse sentido, ser isso uma utopia.

A. N., no número seguinte do jornal (*A Plebe*, 1935, n. 98, p. 4), avalia que essas críticas são desabafos infundados. A. N. seria André Néblind, companheiro de Maria Lacerda de Moura? Se assim for, tende-se a compreendê-la como uma discussão pessoal entre militantes. De todo modo, as primeiras críticas não são sobre o livro, mas sobre a autora, pois muitas delas não estão presentes na obra, como: “Declara não crer em Deus e não pôde tolerar os ateus” (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4). Em nenhum momento ela afirma não acreditar em Deus, nem entra nessa discussão: o mote de seu debate é a dominação clerical e, assim, ser anticlerical, diferenciando clero de Deus, pois o clero é a construção de dominação que alguns homens criaram sobre o povo, em nome de um Deus.

Escreve que nada se deve afirmar ou negar dogmaticamente, e tudo quanto nega ou afirma é feito em tom de excatredra, sentencioso, irrefutável. De vez em quando cita os aforismos Não julgueis para não serdes julgados; Quem não tiver pecado, que “atire a primeira pedra”, e em seguida julga e apedreja publica e ostensivamente a todo o mundo cujas idéias e cujas normas de conduta não sejam pautadas segundo o modo exclusivista pelo qual ela vê as coisas. Prêga a tolerancia e a não resistência ao mal, num sentido absoluto; entretanto, não tolera que se faça a mais leve objecção, mesmo em tom amistoso, aos seus trabalhos.

¹¹¹ “1. Discussão por interpretações diferentes do sentido de cada palavra; querela em torno de palavras. 2. Emprego de termos não defendidos num discurso, numa argumentação; palavreado vão. 3. Pejorativo: querela em torno de coisas insignificantes” (Oxford, 2023).

(*A Plebe*, 1935, n. 96, p. 4).

Lacerda é bastante crítica em seus textos, de fato, e rebate suas críticas em alguns momentos, em outros não, como é o caso da presente, para a qual não se tem registro de ela ter dado resposta. Em relação aos aforismos, também é verdade: ela se utiliza bastante deles, principalmente para demonstrar a hipocrisia do Clero e da Igreja.

Um autor de *A Plebe* (1933-1935), que chama atenção, por alguns de seus escritos e pensamentos concordarem com a forma de escrita de Maria Lacerda de Moura, é I. M., que infelizmente só assina com iniciais. Esse autor escreve que “[h]á, a nosso vêr, quase tantas maneiras de definir o anarquismo e de expressar a natureza das ideias, como indivíduos que interpretam e se chamam de anarquistas...” (*A Plebe*, 1933, n. 25, p. 2): essa é um pouco a linha de pensamento de Maria Lacerda.

Após essas críticas mais personalizadas em relação às convicções, à forma, ao estilo de escrita e à personalidade de Maria Lacerda de Moura, Osvaldo Salgueiro inicia as críticas específicas em relação a algumas partes do livro. As primeiras são ao fato de Lacerda dizer que a Rússia vive relações amistosas com o papado e este com os Estados Unidos, Alemanha e Itália, que, na edição de 1935, se encontra na página 6, e, na edição de 2018b, está na página 18; logo na segunda página do livro, que se inicia com o título “A ofensiva do clericalismo”, vem seguinte forma:

A Rússia vive em amistosas relações diplomáticas com o Papado. E, acaba de conceder aos Estados Unidos licença incondicional para fundar igrejas protestantes no território dos Soviets. A Rússia está bem com todos... Para que o Estado qualquer seja, firme-se bem nos seus alicerces de força e poderio, tem de fazer concessões. O caso do México é único na história contemporânea. Aliás, a Rússia tem confiança na educação anti-religiosa das suas escolas e parece não mais temer a influência confessional de qualquer igreja. Na sua política externa dá-se bem com a Alemanha Hitlerista, embora as perseguições aos comunistas ... dá-se admiravelmente bem com a Itália fascista e cultiva ótimas relações com o Papado e o clero protestante dos Estados Unidos ... A Rússia bateu o recorde de diplomacia burguesa ... (Moura, 2018b, p. 18).

Essa citação está na rota de rodapé da página e diz respeito a uma explicação que a autora faz à seguinte afirmação:

E o Clericalismo se faz representar, modernamente, nas quatro castas dominantes do nosso regime social. De novo o mundo civilizado é dirigido e governado despoticamente pelo jesuitismo de casaca. Não há exemplo, no mundo moderno, de um só político de valo que se desembarace altivamente do domínio do clero, a não ser no México altivo e heroico. Todos se curvam

servilmente diante da Igreja e beijam covardemente as mãos do Papa (Moura, 2018b, p. 18).

Marca sua crítica à Igreja Católica, mais especificamente ao Clero que ressurge e cuja ideologia política irá depender de quem está no poder, pois, para ela “[o] cristianismo, para mim, é a significação mais perfeita de uma civilização voraz de déspotas e escravos” (Moura, 2018b, p. 17). A Igreja, sentindo que estava perdendo espaço para a razão humana e a literatura livre, encontra nas ditaduras modernas o espaço propício para ressurgir.

Como aquele termo que ela e outros autores anarquistas utilizam, em seus artigos, o Polvo Clerical, com seus tentáculos, alcança todos os lugares e espaços, no domínio econômico e político. Assim, são variadas as vestimentas que o Clero emprega para continuar no controle das questões religiosas e educativas.

A autora explica que, por mais que muitas tiranias modernas, no início, tenham se colocado ou, melhor dizendo, que seus tiranos tenham se colocado no momento propício como não crentes, em outro momento, também propício, se resignaram para consolidar a ampliação do seu poder. Nenhum desses ditadores e governantes, de uma forma geral, resistiu ao “braço secular” da Igreja Católica, exceto o México, que

[...] é a prova eloquente da resistência tenaz contra a organização nefasta dos prejuízos seculares. Guardadas as devidas proporções de século, de cultura, de civilização totalmente diversa, o México representa hoje aquela Veneza extraordinária, cidade única no mundo inteiro que resistiu, magnífica, à Igreja e aos Autos de Fé (Moura, 2018b, p. 18).

Essa é a questão acerca da qual Lacerda reflete, em seu livro, mencionando esse exemplo de resistência política de um país ao movimento histórico de manutenção, expansão e dominação da Igreja Católica, através do Polvo Clerical.

A citação de Lacerda que Salgueiro utiliza, no parágrafo seguinte, se encontra no final do livro da autora, no capítulo intitulado “O Vaticano já é comunista!”, onde ela escreve a seguinte frase, a qual Salgueiro também a cita em seu artigo:

Porque, não podemos injuriar a Rússia soviética, não podemos supor que aquele punhado de homens de valor, que derrubaram o tsarismo feudal e construíram, seja como for, uma sociedade nova etc, etc, não podemos imaginar que aquela gente admirável seja capaz de dar a mão à Igreja para continuar a escravizar a alma humana (*A Plebe*, 1935, n. 96, p. 4).

Salgueiro compreende essa citação de Maria Lacerda de Moura como um elogio aos russos e a crítica por isso:

Por outro lado, nós quiséramos que Maria Lacerda de Moura, que tanto nos fala em harmonia interior, nos dissesse como pôde conciliar a sua filosofia da não violência com a apologia de um regime que tem por base e por sistema a mais terrível das tiranias. Onde estão as suas doutrinas de brandura e indulgência, ao entusiasmar-se com uma "sociedade nova" onde se estabelece a pena de morte mesmo para as crianças de 12 anos, passíveis de crimes consequentes do próprio regime? Mesmo admitindo-se, como diz M. L. de Moura, que aquela "gente admirável não seja capaz de dar a mão à Igreja para continuar a escravizar a alma humana", acaso o povo russo é, por isso, menos escravo? (*A Plebe*, 1935, n. 96, p. 4).

Mas o contexto é, mais uma vez, para Maria Lacerda de Moura, o questionamento à Igreja Católica, como o livro todo é dedicado a isso. Diz que o Vaticano, já percebendo o declínio do capitalismo e estando bem pertos do fascismo, mas vendo que este não iria durar muito tempo, precisaria tomar outro caminho e, então, começa a tatear o comunismo.

Apresenta como exemplo a revista *Documentazione Cattolica*, como prova da “[...] fantástica propriedade de adaptação da Igreja Romana” (Moura, 2018b, p. 141). Nesse documento da revista citada por Maria Lacerda de Moura, a qual sai de dentro do Vaticano, ela escreve sobre o quanto o capitalismo é contrário a Deus e que o sistema e a ética catolicista se mantêm longe dele, realçando o absurdo sobre a história do enriquecimento da Igreja Romana.

Vejamos a documentação:

O catolicismo, diz a referida revista, como sistema e como ética, tem sempre mantido o capitalismo a grande distância. Ele sempre procurou vencer-lo, pois a fonte e o espírito do capitalismo são evidentemente contrários a Deus”.

Mas, que desfaçatez! Para comprova-lo, bastam as rendas da prostituição, angariadas pelas prostitutas amantes dos Papas, na Roma gloriosa. As riquezas do clero e o meio de a obter, a ferro, a fogo, a veneno, são páginas de todos os capítulos da história da Igreja Romana. Mas, o órgão do Vaticano é muito mais positivo e traça já uma diretriz: “Eu penso que nenhum papa oporia barreira ao caminho do marxismo, se o marxismo permitisse alguma fresta por onde este espírito da Eternidade pudesse infiltrar-se nas massa operárias, se ele oferecesse alguma superfície segundo o espírito cristão, conservando-se o quadro da sua organização exterior”.

Essa é a negação diante da República Soviética.

Foi assim que a Igreja fez em todos os tempos. É uma Messalina, a “grande infame” que, com cinismo revoltante, presta-se a tudo, entra em qualquer combinação – para perpetuar a sua vileza e macular todas as épocas.

Essa declaração é muita significativa. Prova:

1º- Que o fascismo está em decadência, apesar de todos os discursos de Mussolini, e apesar das paradas dos camisas-pretas.

2º- Que o mundo cristão, na sua faina de espionagem por todo o orbe, vê que a sociedade caminha inevitavelmente para o comunismo – porquanto o

fascismo repugna às consciências mais esclarecidas e está em plena decadência;

3º- Que Hitler, irritado, violando, massacrando, torturando, supondo dar forças ao fascismo, foi mais prejudicial ao regime e contribui diretamente, com os seus processos violentíssimos, para a decadência do regime fascista, tornando-o ainda mais ridículo e odioso.

4º- Que a Igreja já está em uma decadência tal que não mais pode encobri-la. Que precisa assumir uma atitude decisiva e agarrar-se a uma tabua de salvação para não naufragar de vez.

5º- Que a Igreja não pode tirar as vantagens que aspirava dentro do regime fascista, embora todas as concessões de Mussolini e a Igreja unida ao Estado fascista.

6º- Que há luta surda entre o Fascismo e o Vaticano.

(Moura, 2018b, p. 142-143).

Com essas palavras, a autora faz um resumo, em seis itens, da decadência do fascismo, do hitlerismo e da Igreja, ressaltando que a declaração da revista é o símbolo da adaptação da Igreja. Essas são as exatas palavras de Maria Lacerda de Moura, antes da citação usada por Salgueiro como crítica à autora. O foco de análise de Lacerda não é a Rússia, porém, a instituição clerical e, sendo assim, a autora faz um *mea-culpa*, que inclusive é uma característica forte sua, para depois mencionar feitos positivos, que, no caso, não são sobre governo de Stalin, e sim de um povo que, como a autora mesma disse, “seja como for”, conseguiu se livrar do tzarismo e do sistema feudal e, nesse sentindo, não compreende que eles sejam capazes de “[...] dar a mão à Igreja para continuar a escravizar a alma humana” (Moura, 2018b, 143). E, assim, a Igreja tenta uma brecha para se infiltrar nas massas operárias soviéticas.

Entretanto, Salgueiro não entende assim e, de forma sarcástica, assevera que ela não pode injuriar aquilo que já injuriou. Torna-se interessante transcrever a continuação do parágrafo que Salgueiro criticou, mas sem as edições e cortes feitos por ele. Com essa leitura dos parágrafos completos e seguintes, fica compreensível que Maria Lacerda alimenta uma ponta de esperança, mas também de crítica em relação à Rússia e seu povo.

De qualquer maneira, a declaração da revista oficial da Igreja Romana, se representa o símbolo da adaptação desse polvo, ao mesmo tempo nos diz que os tempos são chegados...

Vão enterrar-se mutuamente.

Porque, não podemos injuriar a Rússia soviética, não podemos supor que aquele punhado de homens de valor, que derrubaram o tsarismo feudal e construíram, seja como for, uma sociedade nova, cheia de esperanças e forjada à custa do trabalho estupendo de toda uma geração nova de trabalhadores, intelectuais, cientistas, artistas e pensadores, não podemos imaginar que aquela gente admirável seja capaz de dar a mão à Igreja para continuar a escravizar a alma humana.

Não. O marxismo é a negação da Igreja. E a Rússia Soviética vai levantando os alicerces de um mundo novo, aonde não haverá lugar para o Vaticano.

E o proletariado do mundo inteiro não suportará mais o guante feroz e voraz da Igreja Romana.

As “massas” fascistas, racistas ou integralistas saem da pequena burguesia inconsciente e insatisfeita, comprada pelo capitalismo, ou saem dos ex-combatentes da grande guerra, são os “gangsteres”... ou os Johan Bogdân das trincheiras e do crime.

O proletariado mundial começa a sacudir a juba e não quererá mais suportar a carga da Loba Romana – fascista, capitalista e clerical. Findou-se o ciclo.

A declaração saída do Vaticano encheu-nos de profunda alegria!

Não é possível que o mundo proletário, que o ciclo da civilização, que vai começar uma nova era, levante a Igreja Romana da sua decadência, pactuando com a sua depravação e a sua voracidade milenar (Moura, 2018b, p. 143-144).

Ao ler essas frases de Maria Lacerda de Moura, compreende-se a importância de lermos uma sentença por inteiro e o perigos da construção de um discurso que pode ser feito fora do contexto. Em suas palavras, é possível ver nitidamente o seu descontentamento com a Rússia e o marxismo. Pergunta-se como é possível que, com tanta força de escrita, discurso e luta, após conseguir derrubar o czarismo, irão entregar-se à dominação do clero? Seu discurso é muito mais nesse sentido do que no exposto por Salgueiro, de vangloriar o povo russo e a forma de sua construção social. Ela alude à possibilidade de esse povo deixar de ser escravo e não que tenha deixado de ser.

Outra reflexão relevante é a questão de que o público de leitores de Maria Lacerda de Moura não se fechava no grupo de anarquistas e militantes libertários. Ela escrevia também para jornais e revistas que acessavam igualmente grupos de anticlericais, entre esses, anarquistas, socialistas, maçons e, inclusive, liberais e republicanos.

O intuito, no seu livro *Fascismo*: filho dileto da Igreja e do Capital, não tem como foco principal alertar sobre esse ou aquele grupo político ou econômico, porque isso ela já o fizera, em seus outros livros. O objetivo desse livro é especificamente desvelar a dominação milenar da instituição do Clero Romano. Depois, o crítico menciona outros escritos da autora:

Na pagina 160 do mesmo livro, M. L. de Moura escreve: "Hoje sabemos, pelas investigações científicas, que as descobertas modernas dos nossos sábios eram todas já conhecidas dos antigos ". E, mais em baixo: "A Astronomia já se vai aproximando da Astrologia, e a quimica, nascida da Alquimia, vai-se aproximando da fonte de onde surgiu ". Não fóra o receio de perder a linha, e eu diria á A: "Diga isso cantando!" Nas suas investidas contra os atêus, escreve M. L. de Moura em defeza das suas lucubrações metafísicas: " Pesquisizar, sonhar, buscar... " o sorriso da duvida e a musica do sonho... " Isto também é muito lindo; mas... recitado, e com acompanhamento de violino em surdina, talvez sôe melhor (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

Assim como Maria Lacerda de Moura, Salgueiro também parece escrever em tom ácido e irônico, com a diferença de que a ironia de Lacerda ocorre no sentido da crítica. Oliveira

parece ultrapassar o limite da falta de respeito, principalmente em se tratando de uma companheira de luta e causa. Isso talvez por ela ser uma mulher, anarquista individualista e pacifista ou, logicamente, como será possível conferir ao final do seu artigo, por ela dizer que não existem anarquistas, todavia, talvez ela tenha dito isso em consonância com a citação de I. M. sobre Bovio: “[...] anárquico é o pensamento e para a anarquia caminha a história” (*A Plebe*, 1933, n. 25, p. 2). Mas algo que ela cita soa um pouco pior, ou seja, que o único anarquista existente é justamente Cristo.

Mas, voltando ao início da citação, onde Salgueiro critica a autora por fazer aproximações entre os conhecimentos antigos e novos, são coisas que hoje muitos movimentos, como o feminista, do povo negro e dos indígenas, adotam, ao focar as sabedorias ancestrais, as quais a Igreja, a economia dominante e a medicina fizeram questão de esconder, razão pela qual são historicamente chamados de selvagens, primitivos, bruxas e charlatões.

Sobre as elucubrações metafísicas da autora, isso nada mais é do que o movimento de não se contentar com aquilo que está dado, sempre sonhar e procurar se aprofundar mais. Sua crítica aos ateus vai também nessa linha, assim como aos cientistas positivistas que não se permitem refletir em possibilidades outras, para além daquelas comprovadas em seus experimentos. E Salgueiro enfatiza:

Uma das contradições mais chocantes da A. de o "Fascismo" é a que, ao mesmo tempo que afirma que o estado actual de coisas será eterno, visto ser "uma fatalidade assentada na imbecilidade humana, eterna e infinita". endossa a opinião segundo a qual, "é no cerebro do individuo que se deve destruir o Estado" (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

Não se sabe o quanto Osvaldo Salgueiro leu de Maria Lacerda de Moura, no entanto, para quem a lê, fica evidente que a autora está querendo dizer que o fascismo, quer na forma de pensar, quer de sentir, sempre existirá, pois faz parte da imbecilidade humana. É algo que já foi escrito nesta Tese, no Capítulo 3, a exemplo do “ovo da serpente” e dos estudos psicológicos sobre esse fenômeno. O fascismo é como uma lombriga dentro do estômago, a qual é alimentada pelo ódio, a ponto de ela crescer tanto e engolir a pessoa, momento em que esta se torna fascista. A filósofa brasileira Marcia Tiburi explica isso muito bem, na introdução do seu livro *Como conversar com um fascista* (2015).

Figura 15 – A serpente



Fonte: *A Lanterna*, 1935, n. 398, p. 4, AEL-UNICAMP

A charge anterior, na figura 15, demonstra bem esse entendimento sobre pensamentos e sentimentos ditatoriais modernos:

Não se iludam os homens livres: a serpente integralista é alimentada, principalmente, pelo clericalismo, o maior e mais perigoso imperialismo que impera no Brasil a mando do Vaticano. Combater o padre, seja pobre ou rico, é, pois, impedir o advento da tirania inquisitorial fascista (*A Lanterna*, 1935, n. 398, p. 4).

A parte em que Lacerda aponta que é no cérebro do indivíduo que se deve destruir o Estado perpassa a lógica explicada acima, de que, mesmo após a destruição do Estado, se assim ela ocorrer, não se irá suportar muito tempo, pois a população, desde os césores ou a formação do Estado, está acostumada a servir e ser mandada. Se não houver uma educação para a emancipação (isso a autora ressalta desde 1919, em seu livro *Renovação*), a qualquer momento, os fascistas se reorganizam e podem tomar o poder e terão eco, terão a massa da população, que ainda não destruiu a lógica da dominação e da servidão do Estado, em seus cérebros, seguindo-os cegamente. Isso acontece em todos os momentos da história. É nesse sentido que Lacerda argumenta que a destruição do Estado tem de ser na mente das pessoas, entendimento que perpassa todo o movimento individual o qual ela defende.

Em determinado momento, Salgueiro sai da crítica do livro *Fascismo*: filho dileto da Igreja e do Capital e vai para um folheto, cuja indicação completa ele não fornece, mas em que Maria Lacerda de Moura menciona Francisco Ferrer:

Ha verdades experimentais, factos comprovados' — escreve M. L. de Moura em um folheto sobre Ferrer — “e cujas causas, cuja simples explicação a ciência não descobriu. E não se podem negar factos comprovados, embora não tenham sido decifrados, nem mesmo compreendidos pelos luminaires da

ciência humana oficial. Nega-los sistematicamente ou procurar escondê-los ou não querer ver, é absurdo igual às afirmações dogmáticas das revelações religiosas”.

O facto de que até agora não se tenham descoberto algumas das causas de certos fenómenos científicos, não se poderá daqui deduzir que jamais se venham a descobrir, embora essa tarefa não seja tão fácil como levemente M. L. de Moura julga. E, se é que ela está segura dessa facilidade, o seu dever é, creio eu, de a demonstrar aos sábios e aos cientistas... (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

O fato é que, até os dias atuais, muitas dessas questões não foram decifradas. A autora dizer que quer uma simples explicação não significa que esteja julgando como fácil. Sua crítica vai muito além, destinada àqueles que se conformam com as explicações já existentes e as têm como dogmas; assim, muitas vezes, acabam ocultando informações que possam levar a outras explicações e descobrimentos. Em determinado momento, Salgueiro expressa que “[...] a ciência é absoluta. Não é mais (e não é pouco) que o resultado (e isto toda a gente sabe) dos conhecimentos humanos” (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4). É justamente pensando nisso que Lacerda diz que negar os fatos, mesmo não decifrados, é um absurdo igual aos dogmas religiosos.

Importante deixar registrado que o artigo de Salgueiro, ao que se pode entender, teria como objetivo criticar o último livro de Maria Lacerda de Moura ou, pelo menos, as partes mais polêmicas de *Fascismo*: filho dileto da Igreja e do Capital, todavia, confirma-se, através dessa última crítica, algo que se percebe no início do artigo: esse texto não é única e exclusivamente uma leitura crítica do último livro de Lacerda ou de parte dele, porém, uma crítica à própria autora como escritora e em seu modo de pensar.

Mais interessante ainda é perceber, a certa altura do artigo de Salgueiro, que ele e Maria Lacerda de Moura concordam: “Cada descoberta científica é um efeito que tem a sua causa — causa esta que, uma vez descoberta, tornar-se-á efeito de uma nova causa a descobrir, a explicar ou como quiserem” (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

Continuando a leitura, verifica-se, ao menos em relação a essa questão, o momento em que Salgueiro discorda de Lacerda: “Não somos nós, os que não aceitamos certos ‘factos comprovados’, que procuramos escondê-los, mas, sim, eles, os ocultistas, que, por isso mesmo se dizem ‘ocultistas’” (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

Como dizer, em uma escrita mais acadêmica, que Salgueiro, tomando como base esse artigo, além de não compreender a afirmação de Maria Lacerda de Moura, em um folheto, não tem o intuito criticar, que ele se “doeu”, ao Lacerda dizer que alguns estudiosos tinham suas verdades como dogmas? Com efeito, esse é um problema de todos os tempos da ciência, quando certos autores entendem suas verdades como únicas.

Depois, em um parágrafo, assevera que poderia ter várias outras críticas à autora, mas que irá terminar, abordando o que ela disse sobre os anarquistas. Ou seja, nesse momento, ele retorna ao livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*. E, aqui, tem-se a comprovação de que Salgueiro e Lacerda pensam de forma semelhante. Mas talvez o autor do artigo, por desconhecer a forma de escrita de Lacerda ou por ter entendido que ela estava aludindo a ele e a seus companheiros, não conseguiu compreender o jogo de palavras e ironias, uma característica marcante em Maria Lacerda de Moura.

Por conseguinte, chega-se aonde se encontra a seguinte citação de Lacerda, que Salgueiro utilizou, no final do seu artigo:

A anarquia não teve ainda anarquistas: é a mais santa utopia sonhada pela ingenuidade e pela pureza de um Réclus ou de um Kropotkine. Minto: conheço um anarquista: Cristo. Os outros, os grandes, são os revolucionários da anarquia, os precursores, avanguardistas, os de boa vontade. Muitos supõem que são anarquistas... Batizam-se, eles mesmos. São burgueses rotulados pomposamente. “Ce sont des libertaires qui ont les idées de ma grand-mère...”
E são tantos... Quase todos... Anarquistas que se zangam conosco porque dizemos essas coisas... porque não acreditamos na existência de anarquistas... Os anarquistas que conheço, todos? Quase todos, - anarquistas porque são autoritários... Eu desconfio sempre dos rótulos. Mussolini foi anarquista. Mussolini foi socialista (Moura, 2018b, p. 152-153).

Está é a última citação de Maria Lacerda de Moura que Osvaldo Salgueiro reproduz, para tecer as suas críticas. No que concerne a essa citação, inicia seu posicionamento da seguinte forma:

Esta é uma das paginas que mais nos faz lembrar de que M. L. de Moura, quando escreve, está de tal forma enamorada de suas palavras, que não presta a menor atenção ao seu sentido ou falta de sentido. Como se fosse possível existir qualquer doutrina sem os respectivos criadores da mesma, ela diz que a anarquia (ou o anarquismo?) não teve ainda anarquistas; em seguida, se contradiz, afirmando que é uma utopia sonhada pelos anarquistas Réclus e Krópótkine," pára logo declarar que tudo aquilo é mentira é que só reconhece coma anarquista ao Cristo. Que o diabo a compreenda! (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

Continua questionando Maria Lacerda sobre quem são os precursores. Sobre Cristo ser anarquista ou revolucionário, não é uma particularidade de Maria Lacerda de Moura utilizar esse personagem como ícone de benfeitoria, porque outros autores anarquistas também o fizeram; no próprio jornal, pode-se encontrar a seguinte frase de João Pontes Moraes: “Onde o Arcebispo sepultou os ensinamentos do grande revolucionário, Jesus, aproveitado pela igreja como divindade para bestificar a massa?” (*A Plebe*, 1933, n. 7, p. 3-4). Ademais, assim o faziam

também J. Gavronski, Leon Toilstói, o individualista Han Ryner, grande influência da autora, o qual tinha como referências Sócrates, Epicuro, Jesus e Epíteto (Fiori, 2016, p. 76).

No último parágrafo, chega a concordar com o fato de que existem pessoas que se dizem anarquistas, mas não o são, afirmando que há, de fato, libertários com ideias retrógradadas, mas é daí? – questiona Salgueiro, e termina o artigo com estas palavras:

Evidentemente, M. L. de Moura sente um sádico prazer em nos chatear a toda hora com seus: Mussolini foi anarquista, Kropotkine aderiu á guerra, os anarquistas são autoritários, e tantas outras coisas do mesmo jaez. Não terá assunto mais elevado para escrever? Nada mais aprendeu no anarquismo e com os anarquistas? Apenas sabe dizer que a anarquia é uma utopia, e nada mais viu nos anarquistas, que defeitos? Se assim é, já é ter muita má vontade! (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

Dessa maneira, Osvaldo Salgueiro conclui sua crítica ao livro *Fascismo*: filho dileto da Igreja e do Capital, que parece mais uma crítica à autora como um todo, conforme realçamos. Foi necessário voltar ao livro onde se encontra essa citação de Maria Lacerda de Moura, para se compreender o contexto da frase escrita pela autora.

Assim, antes de ir às críticas finais de Salgueiro sobre o que Lacerda teria escrito, com referência aos anarquistas, dirigir-se diretamente ao livro da autora, para compreender qual o contexto em que escreveu tais palavras. Elas se encontram na página 114 e 115 do livro em PDF e nas páginas 152 e 153 da 2ª edição de 2018b. A citação sobre os anarquistas e sobre Mussolini está no último capítulo do livro de Maria Lacerda de Moura, intitulado *O Vaticano já é comunista!*

Nesse exato momento, a autora está no final do seu livro, já teceu todas as suas críticas ao clero, denunciando os seus crimes contra humanidade e obtendo lucro sobre eles, com sua gana de dominação e exploração ao povo e que, para isso, se molda a todas as ideologias que, em determinado momento da história, se encontram no poder. O fascismo ou seus *duces*, também, mesmo não tendo inicialmente como ideologia os dogmas religiosos, se une a eles para fortalecer a sua capacidade de dominação e enriquecimento e, nesse sentido, ele é o filho dileto da Igreja e do capital.

É uma crítica ao poderio histórico e milenar da instituição Igreja Católica Romana, O Clero Romano. Sua tese, e de outros anarquistas, como foi possível verificar, na análise dos jornais, no capítulo anterior, é de que o Clero Romano é como se fosse um polvo, cujos tentáculos se fazem presentes em todo o território ocidental, independentemente do partido político ou ideologia.

Isso ocorre desde a criação do Estado romano, a era feudal, industrial e assim por diante, com os governos monárquicos, republicanos, fascistas e quais mais vierem, pois o grande objetivo da instituição é acumular riqueza e controlar a mente e os corpos do povo.

Assim, Maria Lacerda de Moura dedica-se, durante o livro todo, a explicar essa lógica clerical e sua construção, infiltração em todos os tempos e espaços. Descreve a “ofensiva do clericalismo” e “os novos autos de fé”, explicitando o quanto “a igreja é escravocrata” e “as origens da intolerância cristã”, “a santificação da família”, “o deus das religiões”, a força do “papa e imperadores”, a “autoridade do Estado”, que são todos os títulos dos capítulos do seu livro, para então chegar ao último – “O Vaticano já é comunista”.

Alguns desses temas já foram trabalhados nos Capítulos 2 e 3 desta tese, enquanto outros mereceriam ser abordados isoladamente, por sua densidade e quantidade de informação, além de este espaço não ser o local e tema a serem usados. Foca-se, então, no último capítulo, neste ponto, que é onde se encontra a última citação de Lacerda, utilizada por Salgueiro, ao final do seu artigo.

Maria Lacerda inicia esse capítulo, mencionando um artigo do jornal *A Lanterna*, de 19 de abril de 1934, uma transcrição da revista *Documentazione Cattolica*”, já citado aqui neste texto, anteriormente. Essa revista é um órgão oficial do Vaticano. Maria Lacerda de Moura “elogia”:

[...] fantástica propriedade de adaptação da Igreja Romana.
Psicólogos extraordinários, os santos padres católicos já perceberam a derrocada do capitalismo.
O Vaticano, muito perto de Mussolini e do fascismo, percebeu também que o regime de “l'Italia d'oggi” é coisa passageira...
Sendo assim, urge tomar novo caminho. O vaticano olha, observa, apalpa os progressos do comunismo... E já deliberou, antecipadamente (Moura, 2018b, p. 141).

A autora critica o documento da revista *Documentazione Cattolica*, o qual diz sempre estar longe do capitalismo, haja vista as riquezas acumuladas pelo clero. Mas o Vaticano traça novas diretrizes, afirmando não haver barreiras ao marxismo. Depois de explicar os motivos da derrocada do fascismo, da irritação de Hitler, a autora se dedica à parte sobre a Rússia e seu povo, a qual já foi comentada neste texto, tanto no que diz respeito ao pensamento de Lacerda quanto às críticas de Salgueiro. Para além do que já foi mostrado sobre a dominação clerical e suas diversas vestimentas ideológicas que se retroalimentam nos poderes políticos vigentes, a autora enfatiza:

Não cabem mais, nos limites deste livro já volumoso de documentação, o capítulo do banco pontifical da usura... O capítulo da história dos jesuítas, por exemplo, ou outros dados históricos – para comprovar a razão do desdém da nossa consciência livre para com esta civilização de vampirismo.

Mas, estamos certos de que estas páginas bastam para conhecer o que é o fascismo e saber o papel da Igreja Romana desempenha no caos da nossa sociedade bestial, de aventureiros e proxenetas da bolsa e da consciência (Moura, 2018b, p. 144).

Para encerrar sua obra, escreve mais livremente suas elucubrações sobre tudo o que já tinha sido tratado, como uma forma de resumir e dar um fechamento ao seu livro. Pergunta-se: é possível ficar por instantes sem se incomodar com as dores do mundo em guerra, como o louco Andreas Latzko?

Será possível que se possa gozar a vida, sabendo que criaturas humanas arrastam as vísceras dilaceradas no arame farpado ou, em decomposição, os pulmões envenenados pelos gases – nas guerras de extermínio da nossa civilização de bárbaros? (Moura, 2018b, p. 144).

Ora, começa Maria Lacerda a tecer as suas críticas aos intelectuais, chamando-os de “Marinetti prostituído”, que se vendem e se moldam às tiranias.

Não lhe sendo fácil vender o corpo, porque os há de graça, no servilismo aviltante aos potentados, vende a consciência, deixa-se violar por todos, vende os corpos do proletariado para as bocas dos canhões e vende a liberdade de pensamento dos idealistas pelos 30 dinheiros do salário infame, recebido no balcão da imprensa diária – a serviço dos tubarões do poder e dos “superelefantes” da indústria e do capital. Entre nós já há tipos de jornalistas acatadíssimos que são repugnantes (Moura, 2018b, p. 145).

Algo que ela iniciou no livro anterior, *Clero e Fascismo*: Horda de Embrutecedores! (2021b), onde trabalha o termo, trazido da novela distópica de Han Ryner, “superelefantes” para aplicar aos intelectuais fascistas. Nesse ponto, focaliza aqueles intelectuais que vendem a sua consciência, para depois aludir aos intelectuais que não venderam a sua consciência, são sinceros e verdadeiros, encontram-se por aí e não presos em igrejas, grupos ou partidos:

Ninguém precisa associar-se a blocos de homens ou de mulheres para sentir a beleza ou para espalhar o exemplo nobre de uma atitude ou realizar um ato enérgico de suprema reação à rotina ou ao servilismo e à imbecilidade humana (Moura, 2018b, p. 145).

Segundo a autora, deve-se levar essa atitude para todos os lugares. Essas pessoas, que assim o conseguem fazer, são os artistas do Absoluta. Mas isso, a seu ver, é algo que se transformou em coisa banal, nessa sociedade de exploradores. Para ela, a arte deve estar em todos os lugares, integrando-se à dor universal e pressentindo um pouco que seja da

solidariedade humana, semeando a simplicidade da beleza e do amor, mantendo-se livre e se revoltando contra a exploração e a mediocridade, criando a harmonia com a alegria:

Cada Artista deve estar sempre à espreita para vigiar dentro de si mesmo e exclamar, como sentinela sempre postos, vigilante¹¹² ao despertar do troglodita!

“Voilà lê papou qui remonte!”¹¹³ 6 E, nenhum de nós tem mais o direito de permitir o despertar do papou interior... (Moura, 2018b, p. 146)

O artista deve ter um ecletismo estético e um espírito de tolerância, pois sabe que os caminhos são vários. Na página 147 da 2ª edição do livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital* (2018b), Maria Lacerda de Moura começa a discorrer sobre a verdade do pensamento:

Esse ecletismo estético vem de um largo espírito de tolerância compreensiva, porque, a intuição do artista humano sabe que muitos são os caminhos...

As lutas terríveis do pensamento, fechado em seitas e partidos, em grupos e em igrejas, têm a sua origem no sectarismo, têm a sua raiz na ortodoxia das verdades organizadas. O Artista deve chegar à conclusão de Krishna-murti, naquele apólogo:

“O Diabo e seu Amigo”

“Descendo uma rua, viram a sua gente um homem abaixado e apanhar no chão alguma coisa, a qual foi examinado minuciosamente e guardada com cuidado no bolso. O amigo perguntou ao diabo:

- Que foi que apanhou aquele homem?

- Um fragmento da verdade – respondeu o diabo.

- Então, para você, isso é uma coisa má.

- Oh! Não! Absolutamente – replicou o diabo. Eu o farei organizar a Verdade”.

É a verdade organizada a causa de os males sociais (Moura, 2018b, p. 147).

O caos e a hipocrisia social, segundo Lacerda, se apresentam nesse momento da necessidade da sociedade em organizar a verdade, seja política, seja religiosa. A autora utiliza muito, assim como outros autores anarquistas, a palavra “tartufo”, que significa o indivíduo hipócrita ou também um “[...] velhaco que oculta os seus vícios sob a capa da religião. Sua origem etimológica vem do francês *Tartuffe* que também é um personagem da peça *Tartufo*¹¹⁴, de Molière¹¹⁵ (Priberam, 2023).

¹¹² Diariamente fazer o exercício e uma revisão interna sobre as suas atitudes, para que não se deixe levar pelas ilusões da sociedade.

¹¹³ Tradução “Aqui está o papa que volta”, da obra *Uma noite tempestuosa*, do médico e escritor francês Georges Duhamel (1884-1966).

¹¹⁴ “Tartufo é um canalha hipócrita que, professando extrema piedade, é levado para a casa de Orgon, um homem rico. Sob o pretexto de ministrar as necessidades espirituais e morais da família, ele quase destrói a família de Orgon. Elmire, esposa de Orgon, percebe a hipocrisia perversa de Tartufo e o expõe” (Britannica, 2023).

¹¹⁵ Pseudônimo de Jean-Baptiste Poquelin (1622-1673) do ator e dramaturgo francês, um dos maiores escritores da comédia francesa, com obras como *Tartufo*, *O Avaro*, *Don Juan*, *O burguês fidalgo* etc. Ele “[...] conseguiu inventar um novo estilo baseado em uma dupla visão do normal e do anormal vistos em relação um com o outro – a comédia do verdadeiro em oposição ao especioso, o inteligente visto ao lado do pedante” (Britannica, 2023).

A explicação dessa palavra resume bem as críticas de Lacerda à sociedade. Quando ela se refere à sociedade, tem em mente aqueles que estão ou querem estar no poder, quer político, quer econômico, quer ainda religioso:

O diabo, aqui, é a própria sociedade... são os grupos detentores da Verdade, e que querem impor a sua verdade a todo o orbe terrestre – tenha ela o nome de fascista, comunista, católica, espírita, cristã, anarquista, teosofista, liberal democrata, nacionalista-socialista, - sufocando as verdades dos outros (Moura, 2018b, p. 147).

Com essa lógica, cada conglomerado de pessoas pensam que a sua é a “verdade” e a defendem contra os outros grupo de indivíduos. Contudo, é um perigo se achar com a “verdade”, pois, quanto mais forte um indivíduo ou grupo está convicto da sua verdade, mais fortes e extremas são as lutas e, conseqüentemente, a violência. Escreve também I. M.: “[e] a verdade anarquista, como as restantes verdades, não podem ser exclusiva de nenhuma tendencia, nem monopólio dos que intentam orientar o movimento revolucionário prefixando-lhe uma trajetória única” (*A Plebe*, 1933, n. 25, p. 2). Maria Lacerda de Moura enfatiza:

É, pois, um perigo o individuo convencer-se de estar com a verdade: são as perseguições, os autos de fé, as fogueiras, os degredos, todas as Siberias e as Clevelandias ou os Biribi do Sectarismo, seja vermelho ou czarista, democrata, clerical, romano ou fascista. É a defesa agressiva de todos os detentores da verdade, porque cada qual afirma: fora da minha igreja não há salvação. É a autoridade animal, o espírito de autoridade dentro de cada ser humano – a causa das organizações sociais (Moura, 2018b, p. 148)

A causa de todo o mal, segundo a autora, é a sociedade em si, que se divide em grupos, a partir das suas “verdades”, de sorte que alguns renegam os outros e vice-versa. Um substitui o grupo presente, dizendo-se ser melhor, quando a verdadeira causa está em nós mesmos. Ressalta Lacerda:

O que é preciso é a não-cooperação com a sociedade.
O que seria necessário é a solidariedade de todos no gesto individualista... contra a bastilha burguesa das quatro castas parasitarias: políticos, clero, militares e exploradores industriais. Mas, não para formarem outras castas com outros nomes... (Moura, 2018b, p. 148).

“Não cooperação” com o Estado, com a religião e com os exploradores. Não ter qualquer função pública ou política, negócios que possam prejudicar ou explorar alguém:

Não denunciar, não julgar, não reconhecer nenhum ídolo – nem reacionário, nem revolucionário. Não matar. Resistência ativa, ação direta, a nova tática revolucionaria de suprema resistência ao mal: a não violência.

Aí esta um programa mínimo de não-cooperação. Quem o puder seguir... que heroísmo! (Moura, 2018b, p. 149).

Algo a ser alcançado, o que é perceptível ao final de sua fala, que é algo que ela mesma não alcançou e nem sabe se o iria, posto como um ideal, quase uma utopia, nesse sentido. Justamente por isso, não podemos julgar, mas isso não quer dizer que se deve parar de pensar e escrever livremente.

Para a autora, o governo daqueles dias “[...] é um produto da organização social capitalista [...]” e que é “[...] ingenuidade, qualquer tentativa social - pela violência - contra os imperialismos” pois “[...] são os imperialismos econômicos que fornecem o dinheiro e as armas para o governo e os rebeldes!” (Moura, 2018b, p. 149).

Na sua visão, o mundo é dos bandidos. “O Estado ‘líder’ da civilização mundial capitalista curvou-se, reverente, diante da força do banditismo organizado” (Moura, 2018, p. 149). Ninguém está seguro, se não fizer parte dessa organização criminosa. “O Estado Capitalista é uma quadrilha legalmente organizada pelos proprietários, para explorar o trabalhador. Os outros, são lacaios, sem mesmo se aperceberem...” (Moura, 2018b, p. 150).

Enquanto milhões de pessoas passam fome ou se humilham por um prato de comida, queimam-se o trigo e o café. Na sua concepção, isso é perverso. Roubam e assaltam o poder, nos países do “[...] idealismo teórico e exaltação patriótica [...]” (Moura, 2018b, p. 150).

Mussolini, Hitler, Al Capone, os raptos de crianças e as gerações de “Balilla” por eles guiadas – são bem os sinais dos tempos ou o produto do regime burguês capitalista, o qual por demais já demonstrou, pelos métodos mais técnicos da técnica moderna – que o Direito é a Força! Os políticos profissionais, vendo que estão perdendo terreno, porque o Estado vacila com o Capitalismo, tornam-se bandidos profissionais para continuar nos mesmos postos do poder e do assalto ao erário público. Surgem as expedições primitivas. É o fascismo. É com a imprensa covarde e vendida e com o funcionalismo público subserviente e domesticado que os Mussolini, Hitler e Al Capone contam, para levantar as bases da nova organização social de punhos firmes – para o assalto à bolsa e a consciência. Não é mais necessário procurar derrubar o Estado capitalista. O poder já está noutras mãos. Os chefes dos governos são os serviços do banditismo. Os métodos se aperfeiçoam. A tirania dos governos matou a Lei, e o Estado passou das mãos dos políticos profissionais. Quase sempre os homens são os mesmos... A burguesia decadente provocou a falência do Estado. Os seus métodos requintaram-se, tornaram-se o apanágio dos bandos formados pelas modernas ditaduras dos fascistas ou dos gangsteres... Calar hoje é ser cúmplice. Pratiquemos o crime inominável da coragem, no meio da covardia e do cinismo da hora presente (Moura, 2018b, p. 150-151).

Depois de explicar todas essas questões e pensamentos, Maria Lacerda de Moura diz que a guerra vem para beneficiar os ricos e o sistema capitalista, citando uma frase de Napoleão: “dinheiro faz guerra”. O contrário também é verdadeiro. É um ciclo vicioso. Mas, na América Latina, as coisas são um pouco diferentes, em sua concepção, porque as armas vêm dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Agora chegamos à parte do texto da autora, a qual foi reclamada por Osvaldo Salgueiro, e podemos afirmar que ter sido endossada por Pedro Catalo, na edição do jornal *A Plebe*, 1935, n. 99, p. 3. Para ficar mais compreensível o contexto da frase de Lacerda, além do que já foi apresentado, reproduz-se fragmento relevante da escrita da autora, em um corte maior em relação ao qual foi feito por Salgueiro:

Então, armamos revoluções e guerras – para servir aos imperialismos que se querem ver livres dos 75.000.000 de sem trabalho – e nisso estão pleno acordo – e depois, aí é que divergem – tratarão de se apossar dos mercados mundiais. Para dar tempo ao tempo, matam os desocupados. É uma solução...

Enquanto houver Estados, haverá força armada para sua manutenção e policiamento das fronteiras. Enquanto houver capitalismo, haverá Estado e capitalismo haverá guerras.

A formula feliz para o desaparecimento das guerras, seria fazer desaparecer o dinheiro, para por abaixo o Estado.

É lá possível? Todos dizem que não... O homem é muito estúpido para realizar a felicidade. É muito perverso para poder compreender a liberdade do próximo.

A anarquia não teve ainda anarquistas: é a mais santa utopia sonhada pela ingenuidade e pela pureza de um Réclus ou de um Kropotkine. Minto: conheço um anarquista: Cristo. Os outros, os grandes, são os revolucionários da anarquia, os precursores, vanguardistas, os de boa vontade.

Muitos supõem que são anarquistas... Batizam-se, eles mesmos. São burgueses rotulados pomposamente. “Ce sont des libertaires qui ont les idées de ma grand-mère¹¹⁶...”

E são tantos... Quase todos... Anarquistas que se zangam conosco porque dizemos essas coisas... porque não acreditamos na existência de anarquistas... Os anarquistas que conheço, todos? Quase todos, - anarquistas porque são autoritários... Eu desconfio sempre dos rótulos. Mussolini foi anarquista. Mussolini foi socialista.

Os comunistas russos são comunistas de Estado! Não compreendo comunismo de Estado. Não compreendo comunismo à força. Não chego a compreender comunismo com governo, comunismo sob ditadura... Comunismo é comunismo, e mais nada. Nem Estado, nem ditadura, nem governo.

O gênero humano não sabe viver sem o rebenque do capataz, sem os donos e senhores, sem o chicote do feitor, a quem prestar a homenagem máxima da sua eterna imbecilidade servil.

Todos reclamam governos fortes!

E aqueles que são contra a autoridade, são intolerantes e autoritários... Se conseguissem eliminar os governos (isso é utopia em nossa época)

¹¹⁶ Tradução: “São libertários que têm as ideias da minha avó”. Tentou-se encontrar de quem é essa frase, mas não foi possível.

subsistiriam por outra, a organização social, esse maquinismo admiravelmente assentado no servilismo e na estupidez acarneirada das multidões que aplaudem a todos os “magarefes e afiadores de facas”.

E as turbinas e dínamos desse maquinismo apenas mudam de nomes... É uma fatalidade assentada na imbecilidade humana eterna e infinita. Há sempre numero para todos os partidos.

Eliminada essa organização social, surgirá outra, regulamentada pela vontade de um grupo que a sustentará pela força, pelo dominismo, pela violência – sob pretexto de ter de salvar a humanidade.

E são os salvadores que precisam do militar, da policia, do Cambucí, da Clevelândia, do Biribi ou da Sibéria.

Inútil. É o coche social: uns sobem, outros descem. À força. E todos se agarram aos respectivos lugares e cada qual procura assaltar as posições já ocupadas. Salve-se quem puder. Os ingênuos têm a cabeça cortada, para não serem idiotas. É preciso ser prático.

E a palavra de ordem dos salvadores é dirigir, governar, impôr a sua vontade. Não é a autoridade que é preciso combater: é o instinto animal de autoridade, desperto em todos os seres humanos. E o espírito de autoridade não pode ser combatido pela violência – que gera a violência – e desperta todos os trogloditas adormecidos dentro de nós.

“É o cérebro do indivíduo que se deve destruir o Estado, camaradas anarquistas, não nas barricadas”, é o que diz Leon Drovar. (Moura, 2018b, p. 152-154).

Para-se aqui, mas a lógica de sua escrita continua. Para-se aqui, para compreendermos algumas questões as quais Lacerda apresenta seu posicionamento, mas também porque ela continua explicando sobre a violência, a autoridade e a aceitação do povo com respeito a esses dominadores.

Primeiramente, torna-se importante fazer constar que o olhar e o entendimento de Salgueiro é legítimo, porque foi a forma com que compreendeu, não apenas ele, mas Pedro Catalo, pelo seu artigo, parece ter entendido da mesma forma.

O trabalho sobre o qual se debruça, neste texto, não é de necessariamente discordar de dois importantes escritores anarquistas que contribuíram sobremaneira na imprensa anarquista, todavia, de vislumbrar outras possibilidades de interpretações que talvez não sejam compreendidas e/ou aceitas por quem as ler.

Foi necessário trazer para o presente texto quase duas páginas do livro de Maria Lacerda de Moura, por se crer que o recorte feito por Salgueiro não faz jus à profundidade da discussão que a autora estava propondo, nesse ponto específico do livro. Proporcionar ao leitor deste trabalho o acesso, na íntegra, ao pensamento dessa autora se torna crucial, para se ter uma interpretação diferente da qual propôs Osvaldo Salgueiro.

A autora inicia as suas críticas, constatando que as revoluções, de uma forma geral, as quais têm a violência como a sua forma de luta, contribuem para alimentar o imperialismo, no sentido de que os donos das indústrias armamentistas são os imperialistas, primeiramente, e

porque essas ações violentas eliminam a maioria da população chamada de não produtiva por essa sociedade.

Segundo Lacerda, enquanto houver capitalismo, guerras e Estado, haverá conseqüentemente policiamento para a sua manutenção. Só sem o dinheiro as guerras e o Estado desapareceriam. Ela se pergunta se isso é possível e ela mesmo responde que não. Ou seja, aqui já se vê que talvez ela acredite em algo que muitos pensam ser uma utopia. Em seguida, frisa que o homem é demasiado estúpido para ter a felicidade, e perverso demais, para compreender a liberdade.

O que é a felicidade? O que é a liberdade?

Se porventura o dinheiro fosse eliminado, seria possível alcançar esses tão sonhados estados de existência? O capital se utiliza dos desejos de todos, na busca da felicidade e da liberdade, a fim de vender um sem-número de produtos de consumo, com a falsa promessa de encontro com esses sentimentos.

A felicidade e a liberdade perpassam quais áreas da constituição do ser humano? Existencial, psicológica, espiritual, econômica, social, educacional, intelectual, sexual, material? Essas respostas serão diferenciadas, a depender de quem respondê-las, do entendimento de mundo e de sua concepção ideológica, seja comunista, seja anarquista, seja ainda liberal. E, assim, como compreender a liberdade do próximo? A partir de qual concepção política e ideológica? Quem está mais certo? Qual é a verdadeira felicidade? E a liberdade?

Os questionamentos de Maria Lacerda de Moura proporcionam mais reflexões e questionamentos sobre a verdade do que respostas. Questionar a verdade é incômodo, porque o ser humano precisa de algumas delas para viver ou, melhor dizendo, sobreviver. Se não, qual o sentido de tudo?

Mais questões, as quais não serão respondidas, porque não é o intuito desta reflexão. O objetivo é chegar ao nível de percepção crítica da autora, a qual escreve que o problema não é ter verdades, mas não suportar outras verdades e chegar ao ponto de imprimir nos outros seres humanos inúmeras violências, em nome dessa suposta verdade.

A impressão dessa violência e a negação de outras formas de ser e viver constituem o que autora entende como autoritarismo. Uma pessoa ou um grupo de pessoas estar ou se colocar em lugar de destaque e poder, para o benefício exclusivo ou próprio, a partir de crenças, dogmas, força intelectual, psicológica ou bruta.

Ora, antes de examinar especificamente a citação de Maria Lacerda criticada por Salgueiro, é imperioso explicar que, ao escrever as palavras “A anarquia não teve anarquistas...” (Moura, 2018, p. 152), a autora estava se referindo a Estado e governo.

Essa seria outra possibilidade interpretativa, quando Lacerda estava dizendo que, até aquele momento, o mundo não tinha vivido em uma organização anarquista e que, nesse sentido, ela ainda seria uma utopia sonhada pelos anarquistas.

Outra possibilidade é a de que, a partir do que Maria Lacerda pensa sobre ser anarquista e sobre o exercício o qual cada ser humano deve fazer, de se rever em sua existência política, social e individual, ainda não existiu um ser anarquista. É possível entender esse movimento individual e necessário apresentado por ela, quase como um escaneamento do que se é, da forma da construção feita, com todas as explicações, dentre as quais muitas crenças ouvidas desde tenra infância, que compõem o que é o indivíduo adulto. Assim, é oportuno rever, avaliar e refazer essa “re-construção” com os seus possíveis e mais variados defeitos.

Atualmente, de forma muito tímida e muitas vezes hipócrita, é o que se concebe sobre ser ou estar em desconstrução ou desconstruído, este último ilógico, pois esse processo não se encerra nunca. Todos nascemos nessa sociedade patriarcal, machista, sexista, heteronormativa, escravocrata, racista, xenofóbica e capacitista. Aprende-se desde muito cedo, das mais diversas formas, por imitação, sofrendo ou evitando o sofrimento, mas se aprende, ou melhor, se introjeta a reprodução de um ou vários tipos de preconceitos construídos socialmente e historicamente, por milhares de anos.

A desconstrução não é algo que se resolve de uma hora para outra, por um passe de mágica, por se compreender estar errado e, assim, sem mais nem menos, muda-se o modo de pensar e agir no mundo, resolvendo-se por vontade de ser ou existir de determinada forma. O fato de se ler sobre anarquismo e se concordar com seu entendimento de mundo, sua filosofia, sua luta e, a partir de agora, começar a escrever e lutar junto com outros que pensam e lutam da mesma maneira não fazem de você, necessariamente, um anarquista, pois, em alguns momentos, você ainda pode reproduzir determinadas atitudes introjetadas em seu ser, que vão contra o entendimento do que é ser anarquista.

No parágrafo acima, utiliza-se a concepção do anarquismo, mas se poderia usar outras formas de pensar e querer ser, como o comunismo, o socialismo, ou antirracista, feminista, anticapacitista etc. De fato, essa desconstrução é diária, porque a criação feita para a maioria dos seres humanos, homens, mulheres, binários ou não binários, independentemente de gênero, sexo, raça, religião, orientação sexual, de gênero e política, tem, nesta sociedade ocidental, algum tipo de “pre-conceitos¹¹⁷” introjetados conscientemente ou inconscientemente na construção individual ou coletiva.

¹¹⁷ Ideias preconcebidas, aprendidas e reproduzidas sem o determinado conhecimento sobre o significado do conceito.

Alguns exemplos para contribuir na reflexão: um homem que se diz revolucionário, porém, em sua vida pessoal, não aceita que sua mulher trabalhe fora de casa, ou melhor, aceita, mais que isso, acredita que ela tem os mesmos direitos que ele, contudo, no dia a dia, não faz nenhum dos serviços domésticos ou, quando faz, diz: “imagina, eu ajudo minha mulher em casa”, como se o serviço doméstico fosse o serviço da mulher. Ou outra pessoa que se diz libertária, contudo, discrimina alguém por viver de uma forma diferente da que ela acha que a vida deve ser vivida, que ela mesma não consegue viver, por dificuldade de se despir dos privilégios que a ela lhe foram dados pelo simples fato de existir. Ela é revolucionária? Ela é libertária?

Adotam-se, como já foi destacado, revolucionário e libertário, por ser essa a forma de viver que está na pauta, mas poderia ser utilizada outra, como comunista, e exemplificar com vários fatos históricos onde a luta das mulheres, por exemplo, sempre ficaram em segundo plano, pois, em primeiro lugar, estava a revolução social. “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.” (Lorde, 2019). É preciso rever, a todo momento, todos os dias, durante toda a existência, um desconstruir e reconstruir constante, sem medo de críticas e sem negar o inevitável. Assim, a autora afirma que não houve anarquista ainda.

A autora não nega os anarquistas: ela estuda, escreve e fala de Ferrer, Ryner, Reclus, Kropotkin e dos grandes precursores ou revolucionários do anarquismo – aqui cabem tantos, inclusive Osvaldo Salgueiro e Pedro Catalo, que são, com efeito, vanguardistas à frente de organizações da imprensa anarquista, no Brasil.

A ingenuidade ou a pureza de Reclus e Kropotkin, às quais Lacerda de refere e que, para Salgueiro, foram entendidas como uma crítica ou uma diminuição aos autores, constituem, na realidade, uma possibilidade de interpretação. Mas o que é ingenuidade? O que é pureza? São concepções negativas? Ou depende do olhar e da interpretação de quem lê?

Ingenuidade é uma característica ou ação daquele que é ingênuo No dicionário (*Dicio*, 2023), pode-se constatar que, como substantivo, “ingênuo” é quem é inocente, sincero, simples; como adjetivo, é aquele que não tem malícia, que é franco, sincero, natural. Já a pureza é a qualidade de quem é puro, um adjetivo no sentido figurado daquele que tem a consciência pura, que não se corrompeu, honesto, sincero, correto, sem culpa, livre. Escreve Maria Lacerda de Moura:

Ingenuos foram todos os precursores, ingênuos são todos os apóstolos e paladinos da causa do Ideal, ingênuos são os descobridores, os cientistas, os clarividentes, as cabeças que as massas alevantam, tarde, nos seu estandartes;

ingênuos são os héroes e os marytres, ingênuos são os cavaleiros andantes do Infinito, ingênuos são todos os idealistas da Verdade, os grandes Artistas, os Poetas anunciadores, os cantores da Belleza fecunda [...] (Moura, 1929b, p. 13).

Essa é a concepção de ingênuo, para Maria Lacerda de Moura, e muitos dos pensadores e escritores, inclusive ela, podem ser colocados nessa categoria. Visitar a conceituação das palavras ingenuidade e pureza apresentou apenas características positivas em relação a Reclus e Kropotkine, os quais, principalmente o último, são base dos estudos e entendimentos utilizados nas reflexões e escritos dos livros da autora.

Então, vem a parte na qual muitos podem se sentir, quando a autora argumenta: “Muito supõem que são anarquistas... São burgueses rotulados pomposamente. ‘São libertários que têm as ideias da minha avó’” (Moura, 2018b, p. 152). Quantos não são eles? Ela não se retira desse lugar, assim como ninguém o deveria fazer. Por conseguinte, discorda de Salgueiro, que, no penúltimo parágrafo do artigo, ressalta:

Que ha indivíduos que se dizem anarquistas e não o são? Bem, e daí? Querer-se-á, por este facto, proclamar a falência do anarquismo! Que ha libertários que teem as idéias da avó? O’ra, ora! E os espiritualistas, os teosofos, os metafísicos, etc. não teem, como, por exemplo, com respeito á crença no sobrenatural, os recalques do homem das cavernas? O que são os rosa-crucianos, senão os remanescentes dos antigos feiticeiros? (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4).

Indivíduos que se dizem anarquistas e libertários, e daí? É justamente por isso a fala de Maria Lacerda de Moura. Não é tudo bem, pois são eles que muitas vezes levam à falta de compreensão de muitos sobre uma ação, pensamento, escrita, filosofia e luta. Entretanto, a autora vai para além disso e, como uma individualista, ela alude ao dever de cada um, como seres humanos e como coletivo, de se rever a todo o momento, para não reproduzir a lógica imposta pela sociedade hipócrita.

Através da leitura dos seus escritos, chega-se a uma interessante conclusão, porque um dos pensadores e autores que ela leu e, em alguns momentos, elogia é Sigmund Freud, quanto a um processo terapêutico. Quando se inicia um processo terapêutico é porque algo não está bem. Algo não está bem dentro de si mesmo? É dentro de si ou não se concorda com o *status quo* da sociedade ou como se reage a ela. O desejo que está no interior do ser humano é real ou foi forjado pela sociedade? O ser humano tem o desejo de ser e estar no mundo com as outras pessoas, todavia, a sua estrutura psíquica muitas vezes está aquém do que se pensa ser. Assim,

passa-se uma vida se tentando alcançar o ideal, o tempo todo se revendo e se analisando, a cada passo dado, e nunca se é e sim se está sempre em um processo de aprendizagem do estar sendo.

A parte dos espiritualistas, entre outras, é irrelevante, pois a comparação não se aplica. Tudo o que o ser humano não consegue explicar, de alguma forma, liga ao sobrenatural, seja nas cavernas, seja na década de 1930, seja nos dias atuais. Quem dera os rosacrucianos fossem mesmo descendentes dos antigos feiticeiros... Hoje, sabe-se o quanto foram perseguidos desnecessariamente pela sociedade (governo, Igreja e medicina), por causa dos seus conhecimentos (Muraro, 2015).

E são tantos... Quase todos... Anarquistas que se zangam conosco porque dizemos essas coisas... porque não acreditamos na existência de anarquistas... Os anarquistas que conheço, todos? Quase todos, - anarquistas porque são autoritários... (Moura, 2018b, p. 152-153).

Não são todos, mas quase todos: a autora deixa à vontade para quem quiser se colocar nesse lugar. A questão que fica, a qual não serve apenas para o anarquismo, porém, se aplica a todos os pensamentos e pensadores político-ideológico, é a obrigatoriedade de pensar e viver a partir de determinadas normas e ideias do que é certo e errado, onde, muitas vezes, veladamente, estão implícitas normas com que a própria ideologia escolhida não concorda.

Os exemplos são inúmeros e é possível passar dias, digitando... Homens socialistas misóginos, mulheres socialistas que reproduzem o machismo, homossexuais que reproduzem a transfobia, comunistas racistas, professores opressores, mães e pais que não educam os seus filhos para serem livres, não lhes dando instrumentos emocionais para serem independentes e deixando-os orbitar eternamente sobre eles, única e exclusivamente por egoísmo e necessidade de serem queridos, achando que isso é amor, quando, na verdade, o amor não é a dependência e por que não... anarquistas que reproduzem o autoritarismo.

Apenas exemplos de pessoas e grupos que pensam de uma determinada maneira, mas agem de outra forma, justamente por pensarem que aquilo em que acreditam é a verdade, e ela está acima de tudo, até mesmo de suas próprias construções individuais, e continuam reproduzindo, por toda a sua existência, aquilo com que não concordam ser o certo. Esses são os rótulos dos quais Maria Lacerda de Moura tentou sair, a todo momento, e, muitas vezes, ironizando sobre eles.

No momento em que aborda os rótulos, Lacerda escreve a sua frase emblemática: “Eu desconfio sempre dos rótulos. Mussolini foi anarquista. Mussolini foi socialista” (Moura, 2018, p. 153). Alguns leitores de Maria Lacerda de Moura talvez possam concordar com algumas afirmações apresentadas. Algumas, inclusive, feitas pelo próprio Salgueiro, quando diz que os

escritos de Lacerda se afiguram muitas vezes apocalípticos e, outras, repetitivos. Sim, a autora é muito crítica e, em alguns momentos, visionária. A situação histórica vivida talvez merecesse isso. Quanto aos livros, são contínuos do caminhar de suas leituras e reflexões sobre os acontecimentos.

Uma particularidade de Maria Lacerda de Moura é a sua ironia, sagacidade e acidez na forma da sua escrita. Escreve frases propositadamente para impactar o leitor e o fazer pensar, nem que seja questionando os seus escritos. As três frases acima talvez se incluam nesse caso. Primeiro, a autora explica que desconfia sempre dos rótulos e, depois, como uma brincadeira ou uma charada, ela rotula.

Será que Osvaldo Salgueiro, realmente, acreditou que Maria Lacerda, a qual anteriormente escrevera o livro *Clero e fascismo*: horda de embrutecedores!, todo ele dedicado a compreender a lógica fascista de Mussolini, achasse que ele fosse anarquista? Ou o fato de que, para ela, os anarquistas que impõem suas ideias pela violência são autoritários? São trocadilhos de impacto, os quais a escritora emprega em quase todos os seus livros, inclusive em *Fascismo*: filho dileto da Igreja e do Capital, onde, logo no início, ela afirma:

Por trás do braço secular dos governos – reúne o seu estado maior de tiranos inquisitoriais. O Clericalismo é o pai do fascismo.

Mussolini e Hitler são os dois braços seculares da Igreja neste momento histórico. Representam o desespero do Cristianismo pretendendo reorganizar os Autos da Fé e acender outra vez as fogueiras da Inquisição. As aparências têm outro significado.

Cristo é um mito muito alto: não cabe dentro do Cristianismo ... O Cristianismo é anti-cristão. É a negação absoluta das palavras de doçura e amor de Jesus de Nazaré.

O Cristianismo, para mim, é significação mais perfeita de uma civilização voraz de déspotas e escravos (Moura, 2018b, p. 17).

Desde o livro anterior sobre Mussolini e os intelectuais fascistas, neste e em outros, Lacerda deixa bem compreendido o que pensa de Mussolini e, inclusive, do anarquismo. O que Salgueiro entende como um “[...] sádico prazer em nos chatear” (*A Plebe*, 1935, n. 97, p. 4), outros podem entender como um estilo de escrita, inclusive agradável e incentivador para novos estudos, leituras, escritas e lutas pessoais e coletivas, diante da hipocrisia imposta pela sociedade.

A escritora continua seu texto, afirmando não compreender o comunismo russo de Estado, à força, sobre ditadura, pois comunismo é sem Estado, sem ditadura. Menciona o quanto o ser humano tem a necessidade de donos, por isso, a necessidade da transformação individual, para que a coletiva não tenha a necessidade de ser implantada apenas através da violência. Mais

uma vez, faz a crítica, de forma irônica: “E aqueles que são contra a autoridade, são intolerantes e autoritários...” (Moura, 2018b, p. 153).

Na sua concepção da maneira de pensar do ser humano, se, em algum momento, o Estado fosse destruído, outra forma de organização viria, justamente porque o Estado deve ser destruído no cérebro das pessoas, ou seja, que deixem de ser servis e combatam o instinto de autoridade. “A revolução moral produzirá mais benefícios que a sangrenta, cujo venenoso fruto é a ditadura” (Lacaze-Duthiers *apud* Moura, 2018b, p. 154).

A autora continua explicando que não basta obedecer a uma ordem de comando ou tomar um fuzil na mão, para ser revolucionário: é preciso ter consciência. Não da boca para fora, mas com empatia ao sofrimento do outro, tolerância e compreensão, por si só, não com o intuito de impor suas verdades. Quando a revolução moral for realizada, a armamentista será desnecessária:

Com a violência e a autoridade nunca será resolvida a questão social – ou melhor – nunca será encontrada a solução para o problema humano da liberdade ou da alegria de viver. Porque o problema humano é, justamente, a supressão da autoridade, e, conseguinte, a supressão da violência (Moura, 2018b, p. 155).

Nessa “psicose armamentista [...]” (Moura, 2018b, p. 155), todos se armam, com armas ou com palavras, com a justificativa de estarem se defendendo. Para exemplificar o seu entendimento sobre essa questão, cita a fábula de D. Salvador Madariaga, chefe da delegação espanhola na Conferência do Desarmamento, sobre a proposta da Rússia em relação ao desarmamento.

[...] o leão, o touro, a águia e o urso se reuniram para deliberar também sobre o desarmamento. O leão, vendo a águia, propôs a abolição de suas asas; a águia, que olhava para o touro, pediu a supressão de seus chifres; o touro, que temia o leão, exigiu que abandonasse as garras, e, então, o urso mostrou-se partidário de todos esses pedidos, a fim de abraçar os companheiros com os seus membros carinhosos [...] (Madariaga *apud* Moura, 2018b, p. 156).

Todos querem se impor como certos, na sua concepção, e cita mais uma vez Gerard de Lacaze-Duthiers, para quem o proletarianismo e o burguesismo são tiranias que se unem:

Desgraçado daquele que possui originalidade: é o inimigo comum. Enquanto o povo não for melhor que os seus senhores, que não me venham falar em revolução. Nada será mudado. Um novo senhor, dizia Stirner, toma o lugar do antigo (Moura, 2018b, p. 156-157).

Nada muda: os burgueses agora são os intelectuais dirigentes, é o abraço do urso. A questão é humana e não operária (Ruskin) – só existem duas classes de homens e mulheres, os que produzem e os que nada produzem. Segundo Maria Lacerda, devemos apoiar os que produzem e combater os que nada produzem.

Só quando o homem viver sem constranger o outro, pelas leis e pela polícia, só quando o homem não impuser aos outros homens a sua autoridade ou não se submeter servilmente à autoridade de outrem, então, estaremos no limiar da evolução humana para a revolução social. Até lá, não me falem em fraternismo ou solidariedade.

Enquanto o homem estiver armado, é um tirano e um covarde. Enquanto não fizer a revolução interior para a realização profunda, ninguém tem o direito de encher a boca com as palavras “revolução social” – porque só pode semear a verdade quem já fez a sua colheita (Moura, 2018b, p. 157).

É a essa revolução interior que Maria Lacerda de Moura se refere, nesses momentos, ao que muitos se sentem aviltados e atacados, mas que não é, ao mesmo tempo, para ninguém especificamente, pois em nenhum momento ela se exime de todas as críticas. Esse é o individualismo da autora e seu entendimento sobre o pacifismo. Embasa-se em muitas referências, as quais ela cita, em vários momentos, como Ferrer, Ryner, Stirner, Kropotkine e por que não Cristo?

Os outros artigos de A. N., Osvaldo Salgueiro e Pedro Catalo, que se encontram nas edições de *A Plebe*, nos números 98, página 4, e 99, páginas 2 e 3, de 1935, representam alguns escritos que talvez possam ser relevantes para se compreender as críticas dos anarquistas ao texto de Maria Lacerda de Moura, por um lado, e o não entendimento deles, por outro, assim como para futuras pesquisas sobre esses temas. Após a crítica de Osvaldo Salgueiro sobre alguns fragmentos da autora, em seu último livro, as quais já foram bem trabalhadas no texto presente, A. N. escreveu um artigo na edição seguinte do jornal *A Plebe*, em defesa da autora, intitulado “Maria Lacerda de Moura e seu ultimo livro”, sobre o fato de Salgueiro achar que Lacerda repete seus escritos. Mudando apenas o título e a capa A.N. escreve:

E perguntamos nós: E se assim fosse? O fascismo, ameaçando avassalar o mundo, não merece que se multipliquem as edições novas e revistas para combater-lo?

O camarada O. Salgueiro acha que não, que é inútil e fastidioso publicar novas edições de livros de combate ao fascismo (*A Plebe*, 1935, n. 98, p. 4).

A.N. pensa ser os escritos críticos de Salgueiro a Lacerda desabafos rancorosos, uma crítica apaixonada que não o deixa ver a importância dos temas trabalhados pela autora, no momento que estavam vivendo e, então, termina seu artigo ressaltando, de forma contundente:

Maria Lacerda de Moura incompreensível?

Mas desde 1921, a pedido de organizações operárias e culturais, ela faz conferências muito concorridas e sempre entusiasma o seu auditorio ! Em 1928, ao seu apelo eloquente e altivo, levantou-se o povo de São Paulo e do Brasil inteiro para deter a onda fascista que ameaçava invadir e avassalar o Brasil. Essa campanha, que culminou com o empastelamento de "II Picolo", não foi secundada por nenhuma organização, e o seu folheto "De Aniundsen a Del Prete" é um modelo incomparável de polemica. Foi á Argentina fazer conferências, a pedido de sete organizações operárias e culturais de Buenos Aires, La Plata, Santa Fé, Rosario, etc..

Os seus livros são traduzidos no estrangeiro e "A mulher é uma de generada?" fez sucesso em Portugal e na Argentina. O seu livro "Amai... e não vos multipliqueis..." foi traduzido e publicado pela revista "Estudios", de Valencia.

As revistas e jornais argentinos, espanhóis, franceses, norte-americanos reproduzem-lhe os seus escritos.

Pediram-lhe, não faz muito, um ar tigo para ser traduzido ao indú e ser distribuído na índia. Num estudo sobre as escritoras da America Latina, um escritor chileno escreve que Joana de Ibarburou e Gabriela Mistral são ultrapassadas pelo talento e a lógica de Maria Lacerda de Moura.

A escritora norte-americana Clotilde Jacques, em estudos sôbre Eilen Key, Frederica Montseny e Maria Lacerda de Moura, conclui dizendo que o verbo forte, claro logico de uma Maria Lacerda de Moura faz vibrar os sentidos e entusiasma o coração.

De tudo isso sobressai que só O. Salgueiro, e mais alguns companheiros, não podem entender "as lucubrações" de Maria Lacerda de Moura (*A Plebe*, 1935, n. 98, p. 4).

Além da suspeita de que A. N. seja André Néblind, pelas iniciais, a riqueza de detalhes e a quantidade de informações sobre Maria Lacerda de Moura constituem outra pista que confirma as suspeitas. Após essas informações e questionamentos, A. N. diz lastimar as críticas do camarada Salgueiro e pelo fato de um dos únicos jornais anarquistas brasileiros utilizarem o espaço da sua edição para criticar o talento de uma mulher.

Não haverá obra mais urgente, mais útil para a humanidade, para passar do sonho á realidade, para acabar com a infame sociedade capitalista do que criticar tão parcialmente uma mulher como Maria Lacerda de Moura e um livro de combate ás forças reacioarias como "Fascismo, filho dilecto da igreja e do capital"?

Si O. Salgueiro só viu em Maria Lacerda de Moura uma mulher "que apenas sabe dizer que a anarquia é uma utopia" é ter muito má vontade (*A Plebe*, 1935, n. 98, p. 4).

E assim A. N. termina o seu artigo. Ao final, uma nota da redação do jornal, ressaltando não interferir no assunto, do qual não desejam ser juízes, nem estabelecer polêmicas, porque não parece justo desperdiçar o espaço do jornal, e pedindo aos colaboradores para "[...] não procurem sacrificar as colunas do nosso jornal com os seus desabafos sobre esse assunto" (*A Plebe*, 1935, n. 98, p. 4).

Mesmo com esse pedido da redação do jornal, na edição de número 99, encontra-se um artigo de Pedro Catalo e outro de Osvaldo Salgueiro, em resposta a A.N. O artigo de Pedro Catalo, com o título de “Os pontos nos ii – ainda sobre o ultimo livro de Maria Lacerda de Moura”, começa a apaziguar os ânimos:

Antes de mais nada, pará serenar os ânimos e para evitar falsas interpretação, convém saber qué Maria Lacerda de Moura e nossa amiga, visita de vez em quando a redacção de "A Plebe" e quando lhe apertamos à mão fazemo-lo com jubilo, certos de apertar a mão de quem está a servido dá boa causa da humanidade.

As suas obras são expostas e vendidas em nossa redacção, e quando a ocasião nos põe em contacto com alguma componente do sexo feminino, o primeiro "presente" que lhe damos, visando á obra de cultura para uma yida nova, é quasi sempre um livro de Maria L. de Moura. Logo, não se trata de uma nossa adversária (*A Plebe*, 1935, n. 99, p. 3).

O momento inicial de acalmar os ânimos deixa uma dúvida: por que, quando uma mulher vai à redação, o livro oferecido é o de Maria Lacerda de Moura? São escritos específicos para mulheres? Apenas dúvidas, que infelizmente não são o foco deste capítulo.

Voltando ao artigo de Pedro Catalo, a questão que ele levanta não é a respeito do que escreveu sobre o tema do livro, sobre o seu entendimento do fascismo, da Igreja Católica e do capital, temas de extrema importância. O ponto que o autor apresenta é sobre, no seu ver, a forma errônea e, de certa forma jocosa, com que Maria Lacerda falou dos anarquistas, que não são anjos de candura ou não tenham nada a aprender:

Alguém pretende que os anarquistas, para fazerem jus a essa qualidade, deviam suportar tudo quanto lhes é dito e feito, com um sorriso socrático nos lábios; ainda mesmo quando a marca do vergalho adversario se lhes estampasse no rosto, deviam preparar, resignadamente, a outra face para receber novo golpe. Um "pandego" dizia-nos, certa vez, que um verdadeiro anarquista, se possuir duas camisas, deve dar uma a quem a não tem. Do contrario não seria anarquista. A julgar pela opinião dêsse "pandego", se existe gente sem camisa no mundo, os "culpados" são os anarquistas. E assim sucessivamente cada qual quer que nós sejamos conforme o seu cerebro doentio, tarado ou ignorante, manda e concebe.

Conheciamos a obra realizada por Maria Lacerda de Moura muito tempo antes de A. N. mandar o seu artigo para "A Plebe"; contudo, tenha isto em conta o amigo A. N., a sua obra, embora brilhante, não lhe concede carta de alforria para poder dizer de nós os disparates que se lêem em seu ultimo livro. Maior, muito maior obra fizeram os anarquistas desde há um século para cá, e entretanto, Maria Lacerda de Moura, por um milagre do tinteiro, banuiu-os da superfície da terra (*A Plebe*, 1935, n. 99, p. 3)

Acredita-se, através da leitura desse artigo, que a grande questão no livro de Lacerda foi o fato de ter escrito que a anarquia não teve anarquistas, pois, após a citação acima, o autor

arrola diversos autores importantes para o pensamento anarquista, muitos dos quais já haviam sido mencionados por Maria Lacerda. Mas, ao ler o artigo de Pedro Catalo, compreende-se que esse incômodo vem de antes dos escritos do livro citado: o anarquista discorda da nota de redação do artigo anterior, exemplificada por duas vezes, momentos em que Lacerda, em conferências, critica os companheiros presentes, ouve suas críticas e pergunta se foram autoritários. Ao final, confessa estar farto disso e que, em algum momento, explodiria:

Em certa ocasião, o Grupo Editor de " A Plebe " convidou M. L. de Moura para fazer uma conferência. E nessa conferência não disse que não existíamos, mas, atacou-nos e disse-nos que não estávamos colocados á " altura " do momento. E nós, os " autoritários ", os que " se zangam porque se lhes diz estas coisas ", recebemos estas pedradas com uma tolerancia que ela não teria, porque sabemos quanto lhe dói quando a contradizem.

Algum tempo depois, mima loja maçónica. fazendo ali outra conferência, também nos atacou, como é de praxe, a ponto de provocar um "não apoiado" por parte de uma nossa companheira que ali esta via presente.

Como se está vendo, não é de hoje que M. L. de Moura vem-se divertindo com metódicas rajadas contra os anarquistas, e é humano, é natural, que um dia havíamos de estourar. Não sabemos se o amigo A. N. endossa a pagina com que ela pretende diminuir-nos; entretanto, podemos adiantar que tomada em rigor, seríamos obrigados a exigir de M. L. de Moura uma formula especifica para fabricação de anarquistas tipo V. 8, em um breviário onde nos pudéssemos espelhar antes de sair para a rua (*A Plebe*, 1935, n. 99, p. 3).

Após esse desabafo de Pedro Catalo, com suas críticas a Maria Lacerda, alguns dos leitores podem concordar com ele, no sentido dos limites da paciência ou do que pode ou não ser dito, dentro de um movimento social, no que diz respeito ao que é o produtor e/ou contraprodutor, pensamentos todos legítimos.

Outros podem tomar as diversas possibilidades ofertadas neste capítulo de reflexões e compreensões sobre os escritos de Maria Lacerda de Moura e, assim, também legitimá-las para si. As possibilidades são várias e perpassam o entendimento intelectual, crítico, político e ideológico de cada um, sem pontos e sem iis.

Sobre as críticas de Salgueiro, especificamente, elas parecem ter mudado ou acalmado depois de uma década, após a morte de Maria Lacerda de Moura, porque – no livro *Os Libertários: Jose Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco – Fabio Luz de Edgar Rodrigues* (1993), apresentando os escritos da imprensa sobre o falecimento da autora, encontra-se a seguinte declaração de Osvaldo Salgueiro:

Alguns jornais noticiaram o falecimento de Maria Lacerda de Moura. Afonso Schmidt publicou extensa biografia em Lavoura e Comércio de Uberaba, Minas Gerais, trabalho mais tarde incluído no livro *Bom Tempo*. Falou também de sua vida e obra *O Trabalhador Gráfico* de São Paulo. A Noite

encerrava longo comentário assinado pelo anarquista Osvaldo Salgueiro: "Creio que podemos afirmar sem receio de contestação, que Maria Lacerda de Moura foi, até hoje (1945), a mais culta das escritoras brasileiras" (Rodrigues, 1993, p. 73).

Essa afirmação e algumas outras informações reunidas por Rodrigues, em seu livro, são desconcertantes, tendo como base as críticas de Salgueiro. Além da citação acima, em sua obra, Rodrigues (1993) apresenta uma carta de Carlos Moura, ex-marido e amigo de Maria Lacerda de Moura, a Rodolfo Felipe, amigo da autora e redator-chefe do jornal *A Plebe*, da década de 1939, onde Osvaldo Salgueiro é citado:

Rio de Janeiro, 21-6-1945.

Meu caro Felipe:

Conforme prometi em minha última carta enviada a você, há uns quatro dias atrás, aí envio a biografia da nossa querida amiga, biografia por mim mesmo "alinhavada", esperando que vocês, jornalistas velhos, habituados mais à pena do que eu, que sempre vivi às voltas com a "política" do "Deve e Haver" - melhor do que eu saberão pô-la em condições de ser apresentada em público. Amanhã vou remeter ao André as fotografias para escolherem qual a melhor das duas que enviarei.

Fiquei contente em saber que Jovina ficou consternada com a notícia da morte de Maria Lacerda, pois aquela amizade tão grande que havia entre elas ficou abalada, não sabemos como, desde a nefasta revolução de 32 quando esses políticos, para manterem as suas posições de mando, sacrificaram a tantos jovens paulistas. Maria sempre teve o retrato dela dependurado na parede de sua salinha de visitas. Cumprindo os pedidos dela, a mim feitos, de restituir às suas amigas as fotografias que lhe ofertaram, entreguei a de Jovina à Noémia Alvares, prima dela, aqui residente.

Espero que vocês não se esqueçam de me avisar, com antecedência, o dia da homenagem, pois desejo assisti-la e abraçar vocês.

Com certeza encontrarei todos vocês, Boscolo, Salgueiro, André, Tomazini. O ano passado, depois de 6 anos, estive aí, por 3 dias e não tive tempo de procurar-vos.

Abraços do amigo de sempre.

Carlos Moura (Rodrigues, 1993, p. 85-86).

Na carta de Carlos Moura a Rodolfo Felipe, é possível constatar diversas questões, primeiramente a contínua amizade e companheirismo de Maria Lacerda de Moura com o seu ex-marido Carlos Moura; a amizade dele com o ex-companheiro de Lacerda, André Néblind, como com os outros anarquistas; a amizade da autora com Rodolfo Felipe, Boscolo e, inclusive, Salgueiro. Uma última citação sobre esse anarquista, nos escritos de Rodrigues (1993) é esta:

Para além de suas obras e da correspondência com anarquistas em nosso poder, vale recordar dois militantes que com ela conviveram: Osvaldo (José) Salgueiro e Diamantino Augusto (este último ainda vivo com 93 anos de idade e impressionante lucidez), respectivamente em Guararema e no Rio de Janeiro, com quem conversamos. Nenhum deles ouviu pessoalmente de Maria

Lacerda de Moura exposições que não tivessem vínculo com o pensamento libertário. Não um pensamento acrata — como muitos querem, sem pontos divergentes - mas um pensamento anarquista na sua essência e forma (Rodrigues, 1993, p. 86).

Nessa última citação encontrada no livro de Rodrigues (1993), confirma-se o quanto Maria Lacerda de Moura e Osvaldo Salgueiro se conheciam e conviviam, não apenas na Comunidade Ácrata de Guararema, como no Rio de Janeiro. A pergunta que se apresenta agora é: se eles eram tão próximos, quais são as verdadeiras questões em relação às críticas de Osvaldo Salgueiro a Maria Lacerda de Moura? Uma possibilidade de resposta: os leitores podem pensar em outras, mas seria justamente o fato de serem tão próximos e de a autora escrever, em seu livro, que, considerando a maioria do seu convívio, não conhecia nenhum anarquista.

Nos capítulos anteriores desta Tese buscou-se compreender o que Maria Lacerda de Moura escreveu sobre o fascismo, a Igreja Católica e a educação, em três dos seus livros da década de 1930; depois o mesmo foi feito em relação a outros escritores, através da leitura e análise das fontes primárias, de 1933 a 1935. Neste capítulo, através de artigos críticos à autora, encontrados nessas fontes primárias, aprofunda-se o debate acerca do pensamento da autora sobre o fascismo, a Igreja Católica e a educação, podendo-se compreender melhor a sua forma e estilo de escrita, crítico e irônico, confrontando o leitor a pensar e a se manifestar sobre esses assuntos, desafiando o entendimento de todos.

Logo de início, é possível demonstrar que Maria Lacerda de Moura desconfia da possibilidade de uma organização social sem o Estado. Não porque ela não acredite ou não almeje, mas por compreender que a educação, cheia de preconceitos e dogmas, dificulta sobremaneira o declínio ao servilismo, o qual a formação do ensino imprime no ser humano, desde tenra infância. E, justamente por isso, é tão profícuo o alastramento dos governos fascistas e da educação religiosa.

Uma outra questão que se pode compreender é a diferenciação que ela, assim como outros autores, fazem da questão clerical, Deus e Jesus Cristo. O problema, para esses autores anarquistas, não é a existência ou não de Deus e Jesus Cristo, porém, o mau uso dos conceitos, crenças e histórias por alguns agrupamentos de homens que se organizaram nessa instituição cristã, a qual tem como objetivo o enriquecimento e o controle das mentes e dos corpos. E um dos espaços mais profícuos para esse feito, além das igrejas, são as escolas, através da educação religiosa, do cristianismo, o qual, segundo Maria Lacerda de Moura é a “[...] significação mais perfeita de uma civilização voraz de déspotas e escravos” (Moura, 2018b, p. 17).

A força do polvo clerical, um conceito muito utilizado entre os anarquistas anticlericais que debatem a educação, como Maria Lacerda de Moura e outros autores encontrados nas fontes

primárias, apresentados no capítulo anterior, neste capítulo, pode-se compreender melhor, percebendo a sua amplitude em quase todo o território ocidental. O polvo clerical está em todas as instituições sociais, inclusive na escola, a qual mantém-se presente, em todos os momentos da história, no seu espaço de importância, apelando para o ensino religioso e a domesticação das almas, como única forma de salvar a população.

Através da ironia, Maria Lacerda de Moura demonstra-se essa amplitude do clero, com suas frases de impacto, como “O Vaticano já é comunista!” Essa frase é para chamar a atenção do leitor, assim como outras frases já mencionadas. Assim, de forma até educativa, chama a atenção para o poder de adaptação do clero, independentemente da ideologia política que esteja em voga em determinado momento histórico, estando em todos os espaços e momentos.

Segundo a autora, devemos resistir a toda essa força e poderio de dominação dogmática e autoritária, e, nesse sentido, apela, faz frases de impacto e previsões apocalípticas, de fato, como diz o seu crítico, justamente para chamar a atenção dos seus leitores e convidá-los a um exercício de transformação e educação que não termina com a existência do ser, pois é diário e eterno. Todos foram criados dentro dessa educação de dogmas e tiranias e, por isso, a anarquia ainda não teve anarquistas, pois, a todo momento, pode-se reproduzir aquilo que foi, de maneira rígida, temida e sistemática, embutido dentro do ser humano.

A autora, entre tantas outras questões enfocadas, questiona a Igreja Católica: esse é o grande objetivo do seu livro *Fascismo*: filho dileto da Igreja e do Capital, neste capítulo compreende as críticas que seus escritos proporcionam. Lacerda alerta a todos sobre o poder de adaptação e de infiltração dessa instituição, que está e que quer continuar estando no domínio de nossos corpos, mentes, de nossa alma e, por isso, reivindica, unindo-se aos governos autoritários, liberais ou de qualquer outra ideologia política, mas reivindica a todo custo o seu lugar dentro das instituições escolares, desde a infância até a formação universitária.

CONCLUSÃO

Maria Lacerda de Moura reivindica a educação sem dogmas, na formação de seres humanos não violentos, os quais possam pensar e refletir livremente, revendo-se e questionando-se a todo momento sobre suas atitudes, em um exercício de transformação pessoal e, conseqüentemente, coletiva, desmistificando atitudes que se baseiem em antigos mitos, como a desqualificação de determinados seres humanos em detrimento de outros. Dentro dessa lógica, existem diversas instituições que lutam para a manutenção desses privilégios, os quais a autora encontra e denuncia. Na presente tese compreende-se suas reflexões no que tange à Educação e ao domínio do Estado fascista e da Igreja Católica sobre ela, utilizando-a como instrumento de formação de mentes e corpos moldáveis, para a perpetuação do controle sobre eles.

Por que estudar Educação? Por que estudar História da Educação? Por que estudar Maria Lacerda de Moura? Por que continuar estudando Maria Lacerda de Moura? Por que estudar as interferências dos mais diversos movimentos políticos, ideológicos na Educação? Por que estudar o anarquismo? Por que o fascismo e a Igreja Católica? Por que estes livros de Maria Lacerda de Moura e não outros? Essas perguntas apresentadas inicialmente na Introdução dessa pesquisa, basearam todo o processo investigativo da Tese.

Essas são apenas algumas perguntas que, durante os quase cinco anos de Doutorado, entre a escrita do projeto, até a entrevista de seleção de entrada na pós-graduação, no seminário de pesquisa, nas apresentações em congressos nacionais, internacionais, na qualificação, em rodas de conversa da militância social, anarquista, de amigos, em sonhos, pesadelos, escutou-se como psicóloga social, militante, educadora e doutoranda em História da Educação e se tentou responder, nestas últimas linhas.

Será que tudo foi respondido? O leitor deve estar agora se perguntando.

Bom, essa pergunta, especificamente, ficará sem resposta. O que se pode dizer é que o trabalho de leitura, fichamento, análise das fontes primárias, secundárias, bibliográficas, reflexão e escrita foram feitos. Espera-se que a leitura tenha, se não respondido a todas as questões levantadas na Tese, ao menos proporcionado uma leitura e reflexão críticas sobre o quanto a Educação esteve e está nas mãos de grupos específicos que se pensam dominadores, superiores ou salvadores da sociedade.

A presente investigação visou a contribuir no debate, dentro da Educação, especificamente na História da Educação, sobre o domínio religioso e político desse instrumento de formação social. Esta tese se dedica a compreender a pensadora anarquista

Maria Lacerda de Moura e o entendimento que ela tinha sobre a definitiva importância da Educação e que, por isso mesmo, as ideologias religiosas e políticas, da década de 1930, a Igreja Católica e o fascismo tentam de toda forma ter o controle desse instrumento de informação, formação e para esses de conformação do povo, para melhor controlá-los e explorá-los.

O objetivo desta tese foi compreender, conforme os escritos de Maria Lacerda de Moura, quais os mecanismos (dentre eles o mais poderoso – a educação) utilizados pela Igreja Católica e o fascismo, que têm como premissa a manutenção do Capital. Assim, esta tese buscou explicar as interfaces com que Maria Lacerda de Moura refletiu sobre a Educação, a Igreja Católica e o fascismo, em seus escritos, na década de 1930. Para tanto, os objetivos desta investigação foram analisar os escritos de Maria Lacerda de Moura sobre educação, Igreja Católica e fascismo, na década de 1930, observar o que Lacerda e outros anarquistas escreviam sobre educação, na imprensa anarquista brasileira, na década de 1930, e entender a concepção de Maria Lacerda de Moura sobre a importância da educação e do quanto a Igreja Católica e fascismo se aproveitaram dela, como instrumento de manipulação do povo.

No intuito de contribuir para a compreensão da concepção de Maria Lacerda de Moura e a interferência da Igreja Católica e do fascismo, na educação, buscou-se um autor que guiasse o formato e metodologia de pesquisa. Nesse sentido, o autodidata e pesquisador libertário Maurício Tragtenberg proporcionou o devido rigor histórico, analítico, investigativo necessários e, ao mesmo tempo, a liberdade de crítica e pensamento indispensáveis para a escrita desta tese de Doutorado.

Nada como um autodidata para compreender uma autodidata.

Após a Introdução, onde a questão da pesquisa, os objetivos e a metodologia foram apresentados, o primeiro capítulo, que leva o nome da autora pesquisada, tece uma “colcha de retalhos” sobre a história de vida de Maria Lacerda de Moura, seus pensamentos e escritos, intercalando, a cada passo, com as pesquisas de autoras(es) que estudaram determinado momento histórico, político e cultural, vividos pela autora, e suas conferências, artigos e livros. Na escrita dessa primeira parte, foi possível confirmar a suspeita de que ainda não havia trabalhos ou estudos sobre os escritos de Maria Lacerda, referentes a educação, a Igreja Católica e o fascismo.

Além da confirmação desta questão, que foi crucial para a legitimação da Tese, através dos estudos de outras pesquisadoras e pesquisadores, foi possível conhecer um pouco mais sobre Maria Lacerda de Moura, como no livro de Lessa (2020), o qual exhibe uma faceta da

autora como antivivisseccionista¹¹⁸ e vegetariana. Revela o seu posicionamento em relação à dissecação de animais para experimentos científicos, o qual é mais bem esboçado em seu livro *Civilização, tronco de escravos*, publicado em 1931, pela editora Civilização Brasileira e republicado pela editora Entremares em 2020b.

Já era sabida a preocupação dos pais de Maria Lacerda de Moura, simpatizantes das ideias anticlericais, com a educação das filhas e a influência do ensino religioso, tirando-as logo cedo do internato de freiras e inserindo-as na Escola Normal. Mas outra informação interessante, advinda dos estudos de Lessa (2020), foi o seu pai ter sugerido à pequena Maria, que então teria entre 10 a 12 anos, a leitura de obras como de Maurice Lachâtre, “[...] editor, escritor, livreiro, empreendedor, socialista, livre-pensador, anticlerical, enciclopedista, republicano e estudioso do magnetismo, da homeopatia e do espiritismo. Ao final de sua vida, aproximou-se dos anarquistas” (Lessa, 2020, p. 18). Sem dúvida, essa e outras leituras contribuíram para o autodidatismo da autora.

Outra informação de grande significância aprendida com a leitura dos estudos de Silva (2005) é que, na época em que Lacerda esteve em Guararema (1928-1937), além de escrever a maioria dos seus livros, ela colocou “[...] em prática alguns de seus conceitos de educação [...]” (Silva, 2005, p. 98). Essa informação contribui inclusive para futuros estudos sobre a prática da autora como professora e adepta da educação racional de Francisco Ferrer y Guardia, podendo ser confirmada nos estudos de Leite (1984) e Lessa (2020), atestando que Lacerda deu aula para os filhos dos imigrantes da comunidade. Buscar informações sobre como era essa sua prática pedagógica seria extremamente rico, não apenas para conhecer melhor as atividades e o entendimento de Maria Lacerda de Moura sobre educação, como também para contribuir em futuras pesquisas referentes às pedagogias anarquistas.

Os trabalhos de Leite (1984) e Rago (1985) são as primeiras grandes referências sobre os escritos de Maria Lacerda de Moura, quando se quer estudar essa autora. Leite (1984), em *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, nos presenteia com um estudo detalhado sobre sua história de vida, os desafios que enfrentou como uma mulher que pensava diferente dos padrões e normas da sociedade patriarcal, sua aproximação com o movimento feminista, com os maçons, com os anarquistas, e os diversos temas os quais ela abordou, em conferências e debates, durante os seus 57 anos de vida, compondo um temário com mais de 60 itens: anarquismo, amor, anticlericalismo, antifascismo, clero, educação (feminina, moderna, sexual) etc. (Leite, 1984, p. 162).

¹¹⁸ Pessoa que não está de acordo com a vivissecação, que é o sinônimo de biotomia, referente à dissecação de seres vivos (Dicio, 2024).

Rago (1985), em *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar - Brasil (1890-1930)*, traz para pauta a resistência do movimento anarquista, suas ações, filosofias e lutas, incluindo as mulheres anarquistas e o seu entendimento sobre a participação da mulher, na sociedade, entre elas Maria Lacerda de Moura, a qual dizia que, além de enfrentar a dominação machista, a mulher tem de enfrentar aqueles que não querem perder seus privilégios (Rago, 1985, p. 100).

Nessa linha sobre a historiografia das mulheres anarquistas, um trabalho mais recente que merece destaque é o da historiadora Samantha Coalhado Mendes, *Companheiras: mulheres anarquistas em São Paulo (1889-1930)* (2021b), que, em suas primeiras páginas, faz um estudo sobre o pensamento anarquista, seu militantes, para então apresentar as diversas mulheres dentro do pensamento anarquista e a crítica à moralidade, como Emma Goldman, Voltairine de Cleyre e Maria Lacerda de Moura, bem como a atuação das anarquistas brasileiras no movimento operário e na educação racionalista, como a já citada Maria Lacerda de Moura, Isabel Cerruti, Matilde Magrassi e as irmãs Soares (Mendes, 2021b). Outro significativo trabalho sobre mulheres anarquistas é o da historiadora Samantha Lodi - *Louise Michel: pertença à revolução* (2022), que marca a participação das mulheres anarquistas na Comuna de Paris. Essas pesquisadoras, assim como Larissa Guedes Tokunaga, Angela Roberti, Fernanda Gregolin, Camila Jordan e outras, precisam ser lidas para que o esquecimento histórico – como muito bem frisa Silva (2010) – da participação dos anarquistas e das mulheres, no movimento de libertação humana, seja combatido e as pesquisas continuem e avancem.

Já se sabia, através da própria autora, pelo seu livro *Renovação* (1919) – onde apresentou as críticas propositivas de Oiticica e Coutinho ao seu primeiro livro, *Em torno da educação* (1918), as quais ela mesma assume e concorda no seu artigo *Autobiografia* (1929a), assim como pela pesquisa de Leite (1984), da reverência que Maria Lacerda de Moura tinha ao anarquista José Oiticica. Mas, através do trabalho de Lauris Junior (2009), pode-se constatar a verdadeira aproximação de companheirismo, além de admiração, entre os dois anarquistas, tornando possível conhecer um pouco da irreverência da autora, por meio da entrevista com a filha de Oiticica. Outro tema muito rico para futuras pesquisas seria verificar suas cartas, seus encontros e possíveis aproximações ideológicas entre José Oiticica e Maria Lacerda de Moura.

Através do trabalho de Lima (2016), foi possível ter-se conhecimento sobre os 36 artigos de Maria Lacerda de Moura, publicados na revista espanhola *Estudios*, entre os anos de 1930 e 1936, ou seja, que além dos livros e artigos publicados pela autora, na imprensa anarquista brasileira, ela ainda publicou outros artigos fora do país e, para além disso, confirmar a aproximação do seu pensamento com o anarquismo individualista, o qual era a base das publicações da revista. No seu estudo, a pesquisadora analisa a participação de Lacerda nessa

revista e os mais variados temas os quais ela abordou, reafirmando algo já constatado no temário publicado na pesquisa de Leite (1984). Em sua investigação, Lima (2016) destaca a crítica da autora às verdades e aos programas pré-estabelecidos, em consonância ao que Rago (1985) escreveu sobre autora, em sua pesquisa.

Conhecer o trabalho de Lima (2016) foi crucial para se ter acesso aos estudo feitos por Lima e Queluz (2014), sobre as cinco edições da revista *Renascença*, em 1923, idealizada e editada por Maria Lacerda de Moura, que tinha como ponto principal contribuir para a formação intelectual da mulher, em continuação aos seus esforços e escritos, desde 1919.

A revista *Renascença*, contém temas relacionados ao feminismo e à arte, passando por artigos sobre maternidade consciente, movimento operário, educação, religião, cultura operária etc., escritos por diversos autores não apenas de viés anarquista. A nossa dificuldade em apresentar devidamente cada autor se dá pelo fato de que grande parte deles utiliza pseudônimos ou não tem uma produção contínua na imprensa (Lima; Queluz, 2014, p. 2).

O destaque para a citação acima se dá por apresentar os temas enfocados pela revista *Renascença* e por confirmar a vinculação de Maria Lacerda de Moura, não apenas com militantes, pensadores e escritores exclusivamente anarquistas, ao constatar a publicação de artigos da autora em revistas que não eram declaradamente anarquistas, pontuada no Capítulo 1, e a dificuldade enfrentada na identificação dos autores, pela utilização de pseudônimos, conforme demonstrado no Capítulo 4 desta tese.

A compreensão sobre o anarquismo individualista de Maria Lacerda de Moura não foi o foco do presente trabalho, mas despertou a curiosidade, primeiramente com a evidente vinculação da autora com Han Ryner, após conhecer sua história com André Néblind e ter acesso a cartas trocadas com Émile Armand. Em um primeiro momento de busca, em 2020, infelizmente não foi possível ter acesso ao trabalho de Rocha (2017) acerca do anarquismo individualista de Maria Lacerda de Moura e Emma Goldman e da participação das mulheres no movimento operário; seguramente, esse trabalho contribuiria sobremaneira na compreensão da lógica anarquista individualista da autora, para continuar a investigação sobre o entendimento do pensamento lacerdiano. Refez-se essa busca, em 2024, e felizmente se encontrou essa dissertação de Mestrado.

Rocha (2017) traz, em sua dissertação, primeiramente um resumo sobre a história do anarquismo e das mulheres, no movimento operário brasileiro, para, no final, apresentar o anarquismo individualista de Maria Lacerda de Moura e Emma Goldman. A fim de entender a

concepção do anarquismo individualista, recorre à leitura de Émile Armand¹¹⁹, francês com o qual André Néblind e Maria Lacerda de Moura tinham contato direto. Esse trabalho contém um direcionamento sobre o anarquismo individualista de Maria Lacerda de Moura e as suas aproximações aos pensamentos de Émile Armand e Han Ryner.

Rocha (2017), em determinado ponto da pesquisa, quanto à concepção do anarquismo individualista, enfatiza:

Os individualistas acreditavam que antes de iniciar um combate com o capital, o Estado e a Igreja faz-se necessário travar uma luta individual, de dentro para fora, que toda a transformação externa e coletiva seria inútil antes de uma transformação de cada indivíduo. O anarquista individualista não vê no capitalismo o único mal que impera sobre o homem, mas também os vícios da alma, que Émile Armand vai denominar de “mentalidade defeituosa” (Rocha, 2017, p. 70).

A transformação inicia-se individualmente, precisa-se se rever, se transformar e, nesse movimento, associar-se coletivamente. Buscar novamente pela pesquisa dessa estudiosa se tornou profícuo para ter-se um entendimento melhor sobre o anarquismo individualista da base de Maria Lacerda de Moura, que é justamente o movimento o qual a autora propõe, em seus textos criticados, os quais foram trabalhados no capítulo “Sem pingos e sem iis”, conceitualização e debate que retornaremos mais abaixo, neste texto.

Entretanto, conforme já realçado no primeiro capítulo, onde se abordam a história de vida de Maria Lacerda de Moura e as pesquisas já realizadas sobre a autora, além de Émile Armand, pode-se recorrer a Han Ryner, filósofo francês que influenciou sobremaneira o pensamento e a escrita da autora, a ponto de ela escrever livros sobre ele e ser uma das maiores disseminadoras de sua filosofia. Podemos comprovar essas afirmações com o livro *Han Ryner e o amor plural* e com a utilização do termo “superelefantes” (Ryner, 1924), o qual a autora toma como um conceito, em seu livro *Clero e Fascismo: horda de embrutecedores!* (1934), debatido nos Capítulos 2 e 3 desta tese.

Outras curiosidades se esboçam, ao ter-se acesso a outros pesquisadores que estudam o anarquismo individualista, como a tese de Doutorado de Tokunaga (2022), sobre Emma Goldman e as aproximações entre Max Stirner e Ibsen. Em 2022, tive a oportunidade de estar presente na defesa dessa tese, e as falas do professor Acácio Augusto e da própria Tokunaga,

¹¹⁹ “Pseudônimo do individualista anarquista francês Ernest Lucien Juin. Nasceu em 26 de março de 1872, editou diversos periódicos, entre os quais: *L'ère nouvelle* (1901-1911), *Hors du troupeau* (1911), *Par-delà la mêlée* (1916), *L'en Dehors* (1922) e *L'unique* (1945). Morreu em 19 de fevereiro de 1963 aos 90 anos de idade” (Verve, v. 11, p. 123-130, 2007).

despertaram ainda mais a curiosidade em conhecer Max Stirner e Ibsen – este, por ser um dos autores mais citados por Maria Lacerda de Moura, como fonte de leitura, segundo se pode verificar em Leite (1984, p. 162), ao lado de Ryner, Armand, Epiteto, Freud, Malatesta, Ferrer, Einstein, Gandhi, Ingeneiros, entre outros. Uma possibilidade de futura pesquisa seria o aprofundamento das leituras sobre Ryner, Armand, Stirner e Ibsen, de sorte a verificar se essas aproximações são possíveis. As pesquisas de Rocha (2017), Tokunaga (2022) e os diversos estudos e escritos do professor Acácio Augusto seriam referências importantes para esse eventual estudo.

O trabalho de compreender os escritos de Lacerda sobre educação, clero e fascismo me proporcionou o acesso a leituras que levaram às reflexões acima. Como o anarquismo individualista não é a questão principal desta tese, voltemos aos escritos da autora sobre os temas propostos. A autora pesquisada publicou, além dos livros já citados e estudados por diversos pesquisadores e pesquisadores, vários artigos e jornais e periódicos libertários e anticlericais, os quais focalizamos no segundo capítulo, mas, nos Capítulos 4 e 5, retomamos os jornais *A Lanterna* e *A Plebe*, edições de 1933 a 1935, por termos como um dos objetivos analisar o que Lacerda e outros anarquistas escreviam sobre educação, na imprensa anarquista brasileira, na década de 1930.

Uma última informação importante descoberta sobre a história de vida de Maria Lacerda de Moura, durante esta investigação foi sobre o fato de, nos últimos anos de sua vida, ter-se dedicado mais incisivamente aos estudos astrológicos, tendo contato mais próximo com Aníbal Vaz de Melo, anarquista que escreveu, entre outros livros, *Cristo o maior dos anarquistas*, no qual uma das dedicatórias é para ela. A autora trabalhou no rádio, juntamente com Melo, e, em 1944, publicou seu último livro *O Silêncio* (Lessa, 2020). Essas novas informações obtidas no aprofundamento do estudo sobre a bibliografia de e sobre Maria Lacerda de Moura colaboraram para que se conheça melhor essa autora.

Após apresentar a autora e seus escritos, compreende-se, nos Capítulos 2 e 3, a concepção de Maria Lacerda de Moura sobre educação, clero e fascismo, através da análise dos livros da autora escritos na década de 1930: *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, *Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores!* e *Ferrer, o clero romano e a educação laica*. Tais obras da autora tratavam especificamente sobre os temas que se busca compreender, na tese, a educação, o clero, o fascismo, e a interferência desses dois últimos na educação.

Nesses dois capítulos, intitulados “Os superelefantes do fascismo: poder e religião” e “Horda de embrutecedores: educação e religião”, expõe-se e se debate a questão-problema e o porquê da escolha dos três livros de Maria Lacerda de Moura estudados nesta tese: *Fascismo:*

filho dileto da Igreja e do Capital, que aborda os poderes políticos e ideológicos, *Clero e fascismo*: horda de embrutecedores!, o qual analisa criticamente toda a lógica fascista de Benito Mussolini, e *Ferrer, o clero romano e a educação laica*”, uma homenagem da autora a Francisco Ferrer y Guardia, explicando quem era esse mártir da educação racionalista, suas críticas ao clero e as diferenças em relação à educação laica. Esses três livros contribuem, de maneira incisiva e explícita, para a discussão e debate desta Tese, que examina, no seio da temática da educação, a interferência do clero e do fascismo, segundo o pensamento anarquista lacerdiano.

No sentido de cooperar para a discussão, no capítulo, “Os superelefantes do fascismo: poder e religião”, apresentam-se os contextos ideológico, político e cultural vividos pela autora, na década de 1930, empregando-se, para isso, as contribuições de alguns estudiosos da história do anarquismo, como Samis (2019), com seu trabalho sobre a Clevelândia, pelo qual é possível compreender a realidade da repressão do governo de Arthur Bernardes, as teorias lambrosianas sobre raça e imigração, que culminaram na lei Adolfo Gordo, na Lei Monstro, nas prisões e deportações.

Mesmo com toda essa repressão, o movimento anarquista resistiu e reivindicou seus direitos, por meio das greves, imprensa, educação e formação cultural, em festivais, sindicatos e centros culturais, com os jornais, o teatro social, a literatura e outras expressões artísticas, esportivas e suas funções pedagógicas. Prado e Hardman (1985), Silva, 2005, Silva (2010), Mendes (2021a) e Limongelli (2023), bem como Rodrigues (1993), contribuem para o conhecimento e a compreensão da importância histórica da participação desses anarquistas, em uma década de turbilhões dos movimentos sociais, culturais e libertários, como também de ascensão dos governos autoritários. na Europa e na América Latina. Nesse cenário, a Igreja Católica reascende ao seu poder, junto aos governos, interferindo na política, cultura e educação. Assim, no sentido de resistir a todo esse “dominismo” estão os movimentos antifascistas e anticlericais, entre eles os anarquistas, incluindo Maria Lacerda de Moura.

Em seu livro *Fascismo*: filho dileto da Igreja e do Capital, onde o foco da crítica da autora é a Igreja Católica e o Clero Romano, que se beneficiam dos sistemas políticos e ideológicos existentes na sociedade, de sorte a continuar a ter influência sobre o povo. Com essa influência, os governos só têm a se beneficiar e, por isso, se retroalimentam nessa tríade¹²⁰ da dominação. Importante reafirmar a distinção¹²¹ que a autora (Moura, 2018a, p. 17), ao lado

¹²⁰ Igreja Católica, capital e fascismo.

¹²¹ Segundo esses autores, uma coisa é a – seja verdade ou não, não é essa a questão – história contada sobre Jesus Cristo, como personagem e seus feitos, outra é o que alguns homens fizeram dela, suas interpretações e a

de outros anarquistas, faz sobre a Igreja Católica Apostólica Romana e Jesus Cristo, como Anibal Vaz de Melo, em seu livro *Cristo, o maior dos anarquistas* (1956), Han Ryner (2012), João Pontes Morais (*A Plebe*, 1933, n. 7, p. 3-4), Frei Soveia (*A Lanterna*, 1933, n. 359, p. 2), J. Gavronski e Leon Tolstói.

No livro, a autora, além das críticas sobre *O Clericalismo é o pai do fascismo* (Moura, 2018a, p. 17), faz a denúncia aos crimes exercidos pelo Clero Romano, realçando o poder de adaptação da Igreja Católica, o “Polvo Clerical”, como ela e outros autores anarquistas, como Xisto Leão e Antônio Manuel Vinhais, irão se referir a esse poderio. Maria Lacerda de Moura explica o quanto a Igreja Católica se utiliza da educação como instrumento de “domesticação da consciência”. Essa sua afirmação pode ser confirmada, através da Encíclica Papal de 1929, do Papa Pio XI, a qual trata especificamente sobre a educação. A autora alerta sobre a necessidade de se ler os textos bíblicos para se compreender sua ação e domínio, que têm, entre os seus instrumentos, um enorme poder de adaptação, contando com o tempo a seu favor e querendo para si a educação. Ora,

[...] através da educação, tão maravilhosamente ministrada que degenerou e imbecilizou o gênero humano até a domesticidade covarde e a apostasia da própria consciência.

Vem de longe a aliança entre o altar e o trono: a Igreja sabe contar com o fator “tempo” para sugestionar o subconsciente e apoderar-se da razão, falseando o raciocínio até o obscurecimento absoluto da reflexão. Para isso, reivindicou sempre o direito à educação. Foi através da escola que chegou a reduzir a razão humana à expressão zero... (Moura, 2018b, p. 25).

Para tanto, o Clero precisa ter acesso à educação ou influenciá-la de alguma forma, alertando todos os anticlericais quanto à importância de ler os textos bíblicos, pois neles se encontra o código moral da sociedade. A Igreja Católica precisa ter acesso e influenciar a educação e, nesse intuito, faz parceria com o Estado, em união que não é de hoje, mas se conhece bem, historicamente. Juntos, fazem a manutenção do poder, bem como do capital, por isso o *Fascismo*: filho dileto da Igreja e do Capital, perpetuando a dominação e exploração do povo. Com esse título, a autora se empenha na denúncia desses crimes e seus criminosos, como em *Clero e fascismo*: horda de embrutecedores!, onde a autora explica todo a lógica fascista,

construção de império secular de dominação. Uma coisa é o cristianismo como ideia, outra o clericalismo e as estruturas e feitos de suas instituições.

nos discursos de Mussolini e nos escritos dos intelectuais fascistas¹²², aos quais ela chamou de “superelefantes”, além da forma pela qual se estruturara as milícias e a Obra Nacional Balilla.

As milícias e a Obra Nacional Balilla, que estão no livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, foram discutidas no Capítulo 3: “Horda de embrutecedores: educação e religião”. No Capítulo 2: “Os superelefantes do fascismo: poder e religião”, utilizou-se o debate da autora sobre os intelectuais fascistas, contido no livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, articulando-o com as informações sobre o clero, do livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*.

Maria Lacerda de Moura, no livro *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*, descreve o discurso de Mussolini como um espetáculo repetido, mesmo se dizendo novo, onde apenas o cenário e as vestimentas se modificam, com as multidões de seguidores. A autora responsabiliza¹²³ os intelectuais fascistas italianos, os quais ela chama de superelefantes, como os responsáveis por essa servilidade do povo. Lacerda retira esse termo da novela distópica de Han Ryner, intitulada *Os Super-Humanos*. Essa obra conta sobre um mundo que, depois de centenas de anos, após um cataclisma, fez com que alguns dos seres humanos se transformassem em Superelefantes, seguidos por milhares de pessoas, entre essas, mulheres que dão os seus próprios filhos a esses dominadores como sacrifício. Além desses, existem os Superanjos, que parecem estar alheios, podendo ser considerados, assim como foi feito na tese, os intelectuais que fazem parte de uma elite e não estão preocupados com a questão social, e ficam alheios a essa situação, enquanto os Imortais, por não terem força, nem sentimentos, acabam sucumbindo aos dominadores, servindo-os.

Han Ryner, segundo já mencionado em alguns momentos da Tese, é um dos autores mais citados por Maria Lacerda de Moura e considerado uma das bases do seu anarquismo individualista. Esse autor escreveu diversas obras, entre as quais *Os Super-Humanos*, de 1924, uma novela distópica da qual a autora retirou o termo “superelefantes” e o utilizou para denominar os intelectuais fascistas e demonstrar a influência deles, na cultura fascista, desde os discursos do líder fascista, o *Duce*, até a aceitação da violência, sujeição e adoração do povo italiano.

¹²² Gabriele D’Annunzio (1883-1938), Giovanni Papini (1881-1956), Filippo Tommaso Marinetti (1878-1944), Luigi Pirandello (1867-1936).

¹²³ A responsabilidade que Lacerda atribui aos intelectuais fascistas perpassa pelo fato de os discursos do *duce* terem esses autores como base, além da importância da formação cultural e intelectual de toda uma população, através da publicação, leitura e admiração de seus textos, muitos com discursos violentos, cheios de dogmas e idolatrias.

Os escritos distópicos¹²⁴ têm como premissa uma antiutopia, um conceito de “lugar ruim”, uma visão pessimista sobre o que irá ou poderá acontecer, em um determinado futuro, quando um grupo autoritário e extremista, seja da sociedade civil, seja governamental, tenha o controle, tomando o poder sobre uma maioria. Atualmente tidas como um gênero literário de leitura crítica, as histórias distópicas começaram a ser publicadas no século XIX.

Existem, nos dias atuais, diversas distopias que podem ser usadas para a análise crítica dos acontecimentos. Dentre estas, muitos clássicos são utilizados como base, não apenas para análises críticas científicas sobre a realidade, mas também artísticas, dentro da literatura, cinema, entre outras expressões. Na leitura e debate para a construção da tese, ao refletir sobre os “superelefantes”, obteve-se o conhecimento¹²⁵ de um outro exemplo de distopia, o qual pode contribuir para a discussão e aprendizado sobre a compreensão das ideias autoritárias e o fenômeno da história coletiva nas multidões de seguidores: a obra teatral *O Rinoceronte*, de Eugene Ionesco, dramaturgo romeno que publicou essa peça em 1959, considerada um clássico do Teatro do Absurdo.

Na obra de Ionesco, em uma cidade qualquer, os cidadãos começam a se impressionar, primeiro com a aparição de um rinoceronte, depois de outro e assim por diante, até perceberem que eram os próprios moradores da cidade que estavam se transformando em rinocerontes. Os motivos eram diversos, alguns por identificação, por se encantarem, por acharem bonito, porque outros estavam fazendo, porque a maioria estava, por não resistir à maioria ou sem motivo algum. Até que toda a sociedade tinha se transformado, exceto um único morador, por achar tudo aquilo um absurdo. Essa distopia tem como conceito-base o horror à histeria coletiva, vivenciada nos momentos dos grandes comícios de Adolf Hitler, na Alemanha. Uma crítica ao pensamento e ação autoritários.

Várias obras que se utilizam da distopia têm como intuito demonstrar como acontece essa lógica, sem lógica de total entrega ao sem sentido da e na vida. Outro exemplo muito bom, o qual tem como premissa a tomada de poder dos Estados Unidos por um grupo religioso fundamentalista, é *O conto de aia*, de Margareth Atwood (2017), escrito em 1956. Nessa obra, o mundo enfrenta uma queda absurda da natalidade; utilizando-se disso e da interpretação da história bíblica, em Gênesis, 30:1-3, onde Raquel, não podendo dar filhos a Jacob, entrega sua serva Billa para ter seus filhos, um grupo fundamentalista toma o poder de parte dos Estados Unidos e constrói um novo país, onde os homens estão no comando e as mulheres não podem

¹²⁴ “Lugar hipotético onde se vive sob sistemas opressores, autoritários, de privação, perda ou desespero; antiutopia” (Dicio, 2024).

¹²⁵ Indicação de leitura da professora e pesquisadora Dóris Accioly e Silva.

estudar. A partir disso, todas as mulheres que tinham filhos e não eram casadas estavam em pecado e podiam ser sequestradas, separadas de seus filhos e colocadas nas casas dos comandantes e suas mulheres inférteis, para dar-lhes filhos, sendo estrupadas pelos maridos dessas mulheres, na frente delas e com o consentimento do Estado.

Essa história de Atwood demonstra até onde os grupos fundamentalistas podem chegar, com seus dogmas e crenças, porque sua genialidade é tal, que, em vários momentos, conseguimos reconhecer e compreender ou recriar as questões que vivemos, nos dias atuais. A cultura, o teatro, a literatura, entre outras expressões artísticas, se apresentam nesse lugar de crítica e resistência a essa dominação, mas também, conforme mostra Lacerda, aos intelectuais fascistas dessa coletivização neurótica sem sentido, formando uma cultura de servidão e embotamento cerebral, da qual os governantes e o clero são os únicos beneficiados.

A leitura dos textos de livres-pensadores, literatura de distopia ou do teatro do absurdo colaboram para o despertar sobre a lógica da dominação cega e sem sentido. Nessa lógica de resistência, a educação, segundo a autora, é extremamente importante para a formação de indivíduos críticos e livres-pensadores que não aceitem, sem questionar, os desmandos dos dominadores. Nesse sentido, a autora afirma, justamente por isso, que a educação é o espaço ao qual o Clero e o Estado autoritário recorrem, para domesticar as consciências. Por isso, a Igreja Católica diz que não existe salvação sem a sua educação. Essa é a sua denúncia e, quando se leem os textos papais e os intelectuais religiosos, compreende-se mais ainda essa questão, a qual se aprofunda no Capítulo 3: “Horda de embrutecedores: educação e religião”. O objetivo do capítulo é discutir os temas da educação e da religião, nos livros *Ferrer, o clero romano e a educação laica* e *Clero e fascismo: horda de embrutecedores!*

O livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica* é uma homenagem de Maria Lacerda de Moura a Francisco Ferrer y Guardia, o articulador da Escola Moderna e mártir da educação racionalista. Um educador esquecido, por ser uma ameaça, um “desertor da burguesia”, segundo Lacerda (2021), Tragtenberg (2004) e Parra (2021), não sendo reconhecido entre os escolanovistas. Esse esquecimento não é uma particularidade referente unicamente a Ferrer, mas aos anarquistas, suas lutas e escritos, conforme afirmam Parra (2021), Silva (2010), Marques e Silva (2015).

A autora diferencia Ferrer de outros educadores, como o sociólogo Durkheim (1858-1917), o qual, para ela, não compreendia a educação antissocial e que, através da sua lógica de socialização das massas, defendia a “[...] sociologia burguesa dos acomodados...” (Moura, 2021c, p. 38). Ser antissocial é ser contra o Estado e este é um dever de todo revolucionário, pois o Estado é “[...] filho dileto da sociedade” (Moura, 2021c, p. 39), responsável pela

ignorância humana, de sorte que devemos buscar a independência intelectual. Assim, Lacerda critica a educação autoritária que serve a determinado grupo que quer dominar a massa e não formar consciências livres.

Para isso, ela apresenta as ideias da educação racionalista de Ferrer: onde a violência era a razão da ignorância, tem-se na educação o mote de transformação da realidade social. Um defensor da escola livre e não laica, pois esta substitui a Igreja pelo Estado. Acreditava na educação pela razão, na ciência na formação dos seres humanos solidários e livres. E, aqui, para Lacerda, encontra-se a ingenuidade de Ferrer, mas ele não viveu a Primeira e Segunda Guerras e não viu, principalmente na Segunda Guerra, o que se fez com o conhecimento científico ao qual Lacerda chamou de *Moloch* moderno. Mas Ferrer compreendeu que os governos e autoridades não se interessavam pela educação do povo, porém, em desenvolver a ignorância desses e assim poder dominar.

Na sociedade moderna, o capital necessitava de trabalhadores inteligentes para o seu desenvolvimento. Como controlar a população que tem acesso à formação e informação educacional? Através de governos autoritários, usando o orgulho patriótico, o nacionalismo e os dogmas religiosos. Assim, a educação se torna um dos grandes instrumentos de modulação do povo, necessários para a Igreja, para o autoritarismo moderno e a manutenção do capitalismo.

A Igreja não pode perder o seu poderio e influência sobre a educação; deixa isso bem explícito na Encíclica Papal de 1929, *Divinis Illius Magistri*, direcionada aos jovens, educadores e pais, abordando o problema de uma educação sem os princípios da Igreja Católica. A salvação do ser humano se dará apenas por meio da educação religiosa, cristã, a qual é perfeita, pois se baseia nos preceitos divinos, de sorte que a razão não pode contradizer a fé. Para eles, o Estado até pode prover a educação, mas não pode restringir a participação da Igreja, e defendem um acordo entre os dois, justificando e citando o Concílio do Vaticano.

Submissão, patriotismo e obediência à Igreja e ao Estado constituem o significado de perfeição e bondade, segundo essas instituições que se unem para o controle, em nome da ordem e do amor divino. O projeto divino da Igreja é a educação, assim o fez durante séculos e, agora, que esta é responsabilidade do Estado, a Igreja quer manter a sua influência sobre ela. Mas, para Maria Lacerda de Moura, a educação religiosa impede o raciocínio livre e limita o pensamento, transformando o povo em presas fáceis dos tiranos. É o que ela elucida, ao final do livro *Clero e fascismo* – horda de embrutecedores!, no qual ela explica a lógica fascista, clerical e como interfere na educação, apresentando como exemplo a Obra Nacional Balilla.

A Obra Nacional Balilla foi o programa educacional do governo de Benito Mussolini, dedicado a crianças e jovens, contemplado pela Lei nº 2247, de 3 de abril de 1926, sancionada pelo Rei da Itália, Vitério Emanuele III, sob a tutela do então primeiro-ministro Benito Mussolini e integrada ao Gioventù del Littorio do Partido Nacional Fascista. A Obra Nacional Balilla criava instituições ou subsidiava com recursos financeiros outras já existentes, por todo o país, com a preocupação da formação religiosa e disciplinar das crianças e jovens. Todas as instituições deveriam se reportar à Obra Nacional.

Tais informações e características, nesta Tese, se associam às informações proporcionadas pelas leituras dos escritos de Maria Lacerda de Moura e de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984), no sentido de fazer as devidas aproximações com todas as articulações e discussões feitas durante o governo autoritário de Getúlio Vargas e seus ministros da Educação e Guerra, para a construção do programa educacional brasileiro. A educação, desde a primeira infância, estava preocupada com a disciplina, a moral e o civismo, na construção de uma nacionalidade.

No Brasil, Getúlio Vargas deixa sob responsabilidade do intelectual e então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a articulação para a elaboração de um Programa Nacional para a Educação, mediando os conflitos entre os pensamentos e as propostas vindos do Ministério da Guerra, do Exército Brasileiro, dos intelectuais da Escola Nova, dos intelectuais religiosos que defendiam os interesses da Igreja Católica, todos querendo sua participação, em função do que acreditavam ser a verdadeira educação, disciplina, militarização, educação laica ou moral e religiosa.

Entre os intelectuais religiosos, destaca-se Alceu Amoroso Lima, também conhecido como Tristão de Athayde, o qual escreveu livros, como o que foi discutido no Capítulo 2, “Os superelefantes do fascismo: poder e religião”, intitulado *Debates Pedagógicos* (1931), defendendo o que ele e a Igreja Católica pensavam ser a verdadeira educação, pois, segundo ele, a educação sem a religião seria como o retorno à Idade Média, criticando a proposta dos intelectuais da Escola Nova por isso. O destaque, para esse intelectual, é feito por sua aproximação ao governo de Getúlio Vargas, através do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, e pelo fato de a própria autora estudada nesta tese, Maria Lacerda de Moura, ter lido, como se pode constatar, ao deparar-se com citações da autora sobre esse intelectual. Lacerda não entra no debate entre os pioneiros da Escola Nova e os pensadores católicos, porque sua crítica é direta ao Clero Romano e ao Estado, que, através da educação, propõem o embotamento da consciência humana e impedem o livre pensamento.

Através dos seus escritos e críticas, Maria Lacerda de Moura pode ser considerada uma objetora de consciência, pelo fato de não concordar em aceitar a imposição de uma educação fascista e clerical, além de todas as outras críticas que a autora faz, nos seus diversos artigos e livros, denunciando a hipocrisia da sociedade na qual estava inserida. Mas a autora não era a única: outros objetores de consciência – escritores anarquistas e anticlericais – publicavam suas críticas nos jornais da imprensa anarquista brasileira. Para fazer coro a essa concepção, conhecer alguns deles se fez necessário. Assim, utilizaram-se, como fontes primárias, dois jornais da época, algumas edições de *A Lanterna* e *A Plebe*, dos anos de 1933-1935, as quais podem ser encontradas no AEL da Unicamp. Esse é o tema proposto pelo Capítulo 4 da tese, intitulado “Objetores de Consciência”, o qual pretendeu examinar o entendimento que outros autores tinham sobre o tema da educação e, assim, perceber as aproximações com os escritos da autora estudada.

Nesses jornais, encontramos a participação de Maria Lacerda de Moura com alguns artigos e igualmente sendo citada, através de suas frases ou da divulgação de seus livros. Na leitura dessas fontes primárias, localizaram-se outros objetores de consciência, alguns que usavam os seus nomes e outros que se mantiveram como anônimos. A concepção do clero como um polvo que pretende dominar, através dos seus tentáculos, estando presente em todas as instituições sociais, é uma crítica feita por Maria Lacerda de Moura, assim como por Xisto Leão, no jornal *A Lanterna*. Destaca-se esse autor, por ser o que mais se integrava à lógica de pensamento da autora e pela quantidade de artigos escritos sobre o tema. Não foi possível fazer esse destaque no jornal *A Plebe*, pelos vários e diferentes autores que escreviam sobre o tema da educação e acerca da interferência do clero e do fascismo.

Em *A Plebe*, além dos diversos textos de autores que escreviam sobre educação, clero e fascismo, assim como dos artigos de Maria Lacerda de Moura, encontramos a divulgação de vários de seus livros, publicados na década de 1930, dentre eles, *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, o qual recebe uma crítica forte de Osvaldo Salgueiro, na edição seguinte do jornal, na qual fora divulgada essa obra. O debate sobre essa questão acabou se arrastando por três edições do jornal, pois, na edição seguinte, essa crítica foi rebatida por André Néblind, companheiro da autora e, depois, em outra edição, Pedro Catalo responde a todos e Osvaldo Salgueiro escreve diretamente a A. N.

Pela polêmica, em si, e pelo fato de ser importante apresentar autores anarquistas que não teriam o mesmo entendimento que Maria Lacerda de Moura, optou-se por focalizar esse debate, no Capítulo 5 da tese, intitulado “Sem pontos e sem iis”. O objetivo do capítulo foi compreender que o entendimento da autora ou sua forma de escrita não são uníssonos, pois ela

recebeu críticas de seus companheiros, que podem e devem ser considerados. Assim, pode-se ouvir algumas vozes contrárias à forma de pensamento e escrita da autora, contribuindo para o debate e futuras pesquisas sobre os anarquismos e os anarquistas.

Maria Lacerda de Moura, em seus poucos anos, através dos seus pensamentos, falados em conferências para os trabalhadores, escritos e divulgados em artigos em diversos jornais e as publicados nos seus livros, incomodou a sociedade como um todo. Em diversos momentos, recebeu críticas, mas essas não a impediram de continuar estudando, pensando, falando e escrevendo. Utilizou-se das críticas, em alguns momentos, para aprender e crescer, como foi em 1918, quando sofreu as críticas de José Oiticica e Galeão Coutinho. Mas, em outros momentos, não as aceitava, pois também compreendia a sociedade onde estava vivendo, a qual subjugava a mulher e sua participação social.

Continuou escrevendo, sem medo das críticas, a respeito de várias temáticas, já estudadas por várias pesquisadoras e pesquisadores dos anos 1980, até os dias atuais. O objetivo da tese foi compreender, dentre essas várias temáticas, o que autora escreveu sobre a educação, especificamente sobre o quanto e por que a Igreja Católica e o fascismo interferiam na educação. Para se ter a dimensão desses escritos, a investigação teve como objetivos analisar os escritos de Maria Lacerda de Moura sobre educação, Igreja Católica e fascismo, na década de 1930, examinar o que ela e os demais anarquistas escreveram sobre educação, na imprensa anarquista brasileira, na década de 1930, e entender qual é a concepção de Maria Lacerda de Moura sobre a importância da educação e do quanto a Igreja Católica e o fascismo se utilizaram dela, como mecanismo de manipulação da população.

Compreender a concepção sobre educação da autora e de outros anarquistas foi feito, através de fontes primárias colhidas na imprensa anarquista brasileira, *A Lanterna* – jornal de combate ao clericalismo e *A Plebe* – periódico libertário (1933-1935), onde se buscou compreender o que Maria Lacerda de Moura e outros anarquistas pensavam e escreviam sobre educação, na década de 1930, no capítulo 4 “Objetores de consciência”, constatando que outros anarquistas pensavam exatamente como a autora. Mas, ao mesmo tempo, verificou-se que ela recebeu críticas ao livro *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital*, principalmente sobre o que se refere a alguns entendimentos seus sobre os anarquistas.

Na construção do debate com esses anarquistas, Osvaldo Salgueiro e Pedro Catalo, percebe-se a diferença de entendimento sobre os anarquismos, no caso de Lacerda, do anarquismo individualista, o qual propõe uma análise pessoal de reestruturação e coletividade, que parece não ser entendida por seus críticos. Na Tese, paira a dúvida se essa não compreensão

vinha por não concordarem com o anarquismo individualista, por se sentirem atacados com as críticas da autora ou por esta ser uma mulher impetuosa e livre-pensadora.

Compreender a lógica de dominação, através do olhar crítico de Maria Lacerda de Moura, contribuiu sobremaneira para a minha própria transformação, como mulher, pesquisadora e escritora. A sua forma voraz de se informar sobre tudo, porque lia tanto os autores com quem concordava como aqueles de que discordava, quer na educação, quer na história, quer ainda na filosofia, para compreender a todos e, assim, pensar por si mesma, o seu entendimento, sem os véus hipócritas e ilusionistas dos dogmas que não têm embasamentos históricos ou científicos: esse foi um dos maiores aprendizados obtidos nesta Tese, por meio dessa autora.

Todavia, para além disso, este estudo me afetou definitivamente, de sorte a entender que é preciso falar, não falar por falar, mas falar para denunciar aquelas velhas e conhecidas correntes ideológicas que tentam, em todos os momentos, controlar e explorar a população, mudando suas vestimentas, mas são sempre eles. Querem, com um discurso de extremos entre a salvação ou a perdição, utilizando-se de velhos dogmas que estão embutidos inconscientemente dentro de cada um de nós, seres humanos ocidentalizados e colonizados, convencer-nos de que a melhor solução é sucumbir, obedecer e servir-lhes:

A burguesia decadente provocou a falência do Estado. Os seus métodos requintaram-se, tornaram-se o apanágio dos bandos formados pelas modernas ditaduras dos fascistas ou dos gangsteres...

Calar hoje é ser cúmplice.

Pratiquemos o crime inominável da coragem, no meio da covardia e do cinismo da hora presente (Moura, 2018b, p. 150-).

Essa citação é um exemplo perfeito para responder a uma suposta pergunta sobre o que entendi, no processo desta Tese, e de que forma. Principalmente as duas últimas frases acompanham o meu pensamento como mulher, militante dos direitos sociais, antirracista, psicóloga social, agora pesquisadora e escritora nos mais diversos espaços sociais nos quais me encontro com outras mulheres, tendo que enfrentar as ideologias machistas, misóginas, racistas, cheias de fobias e preconceitos, as quais tentam nos calar, através da humilhação e do desmerecimento da nossa forma de sentir, pensar e escrever.

É preciso falar: não podemos nos calar diante de tantos crimes e criminosos que se safam diante do cinismo, hipocrisia e desmandos dessa sociedade burguesa que é a única que se beneficia com o controle das mentes e corpos, através de uma educação religiosa, militar e industrial, baseada em dogmas, servidão e produção, desconsiderando os valores sociais,

filosóficos e de base científica. Assim, com uma leitura de mundo totalmente amparada em falácias e reproduções de ideias extremistas, as quais, quando questionadas, levam à violência e à intolerância, as igrejas fundamentalistas, os intelectuais extremistas e os governantes autoritários conseguem a sua leva de seguidores, em uma histeria coletiva. Sem reflexão, sem estudo, sem diálogo, sem pensar. Superelefantes e rinocerantes da nova era.

REFERÊNCIAS

- A ALEMANHA subjugada pelo nazismo. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 36, 5 ago. 1933, p. 4.
- ABREU, A. A. “Aliança Liberal”. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, FGV, 2023. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- ADORNO, T. L. F.; MIGUEL, M.E.B. A metodologia de Pestalozzi e o ideário da Escola Nova. **Revista Acta Scientiarum** – Educação. PUC – Paraná, v. 42, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/48511/751375149886>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- A DUPLA reacionária... apreciando sua obra (figura 9). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 360, 1933, p. 4.
- A LANTERNA – jornal de combate ao clericalismo (capa). São Paulo, Ano XI, n. 354, 13 jul. 1933, p. 1.
- A LANTERNA em Campinas. A imponente comemoração de Francisco Ferrer: A assistência numerosa, proveitosa propagando, exemplo a ser imitado. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo, n. 364, 1933, p. 3.
- ALMEIDA, W. C. Teatro da anarquia: um resgate do psicodrama. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 9, n. 2, 1989.
- ALUNOS da escola secundaria. Complicações do ensino religioso. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 401, 5 out. 1935, p. 4.
- ALVARENGA, L.T.R. **A Imprensa Operária Anarquista**: projetos, concepções gráficas, recursos e circulação na cidade de São Paulo (1901-1935). 2022. Tese (Doutorado em História) – Unesp – Assis, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/maura/Downloads/alvarenga_ltr_dr_assis%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/maura/Downloads/alvarenga_ltr_dr_assis%20(2).pdf). Acesso em: 16 fev. 2024.
- ALVES, J. A exploração clerical no Brasil. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 93, 20 jul. 1935, p. 3.
- AMORIM, A. O catecismo nas escolas públicas. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 375, 5 de abril de 1934, p. 1.
- A. N. Maria Lacerda de Moura e o seu último livro. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 98, 28 set. 1935, p. 4.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, B. **Sob três bandeiras**: anarquismo e imaginação anticolonial. Campinas: Editora Unicamp, 2023.

ANTIVIVISSECCIONISTA. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/antivivisseccionista/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

A PLEBE – Periódico Libertário (capa). São Paulo, n. 7, 7 jan. 1933, n. 7, p. 1.

A QUESTÃO social na Constituinte. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 58, 17 mar. 1934, p. 1.

ARAGÃO, R. A fábrica dos monstros... **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 390, 9 mar. 1935, p. 4.

ARMAND, E. Pequeno Manual Anarquista Individualista. **Revista Verve**. PUC – SP, n. 11, p. 123-130, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5062/3590>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **DEOPS**. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/mais_consultados/deops. Acesso em: 10 nov. 2023.

A SANTA Aliança do Crime: papado e fascismo dando-se as mãos banhadas no sangue dos mártires da liberdade (figura 11). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo, n. 354, 1933, p. 4.

A SERPENTE (figura 15). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo, n. 398, 1935, p. 4.

ATHAYDE, T. **Debates Pedagógicos**. Rio de Janeiro: Schimidt, 1931.

ATOMO. Humildade, resignação e tolerância... **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 41, 23 set. 1933, p. 2.

ATWOOD, M. **O conto de aia**. Tradução: Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

AUBERT, R. F. M. “Leão XIII”. **Enciclopédia Britânica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Leo-XIII>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BARBOSA, D. S. **João Penteado: docência libertária no ensino elementar (1877-1913)**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Unesp - Bauru, 2021.

BARRETO, A. C. A ameaça do domínio imbecilizante do catecismo. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 382, 26 jul. 1934, p. 4.

BENITO MUSSOLINI. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Benito-Mussolini>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BÍBLIA SAGRADA. Antigo Testamento. **Salmo 73**. Tradução: Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Barsa, 1964a. p. 451.

BÍBLIA SAGRADA. Antigo Testamento. **Isaías 44, 6**. Tradução: Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Barsa, 1964b. p. 604.

BIBLIOTECA Terra Livre. Liev Tolstoi (orelha do livro). In: TOLSTOI, L. **Escola Iasnaia Poliana**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2021.

BOLÉS, J. O ensino religioso. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 370, 18 jan. 1934, p. 1.

BONGADO. Revolução social. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 42, 30 set. 1933, p. 2.

BONILHA, C. **Corymbo**: memória e representação feminina através das páginas de um periódico literário entre 1930 e 1944 no Rio Grande do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Caroline-Bonilha.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

BOSCOLO, J. C. Verdade sociais. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 59, 31 mar. 1934, p. 2.

BRASIL. Presidência da República. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-nacional-do-trabalho/institucional/historico#:~:text=Em%2026%20de%20novembro%20de,Nacional%20do%20Trabalho%20\(DNT\)](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-nacional-do-trabalho/institucional/historico#:~:text=Em%2026%20de%20novembro%20de,Nacional%20do%20Trabalho%20(DNT)). Acesso em: 06 fev. 2024.

BRITO, R. D. S. **No rastro de Benjamin Mota**: a defesa das Leis Sociais e Direitos Políticos na Primeira República (1901-1904). 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167665>. Acesso em: 16 fev. 2024.

B. S. Paradoxo. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 37, 12 ago. 1933, p. 4.

CALBUCCI, E. Marinetti e Mario: (des) conexões entre o Manifesto Técnico da Literatura Futurista e o “Prefácio Interessantíssimo”. **Revista USP**. São Paulo, n.79, p. 205-214, set./nov. 2008.

CALDERON, A. Serei anarquista? **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 15, 25 fev. 1933, p. 1.

CARON, G. R. **Discursos de Benito Mussolini**: Permanências e Mudanças (1919-1922). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – PUC – São Paulo, 2015.

CARVALHO, C. O século da criança. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 71, 15 set. 1934, p. 2.

CASA VATICANO - Não teme concorrência. Nada de crise! **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 356, 27 jul. 1933, p. 1.

CASTAGNOLA, L. Papini: Cem anos. **Letras**. Curitiba, v. 80, p. 51-68, 1981.

CATALO, P. Os pontos nos iis – Ainda o ultimo livro de D. Maria Lacerda de Moura. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 99, 12 out. 1935, p. 3.

CATÃO. O ensino religioso nas escolas. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 381, 12 jul. 1934, p. 2.

CERRUTI, I. Um apelo aos camaradas – Movimento Operário. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 53, 13 jan. 1934, p. 3.

COLIGAÇÃO NACIONAL PRÓ ESTADO LEIGO. Contra o ensino religioso nas escolas. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 398, 13 jul. 1935, p. 1.

COMITÊ ORGANIZADOR DE CAMPINAS. Aos homens de consciência livre. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 29, 17 jun. 1933, p. 4.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DAS TRABALHADORAS EM BRUXELAS. As mulheres contra o fascismo. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 46, 4 nov. 1933, p. 1.

CONFERÊNCIA OPERARIA BRASILEIRA. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 62, 12 maio 1934, p. 3.

CONVENÇÃO ESTUDANTIL PRO LIBERDADE DE PENSAMENTO. Professor Cesar Gonçalves. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 367, 7 dez. 1933, p. 2.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Faculdade Getúlio Vargas. **Aliança Liberal**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Faculdade Getúlio Vargas. **Getúlio Vargas**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VARGAS,%20Get%C3%BAlio.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

CUNHA, I. A obra de Francisco Ferrer. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 363, 12 out. 1933, p. 1.

CURTIS, S. J. Friedrich Froebel. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Friedrich-Froebel>. Acesso em: 16 fev. 2024.

D'ONOFRIO, S. C. T. **O Grupo da Baruel e a intelectualidade paulista nos anos 1940**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

D'ORSI, A. O fascismo, os intelectuais e a política cultural. In: **Modernidade Latina: Os Italianos e os Centros do Modernismo Latino-Americano**. Museu de Arte Contemporânea. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/academico/publicacoes/anais/modernidade/conteudo.html>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DANDO esmolas a Igreja e sofrendo resignadamente: as misérias da vida de hoje conquistareis a aventura de entrar no céu (figura 14). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 381, 12 jul. 1934, p. 1.

DECÁLOGO. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/decalogo/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DEGANI, F. Notas e posfácio. In: PIRANDELLO, L. **O falecido Mattia Pascal**. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

DIAS, M. A. L.; SOUSA, C. P. **O espírito da educação** - Maria Lacerda de Moura (1918-1935). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

DISTOPIA. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/distopia/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

DUARTE, R. H. **A imagem rebelde**: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. 1988. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1988. Disponível em: file:///C:/Users/maura/Downloads/Duarte_ReginaHorta_M.pdf. Acesso em: 06 fev. 2024.

ESTULTÍCIA. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/estulticia/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

EXERCÍCIOS práticos de educação clerical (figura 12). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 370, 18 jan. 1934, p. 1.

FARISAICO. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fariseu/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FEDERAÇÃO OPERARIA URUGUAIANA. São seus meios de luta as greves, a educação e instrução dos trabalhadores, os boicotes e todos aqueles que a consciência libertaria aconselhar – Movimento Operário. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 37, 12 ago. 1933, p. 3.

FERREIRA, D. C. **Educação e sociedade**: lições pedagógicas de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/3826/DENISE%20CRISTINA%20FERREIRA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGCS%20CH%202012.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 06 fev. 2024.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Lisboa: Relógio D'Água, 1993.

FPABRAMO. Fundação Perseu Abramo. **Lei Monstro**, 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/04/02/a-semana-na-historia-2-a-9-de-abril/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

GABRIELE D'ANNUNZIO. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Gabriele-DAnnunzio>. Acesso em: 11 mar. 2023.

GALLO, S. Francisco Ferrer y Guardia: o mártir da Escola Moderna. **Pro-Posições**, v. 24, n. 2, p. 241-251, maio/ago. 2013.

GARCIA, M. Anarquismo, sindicalismo e revolução social. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 58, 17 mar. 1934, p. 2.

GIOVANNI PAPINI. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Giovanni-Papini>. Acesso em: 11 mar. 2023.

GOMES, M. L. **O pensamento feminista de Maria Lacerda de Moura**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GONÇALVES, A.; BRUNO, A.; QUEIROZ, C. Apresentação. In: MOURA, M. L. **Renovação** [1919]. Fortaleza: Fac-Símile, 2015.

GUARDIA, F. F. **A escola moderna**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

GUIMARÃES, P. C. D. **Maria Lacerda de Moura e o “Estudo Científico da Criança Patrícia” em Minas Gerais (1908-1925)**. 2016. Tese (Doutorado) – UFMG, Belo Horizonte, 2016.

HALPERN, H. A religião e o proletariado. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 42, 30 set. 1933, p. 1.

HANSEN, J. A.; MOREIRA, M. **Gregório de Matos** - Poemas atribuídos - códice Asensio-Cunha. V. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão!** Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HERESIA. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/heresia/>. Acessado em: 07 fev. 2024.

HIBBERT, C.; FOOT, J. Benito Mussolini. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Benito-Mussolini>. Acesso em: 6 fev. 2024.

HORACIO, T. Barcos, Julio Ricardo. In: **Dicionário Biográfico da Esquerda Latino-Americana**. Disponível em <http://dictionary.cedinci.org>. Acesso em: 29 maio 2022.

HUGO, V. O que dizia aos padres um grande gênio. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo, n. 354, 1933, p. 3.

I. M. Anarquismo e sindicalismo – Temas de sempre. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 25, 20 maio 1933, p. 2.

INÁCIO DE LOYOLA. In: **Dicionário Enciclopédico Ilustrado**. São Paulo: Abril, 1977.

INGENIEROS, J. Pela humanidade futura. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 22, 29 abr. 1933, p. 4.

INSIGNE. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/insigne/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

IONESCO, E. **O rinoceronte**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

ITÁLIA. **Lei nº 2247, de 3 abril de 1926.** Criação da Ópera Nacional "Balilla" para assistência e a educação física e moral da juventude. Disponível em: [LEI 3 de abril de 1926, n. 2247 - Normattiva](#). Acesso em: 12 mar. 2023.

JOHANN BERNHARD BASEDOW. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Johann-Bernhard-Basedow>. Acesso em: 16 fev. 2024.

K. O domínio do clero. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 362, 28 set. 1933, p. 1.

KARAWEJCZYK, M. Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura: uma parceria inusitada. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 2, p. 105-124, 2014.

LACERDA. Verdades que machucam. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 47, 18 nov. 1933, p. 2.

LARA, D. A. Contra o ensino religioso nas escolas. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 375, 5 abr. 1934, p. 3.

LAURIS JUNIOR, R. L. **José Oiticica**: reflexões e vivências de um anarquista. Dissertação (Mestrado) – UNESP Assis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93380>. Acesso em: 29 maio 2022.

LEÃO, X. Brasileiros, a postos! Oponhamo-nos resoluta e energicamente á expansão do perigo negro que nos ameaça. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 359, 17 ago. 1933b, p. 3.

LEÃO, X. Carta aberta aos companheiros de “A Lanterna” – que cada um dê o que puder nesta batalha encarniçada pela liberdade. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 390, 9 mar. 1935a, p. 1.

LEÃO, X. Não é de padres que se precisa. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 357, 3 ago. 1933a, p. 1.

LEÃO, X. Não hesitemos: Guerra ao Vaticano! – Abaixo as mistificações e os embustes que nos achincalham e nos aniquilam. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 361, 14 set. 1933c, p. 3.

LEÃO, X. Não será com padres nas escolas que evitaremos a escravidão fascista no Brasil. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 374, 22 mar. 1934a, p. 2.

LEÃO, X. O monstro clerical e sua sórdida missão. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 399, 10 ago. 1935b, p. 4.

LEÃO, X. O polvo clerical não dominará o Brasil. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 380, 28 jun. 1934b, p. 4.

LEÃO, X. Para que se faz a revolução? Para o povo? Para os Padres? **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 367, 7 dez. 1933d, p. 1.

LEÃO, X. Revolucionários de verdade, ou joguetes da padralhada? **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 368, 21 dez. 1933e, p. 1.

LEÃO XIII. Papa. Carta Encíclica *Humanum Genus* sobre A Maçonaria. In: **A Santa Fé** – Vaticano, 1884. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18840420_humanum-genus.html. Acesso em: 12 mar. 2023.

LEITE, M. L. M. Lacerda de Moura, Maria. In: **Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas**. Disponível em: <http://diccionario.cedinci.org>. Acesso em: 29 maio 2022.

LEITE, M. L. M. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LESSA, P. **Amor e Libertação em Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Entremares, 2020.

LIMA, A. A educação clerical e a educação racional. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 392, 6 abr. 1935, p. 2.

LIMA, N. F. **Maria Lacerda de Moura da Revista Estudos (1930-1936): Anarquismo Individualista e Filosofia da Natureza**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1993/1/CT_PPGTE_M_Lima%2C%20Nabylla%20Fiori_2016.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

LIMA, N. F.; QUELUZ, G. L. Representações de Ciência e Tecnologia no pensamento anarquista brasileiro: Análise da Revista Renascença (1923). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA – 14º SNHCT. 08 a 11 de outubro de 2014. Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LISLE, C. Autoridade e justiça: A justiça quer a benevolência, a educação, a grandeza da alma, falando assim, enquanto a autoridade se alimenta da soberba, do orgulho, da vaidade e da violência. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 85, 30 mar. 1935, p. 2.

LIVEIRO, A. O. **Maria Lacerda de Moura ensina a ensinar**: um estudo sobre suas lições de pedagogia (década 1920). Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-25062021-161043/en.php>. Acesso em: 30 maio 2022.

LODI, S. **Louise Michel**: pertença à revolução. São Paulo: Entremares, 2022.

LOGOMAQUIA. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/logomaquia/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LOPREATO, C. R. O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil. **Verve**, n. 3, p. 75-91, 2003.

LUKACS, J.; KNAPP, W. F.; BULLOCK, A. *et al.* Adolf Hitler. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Adolf-Hitler>. Acesso em: 6 fev. 2024.

LUZ, L. P. **Inquisição: Poder e Política em terras lusitanas (1536-1540)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24679/D%20-%20LUZ,%20LILIANE%20PINHEIRO%20DA.pdf;jsessionid=81D8931E76556F266B1466F94505761C?sequence=1>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006.

MALIN, M. Francisco Campos. In: **Atlas Histórico do Brasil**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/1005>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MARCHA SOBRE ROMA. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/March-on-Rome>. Acesso em: 7 fev. 2024.

MARQUES, P.; SILVA, R. R. A colmeia, a partir de agora, a escola do amanhã. In: FAURE, S. **A Colmeia: uma experiência pedagógica**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.

MARTINS, N. A. Emma Goldman: trajetória, anarquismo e feminismo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL; ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XVIII: História e Parcerias. 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529783999_ARQUIVO_ARTIGO_ANPUH-RJNilcianaAlvesMartinsatualizado.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

MATEUS, J. G. F. **Escritos sobre a Imprensa Operária da Primeira República**. Minas Gerais: Virtualbook, 2013.

MATTHEWS, J. F.; MACGILLIVRAY, N. D. Constantino I. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Constantine-I-Roman-emperor>. Acesso em: 7 fev. 2024.

MAURANO, T. R. **A Condição Feminina em Maria Lacerda de Moura: análise de configuração textual do livro Renovação (1919)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unimep, Piracicaba, 2019.

MAURANO, T. R. Bibliografia *de e sobre* Maria Lacerda De Moura (1887-1945): um instrumento de pesquisa. In: CBHE – CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, XI., PUC – SP. 2022, São Paulo. **Caderno de Resumos** [...]. São Paulo: PUC – SP, 2022. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1zQm_d3Vbxft1xC_oRGQoiz8oGjAhzwBH. Acesso em: 25 fev. 2024.

MELO, A. V. **Cristo, o maior dos anarquistas**. São Paulo: Piratininga, 1956.

MENDES, R. **O dito e o não dito sobre o maldito teatro anarquista**: uma pedagogia libertária do Teatro Social operário em território brasileiro. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp, Campinas, 2021a.

MENDES, S. C. **Companheiras**: mulheres anarquistas em São Paulo (1889-1930). São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2021b.

MEYER, Família. In: **Grande Enciclopédia Delta Larousse**. Rio de Janeiro: Delta, 1972.

MIRANDA, J. V. **Recuso-me! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16458/1/JVMiranda1DISSPRT.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

MITRA. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/mitra/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MOISÉS, P. C. T. Émile Durkheim. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/emile-durkheim>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MOLOQUE. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em:

<https://www.britannica.com/topic/Moloch-ancient-god>. Acesso em: 28 set. 2022.

MOORE, W. G.; TOBIN, R. W. Molière. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em:

<https://www.britannica.com/biography/Moliere-French-dramatist>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MORAIS, J. P. O clero e a contra-revolução. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 7, 7 jan.1933, p. 3-4.

MORTATTI, M. do R. L. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Unesp, 2000.

MOURA, M. L. **Em torno da educação**. São Paulo: Teixeira, 1918.

MOURA, M. L. Das vantagens da educação intelectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades (conferência). **O Estado de S. Paulo**, 16 maio 1920, p. 5.

MOURA, M. L. **Lições de Pedagogia**. São Paulo: Tip. Paulista, 1925.

MOURA, M. L. Autobiografia. **O Combate**. São Paulo, n. 51110, 3 ago. 1929a.

MOURA, M. L. **Religião do amor e da beleza**. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1929b.

MOURA, M. L. **Amai... e não vos multipliqueis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

MOURA, M. L. **Serviço militar obrigatório para mulher?** Recuso-me! Denuncio! 1. ed. São Paulo: A Sementeira, 1933a.

MOURA, M. L. **Han Ryner e o amor plural**. 1. ed. São Paulo Unitas, 1933b.

MOURA, M. L. União dos artífices em calçados e classes anexas (conferência). **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 7, 7 jan. 1933c, p. 4.

MOURA, M. L. Direitos civis e políticos da mulher. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 18, 25 mar. 1933d, p. 2.

MOURA, M. L. A política não me interessa. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n.19, 8 abr. 1933e, p. 1.

MOURA, M. L. A propósito das perseguições aos israelitas. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 24, 18 maio 1933f, p. 2.

MOURA, M. L. O que é guerra. Conferência no Festival de Solidariedade com “A Plebe”. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 25, 20 maio 1933g, p. 4. (n. 24, 13 de maio 1933, 1 e 4 – divulgação; n. 26, 27 de maio de 1933, p. 4 – resultado festival).

MOURA, M. L. Antissemitismo. Conferência A Plebe em 20 de junho de 1933. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, 29, 17 jun. 1933, p. 1; 24 de junho 1933h, n. 30, p. 4.

MOURA, M. L. Nem governos, nem sacerdotes... **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 34, 22 jul. 1933i, p. 2.

MOURA, M. L. A igreja ser contra o divórcio apenas se não for bem paga (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 357, 3 ago. 1933j, p. 1.

MOURA, M. L. A Legião Negra de São Paulo (do livro inédito **A Epopeia Bandeirante...**). **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 36, 5 ago. 1933, p. 2; n. 37, 12 ago. 1933, p. 2; n. 38, 26 ago. 1933, p. 2; n. 39, 9 set. 1933k, p. 2.

MOURA, M. L. Covardia Mental (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 358, 10 ago. 1933l, p.1.

MOURA, M. L. Francisco Ferrer – conferência de comemoração com Edgard Leuenroth e G. Soler (13 de outubro de 1933). **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 43, 7 out. 1933m, p. 1.

MOURA, M. L. O problema da educação, no pensamento e no idealismo de Ferrer, o mártir da educação racionalista – Liga Anticlerical de Campinas. **A Plebe** – periódico libertário São Paulo, n. 44, 14 out. 1933, p. 2; n. 45, 21 out. 1933n, p. 4).

MOURA, M. L. O fascismo, filho dileto da Igreja Romana. Liga Anticlerical de Sorocaba. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 57, 3 mar. 1934a, p. 3.

MOURA, M. L. Exploração infantil e ensino (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 373, 8 mar; 1934b, p. 2.

MOURA, M. L. A Igreja benze armas (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 377, 17 maio 1934e, p. 1.

MOURA, M. L. As primeiras maldades do cristianismo (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 378, 31 maio 1934f, p. 1.

MOURA, M. L. Primeiras maldades do cristianismo (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 391, 31 maio 1934g, p. 1.

MOURA, M. L. Profissão de Fé. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 388, 9 fev. 1935a, p. 3.

MOURA, M. L. A força do clero reside nas concessões... (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 391, 23 mar. 1935b, p. 1.

MOURA, M. L. A escritora Maria Lacerda de Moura retira-se da Rosa Cruz. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 395, 18 maio 1935c, p. 1.

MOURA, M. L. Feminismo? Caridade? **Utopia**: Revista Anarquista de Cultura e Intervenção, Lisboa, n. 9, 1999.

MOURA, M. L. **Renovação**. Fortaleza: Fac-Símile, 2015 [1ª edição: 1919].

MOURA, M. L. **Clero e Estado**. 2. ed. (Apêndice - **Fascismo** – filho dileto da Igreja e do capital). São Paulo: Entremares, 2018a [1ª edição: 1931].

MOURA, M. L. **Fascismo**: – filho dileto da Igreja e do capital. 2. ed. São Paulo: Entremares, 2018b. [1ª edição: Editorial Paulista, 1935].

MOURA, M. L. **A mulher é uma degenerada**. 4. ed. Edição Fác-símile comentada. Organização e edição: Fernanda Gregolin. São Paulo: Tenda de Livros, 2018c. [1ª edição: 1924].

MOURA, M. L. *Clero e Fascismo*. 2. edição. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2020c. *In*: MOURA, M. L. **Clero e Fascismo: horda de embrutecedores!** 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2020a. [1ª edição: Editorial Paulista, 1934].

MOURA, M. L. **Civilização: tronco de escravos**. 2. ed. São Paulo: Entremares, 2020b. [1ª edição: Civilização Brasileira, 1931].

MOURA, M. L. **Clero e Fascismo: horda de embrutecedores!** 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2020c. [1ª edição: Editorial Paulista, São Paulo, 1934].

MOURA, M. L. **Ferrer, o clero romano e a educação laica**. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2021. [1ª edição – São Paulo, 1934].

NÓS E OS OUTROS: ponderações necessárias. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 27, 3 jun. 1933, p. 4.

O ESTADO DE S. PAULO. **Maria Lacerda de Moura** – seção bibliográfica, 1929, p. 7.

OITICICA, J. E amanhã? **A Lanterna** – jornal e combate ao clericalismo, n. 354, 1933, p. 1.

OLIVEIRA, H. R. S. **Por uma História Social de medos e resistências: Inquisição e sociedade no Brasil colonial (Séc. XVI-XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/69268/3/2022_tese_hrsoliveira.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

OLIVEIRA, S. F. A. **As faces de Deus na obra de um ateu - José Saramago**. 2002. Tese (Doutorado em Letras) – Unesp, Assis, 2002. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103696/oliveira_sfa_dr_assis.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 jun. 2023.

O POLVO CLERICAL (figura 13). **A Lanterna** - jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 396, 1 jun. 1935, np. 1.

ORLANDO. A Lanterna Mágica – A igreja e a constituição. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 390, 9 mar. 1935, p. 2.

OS 10 MANDAMENTOS do leitor católico. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 16, 4 mar. 1933, p. 3.

OS MOVIMENTOS grevistas e o conceito anárquico da luta de classes. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 67, 21 jul. 1934, p. 1.

PACHECO, J. O. **O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/JoicePachecoEducacao.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

PACHECO, T. S. Moisés: Origens e processos de reelaboração do personagem nos textos canônicos. **Revista Jesus Histórico**, v. XII, n. 22, 2019.

PARRA, L. S. **Leituras libertárias: Cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930.** (1930-1945). 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-13032014-203900/publico/dissertacao.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

PARRA, L. S. Apresentação. In: MOURA, M. L. **Ferrer, o clero romano e a educação laica.** 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2021 [1ª edição – São Paulo, 1934].

PASSOS, S. Educação ou retrocesso. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 39, 9 set. 1933, p. 4.

PASSOS, S. A vida proletária á beira de um abismo – o caso da Austria é um preludio da sangreira com que o capitalismo julga salvar os seus privilégios. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 68, 4 ago. 1934a, p. 4.

PASSOS, S. Francisco Ferrer. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 73, 13 out. 1934b, p. 3.

PASSOS, S. Clero e fascismo, horda de embrutecedores! Maria Lacerda de Moura, Editorial Paulista, São Paulo. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 92, 16 fev. 1935, p. 3.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINHO, A. Por cima da escola paira a garra jesuítico-clerical. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 356, 27 jul. 1933, p. 1.

PIO XI. Papa. Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* acerca da educação cristã da juventude. In: **A Santa Fé**, Vaticano, 1929. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em: 12 mar. 2023.

PIO XI. In: **Encyclopedia Britannica.** Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pius-XI>. Acesso em: 16 fev. 2024.

PONTOS DE DOUTRINA: as razões porque somos libertários ou anarquistas. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 22, 29 abr. 1933, p. 4.

PRADO, A. A.; HARDMAN, F. F. (org). **Contos Anarquistas:** antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935). São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRELO. In: **Dicionário Online de Português.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/prelo/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

QUELUZ, G. L. Evolução e Desejo na Obra “Os Superhumanos” (1929) de Han Ryner. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA UFCG/UEPB, 16., 2018, Campina Grande, Paraíba. **Caderno de Resumos [...]**. Campina Grande, Paraíba: UEPB, 2018, p. 68.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia de uma cidade disciplinar – Brasil (1890-1930). 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RAGO, M. Ética, Anarquia e Revolução em Maria Lacerda de Moura. In: REIS, D. A.; FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**, v. 1 A Formação das Tradições, 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 262-293. Disponível em: https://historiapolitica.com/datos/biblioteca/anarquismo%20y%20genero_rago.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

RAMOS NETO, J. O. O conceito de Reforma Protestante na historiografia brasileira. **Hist. R.**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 206-217, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/52235>. Acesso em: 09 jun. 2023.

RIBEIRO, V. "**O que urge fazer?**": Sobre moradia e transporte nas páginas d'o Combate e d'a Plebe durante a greve de 1917. Monografia (História) – a Escola de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/60591/Monografia_Vit%C3%B3ria_Ribeiro_2021_O%20que%20urge%20fazer%20-%20Sobre%20moradia%20e%20transporte%20nas%20p%C3%A1ginas%20d%27O%20Combate%20e%20d%27A%20Plebe%20durante%20a%20greve%20de%201917.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 29 maio 2022.

RIGONATI, O. Conceitos de um caipira paulista. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 20, 15 abr. 1933, p. 3.

ROBERTO, J. C. **Educação e emancipação feminina na obra de Maria Lacerda de Moura (1919-1935)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/10290/1/Tese_Jodar%20de%20Castro%20Roberto.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

ROCHA, G. S. **Anarquismo e individualismo**: a participação mulheres no movimento operário Maria Lacerda de Moura e Emma Goldman. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, São Gonçalo-RJ, 2017. Disponível em: <https://ppghistoria.universo.edu.br/wp-content/uploads/2018/05/2017-GISELI-DA-SILVA-ROCHA.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

RODRIGUES, A. Bandeiras negras contra camisas verdes: anarquismo e antifascismo nos jornais a plebe e a lanterna (1932-1935). **Tempos Históricos**, v. 21, p. 74-106, 2º Sem. 2017.

RODRIGUES, E. **Os Libertários**. Rio de Janeiro: VJR, 1993.

RODRIGUES, E. **A história do movimento anarquista no Brasil**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

ROGERIO, L. O clero, a constituinte e A Lanterna. **A Lanterna** - jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 365, 9 nov. 1933, p. 1.

ROGERIO, L. O preço da instrução padresca. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 392, 6 abr. 1935a, p. 1.

ROGERIO, L. A obra de rapina dos salesianos no Brasil. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 402, 2 nov. 1935b, p.1.

ROINVJÓCIRA. Necessidades urgentes. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 83, 2 mar. 1935, p. 2.

ROSA, L. A ação da igreja e a educação religiosa – são as principais causas de atraso do Brasil. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 396, 1 jun. 1935, p. 4.

RUTI, I. Contrastes Sociais. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 69, 18 ago. 1934, p. 3.

RYNER, H. **The Superhumans: and others stories**. Adapted by Brian Stableford. A Black Coat Press Book, 2011.

RYNER, H. **Manual Filosófico do Individualista**. Tradução: Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Robson Achiamé, 2012.

S. V. Terra da promessa. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 359, 17 ago. 1933, p. 1.

SALGUEIRO, O. Crítica e doutrina: Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 97, 14 set. 1935a, p. 4.

SALGUEIRO, O. Com o “camarada” A. N. **A Plebe** – jornal libertário. São Paulo, n. 99, 12 out. 1935b, p. 2.

SALGUEIRO, O. O ensino religioso nas escolas e as suas primeiras consequências. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 391, 23 mar. 1935, p. 1.

SAMIS, A. **Negras tormentas**. São Paulo: Hedra, 2011.

SAMIS, A. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Intermezo; Entremares, 2019.

SANCHES, M. Momento pedagógico. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 8, 14 jan. 1933a, p. 2.

SANCHES, M. Momento pedagógico II. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 11, 28 jan. 1933b, p. 2.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Editora Edusp e Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 81).

SEMPITERNOS. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sempiterno/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SERRANO, J. **A escola nova: uma palavra serena em um debate apaixonado**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1932.

SILVA, C. P. **Mártires de Cristo Rey: revolução e religião no México (1927-1960)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/maura/Downloads/Silva_CaioPedrosada_D%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/maura/Downloads/Silva_CaioPedrosada_D%20(1).pdf). Acesso em: 07 fev. 2024.

SILVA, D. A. A chama e o silêncio: memórias e esquecimento das lutas anarquistas no Brasil. In: Whitaker, D.C.A.; FLAMENGUE, E. C; VELÔSO, T. M. (org.). **Ideologia e esquecimento**: aspectos negados da memória social brasileira. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2010.

SILVA, D. A. Maurício Tragtenberg: fundador dos estudos sobre educação libertária no Brasil da luta social à universidade. **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 8, p. 1-8, 2022.

SILVA, R. R. **Imprimindo a Resistência**: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 -1945). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2005. Disponível: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497375>. Acesso: 30 maio 2023.

SILVA, R. R. **Anarquismo, Ciência e Educação**: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). 2013. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2013.

SOBRE o ensino religioso. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 391, 23 jul. 1935, p. 2.

SOLIDÉUS. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/solideu/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SOUZA, T. **Tecnologias políticas do gênero no Brasil**: a contribuição do pensamento de Maria Lacerda de Moura. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2003>. Acesso em: 29 maio 2022.

SOVELA, F. Na bigorna. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo, n. 359, 1933, p. 2.

SPINELLI, D. **Utopía e Modernismo na Carta del Carnaro** – Reflexões sobre o desenho de um novo ordenamento para o Estado Livre de Fiume. 2014. Tese (Doutorado em Teoria Crítica Literária) – Unicamp, Campinas, 2014.

TARTUFO. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: [Tartufo - Dicio, Dicionário Online de Português](https://www.dicio.com.br/tartufo/). Acesso em: 28 set. 2022.

TARTUFO. In: **Encyclopedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Tartuffe>. Acesso em: 19 fev. 2024.

TÁVORA, J. O nosso conto – um patriota. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 24, 13 maio 1933, p. 3.

THOMPSON, A. O que é catolicismo no Brasil. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 371, 1 fev. 1934a, n. 2.

THOMPSON, A. A escola leiga é a escola do crime. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 374, 22 mar. 1934b, p. 3.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. São Paulo: Record, 2015.

TOKUNAGA, L.G. **Emma Goldman e as chamas gêmeas da revolta**: vida e arte na construção da individualidade humana em leitura anarquista de Max Stirner e Henrik Ibsen. 2022. Tese (Doutorado Interdisciplinar) – FFLCH – USP, São Paulo, 2022.

TRABALHADOR, SÊ TEU PROPRIO DEFENSOR. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 20, 15 abr. 1933, p. 2.

TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Unesp, 2004 (Coleção Maurício Tragtenberg. Direção: Evaldo A. Vieira).

TRAPEIRO. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: [Trapeiro - Dicio, Dicionário Online de Português](#). Acesso em: 06 mar. 2023.

UNIÃO DOS ARTÍFICES EM CALÇADOS. O nosso grito de Repulsa contra o bandoleirismo fascista - Ignorancia e Cultura. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 34, 22 jul. 1933, p. 4.

UNIVERSIDADE CATÓLICA E FASCISTA. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 379, 14 jun. 1934, p. 3.

VANGUARDEIRO. Trio Corruptor. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 13, 11 fev. 1933, p. 4.

VASCONCELOS, L. Os agentes do vaticano estão preparando a guerra religiosa no Brasil. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 374, 22 mar. 1934, p. 1.

VIDA ANARQUISTA: A todos os anarquistas do Brasil. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 48, 2 dez. 1933, p. 2.

VINHAIS, A. M. Professores ou agentes do Vaticano? **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 52, 30 dez. 1933, p. 4.

VOLTANDO A LUTA. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 354, 1933, p. 2.

